

*Pós-Graduação em
Desenvolvimento Sustentável*

**O “Etnozoneamento em Terras Indígenas” do Acre como
ferramenta de Gestão Territorial:
O caso da Terra Indígena Campinas/Katukina**

Marina Margarido Pessoa

Dissertação de Mestrado

Brasília, DF – Dezembro/2010



**Universidade de Brasília
Centro de Desenvolvimento Sustentável**

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**O “Etnozoneamento em Terras Indígenas” do Acre como
ferramenta de Gestão Territorial:
O caso da Terra Indígena Campinas/Katukina**

Marina Margarido Pessoa

Orientadora: Doris Sayago

Dissertação de Mestrado

Brasília – DF, Dezembro/2010

Pessoa, Marina Margarido.

O “Etnozoneamento em Terras Indígenas” do Acre como ferramenta de Gestão Territorial: O caso da Terra Indígena Campinas/Katukina. / Marina Margarido Pessoa

Brasília, 2010.

176 p. : il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília.

1. Etnozoneamento. 2. Políticas Públicas. 3. Povos Indígenas. 4. Gestão Territorial. 5. Sustentabilidade. 6. Acre. I. Universidade de Brasília. CDS. II. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva a si outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora.

Marina Margarido Pessoa

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**O “Etnozoneamento em Terras Indígenas” do Acre como
ferramenta de Gestão Territorial:
O caso da Terra Indígena Campinas/Katukina**

Marina Margarido Pessoa

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental.

Aprovado por:

Doris Sayago, Ph. D., (CDS-UnB)
(Orientadora)

Fabiano Toni, Ph. D., (CDS-UnB)
(Examinador Interno)

Cloude Correia, Dr. (IEB)
(Examinador Externo)

Brasília-DF, 09 de dezembro de 2010.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao destino, por me proporcionar caminhos tão bonitos e encontros com pessoas tão especiais.

Ao meu pai, José Afonso, por me ensinar a ver as coisas com simplicidade e alegria. À minha mãe, Julia, que sempre me incentivou a ser curiosa e bater asas pelo mundo afora. Ao meu irmão, Pedro, por ser meu grande companheiro nessa jornada da vida e por ter me dado, junto com minha comadre e amiga Camila, duas jóias preciosas – Maria e Laila.

À minha avó, Daisy Margarido, por ser um exemplo de força e carinho, matriarca de uma família cheia de mulheres maravilhosas que, onde quer que eu esteja, estão sempre ao meu lado: tia Marina, tia Lolô, Carolina e Luiza.

Ao meu companheiro Tupi, pelo carinho de sempre, pela vida compartilhada e por ser, acima de qualquer coisa, meu porto seguro. À pequena Soraya, por sua alegria e doçura.

Às amigas que tive a sorte de reencontrar em Brasília e, mais uma vez compartilhar casas e cumplicidades: Joana (Bau) – um agradecimento mais do que especial pelas ajudas de todas as horas; Juliana (Kibom), Renata (Daninha) e Tatiana (Iglu).

Aos amigos que ganhei em Brasília: Andréia Bavaresco, Juliana Noletto, Sara Gaia, Maria Elisa Ladeira, Isabel Figueiredo, Bianca, Fabé, Elis, Fábio, Nicholas, Karen (Tosta) Nathália, Conrado, Aluísio, Lara.

Aos amigos que ganhei no Acre: D. Geralda Yawanawá e suas filhas Eliane, Edna e Nedina; Adriana Dias, Renato Gavazzi, Malu Ochoa, Valéria, Ingrid Weber, Neiva Nara, Bruxinha, Maira Smith, Magaly Medeiros, Frú, Adriano Dias, Frank, Gleysson, Marcos baiano, Toni, Pedro Constantino, Nazeli Maspã e seus filhos Fabiano, Zé e Timá.

Aos amigos da CPI-Ac, pelo exemplo de uma vida voltada à causa indígena. Aos AAFIs, em especial Edilson Rosa Katukina - Poá, Petrônio Rosa da Silva - Toi, Marcelino Rosa - Metsa, Nilson Sabóia - Tuwe, Zézinho de Lima - Yube, Josias Pereira - Maná, Amiraldo Sereno - Siã e Francisco Macário - Xipin, por me ensinarem a ver a floresta com outros olhos.

Agradeço, especialmente, às amigas Andréa Martini, Irene Garcia Roces, Natália Jung, Giulia Pedone e Patrícia Roth, por desvendarem comigo os varadouros da floresta, compartilhando as alegrias e agruras das descobertas do Acre.

Aos amigos de sempre: Paulão, Chelo, Tina, Xandi, Celso, Claudinha Silva, Audrei, Éden, Laurão e Marcinho. E aos queridos amigos que já estão do lado de lá: Duna, Enrico e Luis Fernando.

E aos companheiros de mestrado, que me deram tanta força e fizeram tudo ficar mais divertido na “gestação conjunta”: Priscila Chianca, Nathali Germano e Igor Richwin.

À Thais Gonçalves e os colegas da CGMT/FUNAI, pela ajuda e compreensão fundamentais para que eu pudesse finalizar a dissertação.

Ao Francisco Pianko, que me abriu as portas para conhecer, conviver, trabalhar e aprender com os povos indígenas do Acre. Aos companheiros de trabalho da SEPI: Francisco Apurinã, Net, Márcio, Líbia e Rosângela Cezino.

À SEMA do Acre, pelo apoio logístico e disponibilidade de acesso ao material que possibilitaram a realização desta pesquisa, em especial à Eufraan Amaral, Willian Flores, Marta Azevedo e Roberto Tavares.

À minha orientadora, Doris Sayago, por ter me acolhido e acreditado em mim.

À CAPES pela bolsa concedida, que permitiu a realização desta pesquisa.

E, aos povos indígenas do Acre, em especial aos Katukina, por terem me recebido em suas aldeias, me ensinando tanto e possibilitando a realização desta pesquisa.



... que a importância de uma coisa não se mede com fita métrica nem com balanças nem com barômetros etc. Que a importância de uma coisa há que ser medida pelo encantamento que a coisa produza em nós.

Manoel de Barros

RESUMO

O “Etnozoneamento em Terras Indígenas” do Acre, inserido no Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, é uma ferramenta de diagnóstico, zoneamento e planejamento participativos, que tem como objetivo orientar as ações do governo estadual em relação aos povos indígenas, propiciando condições para que as comunidades realizem seus planos de gestão e manejo de recursos, a partir do mapeamento e zoneamento de seus territórios. Entre os anos de 2004 e 2009, o Governo do Estado do Acre, realizou o etnozoneamento em oito terras indígenas (TIs) do estado. O objetivo geral desta pesquisa foi analisar como e, em que medida, o “Etnozoneamento em Terras Indígenas” contribui para a gestão territorial das terras indígenas do Estado do Acre, utilizando-se, para isso, o estudo de caso na TI Campinas/Katukina, no qual, buscou-se descrever todas as etapas e os produtos gerados ao longo de sua implementação, além das percepções e opiniões dos indígenas que participaram da construção da ferramenta. A presente pesquisa procurou responder às seguintes perguntas: 1) O Etnozoneamento em Terras Indígenas do Acre pode ser considerado uma ferramenta de gestão territorial?; 2) De que forma o etnozoneamento subsidia ou pode subsidiar a gestão territorial em Terras Indígenas, combinando-se a dimensão política de controle territorial com as dimensões ambiental, social, econômica e cultural, voltadas para a sustentabilidade das terras indígenas do Acre?; 3) De que forma o etnozoneamento orienta ou pode orientar as ações do governo estadual em relação aos povos indígenas e quais os passos a serem seguidos para a sua implementação como política pública? Diante dos dados apresentados, concluiu-se que, a utilização dos produtos gerados pelo etnozoneamento ainda é bastante incipiente na TI Campinas/Katukina e se dá, principalmente, pelas lideranças e representantes da comunidade que participaram da elaboração da ferramenta. Os mapas e o plano de gestão elaborados durante o etnozoneamento podem ser considerados eficientes ferramentas de diagnóstico e planejamento, que representam a realidade da TI e estão auxiliando o povo Katukina na tomada de decisões relativas à gestão de seu território e no diálogo com os atores e/ou instituições com os quais se relacionam. Também pode-se afirmar que os mapas temáticos e o plano de gestão, são potenciais ferramentas pedagógicas para abordar a questão da gestão territorial em suas múltiplas esferas, podendo auxiliar no processo educacional, tornando-se um importante instrumento de defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico, cultural e intelectual do povo Katukina.

Palavras-chave: Etnozoneamento; Políticas Públicas; Povos Indígenas; Gestão Territorial; Sustentabilidade; Acre.

ABSTRACT

The State of Acre program "Ethno-zoning of indigenous lands", which is the indigenous component of the state's Ecological-Economic Zoning is a diagnosis, zoning and participatory planning tool that aims at orienting actions of the state government in relation to indigenous peoples, providing conditions for the communities to carry out their management plans and resource management through the mapping and zoning of their territories. From 2004 to 2009, Acre State implemented the ethno-zoning in eight indigenous lands. The main objective of this research was to analyze to which extent the "Ethno-zoning of indigenous lands" contributes to the territorial management of indigenous lands in Acre, using, for that purpose, the case of the Campinas/Katukina indigenous land by analyzing all the stages and results produced throughout its implementation and the perceptions and opinions of the indigenous peoples who took part in the construction of the tool. This research intended to answer the following questions: 1) Can the ethno-zoning of indigenous lands in Acre be considered a tool for territorial management?; 2) How does ethno-zoning subsidizes or may subsidize the territorial management of indigenous lands, combining the political dimension of territorial control with the environmental, social, economic and cultural dimensions to support the sustainability of indigenous lands in Acre?; 3) How does ethno-zoning orient or may orient the action of the state government in relation to indigenous peoples and which steps should be taken to its implementation as a public policy? Given the data presented, the conclusion is that the use of the results produced by ethno-zoning is still incipient in Campinas/Katukina indigenous land, and they happen mainly through the leaders and representatives of the community who participated in the elaboration of the tool. The maps and the management plan developed during the ethno-zoning can be considered efficient planning and diagnosis tools that represent the indigenous land reality and that help the Katukina people in the decision-making process about the management of their territory and in the dialogue with actors and institutions with which they relate. Moreover, the thematic maps and the management plan are potential pedagogic tools to approach the territorial management in its multiple facets, helping in the educational process and being an important instrument of environmental, intellectual and cultural heritage protection of the Katukina people.

Key words: Ethno-zoning; Public Policy; Indigenous Peoples; Territorial Management; Sustainability; Acre.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do Acre na América do Sul e Brasil	62
Figura 2 – Mapa das Terras Indígenas do Acre	74
Figura 3 – Situação do Etnozoneamento e Etnomapeamento das Terras Indígenas no Estado do Acre	98
Figura 4 – Mapa da Terra Indígena Campinas/Katukina	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Situação do Etnozoneamento nas Terras Indígenas do Acre	99
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAFI	Agente Agroflorestral Indígena
ACT Brasil	Amazon Conservation Team do Brasil
AEPI	Assessoria Especial dos Povos Indígenas
AER-RBR	Administração Executiva Regional da FUNAI - Rio Branco
AIS	Agente Indígena de Saúde
AISAN	Agente Indígena de Saneamento
AJACRE	Ajudância da Funai no Acre
AKAC	Associação Katukina do Campinas
AMAAI-AC	Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestrais Indígenas do Acre
ARPA	Projeto Áreas Protegidas da Amazônia
ATIX	Associação Terra Indígena Xingu
BEC	Batalhão de Engenharia de Construção
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCPY	Comissão Pró-Yanomami
CFPF	Centro de Formação dos Povos da Floresta
CIMI	Conselho Indigenista Missionário - Amazônia Ocidental
CNPI	Comissão Nacional de Política Indigenista
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CPI-AC	Comissão Pró-Índio do Acre
CTI	Centro de Trabalho Indigenista
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DERACRE	Departamento de Estradas e Rodagens do Acre
DR	Delegacia Regional
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FEM	Fundação de Cultura Elias Mansour
FLONA	Floresta Nacional
FPEE	Frente de Proteção Etno-ambiental Envira
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNTAC	Fundação de Tecnologia do Estado do Acre
GEF	Fundo Mundial do Meio Ambiente
GEF Indígena	Projeto “Catalisando a contribuição das Terras Indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros”
GT	Grupo Técnico
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
GTI-PNGATI	Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEPÉ	Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
IMAC	Instituto de Meio Ambiente do Acre
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	Instituto Socioambiental
ITERACRE	Instituto de Terras do Acre
KfW	Banco Alemão de Desenvolvimento
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
OPIAC	Organização dos Professores Indígenas do Acre

OPIN	Organização dos Povos Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia
PA	Projeto de Assentamento
PDA	Subprograma Projetos Demonstrativos
PDPI	Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas
PE	Parque Estadual
PF	Polícia Federal
PGAI	Programa de Gestão Ambiental Integrada
PIDS/ACRE	Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável para o Estado do Acre
PMACI	Plano de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas
PNGATI	Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais
PNSD	Parque Nacional da Serra do Divisor
PPG7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PPTAL	Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal
ProAcre	Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre
PROBOR	Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal
Projeto BID	Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre (BR-0313BID)
RESEX	Reserva Extrativista
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
SCA	Secretaria de Coordenação da Amazônia
SEAPROF	Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar
SEANP	Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas
SEATER	Secretaria de Estado de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre
SECTMA	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SEDR	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável
SEFE	Secretaria Executiva de Floresta e Extrativismo do Acre
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
SEPI	Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas
SEPLANDS	Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDHEVEA	Superintendência de Desenvolvimento da Borracha
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SPRN	Subprograma de Política de Recursos Naturais
TI	Terra Indígena
TNC	The Nature Conservancy
UC	Unidade de Conservação
UFAC	Universidade Federal do Acre
UNI	União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas
UPI	Unidade de Proteção Integral
WWF	World Wildlife Fund
ZAP	Zonas de Atendimento Prioritário
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico
ZEE/AC	Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

INTRODUÇÃO	16
1. CONCEITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL VOLTADAS PARA POPULAÇÕES INDÍGENAS NO BRASIL	21
1.1 AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS E O USO DOS RECURSOS NATURAIS	21
1.2 TERRITORIALIDADE E GESTÃO TERRITORIAL	26
1.2.1 Definindo conceitos de território e territorialidade	26
1.2.2 Territórios, Terras e Povos Indígenas no Brasil	29
1.3 GESTÃO TERRITORIAL EM TERRAS INDÍGENAS	33
1.3.1 O conceito de gestão territorial	33
1.3.2 Uma discussão acerca da gestão territorial em Terras Indígenas	35
1.3.3 Os indígenas enquanto atores da gestão territorial participativa	40
1.4 FERRAMENTAS DE GESTÃO TERRITORIAL E OS MAPEAMENTOS PARTICIPATIVOS EM TERRAS INDÍGENAS	45
1.4.1 A inserção das populações tradicionais nas pesquisas científicas e na elaboração de políticas públicas de desenvolvimento sustentável	45
1.4.2 Os instrumentos de planejamento e as ferramentas de gestão territorial em Terras Indígenas	48
1.5 AS POLÍTICAS DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL EM TERRAS INDÍGENAS	53
1.5.1 Política Indigenista no Brasil	53
1.5.2 Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI	55
1.5.3 Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI	56
2. O “ETNOZONEAMENTO EM TERRAS INDÍGENAS” SOB A ÓTICA DO GOVERNO DO ESTADO DO ACRE	59
2.1 UMA BREVE HISTÓRIA DO ESTADO DO ACRE	59
2.1.2 O Acre atual	62
2.2 OS POVOS E AS TERRAS INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE	64
2.2.1 História dos índios do Acre	64
2.2.2 Os povos indígenas no contexto acreano atual	72
2.3 A INTERFACE ENTRE O GOVERNO ESTADUAL E OS POVOS INDÍGENAS NO ACRE	75
2.3.1 Do Zoneamento Ecológico-Econômico ao “Etnozoneamento em Terras Indígenas”	77

3. O ETNOZONEAMENTO NA TERRA INDÍGENA CAMPINAS/KATUKINA	111
3.1 A TERRA INDÍGENA CAMPINAS/KATUKINA	111
3.2 OS KATUKINA	114
3.3 A ELABORAÇÃO DO ETNOZONEAMENTO NA TERRA INDÍGENA CAMPINAS/KATUKINA	122
3.4 O ETNOZONEAMENTO SOB A ÓTICA DOS KATUKINA DA TERRA INDÍGENA CAMPINAS/KATUKINA	132
3.4.1 Definindo o Etnozoneamento.....	132
3.4.2 O acesso e o uso dos produtos gerados pelo Etnozoneamento.....	134
3.4.3 Os “guardiões” dos produtos.....	138
3.4.4 A representação da realidade por meio dos mapas.....	139
3.4.5 O Etnozoneamento enquanto ferramenta pedagógica.....	140
3.4.6 Os Agentes Agroflorestais Indígenas e a gestão territorial.....	143
3.4.7 A busca pela Sustentabilidade.....	145
3.4.8 As mudanças de comportamento em relação ao uso dos recursos naturais.....	146
3.4.9 Alternativas para a produção alimentar.....	149
3.4.10 Os invasores.....	151
3.4.11 O Plano de Gestão.....	153
3.4.12 Colocando em prática os acordos internos para o uso do território.....	156
3.4.13 O Etnozoneamento e o diálogo com o Governo.....	159
3.4.14 Os frutos gerados pelo Etnozoneamento.....	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
BIBLIOGRAFIA	170
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa pretende analisar o “Etnozoneamento em Terras Indígenas do Acre” como ferramenta de gestão territorial. O sub-programa “Etnozoneamento em Terras Indígenas”, executado pelo Governo do Estado do Acre, faz parte do componente indígena do Plano de Ações Mitigadoras dos impactos gerados pela construção das rodovias BR-364 e BR-317. É também um dos indicativos do Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre – ZEE/AC – Fase I.

Com a demanda apontada na primeira fase do ZEE/AC para a realização do etnozoneamento em diversas terras indígenas – TIs no Estado, o Governo da Floresta, na segunda fase do ZEE/AC, decretou a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA como a executora do “Etnozoneamento em Terras Indígenas”. Assim sendo, na segunda fase do ZEE/AC, iniciada no ano de 2003, as ações relacionadas ao “Etnozoneamento em Terras Indígenas” foram inseridas no Plano de Governo e compatibilizadas com o Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável para o Estado do Acre – PIDS/Acre.

Segundo a definição do Governo do Estado do Acre, o “Etnozoneamento em Terras Indígenas” é um instrumento de diagnóstico, zoneamento e planejamento participativos, que tem como objetivo orientar as ações do governo estadual em relação aos povos indígenas, propiciando condições para que as comunidades realizem seus planos de gestão e manejo de recursos a partir do zoneamento de seus territórios. As ações viabilizadas por meio desse instrumento de planejamento centram-se na produção e uso de mapas temáticos que subsidiarão a elaboração do plano de gestão territorial das Terras Indígenas (ACRE. ZEE, 2004).

Desta forma, o etnozoneamento é composto de duas fases: a primeira, centra-se na produção e uso de mapas temáticos que, por sua vez, subsidiam a segunda fase, que consta na elaboração do plano de gestão territorial da Terras Indígenas. Entre os anos de 2004 e 2007, o Governo do Estado do Acre, realizou a primeira fase do etnozoneamento em oito terras indígenas – TIs¹, iniciando com uma experiência piloto na Terra Indígena Mamoadate em 2004/2005. Entre 2005 e 2006, o etnozoneamento foi realizado nas terras indígenas Rio Gregório, Katukina/Kaxinawá, Colônia Vinte e Sete, Igarapé do Caucho e Caeté. E em 2007, realizou-se nas terras indígenas Campinas/Katukina e Cabeceira do Rio

¹ Antes disso, em 2003, a antropóloga Andréa Martini, contratada como consultora pela SEMA/IMAC, realizou o Levantamento Participativo dos Recursos Naturais nas TIs Campinas/Katukina e Cabeceira do Rio Acre.

Acre. A segunda fase, de elaboração dos planos de gestão, foi realizada entre os anos de 2008 e 2010 nas mesmas oito TIs.

A experiência analisada na presente pesquisa é um estudo de caso referente às ações realizadas no âmbito do “Etnozoneamento em Terras Indígenas do Acre”, com foco nas atividades desenvolvidas na Terra Indígena Campinas/Katukina. Por meio do estudo de caso, aprofundou-se a descrição das etapas do etnozoneamento e dos produtos gerados ao longo de sua implementação. Também foram descritas e analisadas as percepções e opiniões dos indígenas que participaram da construção da ferramenta na referida terra indígena.

A Terra Indígena Campinas/Katukina, situa-se no Estado do Acre, no município de Cruzeiro do Sul. Foi identificada em 1977, demarcada em 1984 e homologada em 1993, com uma área de 32.624 hectares. Esta área localiza-se na zona de impacto direto da rodovia BR-364², que corta a terra indígena por 18 quilômetros em toda sua extensão leste-oeste. A população da TI é de aproximadamente 540 indivíduos da etnia Katukina, que distribuem-se em cinco aldeias: Campinas, Varinawa, Samaúma, Masheya e Bananeira.

Esta TI possui um território relativamente reduzido e extremamente impactado pela construção da BR-364. Assim sendo, os habitantes da TI Campinas/Katukina vêm se confrontando com diversos problemas socioambientais, tais como: invasão de seus territórios por caçadores, pescadores e madeireiros; escassez de recursos naturais estratégicos (animais de caça, recursos pesqueiros e madeiras de lei); insegurança alimentar; perda de conhecimentos tradicionais; terras do entorno extremamente degradadas. A estes fatores, somam-se os impactos diretos e indiretos gerados pela construção e pavimentação da rodovia BR-364.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar como e em que medida o “Etnozoneamento em Terras Indígenas” está contribuindo para a gestão territorial das terras indígenas do Estado do Acre, utilizando-se, para isso, o estudo de caso, na TI Campinas/Katukina. Desta forma, pretende-se responder às seguintes perguntas:

- O “Etnozoneamento em Terras Indígenas” do Acre é, de fato, uma ferramenta de gestão territorial?

² A BR-364 é uma importante via de ligação das principais cidades do Acre, uma vez que interliga a capital, Rio Branco, aos municípios de Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima.

- De que forma o etnozzoneamento subsidia ou pode subsidiar a gestão territorial em TIs, combinando-se a dimensão política de controle territorial com as dimensões ambiental, social, econômica e cultural, voltadas para a sustentabilidade das terras indígenas do Acre?

- De que forma o etnozzoneamento orienta ou pode orientar as ações do governo estadual em relação aos povos indígenas e quais os passos a serem seguidos para a sua implementação como política pública?

Parte das informações utilizadas neste trabalho foi obtida por meio de pesquisa bibliográfica, voltada principalmente para documentos relativos ao tema da gestão territorial e ambiental em terras indígenas, nos níveis local, regional, estadual e nacional. Uma outra parte, baseia-se em pesquisa de campo, realizada entre os dias 27 de agosto e 27 de setembro de 2009, período no qual foi visitada a Terra Indígena Campinas/Katukina, com o objetivo de coletar dados sobre a organização socioambiental e política do povo Katukina, assim como dados sobre a utilização e relevância dos produtos do etnozzoneamento e a influência desses produtos na gestão territorial da TI, identificadas por seus moradores.

É importante frisar que a presente pesquisa baseia-se também em informações coletadas à partir de observação-participante, entre os anos de 2002 e 2007, período em que a autora esteve envolvida em diversas atividades indigenistas no Estado do Acre, trabalhando como assessora técnica da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas – SEPI e da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/AC, ocasião em que atuou na elaboração do etnozzoneamento da Terra Indígena Campinas/Katukina, realizado em 2007. Além disso, atuou também como assessora de instituições indigenistas (PDPI e PPTAL) e organizações indígenas na elaboração e execução de projetos voltados à gestão territorial e ambiental em terras indígenas.

A análise do material produzido durante as oficinas de etnozzoneamento e os planos de gestão da TI Campinas/Katukina e outras TIs do Estado, foi realizada visando a identificação das etapas de planejamento, desenvolvimento e articulação inter e extra-governamental. Também procurou-se identificar os principais resultados alcançados e as demandas apontadas durante o processo de elaboração e aplicação da ferramenta.

A visita à Terra Indígena Campinas/Katukina realizou-se na companhia de Roberto de Alcântara Tavares (engenheiro florestal da Divisão de Etnozzoneamento da SEMA), entre os dias 05 a 15 de setembro, período no qual ocorreu a Oficina para a tradução do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI Campinas/Katukina, o que possibilitou a observação-participante de mais uma etapa do etnozzoneamento: a tradução do plano de gestão. A ida a

campo durante esta oficina também permitiu que se reunisse as principais lideranças indígenas da TI em um só local, o que facilitou e otimizou a coleta de dados.

A coleta de dados se deu por meio de observação participante e entrevistas semi-estruturadas³, aplicadas, principalmente, para as lideranças indígenas (caciques, professores, Agentes Agroflorestais Indígenas – AAFIs, Agentes Indígenas de Saúde – AIS), que participaram de uma ou mais etapas do etnozzoneamento em suas TIs. Foram entrevistados 11 Katukina⁴ e, procurou-se entrevistar pelo menos um morador de cada aldeia. No entanto, não foi possível entrevistar nenhum morador da Aldeia Bananeira, pois nenhum representante desta aldeia participou da oficina de tradução do plano de gestão.

Durante a pesquisa de campo, também foram visitadas as cidades de Rio Branco e Cruzeiro do Sul e seus respectivos órgãos públicos estaduais e municipais e, organizações da sociedade civil, nos quais realizaram-se entrevistas com secretários, técnicos e representantes de organizações indígenas, responsáveis pelo desenvolvimento de políticas de gestão territorial e ambiental em TIs do Acre⁵. Nestas instituições coletou-se um amplo leque de relatórios de atividades, documentos e publicações, principalmente em bibliotecas e arquivos da FUNAI, Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Acre – SEMA/AC, Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, Assessoria Especial dos Povos Indígenas – AEPI, Biblioteca da Floresta, Comissão Pró-Índio do Acre – CPI-AC, Organização dos Professores Indígenas do Acre – OPIAC, Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre – AMAAI-AC e em outras instituições e órgãos governamentais e não-governamentais.

Seguindo a proposta de abordar as diferentes percepções a respeito do “Etnozoneamento em Terras Indígenas” do Acre, os capítulos da dissertação tratam de aspectos situados em diferentes níveis: as políticas nacionais de gestão ambiental e territorial em Terras Indígenas, o etnozzoneamento sob a ótica do Governo do Estado do Acre e sob a ótica do povo indígena Katukina da TI Campinas/Katukina.

Nesses termos, a dissertação está organizada em três capítulos, seguidos das considerações finais. No primeiro capítulo é apresentado o referencial teórico que embasará a discussão desta dissertação, abordando temas como o uso dos recursos naturais por populações tradicionais, território, territorialidade e, gestão ambiental e territorial em terras

³ O roteiro da entrevista semi-estruturada encontra-se no Anexo I.

⁴ A lista dos entrevistados encontra-se no Anexo II.

⁵ Estas entrevistas, apesar de não serem formalmente analisadas ao longo da dissertação, são utilizadas pela pesquisadora como material para analisar o “Etnozoneamento em Terras Indígenas” do Acre sob a ótica de seus idealizadores e executores.

indígenas. Também neste capítulo, apresenta-se brevemente o cenário atual das políticas indigenistas voltadas para a gestão territorial e ambiental no Brasil.

No segundo capítulo, é abordada a visão do Governo do Estado do Acre sobre o “Etnozoneamento em Terras Indígenas”. Iniciando-se com uma breve contextualização do Estado do Acre, passa-se para a história dos povos indígenas da região. A partir daí, são apresentadas as políticas estaduais voltadas para os povos indígenas, com foco nas políticas ambientais e de ordenamento territorial, principalmente, o Zoneamento Ecológico-Econômico, onde está inserido o “Etnozoneamento em Terras Indígenas”.

No terceiro capítulo, o foco recai sobre a percepção indígena a respeito do etnozoneamento, sob a ótica dos Katukina, moradores da TI Campinas/Katukina. Com base na literatura etnográfica sobre os Katukina Pano, são realizadas sucintas descrições sócio-históricas sobre esse grupo e as TIs em que habitam, para em seguida, apresentar-se a percepção de alguns de seus representantes sobre o etnozoneamento.

Nas considerações finais, observa-se que o “Etnozoneamento em Terras Indígenas” é um instrumento político e técnico de planejamento e ordenamento territorial, usado no processo de diálogo e negociação entre as comunidades indígenas e o governo estadual, se tornando, assim, um instrumento de construção de parcerias. Por meio do estudo de caso realizado na TI Campinas/Katukina, pode-se afirmar que o etnozoneamento é uma ferramenta de gestão territorial que contribui para a gestão das terras indígenas no Estado do Acre, apesar de que, a utilização dos produtos gerados ao longo do processo, ainda é bastante incipiente e se dá, principalmente, pelas lideranças e representantes da comunidade que participaram da elaboração da ferramenta. Os mapas e o plano de gestão elaborados durante o etnozoneamento podem ser considerados eficientes ferramentas de diagnóstico e planejamento, que representam a realidade da TI e estão auxiliando o povo Katukina na tomada de decisões relativas à gestão de seu território e no diálogo com os atores e/ou instituições com os quais se relacionam. Também pode-se afirmar que os mapas temáticos e o plano de gestão, são potenciais ferramentas pedagógicas para abordar a questão da gestão territorial em suas múltiplas esferas, podendo auxiliar no processo educacional, tornando-se um importante instrumento de defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico, cultural e intelectual do povo Katukina.

CAPÍTULO 1. CONCEITOS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL VOLTADAS PARA POPULAÇÕES INDÍGENAS NO BRASIL

Este capítulo apresenta o referencial teórico que embasará a discussão desta dissertação sobre o “Etnozoneamento em Terras Indígenas” do Acre. Para tanto, serão tratados os temas da territorialidade e da gestão ambiental e territorial, assim como algumas formas de gestão ambiental e territorial realizadas por populações indígenas no Brasil. Em seguida, será realizada a contextualização e a apresentação das principais políticas públicas de gestão territorial e ambiental para povos indígenas no Brasil.

1.1 AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS E O USO DOS RECURSOS NATURAIS

Segundo Decreto presidencial de 13 de julho de 2006, são considerados “povos tradicionais”, dentre outros, os agricultores, seringueiros, comunidades de fundo de pasto, faxinais, quilombolas, pescadores, caiçaras, ciganos, quebradeiras de côco babaçu e indígenas. No entanto, é importante considerar que cada um desses grupos possui suas peculiaridades sociais e culturais e suas formas particulares de interagir com o meio ambiente. Isto posto, para Diegues & Arruda (2001), as populações tradicionais, de uma forma geral, são caracterizadas por: sua relação com o território onde se reproduzem socialmente; a importância das atividades de subsistência e a utilização de tecnologias de baixo impacto sobre o meio-ambiente; a importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco e compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; a importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas e; o fraco poder político em relação aos grupos de poder urbanos. As culturas tradicionais também estão associadas ao modo de produção pré-capitalista, próprio de sociedades em que o trabalho não se apresenta como mercadoria e, a dependência com o mercado, apesar de existir, não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais, visando sua reprodução cultural e social, sem visar diretamente o lucro. Corroborando com esta definição, mas com uma visão mais dinâmica do conceito de “tradicional”, que abre espaço para a reinvenção e re-elaboração de traços culturais, Cunha caracteriza essas comunidades da seguinte maneira:

Populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (por meios práticos e simbólicos) uma identidade pública que inclui algumas e não necessariamente todas as seguintes características: o uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, a presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e re-elaborados (Cunha, 2001:192).

Tradicionalmente, os povos indígenas brasileiros têm convivido em equilíbrio com o meio ambiente que lhes garante não só sustento físico das gerações presentes e futuras, como também inspiração e sustentação para suas culturas e cosmologias. Hoje, reconhece-se que o espaço territorial dos povos indígenas é fundamental não somente à sua manutenção física, cultural e econômica, como também é de suma importância para a conservação dos biomas brasileiros, dos recursos naturais e da biodiversidade associada (Cunha, 1999; BRASIL. GTI-PNGATI, 2009; FUNAI, 2010).

Em maior ou menor medida, dependendo do bioma e da situação fundiária das TIs, uma vez que a regularização destas tem um impacto positivo contra as pressões externas, os modos de vida indígenas e a resistência que oferecem em defesa de suas terras têm desempenhado papel fundamental na proteção da biodiversidade. Na Amazônia especialmente, as TIs tem funcionado como barreiras contra o desmatamento, muitas vezes criando uma situação favorável para a contenção do atual processo de exploração dos recursos naturais (BRASIL. GTI-PNGATI, 2009: 08).

O fato das terras indígenas do Brasil, principalmente as localizadas na Amazônia brasileira, possuírem uma considerável cobertura florestal preservada, tem estimulado cada vez mais pesquisas, ações e discussões que associam a gestão territorial dessas áreas com a conservação dos recursos naturais (FUNAI/MMA, 2009). Diversos autores afirmam que os conhecimentos das populações tradicionais têm contribuído, ao longo dos séculos, para a conservação da biodiversidade. Estudos recentes afirmam que a manutenção e mesmo o aumento da diversidade biológica nas florestas tropicais está intimamente relacionada com as práticas tradicionais da agricultura itinerante dos povos indígenas. Vários desses estudos tendem a concordar que a agricultura itinerante tem sido um meio natural para usar as propriedades regenerativas da floresta em benefício do homem (Posey & Ballée, 1989, Posey, 1995, Diegues, 2001). As populações tradicionais, através de suas práticas culturais contribuíram e continuam contribuindo para a manutenção da diversidade biológica, desde que sejam respeitadas e mantidas suas formas tradicionais de manejo (Diegues, 2001).

Para as comunidades tradicionais a conservação dos recursos significa sua própria sobrevivência e reprodução econômica e social, a terra em que nasceram e morreram seus antepassados e em que nascem os seus filhos (Diegues, 2001: 120).

O reconhecimento da interdependência positiva entre biodiversidade e sociodiversidade, tem levado à conclusão de que existe uma estreita relação entre a diversidade ecológica dos ecossistemas de floresta tropical úmida e a complexidade sociocultural dos povos que neles viveram e vivem.

Tais processos co-evolutivos teriam dimensões tanto materiais como mentais. Em termos materiais, poder-se-ia caracterizar a “natureza” tropical como produto de uma manipulação muito antiga da flora e da fauna e os estilos de vida indígenas como sistemas complexos e eficientes de manejo de “recursos”. Em termos simbólicos, as cosmologias ameríndias poderiam ser caracterizadas como ecologias, os mitos como planos para o uso da terra e os seus conhecimentos empíricos das inter-relações complexas entre organismos e seus meios ambientes como etnociências⁶ (FUNAI/MMA, 2009: 08).

Contudo, esta contribuição efetiva dos povos indígenas na conservação da biodiversidade, por meio do manejo tradicional e comunitário dos recursos naturais, assim como os esforços de proteção e fiscalização realizados pela FUNAI e o estímulo à gestão ambiental das terras indígenas realizado pelo MMA e outros órgãos, não têm sido suficientes, nem eficientes na medida necessária para fazer frente às fortes pressões sobre as TIs (BRASIL. GTI-PNGATI, 2009).

Tais pressões resultam, hoje, de um complexo de fatores, dentre os quais se destacam os resultantes do avanço das fronteiras econômicas do país (agrícola, madeireira e mineral); a construção das grandes obras de infraestrutura, sobretudo nas áreas de transportes e energia; a transição demográfica pela qual passam os povos indígenas, o que acarreta a intensificação da exploração dos recursos naturais; as pressões externas pelos recursos existentes nas TIs, gerando maior exploração, seja por parte dos próprios índios, seja por terceiros; e, por fim, as novas necessidades econômicas dos indígenas por bens de consumo, relacionada à substituição das formas tradicionais de uso de recursos naturais (id. *ibid*: 03).

Também vale ressaltar que, no Brasil, a situação das terras indígenas é bastante diversa e que há um gradiente de situações em relação ao uso e ao estado dos recursos naturais, dependendo das regiões e dos cenários nas quais essas terras se inserem. Miller (2008, Parte 1: 01), aponta estas diferentes situações:

[...] desde aquelas terras com um nível de uso e pressão humana em pleno equilíbrio com o meio natural e sua capacidade de suporte, até situações que exibem um processo alarmante de degradação dos recursos naturais e, conseqüentemente, o comprometimento dos serviços ambientais, chegando a uma situação de insustentabilidade. Ao longo desse gradiente de situações, observa-se que o manejo ambiental outrora intrínseco à cultura e modo de vida indígena vem sendo abalado por uma série de pressões, tanto internas, quanto externas.

Desta forma, apesar de muitos autores considerarem as populações tradicionais como os “guardiões” dos recursos naturais em contraposição ao uso destruidor da frente de expansão desenvolvimentista, nem sempre essa afirmação é verdadeira, podendo ser, em alguns casos, considerada romantizada, pois existem situações em que o uso dos recursos

⁶ As etnociências – cujo objetivo é analisar as lógicas subjacentes ao conhecimento humano a respeito do mundo natural – têm contribuído para estudar o conhecimento das populações tradicionais em relação ao meio ambiente (Posey, 1987, 1996; Diegues, 2000, 2001; Correia, 2007).

realizado por essas populações não se dá de forma sustentável, principalmente quando elas se encontram “encapsuladas” em territórios limitados (muitas vezes bastante menores do que os territórios ocupados e utilizados originalmente) e pressionadas pelas relações econômicas do sistema capitalista características da sociedade envolvente. Não são raros os casos de comunidades indígenas realizando atividades como a mineração, ou manejo madeireiro de forma predatória, no interior de Terras Indígenas. Conforme Luciano (2006, apud FUNAI/MMA, 2009: 17) é sempre bom lembrar que *“a visão romântica e idealizada de que os índios são preservadores por natureza do meio ambiente não se sustenta, sobretudo, quando percebemos que também as culturas desenvolvem sistemas diferenciados de relações com o meio em que vivem”*.

A expansão das economias de mercados, baseadas na alta produtividade e no consumo, vem provocando efeitos negativos e, até devastadores, sobre as populações humanas que habitam ecossistemas frágeis, causando, ao mesmo tempo, o empobrecimento social e a degradação ambiental. A pauperização dessas populações, muitas vezes associada à perda dos direitos sobre as áreas em que vivem, tem levado muitas comunidades a sobre-explorar os recursos naturais, alterando a forma de relacionarem-se com o meio natural e social (Diegues, 2000). Lima (2006: 62) afirma que, apesar das populações tradicionais ou indígenas serem aliadas históricas e aparentemente naturais na conservação da diversidade biológica da Amazônia, são previsíveis as consequências de seu contato com os modelos predatórios característicos de atividades econômicas que não valorizam os modos de produção tradicional, não reconhecem os direitos territoriais e nem valorizam as culturas dessas populações.

Segundo Santilli (1999: 27), o contato com a sociedade envolvente *“deflagra irreversivelmente a incorporação de elementos culturais (técnicos, econômicos, políticos) pelas sociedades indígenas”*. Assim sendo, os povos indígenas que se encontram diante deste contexto, passam a ter a necessidade de criar novas estratégias de reprodução, baseadas em reformulações e inovações da “tradição”, assim como em novas configurações de “pluriatividade” relacionadas com o manejo do ambiente natural e a geração de renda (Verdum, 2006), o que realça a importância de se discutir a relação entre a sustentabilidade econômica e social das comunidades e as metas de conservação da biodiversidade (Miller, 2008, Parte 1).

Nessa discussão é imprescindível abordar programas de conservação e manejo da biodiversidade para as terras indígenas, tanto para assegurar o equilíbrio ambiental e o sustento físico e cultural das comunidades, como para fomentar ações de recuperação ambiental, quando for necessário (id. *ibid.*: 02).

Little afirma que, quando a questão territorial é vista sob a ótica dos povos tradicionais, o ordenamento territorial se dá como uma prática cotidiana desses grupos, dado que eles sempre estiveram vigiando e ordenando seus territórios, com base em seus interesses. O autor, então, atenta para a necessidade de inovações nas formas de co-gestão do território, em que deve-se conciliar visões de cima (Estado), com visões de baixo (populações tradicionais). *“O que está em jogo, é a capacidade do Estado brasileiro lidar com novas exigências de pluralismo levantadas por membros da sociedade nacional, não só na esfera territorial, mas nos âmbitos legal, étnico e social”* (Little, 2002: 20).

No entanto, Mlynarz (2008) ressalta que a falta de políticas públicas e de alternativas econômicas para os povos indígenas também tem fragilizado sua reprodução sócio-cultural. E, desta maneira, o autor reforça a necessidade de criação de políticas públicas que efetivamente possibilitem a integridade do meio natural, social e cultural das populações indígenas, mediante o acompanhamento, por parte do Estado, das formas com que a expansão das economias de mercado encontram tais populações. Lima (2006), afirma que a garantia dos direitos socioambientais dessas populações e a preservação do meio ambiente, dependem fundamentalmente de políticas de ordenamento e gestão territorial:

Entretanto, a equação da relação cultural dos povos indígenas e das populações locais com seus territórios, o Estado, o avanço das fronteiras da sociedade de mercado e as garantias aos seus direitos socioambientais, fundamentalmente à terra e à preservação das condições ambientais que garantem a sua sobrevivência, depende, fundamentalmente de políticas de controle da ocupação desordenada do território mediante ações concretas de gestão (Lima, 2006: 63).

Portanto, em se tratando de populações indígenas, que vivem e se reproduzem *“dentro de TIs formalmente definidas e reconhecidas pelo Estado-nacional num quadro de expansão demográfica e de avanço sobre seus territórios...”* (FUNAI/MMA, 2009: 07), nota-se que, uma vez que encontram-se diante de situações bastante diversas das que se encontravam tradicionalmente, quando não tinham limites pré-definidos pelo Estado e/ou outros agentes externos, para exercer a sua territorialidade, a criação de políticas de ordenamento e gestão territorial que envolvam os territórios e os povos indígenas, são de fundamental importância para garantir os direitos socioambientais dessas populações, assim como a preservação dos recursos ambientais dos quais elas dependem para sobreviver.

1.2 TERRITORIALIDADE E GESTÃO TERRITORIAL

1.2.1 Definindo conceitos de território e territorialidade

A imensa diversidade sociocultural do Brasil é acompanhada de uma extraordinária diversidade fundiária que, até recentemente, foi pouco reconhecida oficialmente pelo Estado brasileiro (Santilli, 1999; Little, 2002). Considerando-se que uma forma específica de ocupação espacial traduz-se em território e que, nenhuma sociedade existe sem imprimir uma lógica territorial ao espaço que ocupa, pode-se afirmar que as práticas sociais regulam o uso do espaço (Raffestin, 1993; Becker, 1990; Oliveira, 1999; Little, 2002, 2006; Rêgo, 2004; Gallois, 2004).

No entanto, existem múltiplos conceitos de território, desenvolvidos pelas diferentes áreas de conhecimento como a Geografia, a Ciência Política, a Economia, a Sociologia, a Psicologia e a Antropologia (Haesbaert, 2006). Segundo o autor (id. ibid.: 40), apesar da diversidade de conceitos, as várias noções de território podem ser agrupadas em quatro vertentes básicas:

- política ou jurídico-política, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

- cultural ou simbólico-cultural, que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

- econômica, onde é enfatizada a dimensão espacial das relações econômicas e o território é considerado como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho.

- natural(ista), que se utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico.

Neste sentido, o conceito de território adotado nesta pesquisa, pode ser enquadrado nas quatro vertentes descritas por Haesbaert, pois abrange a reprodução natural, cultural, social, econômica e jurídico-política dos povos e/ou sociedades que ocupam determinado espaço físico.

O Decreto nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT⁷, caracteriza as populações e territórios tradicionais da seguinte maneira:

Povos e Comunidades tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações (BRASIL. PNPCT. Decreto nº 6040/2007).

Neste contexto, território pode ser definido como a expressão espacial da cumulação de forças no nível econômico, político, cultural, e natural dos grupos sociais que ocupam uma porção do espaço, cuja resultante tem uma determinação cultural. Desta forma, o território compreende a afirmação do modo de vida dos grupos sociais, dos seus valores, dos seus costumes, das suas crenças, da sua economia, das suas instituições e das formas de construção do seu poder coletivo – caracterizado pela organização social e pelo poder de dominação ou capacidade de resistência à dominação (Raffestin, 1993; Oliveira, 1999; Becker, 1990; Little, 2002, 2006; Rêgo, 2004; Haesbaert, 2006). Portanto, a dimensão de área não é suficiente para definir um território; ao contrário, é o resultado de uma combinação de fatores que devem ser considerados tais como: os papéis que cumprem, a forma de organização, intercâmbio de elementos simbólicos e culturais, assim como as diretrizes políticas.

Little (2002: 03) afirma que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos e que, para se analisar o território de um grupo, é necessária uma abordagem histórica dos contextos específicos em que este território surgiu, em que foi defendido e/ou reafirmado. Portanto, considerando-se que cada sistema territorial possui uma territorialidade que lhe é própria e, definindo territorialidade como “o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou homeland” (id. ibid.: 03),

⁷ Cujo principal objetivo é promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

pode-se afirmar que *“a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas”* (id. *ibid.*: 03).

Segundo o autor (id. *ibid.*), a territorialidade humana se expressa de múltiplas formas, produzindo um amplo leque de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais. Sendo assim, a análise antropológica da territorialidade também precisa de abordagens etnográficas. No intuito de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu território, Little utiliza o conceito de cosmografia, definido como:

os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (Little, 2002: 03).

Partindo-se da afirmação de que as territorialidades resultam de relações sociais, é possível considerar que as mesmas provocam estratégias de controle de um grupo sobre o outro, através do fortalecimento de forças econômicas, políticas e culturais. A territorialidade envolve, assim, ao mesmo tempo, harmonia de idéias entre um determinado grupo, e também exclusões e tensões sociais entre este mesmo grupo e grupos distintos (Raffestin, 1993; Oliveira, 1999; Little, 2002; Rêgo, 2004; Gallois, 2004). Ao abordar as reflexões sobre etnicidade dos povos indígenas, Oliveira (1999) afirma que a idéia de territorialidade remete sempre a um processo de reorganização social, no qual pode existir a criação de novas unidades sócio-culturais, a constituição de mecanismos políticos, o controle social sobre os recursos naturais e a re-elaboração da cultura.

Segundo Rêgo (2004) e Haesbart (2006), a tendência da maioria dos territórios é de serem regulados, seja em relação ao uso de seus recursos ou pela definição de jurisdição sob os mesmos, o que justifica a existência de atores reguladores como o Estado, em suas diferentes instâncias, municipal, estadual ou federal. O conflito dos atores sobre o domínio de territórios e as tensões decorrentes, fazem com que novos territórios apareçam e se reproduzam, quase sempre com novos significados.

Em relação à questão fundiária no Brasil, Little (2002) afirma que esta é uma questão que vai além do tema de redistribuição de terras, se tornando uma problemática centrada nos processos de ocupação e afirmação territorial, que remetem, dentro do marco legal do Estado, às políticas de ordenamento e reconhecimento territorial. Para o autor, as novas condutas territoriais por parte dos povos tradicionais, nos últimos anos, criaram um espaço político próprio, no qual a luta por novas categorias territoriais virou um dos campos

privilegiados de disputa. Um dos principais resultados dessa luta tem sido a criação ou consolidação de categorias fundiárias de Estado, especialmente no que se refere à demarcação e homologação das terras indígenas, ao reconhecimento e titulação dos remanescentes de comunidades de quilombos e ao estabelecimento das reservas extrativistas.

1.2.2 Territórios, Terras e Povos Indígenas no Brasil

A população indígena no Brasil, atualmente, conta com cerca de 460 mil índios aldeados⁸, o que corresponde a aproximadamente 0,25% da população brasileira. Além destes, há entre 100 e 190 mil índios vivendo fora das terras indígenas, inclusive em áreas urbanas. Há também 63 referências de índios ainda não-contatados, além de existirem grupos que estão requerendo o reconhecimento de sua condição indígena junto ao órgão federal indigenista (FUNAI, 2010)⁹. Entretanto, o Instituto Socioambiental – ISA (2010)¹⁰ informa que o censo populacional realizado em 2000 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE indicou que a parcela da população brasileira que se auto-declarou genericamente como indígena alcançou a marca de 734 mil pessoas e que, desde os anos 1980, tem-se verificado que a população indígena no Brasil está crescendo com uma taxa 3,5% ao ano, o que significa uma tendência real de reversão demográfica desses povos.

No Brasil, a grande maioria das comunidades indígenas vive em terras coletivas, declaradas pelo governo federal para usufruto exclusivo de seus habitantes. Os 225 povos indígenas contemporâneos estão distribuídos por todo o território brasileiro, no entanto, 60% da população indígena atual vive nos Estados da Amazônia Legal¹¹, onde as TIs correspondem a cerca de 21% do total do território. Também é bastante comum a localização de TIs na faixa de fronteira do Brasil com os países vizinhos e essa situação faz com que muitos povos habitem ou co-habitem esses países. Segundo os dados da FUNAI (2010), considerando-se as TIs que estão demarcadas¹², homologadas e também as que estão em processo de reconhecimento oficial, existem no país 611 TIs. Porém, se forem consideradas apenas as TIs cujos processos de demarcação estão minimamente na fase

⁸ Considerando-se índios aldeados como aqueles que vivem em aldeias, localizadas no interior das Terras Indígenas.

⁹ <http://www.funai.gov.br>. Acessado em 19/04/2010.

¹⁰ <http://www.socioambiental.org.br>. Acessado em 19/04/2010.

¹¹ A Amazônia Legal é composta pelos estados do Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte oeste do Maranhão.

¹² O processo de demarcação de Terras Indígenas, instituído na Lei n. 6.001, de 19/12/1973 e no Decreto n. 1.775, de 08/01/1996, é uma atribuição da FUNAI, sendo um meio administrativo para explicitar os limites do território tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas. Tal processo conta com 5 etapas: 1) Identificação e Delimitação; 2) Declaração; 3) Demarcação Física; 4) Homologação; 5) Registro em cartório. Paralelamente a estas etapas, ocorre o processo de extrusão de não-índios do interior da TI (FUNAI, 2010 - <http://www.funai.gov.br>. Acessado em 19/04/2010).

de delimitação, temos 488 TIs, com uma superfície correspondente a 105.672.003 hectares, perfazendo 12,41% do território brasileiro. As 123 áreas restantes, já tiveram os estudos para o processo demarcatório solicitados e ainda estão por ser identificadas (FUNAI, 2010).

Na Constituição Federal de 1988, o artigo 20 estabelece que as Terras Indígenas são bens da União, sendo reconhecidos aos índios a posse permanente e o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. Segundo Santilli (1999:24), *“a propriedade da União sobre as terras indígenas obriga o Estado a preservá-las frente a terceiros interessados, não apenas pela obrigação de defender os índios, mas também pela obrigação de defender seu próprio patrimônio”*. Na mesma Constituição, no Título VIII - “Da Ordem Social”, Capítulo VIII “Dos Índios”, as terras indígenas são caracterizadas da seguinte maneira :

Art 231: São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º. São terras tradicionalmente ocupadas por índios as por eles ocupadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º. O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma de lei.

§ 4º. As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º. É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantindo, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º. São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvando relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma de lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

§ 7º. Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174 §§ 3º e 4º.

Sendo assim, a partir de 1988, os direitos dos índios sobre as terras que tradicionalmente ocupam são de natureza originária, anteriores à formação do próprio Estado, existindo independentemente de qualquer reconhecimento oficial. Também por força da Constituição, o Poder Público é obrigado a promover o reconhecimento dessas terras – sempre que uma comunidade indígena ocupar determinada área nos moldes do artigo 231, o Estado terá que delimitá-la e realizar a demarcação física dos seus limites (Santilli, 1999; ISA, 2010).

O processo de demarcação é o meio administrativo para explicitar os limites do território tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas. Conforme a FUNAI (2010), a regularização das terras indígenas, por meio da demarcação, é de fundamental importância para a sobrevivência física e cultural dos vários povos indígenas que vivem no Brasil.

A ação demarcatória é fundamental e urgente enquanto ato governamental de reconhecimento, visando a precisar a real extensão da posse indígena a fim de assegurar a proteção dos limites demarcados e permitir o encaminhamento da questão fundiária nacional (FUNAI, 2010).

Além disso, a defesa dos territórios indígenas *“garante a preservação de um gigantesco patrimônio biológico e do conhecimento milenar detido pelas populações indígenas a respeito deste patrimônio”* (id.ibid).

Sabe-se que assegurar o direito à terra para os índios significa não só assegurar sua subsistência, mas também garantir o espaço cultural necessário à atualização de suas tradições. [...] A proteção das terras indígenas é, portanto, uma medida estratégica para o País, seja porque se assegura um direito dos índios, seja porque garantem os meios de sua sobrevivência física e cultural, e ainda porque se garante a proteção da biodiversidade brasileira e do conhecimento que permite o seu uso racional. A efetivação do direito territorial indígena e a preservação dessas populações em seus locais tradicionais tem sido, e continua sendo, nos tempos atuais, uma garantia da integridade dos limites territoriais brasileiros (FUNAI, 2010).

Raffestin (1993), afirma que a delimitação dos territórios, através da demarcação, permite ao Estado exercer as funções legais de controle e fiscalização. Além disso, a consolidação e transformação das unidades territoriais podem ser utilizadas como estratégia de dominação ou como rompimento com padrões vigentes, permitindo maior consciência do território e maior organização por parte dos atores sociais envolvidos. Assim sendo, a categoria Terra Indígena nasce dentro de um processo de construção e domínio do espaço nacional, que surge no/do processo político administrativo e legal de definição dos direitos e das formas operacionais de reconhecimento, proteção e regularização fundiária, pelo Estado

nacional brasileiro, das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas (Leite, 1999: 102; Verdum, 2006: 05).

Entretanto, Santilli (1999) atenta para a diversidade de concepções indígenas sobre território e territorialidade, assim como para as diferenças profundas quanto ao uso que cada povo faz das terras e de seus recursos. Gallois (2004) informa que muitos trabalhos acadêmicos afirmam a ausência do senso de territorialidade em determinados grupos indígenas, o que implica em noções abertas e variáveis de território e de limites para esses grupos. Neste caso, a idéia de território fechado, só surge a partir das restrições impostas pelo contato e pelos processos de regulação fundiária, contexto que, inclusive, favorece o surgimento de uma identidade étnica. Sendo assim, a autora afirma que os conceitos de “terra” e “território” são absolutamente distintos entre si e, sua diferença remete às variadas perspectivas e atores envolvidos no processo de reconhecimento e demarcação de uma TI, uma vez que, *“a noção de Terra Indígena diz respeito ao processo político-jurídico conduzido sob a égide do Estado, enquanto a de território remete à construção e à vivência, culturalmente variável, da relação entre uma sociedade específica e sua base territorial”* (Gallois, 2004:39). Desta forma, as respostas dos grupos indígenas à conversão de seus territórios em Terras Indígenas, devem ser analisadas cuidadosamente, caso a caso, pois *“não é da natureza das sociedades indígenas estabelecerem limites territoriais precisos para o exercício de sua sociabilidade. Tal adversidade advém exclusivamente da situação colonial a que essas sociedades são submetidas”* (Oliveira, 1996, apud Gallois, 2004: 39).

Segundo Gallois (2004), o contato remete a uma história contínua de conflitos e coloca os grupos indígenas diante de lógicas espaciais diferentes das suas próprias, que passam a ser expressas também em termos territoriais, levando à criação de novas estratégias de gestão territorial. Considerando-se que uma Terra Indígena é apenas uma parcela de um território outrora mais amplo, na transformação de um “território” em “terra”, passa-se das relações de apropriação (que prescindem de dimensão material) à nova concepção, de posse ou propriedade. Para a autora (id.ibid.: 40), concepções nativas de território, quando existem, são essenciais ao entendimento das relações de natureza social que são tecidas entre diferentes comunidades, em redes extensas de troca de diversos tipos, apesar do encapsulamento em terras fragmentadas.

Inúmeras situações evidenciam hoje que a defesa de um território parece dizer menos respeito à preservação de formas tradicionais de manejo de um espaço e de seus recursos do que a questões mais delicadas da convivência interétnica (Gallois, 2004: 41).

Santilli (1999: 29) afirma que diante das muitas concepções indígenas de territorialidade, surgem as dificuldades de identificação e de reconhecimento das terras indígenas pela sociedade-Estado nacional. Essas dificuldades são encontradas tanto por parte dos antropólogos, responsáveis pelos relatórios de identificação das terras, como por parte dos responsáveis pela política oficial de reconhecimento, que *“operam sob pressão a partir de um considerável desconhecimento sobre esses povos, suas culturas, suas formas próprias de conceber o território”*. Mas, segundo Gallois (2004), apesar das diferenças entre o conceito jurídico de Terra Indígena, tal como está posto na Constituição, e a compreensão antropológica da territorialidade concebida e praticada por diferentes grupos indígenas, pode haver intersecções e possibilidades de articulação entre ambos os conceitos. Para tanto, é necessário que sejam consideradas as formas específicas através das quais cada grupo indígena imprime sua lógica territorial ao seu espaço. Neste contexto, é muito importante que as relações territoriais não sejam reduzidas a uma suposta adaptação cultural a nichos ecológicos, o que faria com que *“toda a riquíssima variação de formas de territorialização indígena fosse reduzida à definição de limites da terra como modo de produção”* (Gallois, 2004: 41).

1.3 GESTÃO TERRITORIAL EM TERRAS INDÍGENAS

1.3.1 O conceito de gestão territorial

Uma vez que os povos indígenas encontram-se agora em territórios limitados, surge a necessidade de desenvolverem novas maneiras de gerir seus territórios. Sendo assim, desenvolveu-se uma nova conjuntura na relação Estado e povos indígenas, centrada em uma intervenção sobre o uso que os indígenas fazem da Terra Indígena, em nome da preservação da biodiversidade, dos territórios delimitados e dos crescimento populacional indígena. Desta forma, frente à atuação do Estado no processo de produção de territórios, as ações de gestão territorial surgem como tentativa de resolução de conflitos nas novas projeções territoriais e no uso dos recursos naturais (Correia, 2007).

Para se tratar do tema da gestão territorial em terras indígenas, é importante que esteja claro, primeiramente, a definição de gestão, cujo conceito está intrinsecamente associado à modernidade, emergindo no contexto da sociedade industrial, como um modo de contornar as crises ecológica e ambiental, utilizando-se de práticas e ferramentas de regulamentação, monitoramento e controle de processos sociais e naturais (FUNAI/MMA, 2009). Para Becker, a gestão do território é definida *“como a prática estratégica, científico-tecnológica do poder que dirige, no espaço e no tempo, a coerência de múltiplas decisões e*

ações para atingir uma finalidade e que expressa, igualmente, a nova racionalidade e a tentativa de controlar a desordem” (Becker, 1995: 296).

Segundo Lima (2006), a gestão territorial constitui uma função socioambiental do Estado brasileiro. A realização dos direitos socioambientais está diretamente condicionada à garantia de direitos territoriais e à manutenção das condições de interação entre as funções sociais, culturais e ecológicas desses territórios.

Na medida em que a gestão territorial implica investimento de energia [recursos humanos e financeiros] e de informação, o desafio posto ao Estado é o de conceber processos que estimulem e induzam os atores sociais e econômicos a abrirem suas estratégias de vida e de produção para negociar conflitos visando construir uma territorialidade socialmente menos excludente (Lima, 2006: 80).

Conforme o autor, para garantir esses direitos socioambientais, o Estado deve atuar preventiva e proativamente, buscando controlar e induzir as dinâmicas de ocupação territorial, por meio da formulação e implementação de normas, planos e políticas. A eficiência e eficácia das políticas públicas e da regulação dos direitos sociais estão diretamente relacionadas *“ao grau de consistência das informações que o Estado detém e produz sobre as relações sociais e econômicas a serem reguladas, das características do território e da energia que dispõe para investir na sua intervenção (recursos financeiros, humanos, jurídicos, administrativos e políticos)”* (id. *ibid.*: 82). Também é necessário haver *“informação, diagnósticos, análise, metas, avaliações, monitoramentos, sinergia de ações, coordenação, participação, cooperação e co-responsabilização entre os atores políticos envolvidos (poderes públicos e sociedade)”* (id. *ibid.*: 82).

Nesse sentido, a gestão territorial pressupõe, além de mecanismos institucionais e procedimentos de negociação de conflitos, existência de normas que operam para viabilizar programas, ações ou projetos públicos e privados, seja para estabelecer condições para a sua implementação, seja para condicionar ou conformar o exercício de liberdades individuais e das *“forças produtivas”* aos interesses e direitos coletivos e difusos indisponíveis da sociedade.

Os processos e as ações de gestão territorial, enquanto função socioambiental do Estado, podem e devem identificar dinâmicas territoriais cujos impactos sobre os direitos fundamentais mereçam intervenção pública. Devem identificar, portanto, conflitos entre usos (e pretensões de uso) do território, seus recursos e seus efeitos e permitir ao Estado que, planeje sua intervenção visando um resultado eficaz e eficiente, pois falamos de ação, recursos, interesses e direitos públicos (Lima, 2006: 83).

Em relação à gestão territorial em TIs na esfera estatal, Lauriola (2004) afirma que, uma vez que as TIs são consideradas terras da União, a promoção de ações relacionadas à gestão ambiental em TIs seria de competência do Ministério do Meio Ambiente – MMA e do

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. No Decreto 1.141, de 05 de maio de 1994, que “dispõe sobre as ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas”, em seu Art. 2º, institui-se que essas ações dar-se-ão mediante programas nacionais e projetos específicos, elaborados e executados pelos Ministérios da Justiça, da Agricultura e do Abastecimento, do Meio Ambiente, da Cultura e do Desenvolvimento Agrário. No tocante a Proteção Ambiental, o Decreto define o seguinte:

Art. 9º. As ações voltadas à proteção ambiental das terras indígenas e seu entorno destinam-se a garantir a manutenção do equilíbrio necessário à sobrevivência física e cultural das comunidades indígenas, contemplando:

I – diagnóstico ambiental, para conhecimento da situação, como base para as intervenções necessárias;

II – acompanhamento e controle da recuperação das áreas que tenham sofrido processo de degradação de seus recursos naturais;

III – controle ambiental das atividades potencial ou efetivamente modificadoras do meio ambiente, mesmo aquelas desenvolvidas fora dos limites da terra indígena que afetam;

IV – educação ambiental, dirigida às comunidades indígenas e à sociedade envolvente, visando à participação na proteção do meio ambiente nas terras indígenas e seu entorno;

V – identificação e difusão de tecnologias indígenas e não indígenas, consideradas apropriadas do ponto de vista ambiental e antropológico.

Segundo Lauriola (2004), pelo fato desses órgãos – MMA e IBAMA – possuírem reduzida capacidade de atuação junto às populações indígenas, a FUNAI, por ser o órgão público responsável pela política indigenista do país, teria fundamentalmente mais experiência e capacidade institucional para atuar na gestão ambiental das TIs. Entretanto, Ricardo *et al.* (2004), afirma que o esfacelamento institucional da FUNAI e as dificuldades de recomposição do órgão, dados os conflitos internos existentes, são fatores que dificultam o trabalho deste órgão na gestão ambiental das TIs. Além disso, o processo de fiscalização sobre o cumprimento da legislação indigenista fica prejudicado pelo fato da FUNAI não possuir em seu regulamento o poder de exercício de policiamento sobre as terras indígenas, o que a impossibilita de impor multas e lavrar autos de infração e apreensão.

1.3.2 Uma discussão acerca da gestão territorial em Terras Indígenas

Grande parte das terras indígenas na Amazônia Legal estão demarcadas atualmente, no entanto, a demarcação, sozinha, não é suficiente para garantir a proteção das terras e a qualidade de vida dos povos indígenas. A importância das Terras Indígenas para a

conservação da biodiversidade, aliada à necessidade de implantar ações que apoiem os povos indígenas na busca pela gestão e manejo sustentável dos recursos naturais de seus territórios, têm se tornado cada vez mais parte integrante dos projetos e políticas públicas em curso no país. Porém, quando se trata de gestão ambiental e gestão territorial empregadas às terras indígenas, encontra-se uma multiplicidade de definições, sem que, no entanto, haja consenso entre os diversos grupos envolvidos com o tema. Isto ocorre pelo fato dessas categorias articularem um campo de disputas entre vários atores sociais, fundamentando-se em reivindicações políticas dos grupos e instituições que as promovem (Verdum, 2006; Miller, 2008; FUNAI/MMA, 2009).

O tema de gestão ambiental nas terras indígenas é assunto que gera um grande leque de interpretações e posicionamentos, com a participação de atores sociais e institucionais variados. Ao mesmo tempo, representa um ponto de encontro, de interface e até de conflito entre diferentes paradigmas acerca da relação sociedade natureza, e dos interesses individuais e coletivos (Miller, 2008: 01)

Assim sendo, alguns atores consideram a gestão ambiental e/ou territorial de forma mais ampla, outros de forma mais restrita, também há aqueles que consideram as gestões ambiental e territorial como sendo a mesma coisa. Little (2006) afirma que, em alguns casos, instituições estão fazendo trabalhos semelhantes, mas utilizam termos diferentes para nomear os seus trabalhos, em outros casos, usam o mesmo conceito para nomear trabalhos divergentes. Por este motivo, *“a elaboração de diretrizes que vão nortear a formulação de políticas públicas requer, portanto, um consenso mínimo em torno da definição e uso dos conceitos envolvidos nesse campo, para que todos atuem com base no mesmo horizonte de referências conceituais”* (Little, 2006: 16). Diante desta grande variedade de termos, conceitos e definições, a FUNAI/MMA (2009) elaborou um material para subsidiar a formulação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas – PNGATI, no qual adotou-se o termo “gestão ambiental e/ou territorial de/em Terras Indígenas”, até que se defina qual o termo mais adequado e que será consensualmente utilizado. O documento de apoio às consultas regionais aos povos indígenas sobre a PNGATI, define para os fins desta Política:

II. Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas: conjunto de domínio político e simbólico do espaço que constitui o território de um povo indígena, englobando os seus saberes tradicionais e suas práticas quanto ao uso dos recursos naturais e da biodiversidade. Considera ainda a dimensão dos mecanismos, dos processos e das instâncias culturais de decisão relacionados aos acordos de uso e os consensos internos próprios de cada povo, e que são necessários para a busca da sustentabilidade ambiental das terras indígenas (BRASIL. GTI-PNGATI, 2009: 09).

No entanto, quando se diferencia as duas categorias de gestão, há uma tendência de se considerar a gestão territorial como sendo algo mais abrangente, denso e integral que a gestão ambiental (FUNAI/MMA, 2009). Para uma parte dos autores que dissertaram sobre as diferenças entre as duas categorias de gestão em terras indígenas, a ambiental está limitada à gestão dos recursos naturais de forma sustentável, envolvendo apenas as idéias de conservação e de proteção ambiental:

O processo de gestão ambiental inicia-se quando se promovem adaptações ou modificações no ambiente natural, de forma a adequá-lo às necessidades individuais e coletivas [...] (Philippi Jr. Et al, 2004, apud Verdum, 2006: 07).

Desta forma, a gestão ambiental se refere às ações que podem ser classificadas como uma intervenção humana no ambiente natural e é definida por Verdum da seguinte maneira:

Uma ação onde há uma intencionalidade, orientada para determinados fins e por pressupostos mais ou menos conscientes, de adaptação e/ou promoção de mudanças mais ou menos impactantes no ecossistema e nos processos ecológicos (Verdum, 2006: 07).

Também cabem na noção de gestão ambiental as manifestações práticas sócio-culturais individuais e coletivas indígenas de ocupação territorial e utilização das potencialidades naturais aí disponíveis (Verdum, 2006: 08).

Miller (2008, Parte 01: 02) considera que a gestão ambiental é:

praticada quando há reflexão por parte de indivíduos e comunidades acerca do seu uso dos recursos naturais e das formas em que as pressões humanas podem afetar a sustentabilidade desse uso. Implícito nesse conceito de gestão ambiental é que, como resultado dessa reflexão, há uma busca pela maior sustentabilidade no uso dos recursos naturais. Ou seja, as ações de gestão ambiental são fruto de um processo de diálogo e proposição.

Enquanto a gestão territorial, baseada no conceito de gestão de Becker (1988), “*é a prática estratégica do poder no espaço, cientificamente formulada e tecnicamente exercida*”, combinando a dimensão política do controle territorial com a dimensão ambiental de ações voltadas para a sustentabilidade (FUNAI/MMA, 2009: 07).

Dentre as várias definições existentes, adotar-se-á, nesta pesquisa, a concepção proposta por Little (2006: 21), que considera a gestão ambiental como “*ações de manejo ou gerenciamento dos fluxos biofísicos existentes nos ecossistemas para fins de conservação e uso sustentável da natureza*”, enquanto a gestão territorial pode ser entendida como um processo que co-relaciona “*o controle político e o manejo ambiental do espaço geográfico que é o território de um grupo social ou entidade política*”, englobando atividades de ordenamento territorial e de gestão ambiental como parte essencial de sua implementação.

Desse modo, toda gestão ambiental é, por definição, uma modalidade de gestão territorial, portanto, é importante esclarecer que, na presente pesquisa, quando houver referência à gestão territorial, deve-se considerar que aí está embutido, também, o conceito de gestão ambiental.

Em relação ao surgimento da preocupação à respeito da gestão territorial das TIs no Brasil, o documento da FUNAI/MMA (2009: 08), afirma que:

Ao longo dos anos 1990, a realidade dos povos indígenas transitava da luta pela terra à consolidação do controle sobre o território conquistado por meio do manejo dos seus recursos, dando origem à necessidade das organizações indígenas adquirirem novas competências e habilidades para *gerir* as TIs reconhecidas.

Desta forma, segundo o mesmo documento (id.ibid., 2009: 08-09), a preocupação com gestão ambiental e/ou territorial de/em TIs no Brasil, tornou-se objeto de atenção pública por meio de um lento processo em que “*vetores em diferentes escalas e com diferentes ritmos se cruzaram*”, sendo eles:

1) A emergência do movimento indígena como ator político de direito próprio, por meio das associações indígenas de múltiplas escalas (locais, regionais, nacionais) e de movimentos sociais que emergiram, principalmente a partir da década de 1980, na Amazônia, e que incorporaram a dimensão ambiental às suas demandas, reivindicações e identidades políticas, forjando alianças e coalizões em defesa de seus territórios.

2) As transformações da política indigenista no Brasil nos últimos 20 anos, principalmente com a extinção do instituto jurídico da tutela; as mudanças nos processos de demarcação das TIs, que passam a ter grande foco nas variáveis ecológicas e ambientais, a fim de garantir aos povos indígenas as terras “imprescindíveis à preservação dos recursos naturais necessários ao seu bem estar”; fim do monopólio da ação governamental e da concentração de poderes de gestão dos assuntos indígenas nas mãos da FUNAI e; avanço nos processos demarcatórios, impulsionado tanto pelos movimentos sociais, quanto pela cooperação internacional.

3) A revisão de idéias sobre a história ecológica e cultural da Amazônia, que passa a enfatizar a complexidade social das populações indígenas e a diversidade ecológica do bioma, reconhecendo a interdependência positiva entre biodiversidade e sociodiversidade e a concepção de que as florestas tropicais teriam sustentado sociedades complexas, hierarquizadas e demograficamente expressivas.

4) O avanço no debate e nas soluções propostas para administrar o suposto conflito causado pela presença humana em unidades de conservação de proteção integral. O movimento conservacionista internacional passa a reconhecer os benefícios ambientais diretos ou indiretos das áreas de refúgio habitadas por povos indígenas.

5) A entrada em cena da cooperação técnica e financeira internacional e de organizações internacionais religiosas ou não, com recursos para apoiar projetos e iniciativas relacionadas a povos indígenas e ecossistemas de valor global, no contexto da política internacional do combate ao desmatamento da Amazônia. A tradução institucional disso foi a institucionalização do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7, que com seus variados subprogramas (PDA, PPTAL e PDPI), relacionados de algum modo à gestão dos povos e terras indígenas, impulsionou algumas inovações importantes relativas aos procedimentos de regularização fundiária e ao apoio a iniciativas e experimentos participativos de vigilância territorial e produção sustentável.

Também neste documento, é mencionado que alguns dos atores envolvidos nesta discussão consideram a regularização fundiária como uma fase inicial e fundamental no processo de gestão territorial e/ou ambiental em terras indígenas, pois, *“a ausência de reconhecimento formal da terra, impossibilita a definição da área a ser gerida, dificultando a elaboração do “projeto de gestão” do território”* (id.ibid.:13). Como exemplo desta posição, é citado o Projeto Integrado de Proteção às Terras Indígenas da Amazônia Legal – PPTAL:

É importante lembrar que o processo de demarcação intenta dar poder aos povos indígenas, reforçando o controle sobre as suas próprias terras. Assim, qualquer processo de gestão que acompanhe ou surja desse processo de demarcação deve ser conduzido pelos próprios povos indígenas, com a meta final de promover ou restabelecer a auto-sustentação (FUNAI/PPTAL, 2004 apud FUNAI/MMA, 2009: 13).

Para outros, a regularização fundiária está mais diretamente relacionada com o processo de ordenamento territorial realizado pelo Estado, que com a gestão ambiental realizada pelos indígenas no interior de seus territórios (FUNAI/MMA, 2009).

A gestão ambiental e/ou territorial de/em terras indígenas também pode ser relacionada com as ações de proteção e vigilância, que podem ser entendidas ora como um “guarda-chuva” de ações que engloba, também, a gestão territorial, ora como parte de uma estratégia de gestão territorial mais abrangente:

A adoção por parte do Estado de medidas cautelares e punitivas, mesmo sendo necessárias em dadas situações, não é suficiente para garantir a proteção dos territórios, mas o apoio a ações “de vigilância e gestão territorial propostas e geridas pelos próprios índios, expressas em projetos

que contemplem opções economicamente viáveis para os grupos implicados, representa um primeiro passo rumo a soluções duradouras (PPTAL, 1998 apud FUNAI/MMA, 2009: 15).

Nesses termos, não se deve confundir a proteção dos territórios indígenas e do ambiente natural, com preservação e conservação da biodiversidade pura e simples. É necessário encontrar uma estratégia de conservação viável que articule a segurança ecológica com a segurança e o bem estar das comunidades indígenas (Verdum, 2006). *“Do contrário, corre-se o risco de contribuir para a nova categoria de refugiados, os “refugiados da conservação””* (Dowie, 2005, apud Verdum, 2006).

É importante ter clareza de que estamos tratando de expressões-artefatos culturais e políticos que, em decorrência dessa natureza, estão sujeitas a serem acionadas na construção de narrativas e projetos de uso do território ligados à idéia de desenvolvimento que nem sempre ou muito pouco atenta para o bem-estar e os direitos dos povos indígenas (Verdum, 2006: 09)

Sendo assim, Verdum (2006) atenta para a necessidade de construção e aplicação de políticas públicas com visões mais integradas sobre o controle e a autonomia territorial, a gestão ambiental e a soberania alimentar dos povos indígenas. Para tanto, é necessário que se busque mecanismos de gestão e controle social que garantam a manifestação das múltiplas visões e os modos diferenciados de realizar o desenvolvimento dessas populações.

1.3.3 Os indígenas enquanto atores da gestão territorial participativa

Independente dos termos utilizados, há que se ter claro que as ações denominadas como gestão ambiental e/ou territorial devem contribuir, prioritariamente, para a proteção dos territórios e das condições ambientais necessárias à sobrevivência física e cultural, sem deixar de lado o bem-estar das comunidades indígenas.

Assim, quando ouvimos falar em proteção das terras indígenas, não devemos pensar somente em demarcação, mas também na vigilância, na fiscalização e na gestão dessas terras. A gestão territorial praticada pelas comunidades indígenas permite que os recursos naturais em suas terras sejam usados para o bem-estar da sua população, sem prejudicar o meio-ambiente (IEPÉ, 2007: 01).

Neste sentido, diversos autores afirmam que a gestão participativa é imprescindível para o êxito de projetos locais. O protagonismo indígena, assim como a formação e capacitação de recursos humanos indígenas para que assumam o controle dos seus territórios e de seus próprios projetos de desenvolvimento, são elementos fundamentais para a construção de mecanismos eficientes de gestão territorial das TIs (Verdum, 2006; Miller, 2008).

Segundo o relatório da Rede de Cooperação Alternativa Brasil – RCA, sobre o Seminário de “Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas”¹³, o uso de ferramentas estratégicas de proteção territorial e conservação ambiental são imprescindíveis para a sustentabilidade dos territórios. Dentre as ferramentas citadas, estão os mapeamentos participativos e os planos de gestão, que devem ser *“construídos e acordados coletivamente, envolvendo vigilância e fiscalização de limites, segurança alimentar, proteção da floresta, relação com vizinhos, bem como a implementação de projetos de desenvolvimento comunitário”* (RCA, 2009: 01). A organização comunitária para o planejamento e implementação de atividades coletivas e a realização de intercâmbios entre aldeias, povos e terras indígenas também foram apontados como mecanismos importantes para viabilizar uma gestão territorial e ambiental integrada das terras indígenas. Por fim, a necessidade de uma política pública específica para a proteção e gestão territorial e ambiental das terras indígenas, elaborada com a participação efetiva de representantes das comunidades e organizações indígenas, foi indicada como fundamental para que os povos indígenas alcancem qualidade de vida em seus territórios (RCA, 2009).

A participação indígena nas iniciativas de gestão ambiental, inclui também uma preocupação com o uso a longo prazo dos recursos naturais. O Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena – IEPÉ, corrobora com esta posição, quando afirma que:

A gestão territorial das terras indígenas deve ser feita pensando no futuro das comunidades. Essas terras foram demarcadas para os povos indígenas, ou seja, não só para as pessoas que estão vivendo nelas agora, mas também para seus filhos, netos, bisnetos. Os recursos das terras indígenas devem ser usados de forma sustentável, para continuarem existindo no futuro (IEPÉ, 2007).

Por este motivo, dentre as práticas de gestão territorial e ambiental em terras indígenas, é de fundamental importância a formação de agentes indígenas para atuarem na gestão de seus territórios. Já existem algumas iniciativas de formação sendo realizadas no país e, na maioria dos casos, ocorrem com o apoio de ONGs que atuam junto aos povos indígenas. Os agentes em formação vêm sendo nominados como agentes agroflorestais, agentes de manejo, agentes ambientais e, sua formação é considerada uma forma eficiente de inserir e engajar as comunidades indígenas *“na construção de iniciativas coletivas relativas ao presente e ao futuro de seus territórios e dos recursos neles existentes”* (RCA, 2009: 01).

¹³ realizado em outubro de 2009, com a participação de diversas instituições indígenas e indigenistas.

Em um levantamento realizado por Aquino & Iglesias, no ano de 2005, constatou-se a presença de aproximadamente 290 agentes ambientais indígenas, pertencentes a 26 povos indígenas, atuando em 33 TIs de sete estados do norte e centro-oeste do país (Aquino & Iglesias, 2005: 12). Programas das ONGs Comissão Pró Índio do Acre, Centro de Trabalho Indigenista, Comissão Pró-Yanomami e Instituto Socioambiental, têm formado agentes indígenas para atuar na gestão territorial nas TIs Alto Rio Negro (AM), Yanomami (RR), no Parque Indígena do Xingu (MT), e em diversas terras indígenas do Acre, Amapá, Maranhão e Tocantins. Os agentes indígenas e essas organizações parceiras têm trocado experiências por meio dos encontros da Rede Cooperação Alternativa, e em atividades de intercâmbio e formação.

No documento da FUNAI/MMA (2009: 17), o trabalho destes agentes é reconhecido como uma forma de contribuição à conservação das TIs:

[...] sabe-se que muitos indígenas formados enquanto agentes ambientais, agentes agroflorestais ou com denominações correlatas estão contribuindo consideravelmente para as ações de conservação e gestão ambiental e/ou territorial de/em TIs. Muitos desses indígenas e suas lideranças estão cientes da importância de suas terras para a conservação, e chegam a reivindicar uma remuneração pelos serviços ambientais prestados por eles.

Nessa linha de ações, há o trabalho pioneiro dos Agentes Agroflorestais Indígenas – AAFIs do Acre, que muito têm contribuído para ações de gestão ambiental e territorial associadas à conservação nas TIs. Os agentes agroflorestais indígenas são jovens e adultos indicados por suas comunidades para se capacitarem profissionalmente e atuarem na gestão territorial e ambiental das TIs, por meio de atividades que visam estratégias de sustentabilidade dos recursos naturais e o fortalecimento da segurança alimentar para as populações residentes nas TIs (MMA/PDA, 2002; Freschi, 2004). Assim, os AAFIs tornam-se interlocutores e agentes de introdução da ideologia de desenvolvimento sustentável em suas comunidades.

O projeto de formação dos AAFIs, iniciado em meados da década de 90 pela ONG Comissão Pró-Índio do Acre – CPI-AC, com um currículo especialmente relacionado à conservação e gestão dos recursos naturais, objetiva refletir, intervir e pensar alternativas para as várias situações socioambientais existentes nas terras indígenas e seu entorno (Gavazzi, 2003; Ochoa & Teixeira, 2006: 55). Em dezembro de 2009, a CPI-AC obteve a aprovação, pelo Ministério da Educação – MEC e pelo Conselho de Educação do Estado do Acre, da sua proposta curricular para a Formação Profissional e Técnica de Agentes Agroflorestais Indígenas. Os conteúdos da formação dos AAFIs, levam em conta o contexto específico de seus territórios e concentram-se prioritariamente nas seguintes atividades:

legislação ambiental; fiscalização e vigilância dos territórios; ecologia indígena; princípios de agrofloresta; manejo de ecossistemas; manejo de recursos naturais como frutas, palhas e madeiras nativas, caça e pesca; agroextrativismo; implantação de hortas orgânicas e; artes e ofícios, incluindo a reciclagem de madeira através da confecção de objetos de arte (móveis e esculturas) (Gavazzi, 2003; MMA/PDA, 2002). Os AAFIs também são capacitados para elaborar planos de uso dos recursos naturais, juntamente com as suas comunidades:

Como importante elemento do seu trabalho técnico e político, os agroflorestais, estão trabalhando na implementação dos Planos de Uso dos Recursos Naturais – PURNs. Eles realizam atividades de vigilância e fiscalização das terras indígenas, assim como o conhecimento das leis de crimes ambientais para que possam intervir nas políticas locais, no sentido assegurado constitucionalmente (Ochoa & Teixeira, 2006: 55).

Do ponto de vista dos próprios AAFIs, seu trabalho é definido da seguinte forma:

A profissão do agente agroflorestal não é só plantar frutíferas, palmeiras e outras árvores na aldeia, mas é também orientar a comunidade no cuidado do meio ambiente, na conservação e manejo dos nossos recursos naturais. Somos educadores ambientais indígenas. Estamos trabalhando junto de nossas lideranças, professores, agentes de saúde, presidentes de associações e com o pessoal da nossa comunidade no manejo dos recursos naturais, elaborando e discutindo o plano de uso dos recursos naturais das nossas florestas. Fazemos reuniões, discutimos com a comunidade, ensinamos e orientamos nossos parentes na gestão ambiental.

Para trabalharmos na gestão, estamos nos conscientizando dos problemas ambientais. Estamos preocupados com a destruição de todo o planeta (Agentes Agroflorestais Indígenas, 2001 *in* MMA/PDA, 2002: 27).

Ao considerar as articulações e parcerias políticas como uma estratégia fundamental de seu trabalho, os agentes agroflorestais se organizaram para a defesa de seus interesses. Como fruto de sua formação e atuação fundaram, em 2002, a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre, conhecida como AMAAI-AC, que é uma organização não-governamental indígena, regional e multiétnica, que tem por objetivo e responsabilidade representar todos os AAFIs do Estado do Acre (Freschi, 2004). Segundo dados da CPI-AC, em 2005 haviam no Estado do Acre cerca de 109 AAFIs, de 10 etnias, atuando em 23 TIs e 11 municípios acreanos. Deste total, 88 receberam formação pela CPI-AC e 21 pela Secretaria de Estado de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre – SEATER (CPI-AC, 2005 *in*: ZEE. ACRE, 2006: 214). Em outubro de 2004, a AMAAI-AC organizou o I Fórum dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre¹⁴ para discutir temas ligados à gestão territorial e ambiental das terras indígenas e de seu entorno, bem como

¹⁴ Realizado em Rio Branco/Acre, com a participação de 85 indígenas, entre eles agentes agroflorestais, professores, lideranças tradicionais e representantes de associações (Ochoa & Teixeira, 2006:55).

pleitear junto ao governo do Estado do Acre o reconhecimento profissional da categoria de agentes agroflorestais indígenas (Ochoa & Teixeira, 2006: 55). Durante o evento, os AAFIs elaboraram um documento que foi entregue a representantes de vários setores do governo estadual, no qual, dentre as propostas apresentadas, estavam as seguintes:

1. O reconhecimento profissional dos AAFIs como funcionários da floresta, com o estabelecimento de um mecanismo duradouro para a contratação e a remuneração pelos serviços prestados às suas comunidades, ao Estado do Acre, ao país e ao planeta.
2. A implementação de políticas públicas que venham a contemplar e fortalecer as ações que os AAFIs estão implementando em suas terras indígenas, dentre as quais: [...] o apoio as ações que contribuam para uma maior conscientização das populações do entorno das terras indígenas quanto ao respeito dos limites de nossas terras e à conservação e do uso sustentável dos recursos naturais ali situados.
3. A garantia da efetiva participação da AMAAI-AC no planejamento e implementação de políticas públicas estaduais destinadas às terras indígenas ou aquelas que possam causar impactos ambientais em seu entorno.
4. A discussão e definição de critérios para a ampliação da formação de agentes agroflorestais para outras terras indígenas ainda não contempladas pelos diferentes programas já em curso no estado.

Achamos que está na hora do Governo da Floresta assumir a proposta com a qual já se comprometeu. Reconhecer a nossa profissão como gestores ambientais é também exercer a florestania. (Relatório do I Fórum dos AAFI do Acre, 2004, *In*: Ochoa & Teixeira, 2006: 56)

Desta forma, percebe-se que, no Estado do Acre, os AAFIs, representados pela AMAAI-AC, estão bastante articulados e mobilizados para atuarem em ações de gestão territorial, assim como para participarem efetivamente do planejamento e implementação de políticas públicas estaduais destinadas aos povos indígenas ou aquelas que possam causar impactos ambientais no entorno das TIs. No entanto, conforme o documento acima mencionado, é necessário o apoio dos governos para que as ações de gestão possam ser inseridas nas políticas públicas estaduais e implementadas nas TIs.

Assim sendo, apesar de iniciativas de gestão territorial já estarem sendo praticadas por várias comunidades indígenas, partindo de processos e decisões internas das próprias comunidades, com ou sem o apoio oficial ou de entidades indigenistas e/ou conservacionistas, é necessário que haja um apoio mais sistemático por parte dos governos Federal e estaduais, a fim de ampliar e garantir a efetividade de tais iniciativas comunitárias e estimular novas ações neste sentido.

1.4 FERRAMENTAS DE GESTÃO TERRITORIAL E OS MAPEAMENTOS PARTICIPATIVOS EM TERRAS INDÍGENAS

1.4.1 A inserção das populações tradicionais nas pesquisas científicas e na elaboração de políticas públicas de desenvolvimento sustentável

É cada vez mais evidente a necessidade de inserção das populações tradicionais nos projetos e políticas que, de alguma forma, lhes beneficiam. A consulta aos povos indígenas é garantida pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT¹⁵, especialmente no Artigo 6, sobre Povos Indígenas e Tribais, segundo o qual os governos devem consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e por meio de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente.

Conforme sublinha Little (2002: 41), *“o cerne da questão da autonomia está na manutenção (ou reconquista, se for o caso) de um alto grau de controle sobre a tomada de decisões que afetam o grupo étnico local”*. Para Gallois (2001), a demanda dos indígenas frente ao desenvolvimento é, sobretudo, uma demanda por autonomia. No entanto, as alternativas de desenvolvimento autônomo são muitas e acontecem em diversas escalas. Sua construção implica em um processo diferenciado para cada povo ou região, não bastando que os agentes dessa construção sejam indígenas, mas que suas intervenções façam sentido para suas próprias culturas. Ao mesmo tempo, a participação indígena deve ser qualificada, para que não se configure como mero formalismo.

Segundo Little (2006: 38), o caráter participativo presente em muitas experiências de gestão ambiental remetem a regulamentos consensuados, que partam dos indígenas. No entanto, *“quando há situações verdadeiras de agenciamento (agir como sujeitos), não tem muito sentido em falar em participação”*, já que o termo participação aplica-se a *“situações nas quais as pessoas tomam parte em eventos ou programas organizados externamente”*. No caso dos povos indígenas, Little afirma que *“continuam sendo objeto do programa ao invés de seu sujeito”*, pois, nos distintos programas de desenvolvimento sustentável, os beneficiários são convidados a fazer parte no programa por meio de fóruns ou técnicas estabelecidas para essa finalidade, com o objetivo de adequar o programa às suas necessidades e interesses.

¹⁵ Adotada em Genebra em 27 de junho de 1989, e promulgada no Brasil pelo Decreto 5.051 de 19 de abril de 2004.

Bavaresco (2009) atenta para o fato de que, o estreito relacionamento da questão ambiental e indígena na atualidade, suscitou uma grande oferta de projetos que depositam nas comunidades tradicionais um exemplo de sustentabilidade e de convivência harmoniosa com o meio ambiente. Tais projetos vêm sendo desenvolvidos por organizações não-governamentais, organizações indígenas, organismos internacionais, governos estaduais e federal e, neste contexto, para ter acesso às linhas de financiamento, as comunidades indígenas se vêm pressionadas a adotar um discurso “ecologizado”, que muitas vezes não condiz com suas reais expectativas. Assim sendo, diversos autores têm discutido sobre a falácia de modelos pré-concebidos de projetos que envolvam o desenvolvimento sustentável e os povos indígenas, uma vez que tais projetos são baseados em estereótipos sobre a relação dessas populações com a natureza, podendo resultar numa “*armadilha e uma nova forma de intolerância*” para com essas populações, principalmente no que se refere à intervenção do Estado (Noletto, 2009).

Os projetos de etnodesenvolvimento, portanto, não são tanto projetos propriamente indígenas, quanto resultados das reformas das políticas de apoio ao desenvolvimento. O aumento de projetos dessa natureza em grande medida deve-se ao fato dos povos indígenas estarem vivendo em polígonos delimitados. Nesse contexto, muitos povos indígenas “ainda não têm uma idéia clara de como esses recursos podem ser comercializados”, mesmo eles possuindo “uma compreensão muito mais profunda do que ninguém da ecologia do seu meio ambiente e de seus recursos naturais” (FUNAI. PPTAL, 2004, apud FUNAI/MMA, 2009: 20).

Desta forma, a maneira de conciliar a participação com a agência étnica, seria garantindo uma participação indígena ativa, efetiva e consciente tanto no âmbito técnico quanto político (Little, 2006: 38). Para tanto, o diálogo entre os conhecimentos tradicionais e ocidentais torna-se necessário na formulação de novos conhecimentos e na transformação das práticas da ciência e das políticas de conservação ambiental. Sendo assim, os novos rumos para a conservação da natureza devem ser pautados por uma mudança de postura diante do conhecimento e das práticas das comunidades locais (Diegues, 2000). Porém, a construção deste novo paradigma, que possibilitará a consolidação de um desenvolvimento em bases mais sustentáveis, encontra como principais obstáculos: os métodos unidisciplinares de investigação e de validação da verdade científica – de difícil comunicação entre os campos disciplinares – e o saber científico especializado e compartimentado – construído pelo paradigma das ciências clássicas (Leff, 2004). No caso das populações indígenas e das políticas indigenistas, pode-se afirmar ainda que:

A isso se somam as assimetrias sociais e políticas características dos contextos interétnicos como o brasileiro; a necessidade das populações indígenas terem que se adequar às regras do jogo para acessar *recursos técnicos e científicos* disponibilizados pelo Estado para a promoção do seu

desenvolvimento; a mercantilização da natureza e dos conhecimentos indígenas e sua inserção nos circuitos econômicos de mercado; a objetivação da cultura para fins de planejamento e de definição de *bens* e *serviços* adequados; a imposição de formas organizativas particulares (tipo sindical ou associativa) como requisito básico de acesso às instâncias de participação oficiais; a inserção de expoentes indígenas (*as lideranças*) – na condição de intermediários legitimados pela origem étnica e pela rede de apoio que consegue estabelecer dentro e fora da *comunidade indígena* – nas estruturas de Estado constituídas ou para administrar o processo de *inclusão social e produtiva* ou para promover o denominado *desenvolvimento com identidade indígena*; e a pretensão universalista que se pretende dar à idéia de *desenvolvimento* e ao sistema de crenças que subjaz a esta idéia (Verdum, 2006: 10-11).

Conforme Theodoro (2005), dentro dessa necessidade de transformação paradigmática, parte do poder público, da sociedade civil, dos movimentos sociais, das instituições de pesquisa e outros atores, têm colocado como fundamentais as propostas que consideram os aspectos socioambientais na criação de práticas e conceitos pautados na relação homem - meio ambiente como base do desenvolvimento. Segundo Morin (2002), para a prática de um desenvolvimento sustentável efetivo, os valores culturais locais devem ser considerados, sejam eles valores do saber, do modo de fazer e de conhecimentos mais sutis. Essas considerações garantem o empoderamento das práticas por parte da população envolvida e a superação de dificuldades com proposições intrínsecas ao processo de desenvolvimento sustentável. Nesses termos, os aspectos fundamentais para a efetividade de programas sócio-ambientais de fortalecimento das capacidades locais são: o respeito às características culturais e às formas de organização social, assim como a valorização dos conhecimentos das populações locais sobre o manejo sustentável dos ecossistemas, juntamente com o repasse de novos conhecimentos e técnicas passíveis de serem aplicadas a partir de insumos localmente disponíveis (Verdum, 2006: 37).

Neste sentido, cada vez mais correntes antropológicas e biológicas têm como objetivo explicar as relações que os homens mantêm entre si e com o meio ambiente e, cada vez mais trabalhos científicos descrevem e valorizam os conhecimentos das populações tradicionais. Nas pesquisas participativas o conhecimento e o saber das populações locais são reconhecidos numa posição paralela aos dos pesquisadores. No planejamento participativo, as necessidades das populações favorecidas são privilegiadas durante a elaboração de planos de ação estratégicos que têm, em geral, resultados de longo prazo. São eles que elegem as questões prioritárias para alcançar a sustentabilidade, a qual não envolve apenas aspectos ambientais, mas também econômicos e, em especial, sociais. Desse processo, também participam instituições públicas e não-governamentais (Correia, 2007).

As pesquisas participativas englobam uma variedade de metodologias e relacionamentos que propiciam um maior envolvimento dos povos locais na pesquisa científica. Um dos objetivos principais do processo de pesquisa participativa é o treinamento de representantes locais e a aplicação dos resultados obtidos aos problemas identificados pela comunidade. O pesquisador externo tem apenas o papel de ajudar a converter problemas pouco articulados em tópicos claros, que são investigados para produzir conhecimento compreensível para a população local e para os de fora (Herlihy e Kanapp, 2003, apud Correia, 2007). Neste caso, o pesquisador produz e interpreta as informações com a cooperação das populações locais, que vêem a pesquisa como desejável. Assim, as pesquisas participativas se tornam um caminho alternativo para a produção de conhecimento científico, descentralizando este processo e colocando-o também nas mãos das populações locais, servindo simultaneamente para a educação, a conscientização e a mobilização social (id. ibid.).

1.4.2 Os instrumentos de planejamento e as ferramentas de gestão territorial em Terras Indígenas

Levantamentos, mapeamentos e planos de uso podem contribuir para consolidar a credibilidade da ação governamental junto às populações indígenas, aumentando o leque de elementos e instrumentos apropriados por estas populações para atuar no processo de gestão territorial, trazendo implicações diretas e indiretas na conservação da biodiversidade (Vivan, 2006).

Uma considerável variedade de instrumentos voltados para gestão ambiental e/ou territorial tem sido utilizada de modo experimental. Grande parte dessas experiências possui o prefixo “etno” em suas denominações, como por exemplo: etnolevanteamento, etnomapeamento, etnozoneamento, diagnóstico etnoambiental e diagnóstico etnoecológico. Outras iniciativas não possuem esse prefixo, mas também são instrumentos usados no processo de gestão ambiental e/ou territorial, como os planos de gestão e os planos de vida (Correia, 2007, apud FUNAI/MMA, 2009: 20).

Correia (2007: 17), afirma que, mesmo possuindo diferenças metodológicas, conceituais e de objetivos, todos esses instrumentos podem ser considerados como “instrumentos de planejamento”, pois oferecem subsídios para o planejamento de ações voltadas à gestão territorial em TIs, tanto para os povos indígenas, quanto para as instituições parceiras com as quais eles se relacionam. Segundo o autor:

Estes instrumentos de planejamento também têm o propósito latente de subsidiar a resolução de conflitos socioambientais, modificar o comportamento dos povos indígenas com base nas noções de preservação e conservação ambiental, proporcionar o manejo sustentável dos recursos naturais pelos povos indígenas em suas terras, fortalecer a identidade e a

autonomia indígenas, e estimular o diálogo entre lideranças indígenas e representantes de instituições governamentais e não-governamentais (id. *ibid.*: 39-40).

Da década de 1990 em diante, diversas ações de mapeamento dos usos dos recursos naturais passaram a ser realizadas por governos, ONGs e instituições de pesquisa com a participação dos povos indígenas e o uso de tecnologias de informação, com o intuito de contribuir com a gestão territorial em terras indígenas, uma vez que os mapeamentos participativos têm o potencial de colaborar para a ampliação do conhecimento dos povos indígenas sobre o seu território, a história de seu povo e os usos que fazem dos seus recursos (Ataíde e Martins, 2005; Correia, 2007; Acserald, 2010).

A ampliação dos espaços e a diversidade das formas da representação espacial, além da emergência de novas tecnologias e de novos “sujeitos mapeadores”, deram lugar à constituição de um campo da representação cartográfica onde se estabelecem relações entre linguagens representacionais e práticas territoriais, entre a legitimidade dos sujeitos da representação cartográfica e seus efeitos de poder sobre o território (Acserald, 2010: 09).

No Brasil, algumas experiências têm sido realizadas com o uso de metodologias de mapeamentos participativos em terras indígenas. Essas experiências são, em sua maioria, realizadas por organizações não governamentais, como é o caso do Projeto de Etnomapeamento nos Estados de Roraima, Amapá e Acre, apoiadas pela The Nature Conservancy – TNC, que no Estado do Acre foi realizado pela ONG Comissão Pró-Índio do Acre – CPI-AC em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre – AMAAI-AC em oito TIs¹⁶ da zona de fronteira entre o Brasil (Acre) e o Peru (Ucayalli); o Projeto Nova Cartografia Social, realizado com o apoio da Universidade Federal do Amazonas – UFAM entre o povo Kuntanawa, no Acre; o Macrozoneamento Participativo da Terra Indígena Alto e Médio Rio Negro, no Amazonas, apoiado pelo Instituto Sócio-Ambiental – ISA e a Federação de Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN; a Experiência de Gestão Territorial dos Agentes Ambientais Timbira do Maranhão e Tocantins, desenvolvida pelo Centro de Trabalho Indigenista – CTI; o Diagnóstico Etnoambiental Participativo em Terras Indígenas, realizado pela Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, nas TIs Uru Eu Wau Wau, Igarapé Lourdes, Sete de Setembro, Nove de Janeiro, Ipixuna, Pirahã e; o Mapeamento Cultural das Terras Indígenas Parque Indígena do Xingu e Parque do Tumucumaque, realizado pela Amazon Conservation Team – ACT Brasil.

¹⁶ Terras Indígenas do Acre onde foi realizado o etnomapeamento: Kampa do Rio Amônia, Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, Kaxinawá do Rio Humaitá, Kaxinawá Seringal Independência, Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, Kaxinawá do Rio Jordão, Poyanawa e Nukini.

No Estado do Acre, ações voltadas à gestão dos territórios indígenas têm sido estimuladas pelo governo estadual por meio dos mapeamentos participativos, como no caso do “Etnozoneamento em Terras Indígenas”, que busca uma maior interação entre conhecimentos científicos e conhecimentos de povos indígenas sobre o uso, distribuição e manejo dos recursos naturais em Terras Indígenas.

As metodologias utilizadas nos mapeamentos participativos partem do pressuposto de que a população local possui um conhecimento melhor e mais detalhado de suas terras e recursos, podendo esse conhecimento ser coletado e interpretado geograficamente. Para tanto, combinam-se pesquisa participativa e mapas mentais, fundindo conhecimento espacial e ambiental (Herlihy e Kanapp, 2003 apud Correia, 2007). O conhecimento do território, com seus problemas ambientais, seu patrimônio natural e cultural, é de fundamental importância para embasar a tomada de decisão quanto a melhor forma de ocupação e uso do solo. Antes de se elaborar propostas, é necessário que se conheça a região e suas relações, *“e só os conhece bem, aqueles que estão inseridos neste espaço”* (Silva, 2003 apud Ataíde e Martins, 2005). Conforme Bavaresco (2009), as metodologias e experiências de mapeamentos participativos em curso no Brasil, diferenciam-se em muitos aspectos, mas todas têm em comum a participação ativa das comunidades nos produtos dos mapeamentos.

Estes diagnósticos podem constituir instrumentos fundamentais à elaboração de planos de gestão territorial e ações de vigilância, bases para projetos de etnodesenvolvimento, que deverão ser apoiados pelo Governo do Estado (ACRE. ZEE, 2000: 50).

Segundo a Amazon Conservation Team do Brasil – ACT Brasil¹⁷, mapeamento, proteção e manejo são os pilares de sustentação para a proteção do meio ambiente e o fortalecimento das culturas dos povos indígenas. Uma vez que a comunidade sistematiza o conhecimento de seu território, os mapeamentos contribuem para o conhecimento dos problemas sociais e ambientais, o que, por sua vez, subsidia as discussões coletivas para a elaboração de planos e estratégias voltadas à conservação ambiental e à proteção territorial (ACT Brasil, 2008: 04). A instituição elaborou um material sobre “Metodologia de Mapeamento Cultural Colaborativo”, onde os mapas culturais são definidos da seguinte maneira:

Um mapa cultural é um instrumento cartográfico que tem como objetivo demonstrar aspectos culturais, históricos e costumeiros de um território tradicional de um ou vários povos. O mapeamento cultural pode adquirir uma série de formas, mas os aspectos que o definem são bem claros: é necessário que seja feito pela própria comunidade, combinado com regras

¹⁷ Organização não-governamental que vem trabalhando com mapeamentos participativos entre povos indígenas desde 2001.

cartográficas, para que o resultado final tenha precisão e ordenamento. Essa ferramenta foi desenvolvida como parte de um processo de diagnóstico cultural e social que pode dar origem a fortes instrumentos políticos e formar a semente capaz de criar boas políticas para as comunidades envolvidas, como planos de educação indígena, manejo ambiental e proteção territorial. O mapa não deve configurar um objetivo por si só, mas sim um instrumento dentro de um trabalho de fortalecimento cultural e territorial das comunidades tradicionais (ACT Brasil, 2008.: 05).

No documento de apoio às consultas regionais aos povos indígenas sobre a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI (BRASIL. GTI-PNGATI, 2009: 18), o etnomapeamento e o etnozoneamento são definidos como sendo:

Etnomapeamento: O mapeamento participativo ou “etnomapeamento” é uma ferramenta importante de gestão ambiental/territorial, na qual membros de uma comunidade registram em desenhos ou mapas seu conhecimento das paisagens, abrangendo o uso cultural e distribuição dos recursos naturais, a presença de impactos ambientais e outras informações. O etnomapeamento pode ser feito a partir de desenhos livres ou usando imagens de satélite como base. Ao registrar e consolidar informações sobre uso da terra e recursos naturais, o etnomapeamento é um passo para que comunidades tomem decisões quanto à gestão territorial e ambiental de suas terras (ver também etnozoneamento).

Etnozoneamento: A partir do etnomapeamento, é possível definir manchas de maior ou menor presença de determinados recursos naturais, áreas de uso tradicional, áreas de uso potencial, locais com fragilidade ambiental e sítios sagrados, entre outros aspectos. O etnozoneamento consiste no uso dessas informações para fazer o diagnóstico e planejamento para a gestão ambiental e territorial de uma determinada terra ou terras indígenas, com o protagonismo e a participação direta dos povos e comunidades, respeitando os usos tradicionais dos recursos naturais e da paisagem, e promovendo sua autonomia.

Com base nessas definições, pode-se afirmar que o Governo Federal considera tanto o etnomapeamento, quanto o etnozoneamento, como importantes ferramentas de gestão ambiental e/ou territorial que, ao registrar e consolidar informações sobre uso da terra e dos recursos naturais, por meio de diagnósticos realizados com a participação direta das comunidades, podem auxiliá-las nas tomadas de decisão em relação à gestão de seus territórios, permitindo assim, que alcancem sua autonomia.

Os mapas produzidos pelas comunidades, também fornecem subsídios para os povos indígenas no processo de reivindicação de defesa e proteção de seu território e dos seus recursos, além de colaborar com o fortalecimento das organizações indígenas, com os processos educacionais (como ferramenta pedagógica) e com a ampliação do diálogo com instituições governamentais e não-governamentais (Correia, 2007; Bavaresco, 2009). Estes mapas trazem uma riqueza de informações detalhadas que podem ser bastante úteis para

os povos indígenas e para os formuladores dos instrumentos de planejamento dentro do processo de gestão territorial em TIs (Gavazzi, 2003; Sztutman, 2006; Correia, 2007).

De acordo com Harley, os mapas podem ser tidos como: 1) um tipo de linguagem; 2) dotados de uma dimensão simbólica; e, 3) produtos sociais. Enquanto linguagem, os mapas falam sobre declarações políticas e deixam entrever o discurso cartográfico, que não se restringe apenas a nomes, localidades e relatos. Trata-se de um discurso avaliativo, persuasivo e/ou retórico, vinculado a alguma ideologia. Uma simples nomenclatura ou localização nos mapas pode possuir significância política. Assim eles são uma classe de imagens retóricas e uma forma discursiva. Tanto quanto os livros, os mapas são uma força política na sociedade (Correia, 2007: 63).

Segundo Bavaresco (2009: 128), a metodologia de mapeamentos participativos pode ser adotada como uma prática pedagógica de inserção de temáticas ambientais no processo de formação dos povos indígenas, constituindo uma ferramenta de diálogo intercultural, que abre espaço para futuras indagações no que se refere à discussão de uma educação ambiental para índios, pautada no diálogo entre conhecimentos e respeito à diversidade cultural. Gavazzi (2003) afirma que a cartografia representa uma oportunidade para professores e agentes agroflorestais indígenas discutirem as diferentes maneiras de as sociedades interagirem com o meio ambiente, identificando as variadas formas de ocupação e construção do espaço geográfico por meio da cultura e do trabalho. Essa possibilidade de representar o espaço geográfico é uma importante ferramenta para que os índios possam compreender o mapa do mundo do “branco”, e ler e compreender os mapas das suas terras. A produção dos mapas possibilita aos indígenas a construção de conhecimentos e valores sobre a relação do índio com “o outro”, contribuindo, assim, para a formulação de uma estratégia de futuro em que possam compreender os processos de ocupação do espaço geográfico pelo “homem branco” e as interdependências econômicas, políticas e ecológicas do mundo contemporâneo, tornando-se uma importante ferramenta de defesa do seu meio ambiente e de seu patrimônio cultural e intelectual.

Um esclarecedor exemplo foi o caso do professor Kaxinawá, Joaquim Maná, que apresentou aos órgãos oficiais o mapa feito por ele durante um destes cursos de Geografia no processo demarcatório de sua terra. Ele representou o território requerido por seu grupo em um mapa onde as linhas divisórias eram as águas dos igarapés. Tal mapa foi um instrumento valioso para as discussões em Brasília no processo de delimitação da terra indígena (Gavazzi, 2003: 117).

Se usada como ferramenta de planejamento, a etnocartografia pode, ainda, possibilitar a participação da população tradicional na tomada de decisões sobre o seu território.

Neste contexto, onde o saber tradicional vem resgatando seu lugar de destaque como alternativa do desenvolvimento sustentável, importa saber quais as possíveis aplicações práticas dos etnomapas e evidenciar o valor

da etnografica como ferramenta participativa nas atividades de gestão que envolvam comunidades tradicionais, sendo um instrumento a mais para a inclusão destas comunidades no processo de tomada de decisões (Ataíde e Martins, 2005).

Portanto, os mapeamentos participativos, elaborados com a participação das comunidades indígenas, são considerados importantes ferramentas de planejamento e diálogo intercultural, sendo um instrumento de inclusão e autonomia destas comunidades na tomada de decisões relativas à gestão de seus territórios. Também podem ser utilizados como prática pedagógica no processo de educação para a gestão ambiental e nas negociações dos povos indígenas com os atores e/ou instituições com as quais se relacionam, tornando-se uma importante ferramenta de reivindicação de seus direitos e de defesa do seu meio ambiente e de seu patrimônio cultural e intelectual.

1.5 AS POLÍTICAS DE GESTÃO AMBIENTAL E TERRITORIAL EM TERRAS INDÍGENAS

1.5.1 Política Indigenista no Brasil

Neste tópico, procura-se apresentar os conceitos utilizados pelo Estado Brasileiro para a construção da política indigenista nacional. Procura-se também, diferenciar os conceitos de política indigenista (formulada e realizada pelo Estado e/ou outras entidades, com ou sem a participação dos indígenas) e de política indígena (realizada pelos próprios indígenas), pois tais conceitos apresentam diferenças significativas.

Enfocando, prioritariamente, as políticas indigenistas voltadas para a gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas, apresenta-se brevemente a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, com o intuito de demonstrar a importância e a relevância do tema na atual conjuntura das políticas públicas nacionais, assim como os esforços do Governo Federal para formular uma política que contribua para a sustentabilidade das Terras Indígenas, elaborada com a participação de representantes dos povos indígenas.

Em termos legais, os documentos básicos que norteiam as questões indígenas no Brasil são o Estatuto do Índio e a Constituição Federal de 1988. O Estatuto do Índio, presente na Lei 6.001 de 19 de dezembro de 1973, está sendo revisto pelo Congresso Nacional e representa, até hoje, um documento de referência para a política indigenista. À época, o propósito do Estatuto era o de *“integrar os índios à sociedade brasileira assimilando-os de forma harmoniosa e progressiva”*.

Este conceito de integração foi superado pela Constituição Federal de 1988, que define uma nova forma de atuação do Estado frente aos povos indígenas. A partir de 1988, o Estado brasileiro passa a ter o dever de estabelecer diretrizes e desenvolver programas e ações continuadas para garantir a proteção e a promoção dos direitos indígenas. Esses direitos, assegurados no artigo 231 da Constituição Federal, incluem a posse permanente dos territórios indígenas e o usufruto exclusivo de suas riquezas naturais, assim como o reconhecimento da organização social própria dos índios. Desta forma, o Estado brasileiro passa, então, a ter a função de prover todos os meios e condições para garantir a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações dos povos indígenas.

Para Ricardo *et al.* (2004), a Constituição Federal de 1988 define um paradigma otimista sobre o futuro dos índios no país. O autor atribui este fato, principalmente, ao emergente protagonismo indígena, aos avanços nos processos de demarcação das terras indígenas e à política indigenista que vem sendo construída ao longo dos últimos anos.

A expressão "política indigenista" foi utilizada por muito tempo como sinônimo de toda e qualquer ação política governamental que tivesse as populações indígenas como objeto (ISA, 2010). No entanto, com o intuito de obter uma definição mais precisa e menos ambígua do que seja a política indigenista, é importante distinguir os diversos agentes que interagem diretamente com os povos indígenas situados em território nacional.

A precariedade do trabalho desenvolvido pelo Estado, somada ao processo de democratização da sociedade brasileira pós-ditadura militar, foram dois importantes fatores a contribuir para que muitos outros agentes da sociedade civil se envolvessem gradativamente nos processos de formulação e execução das políticas voltadas para os povos indígenas (ISA, 2010).

Contemporaneamente, a política indigenista oficial (formulada e executada pelo Estado), em muitos dos seus aspectos tem sido formulada e implementada a partir de parcerias formais estabelecidas entre setores governamentais, organizações indígenas, organizações não-governamentais e missões religiosas, que desenvolvem *“uma complexa rede de atividades e políticas públicas”*, atuando em diferentes áreas, como por exemplo, projetos de etnodesenvolvimento e auto-sustentação econômica, programas de capacitação técnica, formação de professores indígenas, formação de agentes indígenas de saúde, recuperação e proteção de características sócio-culturais, demarcação e vigilância de terras indígenas (ISA, 2010).

No entanto, é importante salientar que, dentre esses agentes, os próprios povos indígenas, seus representantes e organizações, são citados como os principais protagonistas de uma "política indígena", que não deve ser confundida com a política indigenista e nem a ela está submetida. A política indígena é aquela formulada com a participação dos próprios povos indígenas, considerando-se que as organizações indígenas representam *“os meios de concatenar e consolidar a cadeia de diálogo que liga as aldeias e comunidades às esferas governamentais e internacionais”* (Miller, 2008, Parte 02: 04)

A seguir, serão brevemente apresentadas as principais políticas indigenistas que, de alguma forma, estão relacionadas à gestão territorial e ambiental de TIs¹⁸.

1.5.2 Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI

Nos últimos anos, o governo brasileiro vem juntando esforços para estabelecer uma política indigenista elaborada com a participação dos seus principais beneficiários – os povos indígenas. Como fruto deste esforço, em 22 de março de 2006, o Presidente da República instituiu a Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI, que foi instalada em abril de 2007, como um órgão consultivo que reúne vários ministérios e representantes indígenas, dentro da estrutura do Ministério da Justiça – MJ. A CNPI é uma instância de caráter transitório, a ser extinta com a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista.

A Comissão Nacional de Política Indigenista surgiu em resposta a uma antiga reivindicação dos povos indígenas, no sentido de que pudessem participar mais efetivamente dos processos decisórios relativos às questões que os afetam e ao meio em que vivem, levando em conta o que estabelece a legislação brasileira, que reconhece o Brasil como um país pluriétnico e multicultural. Com a criação da CNPI, foi estabelecido um canal específico para o diálogo entre os diversos órgãos de governo responsáveis pela política indigenista oficial do Estado brasileiro e representantes indígenas de todo o país (BRASIL. CNPI, 2008: 07).

A CNPI tem, dentre as suas competências, a função de: propor diretrizes, instrumentos, normas e prioridades da política nacional indigenista; elaborar estratégias de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas pelos órgãos da administração pública federal, relacionadas com a área indigenista; incentivar a participação dos povos indígenas na formulação e execução da política indigenista do governo federal e; apoiar a capacitação técnica dos executores da política indigenista.

¹⁸ Para maiores informações sobre a legislação que diz respeito aos povos indígenas, consultar compêndio organizado por Magalhães (2005). Para Planos e Programas Nacionais relacionados ao tema da gestão ambiental e territorial em TIs, consultar Documento Orientador para a Preparação do Programa Nacional de Gestão Ambiental nas Terras Indígenas e do Projeto GEF Indígenas. Parte 01. (Miller, 2008).

Com caráter paritário, a CNPI é composta por vinte representantes indígenas, dois representantes de organizações indigenistas não governamentais e treze membros de órgãos governamentais, além de três convidados permanentes – o Ministério Público Federal, a Advocacia Geral da União e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Segundo o presidente da FUNAI e da CNPI, Márcio Meira:

Ao longo dos anos, o diálogo do Estado brasileiro com os povos indígenas, foi marcado pela noção de tutela e paternalismo, de substituição da voz dos índios pela voz do Estado. A partir da instituição da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), o Estado passa a ouvir e discutir as políticas públicas que afetam a vida desses povos. Desde sua criação, a CNPI é o canal oficial que leva ao governo as reivindicações e prioridades das comunidades indígenas (BRASIL. CNPI, 2008: 04)

Tendo em vista os mais importantes temas a serem abordados pela CNPI, foram criadas nove Subcomissões Temáticas, sendo elas: 1. Acompanhamento de empreendimentos com impacto em terras indígenas, 2. Justiça, Segurança e Cidadania, 3. Terras Indígenas, 4. Etnodesenvolvimento, 5. Assuntos Legislativos, 6. Saúde Indígena, 7. Educação Escolar Indígena, 8. Gênero, Infância e Juventude, 9. Políticas públicas, orçamento e gestão (BRASIL. CNPI, 2008).

1.5.3 Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI

A elaboração e consolidação de um Programa Nacional de Gestão Ambiental e/ou Territorial nas Terras Indígenas é tarefa premente, pois, segundo Miller (2008, Parte 02), apesar da existência de diversas políticas governamentais, com relação direta ou indireta ao tema, falta uma maior conexão ou integração entre as iniciativas e ações desenvolvidas.

Na medida em que gestão ambiental é tema transversal que engloba a relação entre a sustentabilidade econômica e social dos grupos indígenas e as metas de conservação da biodiversidade, abrangendo a geração de renda e a segurança alimentar, entre outras questões, a consolidação das políticas de gestão ambiental para terras indígenas representa uma importante contribuição para o cenário mais amplo das políticas indigenistas. Desta forma, as ações de gestão ambiental não podem ser contempladas de forma isolada, mas precisam estar em sintonia com outras ações de saúde, educação e cidadania, e a garantia da presença efetiva do estado (Miller, 2008, Parte 02: 02)

Ainda segundo o autor, o Governo Federal já vem fomentando algumas iniciativas de projetos e programas de gestão territorial em TIs. Como exemplo cita o caso do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal – PPTAL, o

Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas – PDPI, a Carteira Indígena, dentre outros. Em relação a essas iniciativas, Miller sugere que:

Em relação às iniciativas de gestão ambiental já em curso, não é o caso de sobrepor ou simplesmente duplicar essas ações, mas sim de criar mecanismos e políticas para consolidar e dinamizar estes programas e projetos existentes, com uma maior efetividade e abrangência (id. *ibid.*: 03).

Dentre os esforços realizados pelo governo brasileiro para estabelecer uma política indigenista elaborada com a participação dos povos indígenas, está a elaboração da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI. Tal política é resultado de dois importantes processos que vêm se aprofundando e ganhando força nos últimos anos: 1) a luta dos povos indígenas na defesa de seus direitos, com destaque para a preservação dos recursos naturais em suas terras, que culminou, em agosto de 2009, com a aprovação pelo Fundo Global para o Meio Ambiente – GEF, do projeto “Catalisando a Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros” – o GEF Indígena, que deverá criar e consolidar novos mecanismos, conceitos e arranjos institucionais para apoiar e aprimorar a gestão territorial e ambiental de terras indígenas e; 2) a criação do Grupo de Trabalho Interministerial – GTI¹⁹, encarregado de elaborar a proposta da PNGATI.

O compromisso do governo é apresentar uma política pública para os povos indígenas na questão ambiental, promovendo a autonomia produtiva das comunidades indígenas, orientando-se pela noção de etnodesenvolvimento e fundamentando-se em consultas às comunidades, através de planejamento participativo e da execução de atividades sustentáveis. O objetivo geral da PNGATI é *“promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais dos territórios indígenas, garantindo a integridade do patrimônio indígena, a melhoria da qualidade de vida e as condições plenas de reprodução física e cultural dos povos indígenas, das atuais e futuras gerações”* (BRASIL. GTI-PNGATI, 2009: 10).

A construção de uma política nacional de gestão ambiental e territorial em TIs, com o protagonismo indígena e o esforço efetivo e conjunto do Governo Federal e dos parceiros não governamentais, sem dúvida é uma oportunidade política ímpar no sentido de somar forças para superar os desafios. E, para isso, é fundamental que a PNGATI, como política de Estado, seja consolidada com objetivos e diretrizes claros, instrumentos eficientes e recursos suficientes para a implementação de um plano nacional que se traduza em ações concretas, de forma permanente e

¹⁹ O GTI foi criado por meio da Portaria 276/2008, dos Ministérios da Justiça e do Meio Ambiente, em reunião da CNPI coordenada pelo presidente da República em junho de 2008. O GTI é composto por igual número de representantes dos povos indígenas e do Governo Federal, que é representado por: MMA, FUNAI, ICMBio, IBAMA, Ministério da Defesa e Serviço Florestal Brasileiro.

estruturante, de modo a fortalecer as iniciativas indígenas de conservação e uso sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade e, ao mesmo tempo, oportunizar a proteção e interação das TIs com a dinâmica de desenvolvimento regional, num contexto de diálogo – e não de conflito – e de respeito aos direitos dos povos indígenas.

A construção da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI representa, portanto, um passo fundamental para garantia dos direitos indígenas. Ao mesmo tempo, a PNGATI é essencial para consolidar, aprimorar e reconhecer a contribuição dos Povos Indígenas na conservação da biodiversidade em todos os biomas do território brasileiro, garantindo-lhes as condições necessárias para manter e ampliar essa contribuição (BRASIL. GTI-PNGATI, 2009: 04).

Conforme o documento elaborado pelo GTI (BRASIL. GTI-PNGATI, 2009), a proposta de elaboração da PNGATI tem como premissa a participação e controle social dos indígenas em todo seu processo, contemplando estratégias para assegurar a proteção e o apoio necessário ao desenvolvimento sustentável dos povos indígenas em seus territórios. Diante desses compromissos, coube à FUNAI, enquanto órgão indigenista oficial, realizar consultas aos indígenas, a fim de garantir o exercício da igualdade social aos povos indígenas no tocante às políticas sociais desenvolvidas pelo órgão indigenista e demais órgãos. Durante as consultas, foram apresentadas, debatidas e colhidas propostas e sugestões dos povos indígenas das diferentes regiões do país, sobre o que deve ser feito para assegurar a proteção, recuperação, conservação e o uso sustentável dos recursos naturais dos territórios indígenas, de forma a aprimorar o texto preliminar da PNGATI, elaborado pelo GTI. O texto final, incorporando os resultados das consultas foi aprovado pela Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI e, em seguida, apresentado ao Presidente da República, na forma de um decreto lei, para sua assinatura (BRASIL. GTI-PNGATI, 2009).

Diante dos fatos apresentados, a criação da CNPI demonstra o interesse do Governo Federal em elaborar uma política indigenista oficial que condiz com os reais interesses dos povos indígenas. Neste contexto, a questão ambiental será contemplada pela PNGATI, que está sendo elaborada com o objetivo de promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais dos territórios indígenas.

CAPÍTULO 2. O “ETNOZONEAMENTO EM TERRAS INDÍGENAS” SOB A ÓTICA DO GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

Conforme abordado no Capítulo 1, algumas experiências têm sido realizadas com o uso de metodologias de mapeamentos participativos em terras indígenas. Essas experiências são, em sua maioria, realizadas por organizações não governamentais. No Estado do Acre, ações voltadas à gestão dos territórios indígenas têm sido estimuladas pelo governo estadual por meio dos mapeamentos participativos, como é o caso do “Etnozoneamento em Terras Indígenas”, que busca uma maior interação entre conhecimentos científicos e conhecimentos de povos indígenas sobre o uso, distribuição e manejo dos recursos naturais em terras indígenas.

Neste segundo capítulo, é abordada a visão do Governo do Estado do Acre sobre o “Etnozoneamento em Terras Indígenas”. Com o objetivo de descrever o contexto no qual foi desenvolvida a presente pesquisa, o capítulo inicia-se com um breve histórico do Estado do Acre e dos povos indígenas que habitam a região. A partir daí, são apresentadas as políticas estaduais voltadas para os povos indígenas, com foco nas políticas de gestão ambiental e de ordenamento territorial, principalmente, o Zoneamento Ecológico-Econômico, onde está inserido o “Etnozoneamento em Terras Indígenas”.

2.1 UMA BREVE HISTÓRIA DO ESTADO DO ACRE

O Estado do Acre conta com alta diversidade biológica e étnica. O povoamento humano da região teve início, provavelmente, entre 20 mil e 10 mil anos atrás, quando grupos provenientes da Ásia chegaram à América do Sul após uma longa migração e ocuparam as terras baixas da Amazônia (ACRE. ZEE, 2006: 14).

Por volta de 1850, o território habitado por indígenas, e que hoje forma o Estado do Acre, começou a ser ocupado com a chegada de brasileiros, em sua maioria nordestinos. Em menos de uma década, mais de 35 mil famílias do Nordeste brasileiro migraram para a região, visando a exploração econômica da borracha numa área ainda indefinida quanto aos limites com a Bolívia e o Peru. Assim sendo, a sociedade acreana, tal como se apresenta na atualidade, tem origem, basicamente, no conflito entre grupos indígenas e migrantes nordestinos (Cunha e Almeida, 2002; ACRE. ZEE, 2006; Klein *et.al.*, 2009).

O Estado do Acre, antes território pertencente à Bolívia, foi incorporado ao Brasil em 1903, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, por meio do qual, o Brasil recebeu a posse definitiva de quase 200 mil km² de terra, em troca de áreas no Mato Grosso, do pagamento

de 2 milhões de libras esterlinas e do compromisso de construir a estrada de ferro Madeira-Mamoré. Integrado ao Brasil como território, o Acre foi, então, subdividido em três departamentos administrativos: Alto Acre, Alto Purus e Alto Juruá, este último desmembrado em 1912 para formar o Alto Tarauacá. Em 1920, os departamentos foram extintos e, o Acre, foi declarado território federal. Passou a eleger representantes para o Congresso Nacional a partir de 1934. Em 15/06/1962, o presidente João Goulart sancionou a lei que elevou o território à categoria de Estado (ZEE. ACRE, 2006).

Pelo potencial de riqueza natural dos rios acreanos e pela qualidade e produtividade dos seringais existentes em seu território, o Estado do Acre desempenhou um papel relevante na história da região Amazônica durante a expansão da economia da borracha, no fim do século XIX. É importante ressaltar que toda economia da borracha da Amazônia, desde sua origem até a sua consolidação, foi constituída e desenvolvida com base em um rígido conjunto de relações sociais de produção e circulação, que ficou conhecido como sistema de aviamento. Este sistema baseava-se na troca de produtos e mercadorias, onde o caráter da não-equivalência assumiu papel fundamental, tendo o uso do dinheiro pouca importância. Predominou a troca desigual de bens, ou seja, de matéria-prima por mercadorias industrializadas, por meio de mediações e determinações, onde as últimas eram supervalorizadas em detrimento da primeira. A vinculação do trabalhador ao seringal através do mecanismo da dívida constituiu o núcleo das relações entre seringueiros e seringalistas, tendo o crédito como fator de endividamento, responsável pela manutenção e reprodução de relações de dominação e subordinação. Em decorrência da subordinação dos seringueiros às relações de aviamento, a natureza do seu trabalho assume um caráter compulsório. Tornam-se, assim, prisioneiros do próprio trabalho, imposto e controlado pelos seringalistas (Cunha e Almeida, 2002).

No entanto, a partir de 1912, o Brasil perdeu a supremacia da borracha e, com a crise de preços desse produto, nos primeiros anos do século XX, originou-se um novo modelo de ocupação da região, baseado em atividades de subsistência e comerciais em escala reduzida, dependente diretamente dos recursos naturais disponíveis no local. Os seringueiros que trabalhavam na extração do látex, se mantiveram em alguns seringais, sobrevivendo por meio da exploração da madeira, pecuária, comércio de peles e atividades ligadas à coleta e produção de alimentos (ACRE. ZEE, 2006).

Se, por um lado, essa tradição contribuiu para a manutenção quase inalterada dos recursos naturais, gerou graves desigualdades sociais pela ausência de políticas de infra-estrutura social e produtiva para a maioria da população que passou a compor a sociedade acreana (id.ibid: 24)

Com a deflagração da Segunda Guerra Mundial, os norte-americanos propuseram ao governo brasileiro o Acordo de Washington, assinado em 1942, prevendo a reativação dos seringais amazônicos para suprir a indústria bélica dos “aliados” com a produção do látex. Este período é denominado de Segundo ciclo da borracha na Amazônia, no qual, nova leva de nordestinos se deslocou para a região, desta vez de forma oficializada e com a patente de “soldados da borracha”. Porém, quando a guerra terminou, os Estados Unidos pararam de enviar os recursos financeiros para a produção de látex, bem como para a infra-estrutura necessária à permanência desses trabalhadores na Amazônia. No entanto, a maioria deles permaneceu nos seringais, sem nenhum tipo de apoio e completamente desassistidos pelo governo (ACRE, 2001; Cunha e Almeida, 2002; ACRE. ZEE, 2006; Klein *et.al.*, 2009).

A partir de 1970, o governo militar passou a incentivar a reocupação econômica da Amazônia, apoiando a derrubada da floresta para a implantação da pecuária, que deveria substituir a economia extrativista. Investidores do Sul e Sudeste do Brasil, mais precisamente do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, vieram para a região em busca de terras baratas para a criação de gado em grande escala. Grandes extensões de terra, onde se encontravam os decadentes seringais, foram vendidas a preços irrisórios, sem nenhuma orientação a respeito de sua melhor utilização (ACRE, 2001). Em menos de uma década, 5 milhões de hectares cobertos por florestas densas, passaram às mãos dos “paulistas”²⁰ e foram transformados em pastagens. Esse modelo de ocupação não levava em conta que essas terras estavam ocupadas por índios, seringueiros ou posseiros já instalados, o que desencadeou graves conflitos pela posse de terra, trazendo a reboque problemas sociais e ambientais, em razão do desmatamento. Nesta ocasião, muitos seringais foram destruídos e, as populações que os habitavam foram obrigadas a se deslocar para os centros urbanos da região. Como resultado deste êxodo rural, surgiram os bairros periféricos de cidades como Rio Branco, que cresceu de forma desordenada e sem nenhuma estrutura para atender a demanda das pessoas que estavam chegando (ACRE, 2001; Cunha e Almeida, 2002; ACRE. ZEE, 2006; Klein *et.al.*, 2009).

Diante destas pressões e da expropriação de suas terras, os “povos da floresta”, compostos por índios, seringueiros, ribeirinhos e trabalhadores rurais, organizaram-se politicamente, reivindicando seus direitos junto aos órgãos governamentais. Contudo, as disputas pela posse da terra continuaram ao longo de toda a década de 1980 e desencadearam uma série de mortes, culminando com o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, ocorrido em 1988, alcançando repercussão mundial. Como fruto desta luta,

²⁰ designação generalizada dada a todos os investidores que vieram ao Acre em busca de terras para a pecuária.

no final dos anos 80, algumas alternativas de reordenamento da ocupação territorial tiveram resultados satisfatórios, como foi o caso da demarcação de Terras Indígenas. Também foram implantadas as Reservas Extrativistas – RESEXs e os Projetos de Assentamento Agroextrativistas – PAEs, que prevêem uma ocupação sistemática, por parte do trabalhador rural, de uma área em que possa desenvolver atividades produtivas, sem esgotar os recursos naturais (ACRE, 2001; Cunha e Almeida, 2002; ACRE. ZEE, 2006).

2.1.1 O Acre atual

O Estado do Acre está situado no extremo sudoeste da Amazônia brasileira, entre as latitudes de 07°07S e 11°08S, e as longitudes de 66°30W e 74°WGr. Sua superfície territorial é de 164.221,36 Km² (16.422.136 ha), o que corresponde a 4% da Amazônia brasileira e a 1,9% do território nacional (ACRE. ZEE, 2006). O Estado do Acre faz fronteiras internacionais com o Peru e a Bolívia e, nacionais, com os Estados do Amazonas e de Rondônia (Figura 1).



Figura 1 - Localização do Acre na América do Sul e Brasil.

Fonte: Base de dados geográficos do ZEE-Acre, Fase II, 2006.

Atualmente, o Estado do Acre divide-se politicamente em 22 municípios, que, por sua vez, são agrupados em cinco regionais de desenvolvimento: Alto Acre, Baixo Acre, Purus, Tarauacá/Envira e Juruá, correspondentes às microrregiões estabelecidas pelo IBGE, que seguem a distribuição das bacias hidrográficas dos principais rios acreanos (ACRE. ZEE, 2006).

Nos últimos 40 anos, o Estado do Acre sofreu um grande crescimento populacional. A população acreana, que, em 1970 contava com 215.300 habitantes, atualmente possui 691.132 habitantes (ACRE, 2010)²¹, sendo que, 66% desta população concentra-se nas áreas urbanas, principalmente na região do Baixo Acre, em função da capital, Rio Branco. Esse crescimento populacional decorre de uma conjugação de circunstâncias, dentre elas, as políticas federais de investimento em infra-estrutura e de assentamentos da Reforma Agrária nos estados da Amazônia. Já o movimento de urbanização se deu, principalmente, pelo próprio sistema produtivo do Acre que, nas últimas décadas, foi marcado pelo dinamismo dos setores terciário (comércio e serviços) e industrial, em comparação ao setor primário (em particular das atividades agrícolas e extrativas) que revelaram uma redução nos últimos anos (ACRE. ZEE, 2006).

De acordo com o ZEE/ACRE - Fase II, o Acre possui uma área de 89% de cobertura vegetal, com uma taxa média de 0,4% de desmatamento ao ano. Em relação ao extrativismo vegetal não-madeireiro, o Acre apresenta um grande potencial para o desenvolvimento diversificado e sustentável do Estado, pois suas florestas apresentam uma infinidade de produtos naturais, além dos serviços ecológicos de absorção e ciclagem de resíduos, manutenção da qualidade do ar e da água (ACRE. ZEE, 2006).

Junto com as unidades de conservação, de uso direto e proteção integral, de jurisdição federal e estadual, as terras indígenas integram o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas – SEANP, que consiste em um mosaico contínuo de 7,7 milhões de hectares, distribuído sobre 46% da superfície total do Acre. Este mosaico é composto por 35 Terras Indígenas, três Unidades de Conservação de Uso Integral (Estação Ecológica do Rio Acre, Parque Estadual Chandles, Parque Nacional da Serra do Divisor) e 16 Unidades de Conservação de Uso Sustentável (ACRE. SEMA, 2009). O mosaico está distribuído na maior parte da fronteira sul do Estado do Acre e em todo o seu limite ocidental, ao longo da fronteira Brasil-Peru, integrando o Corredor Ecológico Oeste-Amazônico, no âmbito do Projeto Corredores Ecológicos, do PPG7 (Aquino & Iglesias, 2006). Segundo os autores,

²¹ <http://www.acre.gov.br>. Acesso em 02/03/2010.

este corredor representa uma área de extrema importância para a conservação ambiental e sociocultural da região:

Habitadas imemorialmente por povos indígenas, e há pouco mais de um século por seringueiros e agricultores, essas terras reservadas contemplam notável variedade de paisagens naturais e alta diversidade sociocultural. A baixa densidade demográfica e o uso de tecnologias extrativistas de baixo impacto permitiram que índios, extrativistas e ribeirinhos mantivessem praticamente intacta a sua cobertura florestal. Menos de 5% de sua extensão está hoje desmatada. Apenas três terras (TI Campinas/Katukina, a parte norte da Resex Riozinho da Liberdade e pequeno trecho da Floresta Estadual Liberdade) são atravessadas pelo traçado da BR-364, numa extensão de terra onde os desmatamentos, as fazendas de criação de gado e a pavimentação da estrada tiveram consideráveis impactos sobre a floresta (id. *ibid.*: 28)

Segundo Aquino e Iglesias (2006), a continuidade dos processos de regularização de TIs e UCs que integram esse mosaico contínuo de áreas protegidas, por meio de ações articuladas de diferentes órgãos dos governos federal e estadual, é hoje de fundamental importância para o reconhecimento dos direitos territoriais, tanto de povos indígenas, como das populações de seringueiros e agricultores. Sem essas ações, poderão continuar a ocorrer, ou se agravar, significativos conflitos territoriais hoje em curso no Alto Juruá, região onde está situada a maioria das TIs e UCs já reconhecidas no estado.

2.2 OS POVOS E AS TERRAS INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

2.2.1 História dos índios do Acre

Ao longo dos séculos, a região que hoje é denominada Estado do Acre, tem sido povoada por povos indígenas das famílias lingüísticas Pano, Aruak e Arawá. Estima-se que, antes do contato com os “brancos”, existiam na região onde hoje é o Estado do Acre, 50 povos indígenas (Aquino & Iglesias, 1999). Em meados do século XIX, a ocupação dos altos rios Purus e Juruá pelos povos nativos apresentava uma divisão territorial entre três grupos lingüísticos com significativas diferenças: no Purus havia o predomínio de grupos Aruan (ou Arawá) e Aruak, no vale do Juruá havia o predomínio de grupos Pano (ACRE. ZEE, 2006: 14).

Há cerca de 5 mil anos, o alto curso do rio Purus e o baixo rio Acre eram habitados por diversos grupos das famílias lingüísticas Aruak (Apurinã, Manchineri, Piro, Ashaninka) e Arawá (Kulina). Esses grupos se espalhavam desde a confluência do Pauini com o Purus, até a região das encostas orientais dos Andes, e resistiram à expansão das civilizações andinas, antes de enfrentar o avanço dos brancos sobre suas terras na época da exploração da borracha. No alto curso dos rios Acre, alto Iquiri, Abunã e outros afluentes do rio Madeira,

em território boliviano, havia um enclave de grupos falantes de línguas Takana e Pano. Na região intermediária entre o médio curso dos rios Purus e Juruá, ao norte do Acre, habitavam os Katukina, sobre os quais há raras informações. Considerável espaço do médio e alto curso do rio Juruá e seus afluentes - como o Tarauacá, o Muru, o Envira, o Moa - era dominado por numerosos grupos falantes da família linguística Pano (Kaxinawá, Jaminawa, Amahuaca, Arara, Rununawa, Xixinawa). Devido ao seu caráter guerreiro, os Pano conquistaram territórios de outros povos e também do mesmo tronco lingüístico. Esse fato ajuda a explicar a fragmentação que eles apresentavam quando os nordestinos começaram a chegar à região (id.ibid.: 14-15).

O contato desses povos com a sociedade envolvente teve início nas últimas décadas do século XIX, quando a região amazônica começou a ser conquistada e inserida no mercado internacional, com a implantação da empresa seringalista. A partir de 1878, a empresa seringalista alcançou a boca do rio Acre, controlando a exploração em todo o médio Purus e, em 1880, expandiu-se até o território boliviano. Caucheiros peruanos vindos do sudoeste cortavam a região das cabeceiras dos rios Juruá e Purus, enquanto os primeiros seringalistas bolivianos começavam a se expandir pelo vale de Madre de Díos e ocupar as terras acreanas pelo sul. Frente a essas investidas, os povos nativos da região viram-se cercados por brasileiros, peruanos e bolivianos, sem ter para onde fugir. Neste contexto, todos os grupos indígenas que habitavam a região sofreram graves ameaças, sendo, inclusive, muitos deles, inteiramente exterminados. Alguns pequenos grupos ainda conseguiram se refugiar nas cabeceiras mais isoladas dos rios, mas a grande maioria foi pressionada a se modificar para não desaparecer (ACRE. ZEE, 2006: 15-16).

Neste período, as populações indígenas que habitavam a região eram tidas como um entrave à exploração da borracha e do caucho. Os exploradores e seringalistas não tinham a intenção de incorporá-las às atividades produtivas dos seringais e, com o objetivo de exterminá-las e expulsá-las, patrocinavam expedições armadas, chamadas de “correrias”, que, além de induzir o acirramento dos conflitos intertribais e introduzir doenças, causaram a dispersão das populações indígenas pelas cabeceiras dos principais rios que hoje banham o Acre e parte do território peruano. Assim sendo, o encontro entre culturas indígenas e não-indígenas foi marcado pelo confronto, que se expressou de forma cruel e excludente, resultando no extermínio de inúmeros grupos indígenas (Aquino & Iglesias, 1999; Pantoja, 2004; Kaxinawá, 2002). Desta forma, o estabelecimento da empresa extrativista da borracha transformou o processo de ocupação indígena na região, alterando a forma de organização social dos índios e causando grandes mudanças culturais promovidas pelo contato e pela redefinição do território (Aquino & Iglesias, 1999).

No entanto, com a crise do primeiro ciclo da borracha, ocorrida a partir de 1912, houve uma interrupção do incentivo pela busca da mão-de-obra nordestina. Com isso, nas primeiras décadas do século XX, as populações indígenas passaram a ser incorporadas à vida econômica e social dos seringais, quando se viram obrigadas a abandonar seus tradicionais padrões de moradia e organização política. Desta forma, deixaram as aldeias, que abrigavam grupos familiares extensos, e passaram a ocupar “colocações”, onde trabalhavam cortando seringa e desenvolvendo outras atividades produtivas fundamentais ao funcionamento dos seringais. A obrigação de realizar essas inúmeras tarefas diminuía a disponibilidade de tempo dos indígenas para trabalhar na agricultura, resultando na dependência de certos produtos comercializados nos barracões dos seringais e, conseqüentemente, na aquisição de dívidas junto aos “patrões” (proprietários e gerentes dos seringais). Através das dívidas, os patrões ganhavam legitimidade para imobilizar os “fregueses” (índios e seringueiros) e suas famílias nos seringais, impondo-lhes uma série de práticas de dominação política, econômica e social. Esta situação, que perdurou por quase oito décadas, é hoje categorizada pelos índios acreanos como “o tempo do cativo dos patrões”. Até meados da década de 70, não houve qualquer atuação sistemática dos governos federal, estadual ou municipal direcionada às populações indígenas no Estado do Acre. Em função do total desconhecimento de seus direitos legais, os índios permaneciam sob forte dominação dos patrões dos seringais, onde eram associados à categoria genérica e pejorativa de caboclos (Aquino e Iglesias,1999).

Ainda procurando incentivar a produção de borracha, paralelamente a outras formas produtivas, o governo brasileiro criou, em 1972, o PROBOR – Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal. Este programa esteve sob a administração da SUDHEVEA – Superintendência de Desenvolvimento da Borracha, que implantou, entre 1972 e 1975, 18 mil hectares de cultivo na Amazônia. O programa visou também a recuperação dos seringais nativos da região. Com o fracasso do programa em 1978, o governo criou o PROBOR II, desenvolvido até 1982, sem muito sucesso. Tais programas tiveram o intuito de tirar o Brasil da situação de importador de borracha, dependente do mercado asiático (Correia, 2007). Esses programas governamentais de incentivo à produção da borracha, entretanto, vieram a reforçar a estrutura de dominação sobre os seringueiros e as populações indígenas:

Em função dos contratos de arrendamento, dos financiamentos canalizados junto a bancos oficiais, bem como da obrigatoriedade do pagamento da renda das estradas de seringa, os patrões lograram que os seringueiros não conquistassem maior liberdade para comercializar suas produções nas cidades ou junto a regatões. Este conjunto de iniciativas atualizadas pelos patrões, com apoio dos bancos oficiais, contribuiu para a manutenção, no

pós-guerra e até final da década de 70, das relações de dominação nas quais as populações indígenas já estavam inseridas desde as primeiras décadas do século (Aquino e Iglesias, 1999: 05).

Os anos 1970 e 1980 desenharam outro contexto para o Acre, numa conjuntura em que a política desenvolvimentista, privilegiada pelo governo militar, favorecia rápidas transformações da estrutura fundiária em que se baseava a economia acreana. As políticas de governo ligadas ao Plano de Integração Nacional da Amazônia – PIN favoreceram o avanço da ocupação do Estado. Os projetos ligados ao PIN objetivavam não apenas ocupar a região como uma estratégia de soberania nacional, mas também, solucionar problemas de outras regiões. Entre as iniciativas que favoreceram migrações para o Acre destacam-se os Projetos de Colonização Dirigida – PAD, a construção de rodovias e, o incentivo à aquisição de terras por grupos empresariais do Sul do país. A idéia central de ocupação era a de que, retirando a floresta, garantia-se a propriedade da terra e, assim sendo, esses projetos aceleraram a conversão da floresta em áreas agrícolas e de pastagens (ACRE. ZEE, 2006).

Agências federais como a Sudam, Sudhevea, Basa e Banco do Brasil, ofereciam recursos e créditos para que grupos econômicos do sul do país comprassem seringais nativos para a implantação de fazendas e seringais de cultivo. Desta forma, grandes empresários sulistas, denominados genericamente de “paulistas”, e migrantes rurais, vieram para o estado com o objetivo de especular com a compra de grandes seringais para investimentos em pecuária e agricultura. Neste contexto, muitos índios e seringueiros passaram a trabalhar como diaristas e peões nas fazendas e nos desmatamentos (Aquino e Iglesias, 1999) e, a base de recursos naturais, assim como a configuração sócio-econômica da população foram radicalmente alteradas, o que resultou em graves conflitos pela posse da terra (ACRE. ZEE, 2006).

Com o decadente incentivo governamental para manter alta a produção da borracha, a partir de fins da década de 1980, os seringais começaram a ser abandonados pelos seringalistas, colocando os seringueiros, indígenas ou não, em uma situação de marginalidade.

Foi neste contexto que ocorreu a implantação da FUNAI no Acre. Em 1976, a Ajudância da FUNAI no Acre – AJACRE, foi instalada na cidade de Rio Branco, e os postos indígenas Mamoadate e Alto Purus foram instalados consecutivamente no Alto Rio Iaco e Alto Rio Purus. Entre 1976 e 1979, vários grupos de trabalho foram constituídos pela presidência da FUNAI para identificar 18 áreas indígenas no Estado do Acre, dentre as quais estava a TI Campinas/Katukina. No entanto, até 1980, a FUNAI não deu prosseguimento aos processos de demarcação e desintrusão das áreas já reconhecidas, o

que contribuiu para o acirramento de conflitos entre os ocupantes não-índios e os indígenas (Aquino e Iglesias,1999).

Devido a fortes tensões causadas pela expropriação de suas terras e a proibição do uso dos recursos naturais, as comunidades tradicionais de seringueiros, indígenas e pequenos agricultores passaram a se organizar politicamente. Nas últimas décadas do século XX, o Acre foi cenário do surgimento de organizações sociais e políticas inovadoras, baseadas na defesa do ambiente e do valor econômico dos recursos naturais – base econômica e meio de vida dessas populações. Tais organizações passaram a atuar em parceria com instituições nacionais e internacionais, desenvolvendo diversas experiências de gestão de recursos naturais e investimentos sociais, e ficaram conhecidas no mundo inteiro, dando origem a alianças estratégicas que persistem até hoje (ACRE. ZEE, 2006).

Ao mesmo tempo em que defendiam seus direitos, os diversos grupos sociais elaboravam novas propostas que foram sendo implementadas, em pequena escala, em todo o Estado. Deve-se destacar a regularização de Terras Indígenas, Projetos de Assentamento Extrativistas e Reservas Extrativistas e iniciativas voltadas para adquirir novas tecnologias e conhecimentos para utilizar esses recursos (ACRE. ZEE, 2006: 20-21).

No início da década de 1980, lideranças indígenas passaram a viajar a Rio Branco, contando com o apoio de entidades indigenistas recém-criadas, como o Conselho Indigenista Missionário - Amazônia Ocidental – CIMI e a Comissão Pró-Índio do Acre – CPI-AC, a fim de solicitar a regularização de suas terras, no sentido de conquistarem as áreas já identificadas pela FUNAI, que, apenas em 1984, demarcou a primeira área indígena no estado. Neste mesmo ano, também em decorrência das reivindicações e mobilizações das lideranças indígenas, a AJACRE, então subordinada à 8ª Delegacia Regional – DR da FUNAI de Porto Velho, foi transformada em 14ª DR de Rio Branco (Aquino e Iglesias, 1999).

Nesta mesma época, a CPI-AC intermediou e repassou recursos canalizados de órgãos governamentais (FUNAI, Sudhevea e Ministério da Justiça), embaixadas e agências humanitárias internacionais, para a implantação e o financiamento de cooperativas indígenas no Acre e Sul do Amazonas, que passaram a ser administradas por lideranças indígenas com maior ascendência política local, muitas das quais viriam, posteriormente, a participar de maneira ativa no movimento indígena emergente. Os principais objetivos das cooperativas indígenas eram abolir a cobrança da renda e quebrar o monopólio comercial exercidos pelos patrões dos seringais, possibilitando o acesso dos indígenas a canais de comercialização junto aos comerciantes locais. Com a implantação das cooperativas, os “povos da floresta” conquistaram maior autonomia na comercialização de suas produções extrativistas e agrícolas, adquiriram barcos e motores para o transporte fluvial e passaram a

deter um maior controle sobre a utilização dos recursos naturais existentes nas áreas que habitavam (Aquino e Iglesias, 1999).

No ano de 1983 ocorreu em Rio Branco a I Assembléia Indígena da Amazônia Ocidental. A criação de uma entidade de representação política dos índios do Acre e Sul do Amazonas começou a ser discutida nas assembleias de lideranças e representantes indígenas, que passaram a ser realizadas anualmente em Rio Branco, contando com o apoio das entidades indigenistas locais. Em 1986, representantes dos povos Kaxinawá, Yawanawá, Katukina, Jaminawa, Kulina, Ashaninka (Kampa), Nukini, Poyanawa, Manchineri, Arara, Apurinã e Kaxarari, presentes na III Assembléia Indígena, decidiram pela criação da União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas – UNI. Desde então, a UNI passou a reivindicar junto à FUNAI e outros órgãos governamentais a execução de políticas públicas destinadas à demarcação de terras indígenas e à implementação de programas econômicos, educacionais e sanitários, propostos pelas lideranças indígenas (id.ibid.: 136).

Em diferentes fóruns políticos, a UNI passou a assumir posições conjuntas com o Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, formando a Aliança dos Povos da Floresta, reivindicando que o governo federal procedesse com a regularização de áreas indígenas e de reservas extrativistas e efetivasse políticas públicas que garantissem a permanência e a melhoria da qualidade de vida das populações da floresta. Lideranças indígenas e dos seringueiros tentaram influenciar os rumos da política oficial para a borracha, incentivar a realização de pesquisas adequadas às necessidades dos povos da floresta, assim como angariar apoio para os programas de cooperativismo, educação e saúde que vinham desenvolvendo em parcerias com entidades da sociedade civil (id.ibid.: 14-15).

A partir de 1985, iniciou-se a elaboração e execução do Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas – PMACI, um dos primeiros projetos de cunho ambiental envolvendo as comunidades indígenas do Acre. Fruto de um acordo firmado entre o Governo Brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o PMACI visava a implementação, por várias instituições federais (INCRA, SEMA, EMBRAPA, IBDF, FUNAI, IBGE e SEPLAN), de ações para minimizar danos ecológicos e tensões sociais decorrentes da pavimentação da rodovia BR-364, no trecho Porto Velho/Rio Branco. O PMACI tinha como principais objetivos evitar desmatamentos desenfreados, extração ilegal de madeira, garimpagem, mineração, invasões de terras indígenas, surtos epidêmicos e conflitos sociais gerados por lutas pela posse de terra, que tinham marcado, desde o início dos anos 70, a pavimentação dessa mesma rodovia no trecho Cuiabá/Porto Velho (id.ibid.).

Das atribuições da FUNAI no PMACI constava a agilização do processo de demarcação das áreas indígenas situadas na área de influência direta e indireta da BR-364. Dessa forma, o PMACI favoreceu a interação entre a FUNAI, lideranças indígenas, a recém criada UNI, as entidades indigenistas e a Coordenadoria de Indigenismo do Estado (Aquino e Iglesias, 1999; Lima, 2001). Porém, a partir de 1987, o Conselho de Segurança Nacional – CSN passou a centralizar o planejamento do PMACI, exercendo uma forte influência política no Estado do Acre, por meio do atrelamento das ações da FUNAI local a instâncias do órgão situadas em Brasília e Manaus; da paralisação dos processos de regularização fundiária nas áreas de fronteira; da tentativa de impor a demarcação e redução dessas terras a partir do conceito de “colônias indígenas”; da exclusão de todas as 20 áreas indígenas do Vale do Juruá dos programas de demarcação e de assistência previstos no Plano de Ação Definitivo do PMACI; do favorecimento pela FUNAI de empreendimentos baseados na pecuária e na extração de madeira; e, do fechamento dos espaços de participação do movimento indígena e das entidades indigenistas nas decisões a respeito desse novo Plano. Por este motivo, a partir de 1988, a UNI e as entidades indigenistas não-governamentais se posicionaram contrárias às propostas estabelecidas pelo PMACI (ib. ibid.).

Contudo, a partir de 1990, a UNI consolidou-se como canal privilegiado de representação política na região do Acre, Alto Purus e sul do Amazonas, passando a intermediar e executar uma série de ações inseridas no âmbito do PMACI, bem como canalizar recursos para realização de outros programas e atividades, principalmente nas áreas da saúde e educação. Apesar de pequenos e destinados a projetos pontuais, os recursos do PMACI possibilitaram o fortalecimento institucional das entidades indigenistas locais, que deram prosseguimento aos trabalhos de assistência e assessoria nas aldeias (Aquino e Iglesias, 1999: 17).

Na década de 1990, lideranças indígenas e representantes dos seringueiros e agricultores se articularam para a execução do “Projeto de Implantação da Reserva Extrativista do Alto Juruá e Desenvolvimento Comunitário das Terras Indígenas Circunvizinhas”, financiado pelo BNDES entre os anos de 1990 e 1992. Neste processo, estruturaram a Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá – ASAREAJ e implantaram uma rede de cooperativas. As populações indígenas beneficiadas por este projeto foram: Kaxinawá do Rio Jordão, Ashaninka do Rio Amônia, Kaxinawá e Ashaninka do Rio Breu, Jaminawa-Arara do Rio Bagé, Arara do Igarapé Humaitá, Katukina do Campinas, Jaminawa do Igarapé Preto, Nukini do Rio Moa, Poyanawa

do seringal Barão, Kaxinawá do Rio Humaitá, Kaxinawá da Colônia 27, Kaxinawá da Praia do Carapanã e Yawanawá e Katukina do Rio Gregório (ib. ibid.: 18-19).

As últimas crises da borracha, ocorridas ao longo da década de 1990, tiveram como consequência o abandono da política governamental de preços e de mercado para o produto, resultando na desarticulação das cooperativas nas terras indígenas. A secular matriz espacial do seringal foi desnaturalizada, “colocações de centro” foram abandonadas e novas aldeias, formadas por números variáveis de famílias, extensas e nucleares, ligadas por laços de parentesco, afinidade e/ou vizinhança, ganharam forma enquanto principal modalidade de organização territorial e social dos povos indígenas da região. Vários desdobramentos ambientais decorreram de uma maior concentração populacional nessas aldeias abertas nas margens dos rios; ocasionando o rearranjo das atividades produtivas, com a intensificação das atividades agrícolas e de criação de animais, inclusive de rebanhos bovinos, feitas pelas famílias para subsistência e comercialização, acarretando o uso mais intensivo de recursos naturais, com o uso crescente da floresta para os roçados e a abertura de campos (pastos), e uma forte pressão sobre caças e peixes nas cercanias das aldeias (ACRE. ZEE, 2000).

A partir de 1996, o processo de regularização das terras indígenas acreanas passa a se inserir no âmbito do Projeto Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal – PPTAL. Este projeto integrava o Subprograma Unidades de Conservação e Manejo de Recursos Naturais, que, por sua vez, era parte do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7, do Ministério do Meio Ambiente. O PPTAL, financiado com recursos do governo alemão, do Rainforest Trust Fund e da contrapartida do governo brasileiro, tinha como objetivos avançar na regularização fundiária de terras indígenas na Amazônia Legal, estabelecer sistemas de vigilância e proteção das terras indígenas, capacitar em indigenismo, desenvolver estudos sobre legislação e testar métodos alternativos de demarcação. No contexto do PPTAL foram identificadas e delimitadas duas TIs no Acre (Jaminauá/Envira e Alto Tarauacá) e também foi realizado o Levantamento Etnoecológico da Bacia do Rio Juruá, realizado em 2006, nas TIs Kaxinawá da Praia do Carapanã, Kulina do Igarapé do Pau e Kampa do Igarapé Primavera²².

²² Ver: FUNAI. PPTAL, 2008. Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas da Bacia do Rio Juruá.

2.2.2. Os povos indígenas no contexto acreano atual

Atualmente, no território acreano existem 35 Terras Indígenas (TIs) reconhecidas pelo governo federal (Figura 2), com extensão agregada de 2.439.695 hectares (14,6% da extensão do Acre), sendo a maior parte já regularizada.

Nestas terras vivem 15 povos indígenas, pertencentes às famílias linguísticas Pano, Aruak e Arawá, com uma população de aproximadamente 16 mil pessoas, o que corresponde a cerca de 3% da população total do estado (ACRE. SEMA, 2009). No entanto, esta estimativa populacional não inclui um considerável contingente indígena que habita os centros urbanos do estado, estimado pela Administração Executiva Regional da FUNAI em Rio Branco, no ano de 2002, como sendo de 3.700 índios, vivendo nas sedes municipais, dos quais 2.500 vivem na capital Rio Branco (Aquino e Iglesias, 2006: 07). Por outro lado, também existem no Acre grupos indígenas “isolados” e, apesar de não se ter informações precisas sobre os grupos lingüísticos e as etnias a que pertencem, dados da Frente de Proteção Etnoambiental Rio Envira – FPPE/FUNAI estimam sua população entre 600 a 1000 indivíduos (id.ibid).

Agregando esses dados, é possível afirmar que a população indígena no Acre pode chegar atualmente aos 20.000 indivíduos. Segundo o ZEE/AC (2000), nos últimos anos, todos os povos indígenas do Acre viveram um acelerado crescimento demográfico, e consideráveis transformações fundiárias e ambientais ocorreram, ou estão em curso, no interior e no entorno das terras indígenas.

As TIs do Acre encontram-se hoje em diferentes situações fundiárias, sociais e ambientais, dependendo das formas específicas de organização dos povos que as habitam, de sua localização e das políticas de governo das quais foram, e continuam a ser, objeto. Uma parte destas TIs está situada em áreas de influência direta das BRs 364 e 317, hoje palco de rápidas transformações fundiárias e ambientais. A outra parte, distribuída ao longo da fronteira internacional com o Peru e suas cercanias, constitui um mosaico contínuo de áreas reservadas, onde a biodiversidade está em larga medida preservada (ACRE. ZEE, 2006: 213).

Nesse tempo de tantas mudanças, as questões relacionadas à gestão ambiental e à vigilância das terras indígenas assumiram crescente importância nas discussões dos chefes de família, lideranças, associações e do movimento indígenas, e ganharam forma em estratégias voltadas para o manejo sustentado dos recursos da floresta e a fiscalização dos limites das terras indígenas. Contribuiu, para tal, a atuação do agente agroflorestal indígena (AAFI), novo ator social que, na última década, também assumiu papel de liderança na organização social e política das aldeias. Enquanto

"movimento", os AAFIs conquistaram crescente reconhecimento profissional, passaram a influenciar políticas públicas, firmaram parcerias com órgãos de governo e, em agosto de 2002, fundaram a AMAAI-AC, sua própria organização de representação política (Aquino e Iglesias, 2005).

Densos processos de reorganização territorial, política, econômica e cultural foram protagonizados pelos povos indígenas ao longo dos anos. Quase trinta anos após o início do processo de reconhecimento e regularização de terras indígenas no Estado do Acre, a maior parte delas está hoje regularizada (id.ibid.). Porém, muitos povos indígenas do Acre estão reivindicando a revisão de limites de suas TIs, com a justificativa de que as demarcações basearam-se em estudos de identificação realizados a partir do final da década de 1970, num contexto em que as extensões então delimitadas foram condicionadas por pressões de empresas "paulistas" e donos de seringais, à época apoiados por políticos acreanos e integrantes do Conselho de Segurança Nacional. Essas demandas territoriais surgiram pelo vigoroso crescimento demográfico dos povos indígenas, bem como pelo asfaltamento das BRs 317 e 364. Dentre essas demandas, constam as revisões de limites de nove TIs, e dentre elas, a TI Campinas/Katukina. No entanto, desde início de 2004, a presidência da FUNAI adotou a postura de evitar a revisão dos limites de terras indígenas já regularizadas, sob a alegação de concentrar esforços na identificação de novas terras (Aquino e Iglesias, 2006).

Vale ressaltar que o ano de 2004 ficou marcado por grave crise da UNI, organização que, em nível regional e nacional, exercera a representação política dos povos indígenas do Acre e Sul do Amazonas. Esta crise levou à extinção da instituição e, em seu lugar, foi criada a Organização dos Povos Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia – OPIN, em assembléia ocorrida no ano de 2005. No entanto, devido a problemas de gerenciamento e inadimplência, dentre outros, a OPIN também foi extinta recentemente e, no atual momento, o movimento indígena do Acre encontra-se bastante desarticulado. A representação dos povos indígenas por meio de uma grande organização geral foi substituída por organizações menores, de caráter regionalizado. No ano de 2006 existiam no Acre 34 organizações indígenas formalmente legalizadas (ZEE. ACRE, 2006). Por meio dessas associações, os povos indígenas têm buscado, por conta própria, ou assessorados pelo movimento indígena e/ou indigenista, acessar recursos para a implementação de diferentes projetos, sendo vários deles, voltados para a gestão territorial.

2.3 A INTERFACE ENTRE O GOVERNO ESTADUAL E OS POVOS INDÍGENAS NO ACRE

Conforme documento elaborado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Acre, desde 1999, o governo estadual tem procurado incorporar as demandas dos povos indígenas ao planejamento e execução de programas que conciliam o desenvolvimento sustentável do estado, com a melhoria das condições de vida nas terras indígenas e, a valorização cultural dos povos que nelas vivem.

O atual governo estadual assumiu, em 1999, com um discurso que marcou uma clara disposição de modificar um quadro histórico de omissão oficial em relação aos povos indígenas, estabelecer o diálogo com suas lideranças e organizações e incorporar suas demandas e trabalhos ao planejamento e à execução de políticas e programas preocupados em conciliar o desenvolvimento do estado com a preservação e uso sustentado do meio ambiente e a melhoria das condições de vida nas terras indígenas (Aquino e Iglesias, 2005: 19).

A conclusão do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE Fase I, resultou em indicativos e prioridades para a relação do governo estadual com os povos indígenas, dentre elas, a necessidade de mapeamento e construção participativa do ordenamento sustentável de seus territórios, centrado na formação política e técnica de indígenas e no apoio às demandas destas populações (ACRE. SEMA, 2009).

A partir de 2001, o governo estadual, com base nas indicações do ZEE Fase I, vem implementando medidas mitigadoras e compensatórias em terras indígenas impactadas pelo asfaltamento das BRs 364 e 317, por meio do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre, financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Acordadas em diálogos e negociações entre lideranças, organizações indígenas e órgãos do governo estadual e federal, durante a revisão dos EIA-RIMAs dessas estradas, diversas ações vêm sendo realizadas com o intuito de priorizar a gestão ambiental dessas terras, a diversificação das atividades produtivas pelas comunidades e o fortalecimento institucional de suas organizações de representação. Em parceria com organizações indígenas, o governo estadual tem implementado programas visando à gestão ambiental nas terras indígenas e o fortalecimento cultural das comunidades. A gestão ambiental tem sido potencializada pelo apoio à formação de agentes agroflorestais indígenas e pela remuneração dos serviços prestados por esses agentes, através de bolsas. Programas de formação de professores indígenas têm sido levados a cabo pela Secretaria Estadual de Educação – SEE, garantindo uma política de educação escolar indígena diferenciada, bilíngüe e intercultural nas aldeias, apoiada pela implantação da infraestrutura, edição de materiais didáticos específicos e assessoria aos professores. E,

o Instituto Estadual de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacir Grechi, desde a sua criação, em 2005, vem trabalhando um programa de formação e capacitação de gestores indígenas de projetos (ACRE. SEMA, 2009).

Em 2003, foi criada a Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas – SEPI, transformada, em 2007, em Assessoria Especial dos Povos Indígenas – AEPI, ligada diretamente ao Gabinete do Governador, com o objetivo de articular os vários programas das secretarias estaduais destinados aos povos indígenas, estabelecer convênios e parcerias com diferentes órgãos do governo federal e instituições da sociedade civil, e intermediar o diálogo do governo com as organizações de representação dos povos indígenas. Desde a sua criação, a SEPI, agora AEPI, é coordenada por Francisco Pianco, representante indígena da etnia Ashaninka.

Concebida não como instância executiva, mas de planejamento, coordenação e acompanhamento, a SEPI procurou avançar na articulação das políticas públicas dispersas nessas secretarias e concatenar a definição de estratégias comuns de ação, de maneira a atender a particularidade das situações, demandas e expectativas das comunidades indígenas.

[...] É fundamental, ainda, que a SEPI consolide alternativas para a institucionalização de instâncias interinstitucionais para definir e planejar as políticas públicas para os povos indígenas, bem como para garantir fontes de recursos específicas para seu financiamento (ACRE. ZEE, 2006: 216).

Como forma de garantir a participação indígena nas políticas indigenistas estaduais, instituiu-se o Fórum dos Povos Indígenas do Acre, realizado todos os anos, desde abril de 2007, na semana do índio, com a participação de lideranças de todas as terras indígenas do Estado e representantes de vários órgãos governamentais, com o objetivo construir momentos de diálogo para a avaliação e a definição das principais linhas de atuação indigenista do governo estadual.

Em relação às práticas de gestão territorial, o governo estadual promoveu ações de etnozoneamento em oito terras indígenas impactadas direta ou indiretamente pelas BRs 317 e 364, iniciativa que contou com ativa participação das organizações, lideranças e demais moradores das TIs. Dessas ações resultaram mapas temáticos das formas de utilização dos recursos socioambientais, bem como planos de gestão ambiental e territorial dessas terras.

Por fim, cabe ressaltar que, em agosto de 2008, o Governo do Estado do Acre e a Presidência da FUNAI assinaram Termo de Cooperação Técnica para executar de forma conjunta, no âmbito do Programa de Promoção e Proteção dos Povos Indígenas (PPA 2008-2011), ações visando o avanço nos processos de regularização das terras indígenas no Acre; o apoio a políticas de gestão e vigilância territorial nas terras indígenas; a melhoria da

atuação da administração e dos postos do órgão indigenista nos vários municípios do Acre; e o fortalecimento da atuação da Frente de Proteção Etnoambiental Rio Envira na proteção dos territórios e formas de vida dos índios “isolados” (ACRE. SEMA, 2009).

2.3.1 Do Zoneamento Ecológico-Econômico ao “Etnozoneamento em Terras Indígenas”

- Zoneamento Ecológico-Econômico

No Brasil, o marco jurídico do ordenamento territorial encontra-se no inciso IX²³ do artigo 21 da Constituição Federal de 1988, que o legitima como uma obrigação do Estado, mas nada diz a respeito do seu conteúdo. Segundo Berlone & Mello (2006), diante dessa indefinição, há quem defenda um entendimento amplo de política territorial como envoltória do espaço geográfico relacional de redes, fluxos, paisagens naturais, rurais e urbanas e, de atividades que visam modificar esse espaço, estruturando-o ou reestruturando-o. Neste sentido, pela ausência de uma política explícita e específica de ordenamento territorial, alguns instrumentos de política ambiental e territorial, como o Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE, vêm sendo alçados à categoria de política nacional, apesar de a sua implementação concreta ter ocorrido somente em pequenas áreas do país.

Desde 1981, o Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE é um instrumento de planejamento da Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA²⁴, instituído com o objetivo de subsidiar estratégias e ações para a elaboração e execução de planos regionais de ocupação dos espaços e redirecionamento de atividades para o desenvolvimento sustentável. Moraes (1994) afirma que, as políticas ambientais, assim como seus instrumentos, incluindo-se o ZEE, podem ser considerados políticas públicas territoriais, uma vez que são ações estatais de modulação e regulação do espaço e de seus recursos.

Do ponto de vista da geografia política, as políticas ambientais dos Estados nacionais contemporâneos e seus vários instrumentos (incluindo-se os zoneamentos ecológico-econômicos), podem ser interpretadas como formas de política pública territorial. Isto porque as políticas ambientais e seus instrumentos são ações estatais de modulação do espaço e de regulação direta e/ou indireta da apropriação fundiária e dos recursos. Essas ações também qualificam o espaço como condição para outras e futuras espacializações (Moraes, 1994, apud FUNAI/MMA, 2009: 6).

No final da década de 1980, o governo brasileiro enfatizou a dimensão ambiental por meio da elaboração de um macrozoneamento e de ZEEs estaduais para a região

²³ Constituição Federal, Art. 21. Compete à União: (...) IX – elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico social.

²⁴ O ZEE está previsto do artigo 9º, inciso II da Lei 6.938/81.

amazônica. Além disso, reforçou a necessidade de ampliar o conhecimento e os mecanismos capazes de garantir a qualidade ambiental na Amazônia, definida como Patrimônio Nacional na Constituição de 1988. Outras razões justificaram esse programa: a Amazônia assumira importância global e os acontecimentos daquele final de década, as grandes queimadas e a morte do ambientalista Chico Mendes, geraram críticas e pressões sobre o modelo de ordenamento implementado pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento – PNDs dos governos militares. Como resultado do Programa Nossa Natureza (1988-1989), deslocou-se o ZEE da área ambiental do IBAMA para a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE. Em tese, tal deslocamento elevaria a dimensão territorial ao mesmo grau de importância das dimensões sociais e econômicas no desenvolvimento nacional (Berlone & Mello, 2006).

A SAE, então, define o ZEE da seguinte maneira: *“instrumento político e técnico de planejamento, cuja finalidade última é otimizar o uso do espaço e as políticas públicas. (...) instrumento de negociação entre as várias esferas de governo e entre estas, o setor privado e a sociedade civil, isto é, um instrumento para a construção de parcerias”* (SAE, 1997, apud Lima, 2006: 99). Conforme Lima (2006), esta definição comporta o caráter instrumental do ZEE na negociação em torno do uso e ocupação do território entre todas as esferas do governo e os distintos grupos de interesse. O autor cita também, uma outra definição de ZEE, proposta pela SAE no ano de 1998:

Um instrumento técnico e político de informação sobre o território, indicativo, portanto, mas é também um instrumento político por excelência, de regulação do uso do território, e de negociação entre os vários setores do governo, o setor privado e a sociedade civil. Como tal, a implementação dos resultados do ZEE deve traduzir-se em normas legais de diversos níveis, que em seu conjunto compõem o ordenamento territorial (SAE, 1998, apud Lima, 2006: 95).

Diante desta definição, Lima (2006) ressalta a visão dicotômica da SAE sobre a natureza normativa ou indicativa do ZEE, afirmando que:

Se de ponto de vista técnico o ZEE é o instrumento para subsidiar a tomada de decisão e, portanto, não é visto como instrumento normativo-vinculante, mas indicativo, informativo, para subsidiar e justificar o planejamento e as intervenções do Estado, do ponto de vista político é um instrumento de regulação de uso do território e de negociação entre os atores sociais.

Essa mesma definição corrobora nosso entendimento já explicitado de que o ordenamento é o resultado da implantação do ZEE, ou seja, ordenamento é o resultado da gestão territorial (Lima, 2006: 95-96).

Em 2000, o ZEE foi transferido para o Ministério do Meio Ambiente. Depois de muitos anos de debates sobre as diretrizes metodológicas, as bases institucionais e conceituais do

ZEE, em julho de 2002, o Governo Federal editou o Decreto 4.297/02, buscando consolidar um entendimento sobre os critérios e diretrizes para a implementação do ZEE no nível Estadual. De acordo com tal Decreto, o ZEE é um:

instrumento de organização do território a ser obrigatoriamente seguido na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, estabelece padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade ambiental, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população (BRASIL. Decreto 4.297/02).

Conforme Berlone e Mello (2006), nos últimos anos, o governo brasileiro tem investido esforços para a proposição de uma política de ordenamento com uma perspectiva territorialmente ampla que envolva a definição de diretrizes, estratégias e metas, além de instrumentos, prazos e recursos para sua implementação. Dentro desta proposta, as diversas concepções de ordenamento territorial vêm evoluindo de uma subordinação estrita ao Estado para a atual noção de política pública participativa e, nesse sentido, o ZEE reforçou a necessidade de as políticas públicas serem amplas, com formulação e execução baseadas em pactos com segmentos da sociedade organizada que aceitem, negociem e comprometam-se a se engajar na sua implementação.

Considerando o caráter de participação pública e a negociação com a sociedade sobre os objetivos, diretrizes e normas legais, Schubart define o ZEE da seguinte maneira:

Zoneamento é o ato ou efeito de dividir um território por zonas, segundo objetivos e critérios predeterminados. O termo 'zoneamento' encerra duas conotações que devem ser reconhecidas e mantidas em separado quando se conceitua o zoneamento ecológico-econômico. Em primeiro lugar, zoneamento é o resultado técnico de uma descrição, análise e classificação em zonas, de um dado território, segundo objetivos predeterminados. Em segundo lugar, zoneamento é o resultado de um processo político-administrativo, que utiliza o conhecimento técnico, ao lado de outros critérios, para fundamentar a adoção de diretrizes e normas legais, visando atingir objetivos socialmente negociados, que implicam em um conjunto de sanções ou incentivos sociais que regulam o uso de recursos e a ocupação do território (Schubart, 2004, apud Lima, 2006:96).

Para Lima (2006: 83), o Zoneamento Ecológico-Econômico é definido como “*um instrumento para o exercício da função socioambiental de gestão territorial, como meio de definição, pelo Estado, em cooperação com a sociedade, de prioridades e de estratégias de atuação em busca da realização dos direitos socioambientais*”.

Até 2007, o ZEE foi um programa da Secretaria de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – SDS²⁵, do Ministério do Meio Ambiente – MMA, que o caracterizava como um instrumento para subsidiar políticas territoriais:

O ZEE torna-se um importante instrumento para subsidiar a formulação de políticas territoriais da União, Estados e Municípios, orientando os diversos níveis decisórios na adoção de políticas convergentes com as diretrizes de planejamento estratégico do país. Busca, assim, conservar o capital natural e diminuir os riscos dos investimentos.

O ZEE, ao dispor de um mecanismo integrado de diagnóstico sobre o meio físico-biótico, a sócio-economia e a organização institucional, bem como diretrizes pactuadas de ação entre os diferentes interesses dos cidadãos, pode contribuir para que o sistema de planejamento oriente os esforços de investimentos do governo e da sociedade civil segundo as peculiaridades das áreas definidas como zonas e tratadas como unidades de planejamento (MMA, 2008)²⁶.

Atualmente, o ZEE é um Programa coordenado pela Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, do Ministério do Meio Ambiente – SEDR/MMA, com ações descentralizadas por diversos órgãos federais e estaduais. A SEDR define o ZEE da seguinte forma:

O ZEE é instrumento para planejar e ordenar o território brasileiro, harmonizando as relações econômicas, sociais e ambientais que nele acontecem. Demanda um efetivo esforço de compartilhamento institucional, voltado para a integração das ações e políticas públicas territoriais, bem como a articulação com a sociedade civil, congregando seus interesses em torno de um pacto pela gestão do território. O ZEE é ponto central na discussão das questões fundamentais para o futuro do Brasil como, por exemplo, a questão da Amazônia, do Cerrado, do Semi-árido Brasileiro, dos Bio-combustíveis e das Mudanças Climáticas. Uma das suas características principais é sobrepor todos os outros tipos de zoneamento existentes.

O ZEE é um instrumento de organização do território, tendo como objetivo geral orientar as decisões dos agentes públicos e privados quanto a planos, programas, projetos e atividades que direta ou indiretamente utilizem os recursos naturais, garantindo a manutenção do capital dos serviços ambientais dos ecossistemas. O processo de elaboração e implementação do ZEE segue os seguintes requisitos: buscar a compatibilização do crescimento econômico e a proteção dos recursos naturais, compartilhar suas ações entre os diferentes níveis da administração pública e da sociedade civil e valorizar o conhecimento multidisciplinar.

Em termos práticos, o ZEE divide o território em zonas, de acordo com as necessidades de desenvolvimento econômico e proteção, conservação e recuperação dos recursos naturais (MMA, 2010)²⁷

²⁵ Em 2007 a SDS foi transformada em Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR.

²⁶ Página da internet: <<http://www.mma.gov.br/port/sds/zee/program/index.html>>. Acessado em janeiro de 2008.

²⁷ Página da internet: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.html>. Acessado em julho de 2010.

Desta forma, nota-se a importância do ZEE enquanto ferramenta de ordenamento territorial, visto que ostenta a condição de instrumento de Política Nacional de Meio Ambiente, sendo uma forte intervenção estatal no domínio econômico, que organiza a relação espaço-produção, aloca recursos, interdita áreas, destina outras para estas e não para aquelas atividades, incentiva e reprime condutas (Antunes, 2006).

No entanto, o próprio MMA, ao apresentar o Programa Zoneamento Ecológico-Econômico, aponta que o governo brasileiro tem uma relação ambígua com o ZEE, pois

ao mesmo tempo em que tem ressaltado ao longo dos anos a importância do instrumental para resolver problemas de gestão territorial, dá pouca atenção às necessidades de realizar um projeto com tal envergadura. Isso se manifesta nas freqüentes rupturas e descontinuidades, nas articulações institucionais momentâneas e de conveniência, na falta de capilaridade entre níveis de administração pública, na dispersão orçamentária e distribuição corporativa dos recursos financeiros (MMA, 2010).

Alguns autores como Ataíde & Martins (2005) e Little (2002), entendem que o ordenamento territorial deve ser um conjunto de relações sociais, culturais, políticas e econômicas e não apenas uma mera divisão geográfica do território. Segundo Diegues (2000), os modelos comumente usados para os planos de ordenamento territorial atribuem aos cientistas naturais a prerrogativa de elaborar os planos e propostas, sem no entanto, considerar a participação das comunidades. Como consequência são desenvolvidas propostas de ordenamento que não se constituem em um instrumento de desenvolvimento social, mas sim um fator gerador de conflitos e descontentamento. Ataíde e Martins (2005), afirmam que grande parte das experiências de elaboração de planos de ordenamento territorial não têm produzido os benefícios sociais esperados e, atribuem este insucesso ao caráter puramente tecnicista destes planos. O Governo do Estado do Acre apresenta uma posição semelhante, quando afirma que:

Em geral, a metodologia de construção de Zoneamentos Ecológico-Econômicos (ZEE) tem um conteúdo predominantemente positivista. Supõe que o conhecimento e a análise da natureza e do desenvolvimento da ocupação humana, conforme os espaços, instruem o homem quanto à adequada relação com o ambiente natural e o melhor uso e destinação de seus recursos. Tal concepção implica uma infinita crença nas virtudes do conhecimento científico e na abordagem objetiva para orientar o comportamento humano, o seu saber e fazer (ACRE. ZEE, 2006: 35)

Ocorre que os grupos humanos não são uniformes, harmônicos, e a vida social é um intrincado de relações econômicas, sociais, políticas e culturais contraditórias. O Estado, a condição social de hoje, não é, necessariamente, a de ontem nem a de amanhã. E a apreciação positivista não dá conta das transformações dessas complexas relações sociais (id. ibid: 36).

Para Mercadante (2001), o ZEE deveria ser um instrumento que promove um desenvolvimento equilibrado e cientificamente fundamentado, ajustado às condições ecológicas, sócio-culturais e econômicas de cada local, acima e além das disputas políticas.

Lamentavelmente, porém, a promessa é vã. O ZEE não determina o modelo de desenvolvimento. Ao inverso, é o modelo de desenvolvimento que determina o ZEE. A escolha do modelo de desenvolvimento é uma escolha política e precede a elaboração do ZEE. O melhor que o ZEE pode fazer, uma vez decidido o modelo de desenvolvimento, é indicar os custos, os riscos, os limites, as irracionalidades, ambientais e sociais, mais flagrantes. Ou, dizendo de outro modo, o melhor caminho, o menos custoso, para se alcançar os objetivos pretendidos. O ZEE é um acordo social em torno de um projeto de desenvolvimento, mais ou menos legítimo e politicamente consistente conforme o maior ou menor grau de participação dos atores sociais na sua construção.

Entretanto, embora traduza uma proposta política, o ZEE vem sendo apresentado como uma solução técnica, politicamente isenta. Evidentemente, quem defende a natureza técnica do ZEE são os que comandam a sua elaboração. O argumento da natureza técnica é utilizado para mascarar os interesses políticos de quem propõe o zoneamento. Ao mesmo tempo em que defendem o ZEE como um documento técnico, os seus autores “denunciam” a “irracionalidade” e a “motivação política” dos que se opõem ao zoneamento proposto (Mercadante, 2001: 15).

Para Little (2002), o Estado brasileiro, com sua noção de soberania exclusiva, vem tentando exercer controle efetivo sobre o território nacional. Uma dessas tentativas é o SIVAM e outra é o Zoneamento Ecológico-Econômico, que tem como meta zonear todo o território nacional em função de seus usos mais apropriados em termos técnicos. O autor enfatiza que ocorreram muitos problemas na implementação do ZEE devido à falta de consideração de assuntos sociais e políticos. O fato básico que permeia esses problemas é que os diversos grupos sociais têm interesses, finalidades, histórias e territorialidades diferentes e, muitas vezes, divergentes, que não podem ser equacionados apelando à técnica. Tanto no SIVAM quanto no ZEE, a consideração dos interesses ou a participação dos povos tradicionais é mínima ou simplesmente não existe. A vigilância e o ordenamento territorial são tratados pelo Estado como questão militar, de segurança, e não como uma questão de sobrevivência dos povos que ocupam esses biomas. *“Tratam-se de políticas de ordenamento territorial de caráter centralizador e autoritário fundamentadas na razão instrumental do Estado e na exclusividade do Estado tomar decisões sobre essas políticas”* (Little, 2002).

Diante do exposto, pode-se considerar que a política de ordenamento territorial do Brasil ainda está em construção e que, apesar do ZEE ser um instrumento técnico e político no âmbito da PNMA, com o objetivo de subsidiar estratégias e ações para a elaboração e execução de planos regionais de ocupação dos espaços e redirecionamento de atividades

para o desenvolvimento sustentável, ele muitas vezes é alçado à condição de política pública. No entanto, apesar da importância do referido instrumental para resolver problemas de gestão territorial, o Estado brasileiro não dá a devida importância às necessidades de realizar um projeto com tal envergadura.

Também fica evidente a necessidade da participação dos vários setores do governo, do setor privado e da sociedade civil na elaboração das políticas de ordenamento territorial, levando-se em conta as relações sociais, culturais, políticas e econômicas e não apenas a divisão geográfica do território, para que, desta forma, haja uma pactuação entre o Estado e a sociedade organizada a fim de que todos os envolvidos aceitem, negociem e comprometam-se a se engajar na implementação de tais políticas.

- Zoneamento Ecológico-Econômico no Estado do Acre

O Zoneamento Ecológico-Econômico vem sendo colocado em pauta pelo governo do Acre desde 1988, quando foi elaborado o Estudo de Viabilidade Técnica da BR-364. Em 1990, foi criado o Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre – Proeza. No entanto, essas iniciativas sofreram descontinuidades administrativas relacionadas, principalmente, à falta de vontade de sucessivos governos (Medeiros *et.alli*, 2009: 11).

Diante da necessidade de obter o diagnóstico e a análise aprofundados da situação social, econômica, territorial, ambiental e biológica do Acre, que norteasse o planejamento e a execução de políticas públicas, o governador Jorge Viana²⁸, no início de sua gestão, em 1999, estabeleceu o ZEE como política de governo. Para tanto, o Zoneamento foi dividido em duas fases: a primeira, iniciada em 1999, com aproximação na escala de 1:1.000.000, e a segunda, iniciada em 2003, na escala 1: 250.000.

O Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre – ZEE/AC foi instituído no estado pelo Decreto nº 503, de 06 de abril de 1999, constituindo um dos instrumentos do Projeto de Gestão Ambiental Integrada – PGAI, implementado por meio do subprograma de Política de Recursos Naturais – SPRN, parte do Programa Piloto para a Conservação das Florestas Tropicais no Brasil – PPG7, que, por sua vez, era coordenado pela já extinta Secretaria de Coordenação da Amazônia – SCA do Ministério do Meio Ambiente – MMA.

²⁸ A gestão do governador Jorge Viana, do Partido dos Trabalhadores – PT, ocorreu entre os anos 1999 e 2006 e ficou conhecida como “Governo da Floresta”. Em 2007, foi sucedida, pelo então vice-governador Arnóbio Marques, o Binho, também do PT.

O Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre esteve diretamente vinculado ao Gabinete do Governador, sob a coordenação da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável – SEPLANDS. A Secretaria Executiva do Programa foi exercida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais – SEMA, responsável pela coordenação técnica dos trabalhos. Os principais órgãos executores do ZEE/AC foram o Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC e a Fundação de Tecnologia do Estado do Acre – FUNTAC, que conforme as demandas, contaram com a colaboração de outros órgãos, entidades e consultorias (ACRE. ZEE, 2006).

Para o Governo do Acre, uma das atribuições do ZEE é contribuir para a espacialização de políticas públicas, no sentido de adaptá-las a realidades específicas do território acreano (ACRE. ZEE, 2000). Assim sendo, o ZEE/AC constitui-se num instrumento privilegiado de negociação entre o governo e a sociedade, para elaboração e aplicação de estratégias de gestão do território, sendo definido da seguinte maneira:

Um instrumento estratégico de planejamento regional e gestão territorial, envolvendo estudos sobre o meio ambiente, os recursos naturais e as relações entre a sociedade e a natureza, que servem como subsídio para negociações democráticas entre os órgãos governamentais, o setor privado e a sociedade civil sobre um conjunto de políticas públicas voltadas para o Desenvolvimento Sustentável (ACRE. ZEE, 2000: 01).

Os principais resultados esperados do Programa Estadual do ZEE no Acre incluem (ACRE.ZEE, 2006: 27):

- Contribuição para o uso racional e sustentável dos recursos naturais, viabilizado por meio de políticas públicas setoriais; e incentivos de investimentos em áreas adequadas do ponto de vista ambiental, econômico e sócio-cultural, inibindo, assim, iniciativas de alto risco;
- Articulação das políticas públicas relacionadas à gestão dos recursos naturais; através de uma base espacial para as tomadas de decisão;
- Formação de uma consciência positiva sobre o desenvolvimento sustentável nos órgãos governamentais, setor privado e sociedade civil, por meio, entre outros instrumentos, do programa de difusão do ZEE;
- Redução substancial de conflitos sócio-ambientais relacionados aos direitos de uso dos recursos naturais numa mesma área geográfica;

- Consolidação do arcabouço conceitual e orientação prática do projeto de desenvolvimento sustentável do Acre;

- Avanço do conhecimento sobre a natureza e a sociedade do Acre com base na ciência e saber tradicional empírico e simbólico.

Em sua primeira fase, realizada no período de 1999 a 2000 e denominada de 'primeira aproximação', o ZEE/AC realizou trabalhos de diagnóstico em todo o Estado do Acre, gerando produtos cartográficos básicos na escala de 1:1.000.000. A maior parte dos trabalhos foi baseada em dados secundários, aproveitando e sistematizando os diversos estudos já realizados no Estado. Vale ressaltar que o ZEE/AC teve como um de seus princípios fundamentais a ampla participação da sociedade com vistas à negociação de pactos relacionados ao desenvolvimento territorial do Estado. Para tanto, foram realizadas entrevistas individuais com lideranças locais em todos os municípios do Estado antes mesmo da definição dos termos de referência para a realização do ZEE (ACRE. ZEE, 2006).

A implementação prática do zoneamento está relacionada à consolidação de um novo estilo de gestão das políticas públicas envolvendo processos de empoderamento, diálogo e negociação entre o governo, a sociedade civil organizada e o setor privado (ACRE.ZEE, 2006: 25)

Sem dúvida, um dos importantes resultados da primeira fase do ZEE foi o fortalecimento de uma cultura de gestão participativa e democrática das políticas públicas, pautada no diálogo entre o governo e os diferentes grupos da sociedade (id. ibid.: 28).

Os principais produtos gerados na primeira fase do Programa incluíram relatórios técnicos e produtos cartográficos relacionados aos temas: Recursos Naturais e Meio Ambiente (Volume I), Aspectos Sócio-Econômicos e Ocupação Territorial (Volume II) e Indicativos para a Gestão Territorial (Volume III). Também foi elaborado um Resumo Educativo denominado de Guia para o uso da terra acreana com sabedoria (ACRE. ZEE, 2006).

Segundo o governo estadual, a primeira fase do ZEE/AC constituiu-se num importante referencial do Projeto de Desenvolvimento do Governo da Floresta, das iniciativas da sociedade civil e do setor privado.

Como resultado dos indicativos do ZEE, foi-se definindo, de um lado, uma nova tendência de ocupação do espaço, principalmente na institucionalização de Unidades de Proteção Integral, de Terras Indígenas, de Reservas Extrativistas e de Florestas Nacionais e Estaduais. De outro, constituindo-se uma pauta de investimentos da economia do Estado, articulada pelo governo, para realizar-se a partir de 2003, negócios florestais sustentáveis (manejo e indústrias florestais), projetos de manejo

florestal comunitário e empresarial e iniciativas de agropecuária sustentável (ACRE. ZEE, 2006: 29).

No que diz respeito às TIs, no Volume II – Aspectos Socioeconômicos e Ocupação Territorial, foi dedicado um capítulo denominado Populações e Terras Indígenas, elaborado pelos antropólogos Terri Valle de Aquino e Marcelo Piedrafita Iglesias, ambos com longa trajetória de pesquisa e assessoria aos povos indígenas do Acre.

A respeito dos conflitos socioambientais em terras indígenas, o geógrafo Brent Milikan, capítulo “Conflitos Socioambientais”, escreveu:

Não obstante as garantias legais sobre os territórios indígenas, como áreas de posse permanente das comunidades que as ocupam, a maioria deles é afetada por algum tipo de invasão envolvendo a utilização ilegal e degradação de recursos naturais. Em resumo, os principais tipos de conflito sócio-ambiental em áreas indígenas podem ser classificados da seguinte forma:

- ocupações de territórios indígenas por posseiros (seringueiros e agricultores) que, em muitos casos, teriam direito a receber indenizações pelo governo federal, o que ainda não ocorreu, resultando na sua permanência no local;
- exploração madeireira, a exemplo da retirada de madeira em larga escala das terras dos índios Ashaninka do rio Amônia nos anos 80, envolvendo grupos econômicos de Cruzeiro do Sul;
- atividades de caça e pesca nas terras indígenas, envolvendo amadores e profissionais; e
- abertura de ramais e a construção e pavimentação de rodovias, sem a devida análise de impactos sobre populações indígenas e seus territórios, a exemplo da Terra Indígena Katukina, no eixo da BR-364, entre Rodrigues Alves e Tarauacá.

É importante observar que os problemas descritos acima são fomentados por fatores como: a) pendências de regularização fundiária, demarcação e sinalização de vários territórios indígenas; b) ausência de um sistema eficaz de monitoramento e proteção das áreas indígenas, envolvendo comunidades locais, FUNAI e órgãos ambientais (IBAMA, IMAC); c) a falta histórica de um planejamento regional em bases sustentáveis para acompanhar a abertura e pavimentação de estradas rurais; e d) a necessidade urgente de alternativas econômicas para as populações indígenas, cuja falta incentiva o imediatismo no uso de recursos naturais, inclusive, em alguns casos, a convivência com invasores (Milikan, in: ACRE. ZEE, 2000: 283).

Entre as iniciativas estratégicas realizadas com base nos produtos e indicativos da primeira fase do ZEE/AC, cabe salientar aquelas que, de alguma forma envolvem as comunidades indígenas:

- Elaboração de programas e projetos estratégicos (Programa de Desenvolvimento, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; Programa de Apoio às Populações Indígenas do Acre, financiado pelo BNDES; e Projeto de Gestão Ambiental Integrada – PGAI/SPRN, financiado pela Cooperação Alemã/KfW);

- Descentralização de ações governamentais;

- Implementação de políticas públicas voltadas para a prevenção e resolução de conflitos socioambientais;

- Regularização de Terras Indígenas (FUNAI e governo do Estado);

- Criação da Lei Estadual Florestal nº 1.426, de 27/12/2001, que institui o Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas – SEANP, integrando o Corredor Ecológico Oeste-Amazônico, onde se encontram diversas TIs;

- Realização do Etnozoneamento em Terras Indígenas.

Em sua segunda fase, o Programa ZEE/AC adotou as etapas recomendadas pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do MMA para o ZEE: planejamento, diagnóstico, prognóstico e implementação das ações (ACRE. ZEE, 2006). Esta segunda fase expressa uma visão estratégica do governo e da sociedade no planejamento regional e gestão do território acreano. Para tanto, foi elaborado o Mapa de Gestão Territorial do Estado do Acre, na escala 1:250.000, construído a partir do cruzamento dos eixos temáticos: Recursos Naturais e Uso da Terra; Aspectos Sócio-Econômicos e; Cultura, Gestão e Percepção Social, que contaram com um conjunto de estudos de diagnóstico e prognóstico, tendo um caráter de atualização e complementação dos produtos da primeira fase (id.ibid.).

O mapa de gestão territorial, elaborado na escala 1:250.000 e tendo como base cartográfica a escala 1:100.000, tem como principais finalidades:

- Explicitar diretrizes de gestão de áreas já destinadas formalmente, a exemplo de assentamentos rurais, propriedades rurais, Unidades de Conservação, terras indígenas e áreas urbanas, levando em conta suas características específicas;

- Fornecer subsídios para a tomada de decisões sobre espaços territoriais ainda sem destinação específica, priorizando áreas em situação de maior risco em termos de conflitos sociais sobre o acesso aos recursos naturais e problemas de degradação ambiental.

Desta forma, o governo estadual, baseado nos estudos temáticos e nos indicativos, aliados à avaliação de sustentabilidade, definiu diretrizes para a Gestão Territorial, estratificando o estado em quatro zonas de intervenção, a saber: Zona 1: Consolidação de sistemas de produção sustentável; Zona 2: Uso sustentável dos recursos naturais e proteção ambiental; Zona 3: Áreas prioritárias para o ordenamento territorial; Zona 4: Cidades do Acre. Cada zona se desdobra em subzona, com diretrizes específicas para uso do território, constituídas por unidades homogêneas, base do planejamento do uso sustentável e subdividida, em alguns casos, em unidades de manejo. Neste contexto, as TIs, assim como as unidades de conservação, enquadram-se na Zona 2, que representa 49,5% da área total do Estado do Acre (Medeiros *et.alli*, 2009: 11-15).

Para garantir a efetividade da implantação das diretrizes de cada plano de gestão, são desenvolvidos instrumentos baseados no desenvolvimento local, como é o caso do Ordenamento Territorial Local – OTL, que subsidia estratégias e ações para a concepção de planos de desenvolvimento local, dotando o gestor e a sociedade de base técnica para a implementação de políticas públicas visando ao ordenamento do território. No caso específico das terras indígenas, foi desenvolvido o “Etnozoneamento em Terras Indígenas”, um instrumento de diagnóstico e planejamento, que se consolida por meio dos Planos de Gestão das TIs – PGTIs (idem: 13).

Segundo publicações elaboradas pelo atual governo acreano, a estratégia de ordenamento territorial do Acre tem o objetivo de aumentar o nível de detalhe da visão territorial. Para isso, adotou-se, no âmbito do ZEE, a estratégia de definir áreas prioritárias onde serão feitos os trabalhos integrados de detalhamento da base de dados.

As diferentes características naturais, a complexidade de determinados ecossistemas, aliados à diversidade sociocultural de um espaço, permitiram ainda a definição de territórios, como as Zonas Especiais de Desenvolvimento (ZED) e as Zonas de Atendimento Prioritário (ZAP). As ZEDs são áreas de consolidação da ocupação em função da infraestrutura e da industrialização de cadeias produtivas prioritárias. As ZAPs, por sua vez, são áreas que têm alta vulnerabilidade ambiental associada ao baixo potencial social, como as comunidades isoladas com alto índice de analfabetismo, reduzida capacidade de organização, condições sanitárias e de saúde precárias. Elas ocupam, de forma dispersa ou concentrada, as margens dos rios (ZAP Rio), as áreas sem ordenamento definido ao longo das rodovias (ZAP BR), as Unidades de Conservação, incluindo as Terras Indígenas (ZAP UC e TI) e Projetos de Assentamento (ZAP PA) (Medeiros *et.alli*, 2009: 14).

Neste contexto, as terras indígenas são consideradas como Zonas de Atendimento Prioritário – ZAPs, as quais serão atendidas com serviços básicos e com programas para

promover o etnodesenvolvimento, o fortalecimento institucional das organizações indígenas e a valorização cultural (ACRE. SEMA, 2009).

Após a institucionalização do ZEE/AC, em 2007, foi criada a Política de Valorização do Ativo Ambiental Florestal, com o intuito de regularizar o Passivo Ambiental Florestal, por meio de dois planos: o de Recuperação de Áreas Alteradas e o de Valorização do Ativo Ambiental Florestal. Esta política está sendo implementada por meio de estratégia conjunta de secretarias e autarquias que compõem a área de desenvolvimento sustentável do governo estadual. Atualmente, a implementação do ZEE/AC tem ocorrido no âmbito desta política (Medeiros *et. alli*, 2009: 14).

- O “Etnozoneamento em Terras Indígenas”

O “Etnozoneamento em Terras Indígenas” do Acre, executado pelo governo estadual, faz parte do componente indígena do Plano de Ações Mitigadoras dos impactos gerados pela construção das rodovias BR-364²⁹ e BR-317³⁰, além de ser um dos indicativos da primeira fase do Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre – ZEE/AC – Fase I, apresentado no capítulo “População e Terras Indígenas” (ACRE. ZEE, 2000. Volume II).

O “Etnozoneamento em Terras Indígenas” é um instrumento de diagnóstico, zoneamento e planejamento dos povos indígenas para a gestão dos seus territórios, sendo elaborado de forma participativa, com o intuito de contribuir com a autonomia indígena. Esse instrumento procura considerar as especificidades de cada povo indígena, respeitando a diversidade cultural (ACRE. ZEE, 2006). Segundo a definição do governo estadual, o “Etnozoneamento em Terras Indígenas” tem como objetivo orientar as ações do governo estadual em relação aos povos indígenas, propiciando condições para que as comunidades realizem seus planos de gestão e manejo de recursos a partir do zoneamento de seus territórios. As ações viabilizadas por meio desse instrumento de planejamento centram-se na produção e uso de mapas temáticos que subsidiarão a elaboração do plano de gestão territorial das TIs (ACRE. ZEE, 2004).

²⁹ A Rodovia BR-364 é uma importante rodovia diagonal do Brasil que se inicia em Limeira – São Paulo, passando por Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia, terminando em Rodrigues Alves, no extremo-oeste do estado do Acre, sendo assim uma rodovia de fundamental importância para o escoamento da produção de toda a região Norte e Centro Oeste do País. A BR-364 também é uma importante via de ligação das principais cidades do Acre, uma vez que interliga a capital Rio Branco aos municípios de Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó, Tarauacá, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima. Esta via possui recursos assegurados para o seu completo asfaltamento no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal.

³⁰ A Rodovia BR-317 liga o Acre ao estado do Amazonas, no território do município de Boca do Acre (AM). A BR-317 é um dos eixos estratégicos para o desenvolvimento do Acre, ligando um corredor que vai do rio Purus, por onde podem ser transportadas mercadorias produzidas na região, até a Estrada do Pacífico (Carretera Interoceânica), que liga o Brasil aos portos do sul do Peru, em Illo ou Matarani, no Oceano Pacífico.

O etnozoneamento tem como objetivo a produção e sistematização de informações documentais, bibliográficas e empíricas e, a elaboração de mapas georreferenciados com informações consideradas relevantes pelos índios no processo de gestão dos seus territórios. Com os resultados obtidos pretende-se subsidiar os povos indígenas e o governo do estado para tomada de decisões no processo de zoneamento e gestão dos territórios indígenas. Estes diagnósticos podem constituir instrumentos fundamentais à elaboração de planos de gestão territorial, que podem conter desde ações de vigilância, até a base para projetos de etnodesenvolvimento, a serem apoiados pelo Governo do Estado do Acre e outras instituições, como o PDPI, FUNAI, FUNASA, ONGs, dentre outros (ACRE. ZEE, 2006).

O uso desse etnoinstrumento pode ser caracterizado como um processo técnico-político que fornece aportes metodológicos e sociais para contribuir na gestão territorial das terras indígenas. Trabalhando sobre imagens de satélite, as discussões nas aldeias têm permitido um detalhado mapeamento dos recursos naturais existentes nas terras indígenas e em seu entorno, resultando em diferentes mapas temáticos: hidrografia, vegetação, extrativismo, caça, pesca, coleta/extrativismo, agricultura, invasões e formas históricas de uso dos territórios (ACRE. ZEE, 2006; Aquino e Iglesias, 2005). Segundo o documento síntese do ZEE/AC – Fase II, a experiência tem permitido o diálogo entre diferentes conhecimentos: de um lado, os dos indígenas, ciências e saberes usados no manejo cotidiano da floresta, e, de outro, os de pesquisadores de disciplinas científicas variadas, que têm organizado as oficinas e contribuído nas discussões e na sistematização dos conhecimentos co-produzidos.

- A demanda pelo “Etnozoneamento em Terras Indígenas”

Em 1999, o Governo do Estado do Acre, objetivando rediscutir os impactos da BR-364 sobre as TIs na área de influência da estrada, convocou, por meio do Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, uma audiência pública, realizada na cidade de Cruzeiro do Sul, para promover a revisão do componente indígena do EIA-RIMA da BR-364, no trecho Tarauacá-Rodrigues Alves. Nessa audiência ficaram definidos três acordos: 1) política global para as TIs do Acre; 2) revisão do "componente indígena" do EIA-RIMA da pavimentação da BR-364, no trecho Rodrigues Alves-Tarauacá; e 3) cumprimento de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, que contemplava em caráter emergencial medidas mitigadoras e/ou compensatórias (Aquino e Iglesias, 2005).

A revisão do componente indígena do asfaltamento das BRs 364 e 317, realizada em 2000, apontou a necessidade de uma melhor relação entre o

poder público e as terras indígenas inseridas nos eixos de desenvolvimento do estado. Para atender a esses objetivos foi utilizado o Etnozoneamento em Terras Indígenas (Souza *et. alii*, 2009: 29).

No ano de 2000, antropólogos consultores contratados pelo governo estadual procederem à revisão do componente indígena do EIA-RIMA da BR-364. Neste mesmo ano, uma equipe de consultores realizou diagnósticos da situação de infra-estrutura e das atividades produtivas em 18 aldeias de seis terras indígenas³¹ impactadas pela BR-364, com vistas ao esboço preliminar de planos de sustentação destas TIs. Estes planos faziam parte das medidas previstas para a mitigação e a compensação dos prejuízos ambientais, sociais e culturais provenientes da pavimentação da estrada.

Após concluídos os estudos de revisão do componente indígena do EIA-RIMA da BR-364, foram realizadas três audiências públicas para discuti-los. Como resultado dessas audiências, foram estabelecidos “planos de mitigação” para as seis TIs impactadas pela BR-364, os quais subsidiariam os planos de sustentação. De forma resumida, as discussões ocorridas durante as audiências privilegiaram questões associadas ao uso dos recursos naturais, como: ações para atividades agrícolas e extrativistas, implantação de sistemas agrofloretais, criação de animais domésticos e silvestres, aproveitamento local de várias espécies e produtos passíveis de comercialização, a piscicultura em açudes e lagos, o fortalecimento do trabalho dos agentes agrofloretais e o apoio às atividades artesanais realizadas pelas mulheres, além de assessoria técnica e capacitação a membros das comunidades e suas organizações de representação (Correia, 2007).

Em setembro de 2001, o estudo antropológico para revisão do componente indígena do EIA-RIMA da BR-317 começou a ser realizado pelo governo, contemplando as TIs Cabeceira do Rio Acre e Mamoadate. Apenas uma versão preliminar do documento, todavia, foi apresentada. Ainda assim, as oficinas e levantamentos nessas terras geraram subsídios para a elaboração de “planos de sustentação”, que foram padronizados, não considerando a diversidade social de cada terra (Correia, 2007).

A partir de 2001, o governo estadual, como parte do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre, financiado pelo BNDES, implementou medidas mitigadoras e compensatórias em terras indígenas impactadas pelo asfaltamento das BRs 364 e 317. Acordadas em diálogos e negociações entre lideranças, organizações indígenas e órgãos dos governos estadual e federal, ao longo da revisão dos componentes indígenas dos EIA-RIMAs dessas estradas, várias ações, primeiro emergenciais e depois no

³¹ Foram elas as TIs Campinas/Katukina, Rio Gregório, Kaxinawá da Colônia 27, Kaxinawá do Igarapé do Caucho, Katukina/Kaxinawá e Kaxinawá do Seringal Curralinho. Esta última acabou, depois, excluída do Plano.

bojo de um programa sustentável, estiveram direcionadas à gestão dessas terras e ao fortalecimento institucional das organizações e comunidades indígenas. Discutidos em audiências públicas, os planos foram em parte implementados por meio do projeto Apoio às Populações Indígenas, financiado pelo BNDES e coordenado pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente – SECTMA, no biênio 2002-2003 (Aquino e Iglesias, 2005).

No que se refere ao texto do componente indígena, que resultou do ZEE - Fase I, recomendou-se:

O Governo deve propiciar condições para que os povos indígenas elaborem e implementem zoneamentos socioambientais participativos de suas terras, a partir de diagnósticos das formas, individuais e coletivas, de uso dos recursos naturais e de novas potencialidades identificadas neste processo. Em cada terra, esse zoneamento deverá ser discutido e elaborado pelos chefes das famílias extensas, durante reuniões promovidas localmente, com a participação de lideranças, professores, agentes de saúde, agentes agroflorestais e de representantes de associações e organizações indígenas regionais. Nesta empreitada, que deve ser iniciada, ainda que a partir de experiências localizadas, já na segunda etapa do ZEE, cabe ao governo estadual oferecer assessoria de engenheiros florestais, agrônomos, biólogos, educadores, médicos, sanitaristas, antropólogos e outros profissionais, para subsidiar as populações locais nas discussões de planejamento e na implementação das ações propostas (Aquino e Iglesias, 1999: 165).

O ZEE/Acre - Fase I contemplou vários temas, sendo um dos tópicos do documento produzido intitulado “Populações e TIs”, o qual foi elaborado pelos antropólogos consultores Terri Aquino e Marcelo Iglesias. Neste tópico do documento, sugere-se que:

O Governo do Estado deve propiciar condições para que os povos indígenas realizem zoneamentos sócio-ambientais participativos de suas terras, que resultem em diagnósticos das atuais formas, individuais e coletivas, de uso dos recursos naturais e na identificação de outras formas potenciais de aproveitamento destas riquezas (ACRE. ZEE, 2000: 50 V. III).

Assim sendo, em 2002, como parte das ações do projeto Apoio às Populações Indígenas Impactadas pelas Rodovias BRs-364 e 317, e dos indicativos do ZEE/Acre – Fase I, a antropóloga Andréa Martini foi contratada, como consultora, com recursos do BNDES, para realizar etno-levantamentos dos Recursos Naturais nas TIs Campinas/Katukina e Cabeceira do Rio Acre. Este trabalho, calcado em metodologias participativas, teve como resultados relatórios com diagnósticos e prognósticos do uso dos recursos naturais, mapas mentais, desenhos e banco de dados. Apesar da grande quantidade de informações produzida pelos etno-levantamentos, não foram realizados mapas indígenas utilizando-se uma base cartográfica georeferenciada, diferentemente do etnozoneamento e do etnomapeamento (Aquino e Iglesias, 2005).

Nesse sentido, partindo do pressuposto de que os integrantes das Terras Indígenas deveriam pensar o seu futuro, oferecendo subsídios para Políticas Públicas, norteando assim tomadas de decisões eficientes e eficazes, o Etnolevanteamento dos Recursos Naturais foi substituído pelo “Etnozoneamento em Terras Indígenas” (ACRE. ZEE, 2004: 9).

Com o intuito de utilizar uma metodologia distinta dos “etno-levantamentos”, e próxima daquela dos etnomapeamentos, em 2003, o governo estadual passou a realizar o etnozzoneamento, agora contemplando uma metodologia participativa na produção de diagnósticos e prognósticos, além de mapas temáticos indígenas sobre uma base cartográfica georeferenciada, na escala de 1:80.000.

A metodologia para a elaboração dos mapas temáticos de caça, pesca, extrativismo, vegetação, invasão, histórico, ocupação humana e recursos hídricos, foi inspirada naquela utilizada pela CPI-Acre nas ações de etnomapeamento, que produzem mapas indígenas georeferenciados na escala de 1:50.000 (Correia, 2007: 148).

Com a demanda apontada na primeira fase, o governo estadual, na segunda fase do ZEE/AC, iniciada no ano de 2003, articulou ações para a implementação do “Etnozoneamento em Terras Indígenas” do Acre. Para sua execução, foi criada, em 2004, dentro do organograma da SEMA, a Gerência de Etnozzoneamento, subordinada à Gerência de Zoneamento Ecológico-Econômico e, desta forma, o “Etnozoneamento em Terras Indígenas” passou a ser um dos componentes do ZEE/AC.

A partir de então, a Gerência de Etnozzoneamento passou a ser orientada por um grupo de trabalho multi-institucional, tornando-se um espaço governamental de apoio às demandas indígenas no Acre. Para a realização do etnozzoneamento nas TIs, várias instituições se envolveram no processo de articulação política, execução e monitoramento, tendo a SEMA como instituição executora e a Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas – SEPI como responsável pela articulação política. As atividades de monitoramento e tomada de decisões ficavam a cargo do Grupo e Trabalho do Etnozzoneamento, composto pela SEPI, SEMA/IMAC, Secretaria Estadual de Educação – SEE, FUNAI, CPI-AC, Universidade Federal do Acre – UFAC, Fundação de Cultura Elias Mansour (Departamento do Patrimônio Histórico e Cultural) – FEM/DPHC, Organização dos Professores Indígenas do Acre – OPIAC, Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre – AMAAI-AC e diversas associações e organizações indígenas (Souza et alli, 2009).

Dentro do ZEE/AC – Fase II, o etnozzoneamento ficou vinculado ao eixo cultural-político, mais especificamente à temática de gestão ambiental em TIs, que prevê uma análise das formas tradicionais de gestão utilizadas por populações indígenas para o gerenciamento ambiental e territorial de suas terras. Soma-se a isto outras formas de gestão

tais como Etnomapeamento³², Planos de Uso, Planos de Manejo e outros instrumentos e ferramentas que sejam pertinentes no diagnóstico e nos indicativos a serem propostos. Fazendo parte da temática de gestão ambiental em TIs, o etnozoneamento também passa a somar-se a outros instrumentos de planejamento desenvolvidos não só em TIs. Dessa maneira, o etnozoneamento começou a ser entendido pelos seus formuladores como um *“instrumento básico para a elaboração de planos de gestão territorial e ações de vigilância”* (ACRE. ZEE, 2004).

As ações relacionadas ao etnozoneamento foram inseridas no Plano de Governo e compatibilizadas com o Programa de Apoio às Populações Indígenas do Acre; o Programa de Desenvolvimento Sustentável para o Estado do Acre (BID 1399 OC/ BR); e o Projeto de Gestão Ambiental Integrada – PGAI, financiados respectivamente, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e Banco Alemão de Desenvolvimento – KfW. Até o presente momento, o Governo do Estado do Acre, realizou a primeira fase do etnozoneamento em oito terras indígenas, iniciando com uma experiência piloto na Terra Indígena Mamoadate em 2004/2005. Em 2006, o etnozoneamento foi realizado nas terras indígenas Rio Gregório, Katukina/Kaxinawá, Colônia Vinte e Sete, Igarapé do Caucho e Caeté. E em 2007, nas Terras Indígenas Campinas/Katukina e Cabeceira do Rio Acre. O processo, até então experimental, foi conduzido por consultores e técnicos da SEMA e IMAC.

Em 2004 e 2005, uma equipe de consultores composta por dois antropólogos e um engenheiro agrônomo, realizou oficinas de etnozoneamento nas aldeias Manchineri e Jaminawa da TI Mamoadate, contando com recursos do Programa de Desenvolvimento Sustentável para o Estado do Acre (BID 1399 OC/ BR) e do PGAI. Nestas atividades também participaram técnicos do governo estadual (representantes da SEMA e da SEPI) e representantes da CPI-AC. A seleção da TI Mamoadate para a elaboração de uma experiência piloto de etnozoneamento deve-se ao fato da mesma fazer parte de um conjunto de terras impactadas pelas rodovias BRs - 364 e 317. Como destacado acima, a proposta de realização do etnozoneamento nessa TI resultou, em grande medida, do constante no componente indígena do plano de ações mitigadoras dos impactos gerados pela BRs -364 e 317 e dos indicativos do ZEE/Acre – Fase I (Correia, 2007).

No biênio 2005-2006, também com recursos do Programa BID, que viabilizou a contratação de uma equipe de consultores, composta por três antropólogos da Universidade

³² Programa realizado em oito TIs do Acre, pela ONG CPI-AC em parceria com a AMAAI-AC.

de Brasília, foram realizadas oficinas nas TIs Rio Gregório, Jaminawa do Rio Caeté, Kaxinawá da Colônia 27, Katukina/Kaxinawá e Kaxinawá do Igarapé do Caucho.

Em 2007-2008, com recursos do PGAI, a SEMA promoveu oficinas de campo e produção de mapas nas TIs Cabeceira do Rio Acre e Campinas/Katukina, para complementar os Levantamentos Ambientais Participativos³³ ali realizados em 2000.

A equipe técnica responsável pelo etnozoneamento na TI Campinas/Katukina foi composta por servidores e consultores da SEMA (dois engenheiros florestais e um estagiário estudante de ciências sociais), acompanhados de um servidor da Administração Regional da FUNAI de Rio Branco. Tal equipe foi coordenada por um engenheiro florestal, técnico da SEMA, que trabalhou por muitos anos na CPI-AC, inclusive participando como assessor técnico em todo o processo do projeto de Etnomapeamento.

A equipe responsável pelo etnozoneamento na TI Cabeceira do Rio Acre foi composta por dois técnicos agrícolas, um da Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar – SEAPROF e outro da Assessoria Especial dos Povos Indígenas – AEPI. O coordenador da equipe, servidor da SEAPROF, trabalhou por muitos anos na CPI-AC, inclusive participando de algumas etapas do projeto de Etnomapeamento e acompanhando algumas atividades do Etnozoneamento da TI Mamoadate.

Em 2007, em substituição à Gerência de Etnozoneamento, a nova estrutura do governo consolidou a Divisão do Etnozoneamento, dentro do organograma da SEMA. A reestruturação da Divisão de Etnozoneamento, em 2007-2008 estabeleceu a prioridade de devolver os produtos da I fase do Etnozoneamento para as comunidades indígenas, aproveitando a ocasião para articular a elaboração dos planos de gestão. Os planos de gestão foram elaborados em ocasiões posteriores ao mapeamento das terras indígenas. Nas TIs Katukina/Kaxinawá, Cabeceira do Rio Acre e Campinas Katukina, os planos de gestão foram elaborados entre junho e agosto de 2008 pela SEMA, com a participação de diversas secretarias estaduais. No caso da TI Mamoadate, o Plano de Gestão foi elaborado em 2009, numa parceria entre a SEMA e a CPI-AC. Na TI Kaxinawá da Colônia 27 foi elaborado em 2009 por meio de uma consultoria da CPI-AC. No caso da TI Igarapé do

³³ Em 2002, a SEMA, por meio de consultoria antropológica, promoveu dois "levantamentos ambientais participativos", um na TI Cabeceira do Rio Acre e outro na TI Campinas/Katukina, dos quais participaram lideranças, agentes de saúde, professores, AAFIs, mulheres e chefes de família. De ambos levantamentos resultaram relatórios, laudos ambientais, mapas e desenhos. Para a descrição das metodologias e dos resultados dessas atividades, ver Martini, 2003 e 2004. Segundo Aquino e Iglesias (2005: 16), apesar de ricos em recomendações, os relatórios e as demandas indígenas contidas nestes levantamentos acabaram não aproveitados pelo governo no seguimento e na adequação dos "planos de mitigação" em curso nessas terras, nem no delineamento e execução de ações posteriores.

Caucho, o plano de gestão foi executado em 2009 pela SEMA, com o apoio de uma consultoria da GTZ³⁴. Esta consultoria se consolidou com a contratação de um antropólogo, da UnB, que participou da equipe de elaboração do etnozzoneamento (fase I - mapeamento) das TIs Kaxinawá da Colônia 27, Igarapé do Caucho, Katukina/Kaxinawá, Jaminawa do Rio Caeté e Rio Gregório. Na TI Rio Gregório, por motivo de conflitos internos da comunidade, o Plano de Gestão ainda não foi elaborado, mas já houve reuniões nas comunidades para definição dos conteúdos do plano. Na TI Jaminawa do Rio Caeté, o Plano de Gestão ainda não foi elaborado. Para maiores detalhes sobre os planos de gestão, consultar Tabela 01.

Em 2008, o GT do Etnozzoneamento foi reativado (portaria 194, de junho de 2008), fortalecendo a participação de secretarias de estado, órgãos federais, ONGs, e organizações indígenas. Desta forma, os trabalhos do etnozzoneamento vêm sendo institucionalmente mantidos pelo governo do Acre e submetidos à participação da sociedade (Souza et alli, 2009).

É importante ressaltar que, entre os anos de 2004 e 2006, a ONG Comissão Pró-Índio do Acre – CPI-AC, em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agrofloretais Indígenas do Acre – AMAAI-AC e com apoio da The Nature Conservancy – TNC, realizou um processo semelhante ao etnozzoneamento, denominado de etnomapeamento, em outras oito terras indígenas do Acre. Esta atividade estava inserida no âmbito do projeto Conservação Transfronteiriça da Região da Serra Divisor e Alto Juruá (Brasil-Peru). Por este motivo, as TIs onde realizou-se o etnomapeamento situam-se na zona de fronteira entre o Brasil (Acre) e o Peru (Ucayalli), e são elas: Kampa do Rio Amônia, Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu, Kaxinawá do Rio Humaitá, Kaxinawá Seringal Independência, Kaxinawá do Baixo Rio Jordão, Kaxinawá do Rio Jordão, Poyanawa e Nukini. Como resultado do Etnomapeamento, todas estas TIs tiveram os mapas temáticos e os planos de gestão elaborados. Inclusive, os planos de gestão das TIs Kampa do Rio Amônia³⁵ e Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu³⁶ foram publicados, em português e nas línguas indígenas correspondentes aos povos que habitam cada uma dessas TIs.

Ambos trabalhos, da CPI-AC e do governo estadual, têm metodologias semelhantes e contam com a ativa participação dos AAFIs, lideranças, professores, agentes de saúde, agentes de saneamento, artesãs, representantes das mulheres e chefes de família. Trabalhando sobre imagens de satélite, as discussões nas aldeias têm permitido um

³⁴ O objetivo da consultoria foi definir uma metodologia de elaboração de Planos de Gestão – PGs das Terras Indígenas do Estado do Acre. Para mais informações consultar Planos de Gestão das Terras Indígenas no Acre: Diretrizes e roteiro metodológico (Maciel, 2010).

³⁵ Ver : APIWTXA – AMAAI-AC – CPI/AC (2007).

³⁶ Ver: AKARIB – AMAAI-AC – CPI/AC (2007).

detalhado mapeamento dos recursos naturais e sociais das terras indígenas e do seu entorno, resultando em mapas temáticos.

Apesar de todas estas ações e seus respectivos produtos terem sido realizados seguindo uma linha metodológica bastante semelhante, as metodologias utilizadas em cada caso apresentam suas peculiaridades, quer pelas características de cada terra indígena e seus habitantes, quer seja pela equipe técnica responsável por assessorar a comunidade na elaboração dos mapas e do plano de gestão. Pelo fato da CPI-AC ter iniciado o processo de etnomapeamento em terras indígenas antes do governo iniciar o etnozoneamento, grande parte da metodologia do etnozoneamento pautou-se na metodologia do etnomapeamento. Vale frisar que boa parte da política indigenista desenvolvida no estado do Acre baseia-se nas experiências da referida ONG, que trabalha com os povos indígenas da região desde o final da década de 1970, tendo armazenado grande experiência com este tipo de trabalho ao longo dos anos. Inclusive, por falta de técnicos capacitados para lidar com a questão indígena no quadro do governo, a SEMA contratou a CPI-AC para elaborar os planos de gestão das TIs Mamoadate e Kaxinawá da Colônia 27.

Neste contexto, houve parcerias entre o governo estadual e a CPI-AC, tanto para a realização do etnozoneamento, como do etnomapeamento. E os resultados do etnomapeamento realizado pela CPI-AC foram incorporados pelo governo, como subsídios para atuar nas TIs onde esta ferramenta de planejamento foi aplicada.

O objetivo do governo com essa cooperação era não apenas aproximar a metodologia do etnozoneamento daquela do etnomapeamento, mas também para, no futuro, considerar os dois instrumentos como parte das políticas públicas do estado para os povos indígenas...

Essa parceria foi importante para a CPI-Acre realizar o etnomapeamento e de extrema relevância para o governo definir como seria feito o etnozoneamento. Mesmo distintos, a aproximação entre ambos os instrumentos de planejamento se deu por meio de metodologias participativas - a do governo consideravelmente inspirada na da ONG (Correia, 2007: 235).

Até o presente momento, com as iniciativas do Etnomapeamento (CPI-AC) e Etnozoneamento (Governo do Acre – SEMA), o mapeamento participativo foi realizado em 16 terras indígenas do Acre, representando uma área de 945.947 hectares. Destas terras indígenas, 11 possuem seus Planos de Gestão Territorial e Ambiental elaborados e cinco já contam com indicativos definidos (Souza et alli, 2009).

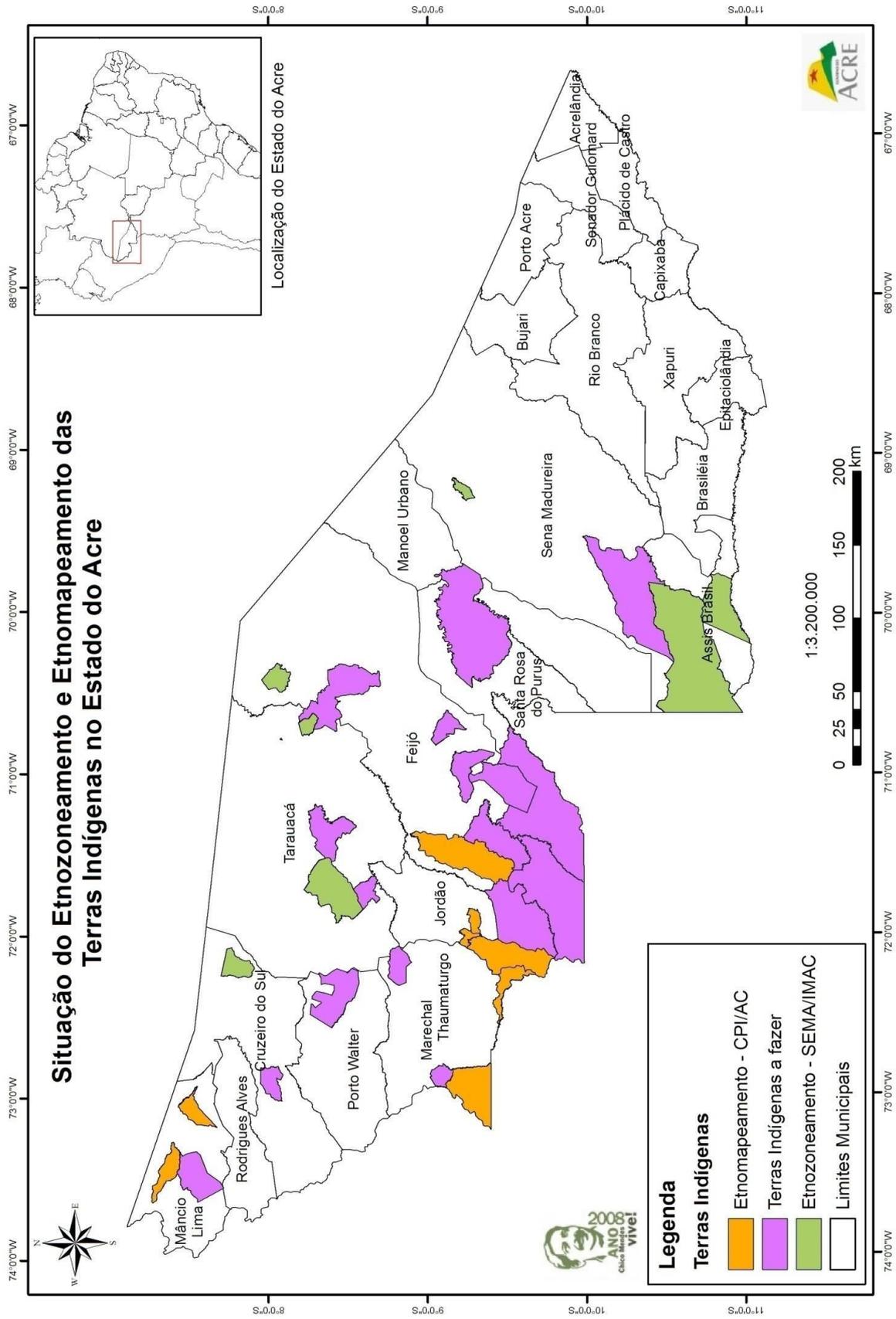


Figura 3 – Mapa da Situação do Etnozoneamento e Etnomapeamento das Terras Indígenas no Estado do Acre. Fonte: SEMA/AC, 2008.

No caso da ferramenta utilizada pelo governo estadual, os resultados obtidos, até o momento, pelo “Etnozoneamento em Terras Indígenas” do Acre foram o mapeamento de oito terras indígenas e a elaboração de cinco Planos de Gestão Territorial e Ambiental, conforme a tabela abaixo.

Tabela 1 – Situação do Etnozoneamento nas Terras Indígenas do Acre

	Terra Indígena	Mapeamento	Plano de Gestão	Observações
1	Mamoadate	Realizado em 2004-2005. Equipe de consultores composta por 2 antropólogos e 1 engenheiro agrônomo, acompanhados por técnicos da SEMA e da SEPI.	Elaborado em setembro de 2009, por meio de parceria entre a SEMA e CPI-AC. Produtos diferenciados para os povos Jaminawa e Manchineri.	Entrega dos produtos finais da I Fase (mapas) em outubro de 2008.
2	Kaxinawá da Colônia 27	Realizado em 2005-2006 por uma equipe de consultores composta por 3 antropólogos da UnB.	Elaborado em 2009-2010 por meio de consultoria da CPI-AC.	Entrega dos produtos da I Fase em setembro de 2008.
3	Kaxinawá do Igarapé do Caucho	Realizado em 2005-2006 por uma equipe de consultores composta por 3 antropólogos da UnB.	Elaborado em 2009 pela SEMA, com o apoio de uma consultoria da GTZ.	Entrega dos produtos da I Fase em setembro de 2008.
4	Katukina-Kaxinawá	Realizado em 2005-2006 por uma equipe de consultores composta por 3 antropólogos da UnB.	Elaborado em julho de 2008 pela SEMA e demais instituições. Produtos diferenciados para os povos Shanenawa e Kaxinawá. Os dois povos já possuem projetos aprovados pelo ProAcre.	Entrega dos produtos da I Fase foi realizada na ocasião de elaboração do plano de gestão, em julho de 2008.
5	Jaminawa do Rio Caeté	Realizado em 2005-2006 por uma equipe de consultores composta por 3 antropólogos da UnB.	Ainda não realizado. Está previsto para ser elaborado no ano de 2010.	Entrega dos produtos da I Fase em dezembro de 2008.
6	Rio Gregório	Realizado em 2005-2006 por uma equipe de consultores composta por 3 antropólogos da UnB.	Em elaboração pela SEMA. Existem atualmente duas representações Yawanawá, de forma que o plano terá três segmentos (2 Yawanawá e 1 Katukina). As três representações possuem projetos aprovados pelo ProAcre.	Entrega dos produtos da I Fase em março de 2009.
7	Cabeceira do Rio Acre	Realizado em 2007 por uma equipe de técnicos da SEAPROF e da SEPI.	Elaborado pela SEMA e demais secretarias em agosto de 2008.	Entrega dos produtos da I Fase ocorreu durante a elaboração do plano de gestão.
8	Campinas/ Katukina	Realizado em 2007 por um equipe de 2 engenheiros florestais e 1 sertanista da FUNAI.	Elaborado pela SEMA e demais secretarias em junho de 2008.	Entrega dos produtos da I Fase em junho de 2008.

- Metodologia do “Etnozoneamento em Terras Indígenas”

Em novembro de 2005, o Governo do Estado do Acre, por meio das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente e dos Povos Indígenas, realizou um seminário denominado *Gestão Territorial em Terras Indígenas*, que reuniu secretários de Estado, lideranças indígenas, consultores do etnozoneamento do Acre e, diversas instituições governamentais e não governamentais que trabalham com mapeamentos participativos em terras indígenas de várias regiões do Brasil. Os objetivos do seminário foram: 1) apresentar e trocar experiências sobre iniciativas de mapeamento participativo em terras indígenas; 2) definir conceitos e marcos legais sobre a gestão territorial em Terras Indígenas; 3) propor orientações e discutir o futuro da gestão territorial em Terras Indígenas no Brasil (ACRE, 2006).

De acordo com Souza et alli (2009), a metodologia do etnozoneamento é realizada em etapas subseqüentes e complementares. A metodologia atual de “Etnozoneamento em Terras Indígenas”, envolve a formação de uma equipe multidisciplinar capaz de auxiliar a comunidade indígena na abordagem dos vários temas referentes às questões ambiental, territorial, cultural, histórica e política.

As atividades relacionadas ao Etnozoneamento em Terras Indígenas podem ser divididas em pelo menos dez etapas: 1) sensibilização e obtenção do consentimento prévio da comunidade; 2) produção e organização de informações secundárias; 3) produção de mapas temáticos preliminares e levantamento de informações gerais (I oficina); 4) digitalização dos mapas temáticos preliminares e organização das informações gerais; 5) correção e complementação dos mapas e das informações gerais (II oficina); 6) digitalização dos mapas complementados e corrigidos; 7) elaboração dos mapas e documentos finais; 8) elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental; 9) validação e tradução do Plano de Gestão para a Língua Indígena; 10) publicação do Plano de Gestão. A seguir, serão descritas cada uma das etapas do Etnozoneamento.

De maneira geral, o processo inicia-se com a formalização do interesse e aceitação da atividade do etnozoneamento pelas comunidades indígenas, por meio de um termo de consentimento prévio. Outra fase preparatória, de certa forma simultânea ao consentimento prévio, envolve a produção das bases necessárias para a realização das oficinas de etnozoneamento. Além do levantamento e compilação das informações pertinentes à terra indígena e ao(s) povo(s) que nela reside(m), são elaborados preliminarmente mapas-bases. Para a produção dessas bases, são utilizadas as bases cartográficas do estado e imagens de satélite atualizadas. Nestes mapas constam os limites das terras indígenas, geralmente

em escala 1:50.000, exceto nos casos das terras mais extensas, nas quais a escala utilizada é de 1:80.000. Também são inseridas a hidrografia da área, a localização das aldeias, elementos do entorno e outras características diretamente relacionadas às terras indígenas. São nesses mapas impressos que as comunidades inserem as informações pertinentes ao etnozoneamento.

A partir da articulação prévia com a comunidade e da produção de documentos é realizada a primeira oficina de mapeamento participativo. Essas oficinas são realizadas nas TIs, com a participação da comunidade, buscando, sempre que possível, ter representantes de todas as aldeias da TI. As Oficinas de Etnozoneamento são momentos de ampla participação comunitária onde, por meio de instrumentos educativos como elaboração de mapas temáticos, levantamentos dos recursos naturais e discussões coletivas, procura-se incentivar as comunidades indígenas sobre reflexões e práticas para a gestão territorial das terras indígenas.

A primeira atividade realizada na I Oficina, geralmente, é a apresentação dos objetivos do etnozoneamento, dos mapas-base e da carta imagem da TI para toda a comunidade, com o objetivo de familiarizar os participantes com estes instrumentos de trabalho. Durante esta atividade, os grupos de cada comunidade identificam suas aldeias e elementos da paisagem como igarapés, igapós e as formações florestais.

Depois da apresentação dos instrumentos de trabalho e da metodologia a ser utilizada, são definidos quais os mapas temáticos a serem elaborados e as legendas para cada mapa temático, com a participação de todos. Para isto, os assessores (equipe técnica) auxiliam a comunidade no sentido de definirem legendas de fácil visualização e compreensão. Em um primeiro momento, estas legendas são definidas com símbolos ou letras, para facilitar o trabalho nos mapas preliminares, mas, durante as oficinas, os indígenas fazem uma série de desenhos que são utilizados como legendas nos mapas finais.

Concomitantemente ao processo de produção de mapas, os participantes dedicam-se também a atividades complementares, como os levantamentos dos recursos naturais (na língua portuguesa e na língua indígena), por meio dos quais são levantados os recursos mais utilizados e consumidos pela população, assim como o nível de abundância/ocorrência desses recursos na terra indígena. Também ocorre a produção de desenhos e ilustrações para compor as legendas dos mapas finais, e discussão e elaboração da versão dos títulos dos mapas em língua indígena.

Durante estas oficinas, geralmente são produzidos oito mapas temáticos em cada TI, sendo eles: Mapa Hidrográfico; Mapa de Ocupação Humana; Mapa das Áreas de Uso (Coleta/Extrativismo); Mapa de Pesca; Mapa de Caça; Mapa de Vegetação; Mapa de Invasões e Mapa Histórico. Estes mapas são elaborados por representantes de todas as aldeias das TIs, com a participação de lideranças locais, como: caciques, anciões, professores, agentes de saúde, agentes agroflorestais, pajés, artesãos, representantes das mulheres e outros atores locais. Como dito anteriormente, estes mapas são elaborados sobre a base cartográfica e as imagens de satélite fornecidas pela equipe do governo.

A seqüência de elaboração dos etnomapas procura facilitar aos indígenas a compreensão do território e dos seus elementos. Neste sentido, tendo em vista que a maioria das terras indígenas possui os cursos d'água como meio de localização, deslocamento e distribuição espacial da população, o mapa hidrográfico (ou mapa das águas), em geral, é o primeiro a ser elaborado. Neste mapa, os participantes utilizam a malha hidrográfica do mapa-base e nomeiam rios, igarapés e lagos de forma bilíngüe, ou seja, em língua portuguesa e na língua indígena. Este mapa, de forma geral, serve como referência para a elaboração dos outros mapas, pois, através da rede hidrográfica, os indígenas têm maior facilidade de localizar os outros recursos da terra indígena.

O segundo mapa elaborado, geralmente é o da ocupação humana, no qual são registrados elementos da ocupação atual: localização das aldeias, caminhos, colocações, construções (escolas, postos de saúde, igrejas, campos de futebol, açudes, etc).

Os mapas subseqüentes são os relacionados aos recursos naturais de maior relevância para as comunidades indígenas. O mapa das caçadas busca registrar os animais preferenciais para a alimentação dos indígenas. Neste mesmo mapa, além da presença dos animais, também são registrados e nomeados os piques de caça (caminhos utilizados pelos caçadores), os acampamentos de caça e os barreiros³⁷ de referência onde os indígenas costumam caçar.

O mapa de pesca, por sua vez, procura registrar e nomear os ambientes onde ocorrem as pescarias das comunidades indígenas. São registrados lagos, poços nos rios e igarapés, igapós e outros locais onde a comunidade costuma pescar. Em algumas TIs, foi possível registrar as espécies de peixes e animais aquáticos encontrados em cada local.

³⁷ Barreiros são locais próximos à água, onde os animais se alimentam, lambendo barro, que contém grande quantidade de sais minerais.

O mapa de vegetação é elaborado a partir de uma classificação indígena das tipologias florestais, onde são identificadas as manchas de vegetação existentes na terra indígena. Em alguns casos, a classificação das tipologias florestais do ZEE foi utilizada como base para auxiliar na elaboração do mapa.

No mapa das áreas de uso (coleta/extrativismo), os participantes elegem recursos florestais de grande relevância para as comunidades e registram os locais onde é realizada a coleta destes recursos. Os principais temas abordados são frutas da mata, madeiras, cipós, palhas e essências florestais.

Com o intuito de registrar parte da história da ocupação da terra indígena, é elaborado o mapa histórico, no qual são lembrados os primeiros ocupantes da TI e a localização de suas moradias, num exercício que se prolonga até chegar à ocupação atual. Esta forma de registro é muito rica e gera interessantes trocas de informações entre as várias gerações das comunidades indígenas.

O mapa das invasões ou ameaças, também elaborado de forma coletiva, procura registrar principalmente os pontos vulneráveis do território, que são atingidos por invasores. São localizadas e descritas as áreas invadidas, os tipos de invasão e impacto, trajetos de deslocamento dos invasores e, quando possível, seus nomes e procedência.

Em alguns casos, há ainda a demanda para a elaboração de algum mapa mais específico, como por exemplo, o da revisão de limites da TI ou de estratégias específicas de gestão territorial.

Os mapas são elaborados com a participação de todos, mas para que se obtenha uma maior organização no registro dos dados, os participantes são divididos em grupos, por aldeia. Sendo assim, os representantes de cada aldeia registram as informações conforme a proximidade de suas aldeias, pois subentende-se que estas são as áreas em que possuem um conhecimento mais detalhado. Desta forma, há um rodízio na elaboração dos mapas, onde os representantes de cada aldeia inserem no mapa as informações. Após a elaboração de cada mapa, ocorrem discussões sobre as temáticas mapeadas, como forma de socializar as informações entre as aldeias e preparar os grupos para a elaboração de um plano de gestão. Para tanto, os representantes de cada aldeia apresentam os seus registros e impressões e submetem-nos a um debate aberto sobre os recursos envolvidos na produção do mapa, ocasião em que os demais participantes têm a oportunidade de complementar as informações. Durante a elaboração e debates dos mapas, acumulam-se conceitos e propostas para a gestão territorial. Estas discussões são registradas em áudio e

posteriormente são transcritas, passando a fazer parte do acervo do projeto, podendo subsidiar a elaboração de futuros projetos e materiais didáticos destas comunidades.

Com o término da primeira oficina, ocorre uma fase de escritório onde são digitalizados os dados e transformados em mapas temáticos preliminares. A digitalização dos mapas é realizada por um técnico especialista em geoprocessamento, sem a participação dos indígenas. Com os mapas preliminares, relatórios e outros documentos, é organizada uma segunda oficina de caráter complementar e corretiva das informações levantadas. Nesta ocasião, os participantes visualizam e corrigem os mapas preliminares, acrescentando detalhes que passaram despercebidos.

Ao final do processo das correções, são levantados, de forma participativa, os indicativos de um plano de gestão territorial, cujo objetivo é sistematizar e socializar os acordos socioambientais estipulados ou pré-existentes nas TIs e, ao mesmo tempo, registrar novos procedimentos, internos e externos às comunidades, que possam aperfeiçoar a gestão do território e dos recursos naturais. Embora cada terra indígena tenha as suas particularidades, é possível ter um agrupamento de temas específicos a serem discutidos nesses indicativos, como gestão dos recursos hídricos, da caça, da pesca, dos recursos florestais, da cultura, da educação, da saúde, da infraestrutura, entre outros. À medida que os participantes discutem sobre esses temas, registra-se no papel os acordos estabelecidos. Esta atividade, geralmente resulta em um consenso entre os participantes da oficina sobre o uso dos recursos naturais, a criação de animais, os plantios, as aldeias e a fiscalização da terra.

O próximo momento do etnozoneamento é a consolidação dos oito mapas temáticos e a elaboração do relatório-síntese do processo. Esses produtos são disponibilizados para todas as aldeias participantes, em um “kit” com os mapas impressos em formato banner (material plastificado), relatório impresso e CD com todos os documentos gerados em formato digital. É importante citar que, em alguns casos, como o da TI Mamoadate, onde a primeira fase do etnozoneamento foi iniciada em 2005, esses produtos só foram entregues para a comunidade, em seu formato definitivo, no final de 2008, ou seja, quatro anos após o início dos mapeamentos. Esse longo período entre as duas fases do etnozoneamento acaba sendo prejudicial para a continuidade das ações.

Após a conclusão deste diagnóstico, ocorre a etapa da consolidação dos direcionamentos do processo com a elaboração de um Plano de Gestão da Terra Indígena – PGTI. Em 2008, com a entrega dos produtos nas terras contempladas, foi criada uma agenda para a segunda fase do etnozoneamento, que consta da elaboração dos planos de

gestão. Em algumas dessas TIs, a construção aconteceu no momento de entrega dos produtos; em outras, foi realizada em um evento específico, posterior à entrega dos produtos. Nas TIs Campinas/Katukina, Katukina/Kaxinawá e Cabeceira do Rio Acre, a entrega dos produtos foi conciliada com a construção do plano de gestão. Nessas ações, por meio da articulação da AEPI, estiveram presentes representantes de diversas secretarias e órgãos federais, permitindo a construção de matrizes de responsabilidades internas e externas.

Nesta etapa, são aprofundadas as discussões sobre gestão territorial, incluindo a dimensão de prazo, responsabilidades (internas e externas) e parceiros potenciais. Ao final, tem-se um documento que passa a nortear as relações da comunidade com o estado e demais parceiros. Os planos de gestão territorial tem uma clara dimensão normativa, já que é nesse plano onde o povo indígena estabelece as metas ambientais e econômicas a serem alcançadas pelas suas atividades de gestão. Isto, por sua vez, implica na construção de consensos sociais em torno da sua visão do futuro para a Terra Indígena, algo que, muitas vezes, é difícil de se conseguir devido às divergências internas do grupo ou a indisposição por parte de certos membros do grupo em mudar seu comportamento ambiental em relação à caça, pesca, e outras atividades. Esses planos, então, são traduzidos para a língua indígena por representantes da comunidade, em geral professores, AAFIs e lideranças (Souza et alli, 2009). Num próximo momento, o governo estadual tem a intenção de publicar esses PGTIs e devolvê-los às comunidades.

Também em 2008, o governo do Acre obteve um financiamento junto ao Banco Mundial, com um montante de 150 milhões de dólares (mais 30 milhões de contrapartida governamental), para ser aplicado no Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre, que visa, dentre outras coisas, a inclusão social das Zonas de Atendimento Prioritário – ZAPs. O manual operacional do programa preconiza que todas as TIs são ZAPs e que, para serem apoiadas e receberem recursos, necessitam do plano de gestão elaborado. Os recursos desse programa devem viabilizar a implantação de algumas atividades e ações previstas nos Planos de Gestão das Terras Indígenas. Neste sentido, estão sendo realizadas oficinas específicas para elaboração dos Planos de Gestão das Terras Indígenas – PGTI-ProAcre, numa interface que envolve SEMA, AEPI, SEAPROF e associações indígenas.

Conforme Maciel (2010), os Planos de Gestão – PGs são documentos onde estão registrados, formalmente, os acordos internos de uma comunidade sobre os usos e exploração econômica dos recursos, as ações necessárias para alcançar os objetivos, e o

conjunto de demandas básicas de cidadania, cuja meta básica é obter as sustentabilidades ambiental, econômica e social das comunidades envolvidas. Os PGs também indicam o conjunto de demandas gerais, internas e em relação ao exterior, se tornando, deste ponto de vista, a tradução das demandas e reivindicações concretas. Entre essas demandas, são abordadas as questões da segurança alimentar, da saúde e saneamento, da infra-estrutura das aldeias, a educação escolar diferenciada, da revitalização cultural, da valorização da identidade e da proteção aos conhecimentos tradicionais, entre outras. Também são abordadas as questões relacionadas à proteção e vigilância territorial, os processos de regularização fundiária, demarcação, identificação e revisão de limites das TIs. Para o autor, o PG, a partir de seu processo de elaboração, é um modo de conectar partes do sistema interétnico, em uma comum esfera de interação com potencial para gerar mudanças nas práticas intervencionistas do Estado.

Sua função é organizadora e planejadora, auxiliando a organizar o uso e produção de recursos, tanto os atuais quanto aqueles colocados em uma perspectiva de médio e longo prazos. Possui também uma função que chamo de formal-relacional, posto que sua presença é colocada como condição pelo governo para suas ações nas TIs (Maciel, 2010: 06).

Segundo Souza et alli (2009), os planos de gestão têm sido utilizados como instrumentos de relações entre o governo e as comunidades indígenas e, portanto, serão utilizados como norteadores para os próximos programas governamentais de apoio aos povos indígenas.

Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental – PGTI servirão de base para a assistência técnica e financeira dos subprojetos sobre: sistemas agroflorestais; práticas agroflorestais sustentáveis para a venda de produtos, enfatizando o uso de sementes nativas; ampliação da criação de pequenos animais (galinhas, porcos, etc.) e a construção de pequenos açudes e repovoamento com espécies nativas de peixes e quelônios em rios e lagos. Esse subcomponente apoiará o compartilhamento e a troca de melhores práticas e lições aprendidas entre os grupos indígenas do Acre (Souza et alli, 2009).

Nos próximos cinco anos (2009/2014), essas ações ocorrerão no âmbito do Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre (ProAcre), com recursos do Banco Mundial com o objetivo de instrumentalizar as comunidades e organizações indígenas para a implementação dos planos de gestão das terras indígenas já consolidados, com financiamento das ações demandadas, bem como a extensão das ações de etnozoneamento a outras terras indígenas (ACRE. SEMA, 2009).

Desta forma, os PGTIs deixam de ser apenas documentos que norteiam as práticas de gestão territorial e ambiental das terras indígenas e passam a ser um instrumento necessário para que as comunidades tenham acesso aos recursos financeiros e à assistência técnica do governo estadual. Com isso, em alguns casos, as comunidades

indígenas se desviam (ou são desviadas) da intenção inicial de se pensar em práticas comunitárias de gestão do território, transformando os planos de gestão numa possibilidade de apresentar uma lista de demandas a ser atendida pelo governo.

- Algumas considerações sobre os instrumentos de planejamento em Terras Indígenas

Aquino e Iglesias (2005), ao analisarem os processos de mapeamento participativo no Acre, apontam que um dos maiores desafios encontrados pelo governo estadual é atender à demanda crescente de mais 19 terras indígenas, em diversos níveis de organização sociocultural, que ainda não foram mapeadas. Para isso, a SEMA, por meio da Divisão de Etnozoneamento e com o apoio da Cooperação Alemã no Brasil – GTZ, recebeu uma consultoria para avaliar a metodologia atual e a construção de um formato mais ágil para o etnozoneamento³⁸, sem perder os resultados das primeiras fases. O aperfeiçoamento metodológico foi submetido à aprovação e às contribuições do GT do Etnozoneamento.

Outra frente que necessitará de constante dedicação da Divisão será a de adequações nos mapas entregues às comunidades indígenas, que após o período de apropriação do instrumento, apresentarão suas sugestões e correções. Desta forma, os autores afirmam que as instâncias que vêm trabalhando com o mapeamento participativo devem enfrentar o desafio de tornar mais ágil a sistematização dos dados produzidos durante as oficinas de campo.

Avanços nesse sentido tem sido logrados recentemente, com a capacitação de equipes próprias, na SEMA e na CPI-Acre, para a parte da digitalização dos mapas. A divulgação mais ampla dos resultados (ainda que parciais) e a troca de experiências e metodologias com ações semelhantes, em curso em terras indígenas de outras regiões do país, também é recomendação relevante. Nesse sentido, o Seminário "Levantamentos participativos em terras indígenas", organizado em novembro de 2005, em Rio Branco, pela SEMA e a SEPI, foi um primeiro passo, de extremo valor, que merece ser repetido em outras ocasiões³⁹ (Aquino e Iglesias, 2005: 18-19).

Ainda segundo os autores, se uma das intenções do governo estadual é avançar na construção de planos de gestão de cada terra indígena, visando apoiar projetos específicos, referenciados a esses planos, as iniciativas em curso de etnozoneamento e etnomapeamento, promovidas pela SEMA e a CPI-Acre devem ser levadas em conta, garantindo que os resultados desses instrumentos de planejamento venham a constituir não apenas levantamentos, como parece ter sido a intenção inicial, mas, sim, instrumentos efetivos de planejamento e definição de ações de gestão territorial. Cabe aproveitar os

³⁸ Consultoria realizada pelo antropólogo Paul Elliot Little.

³⁹ A respeito do Seminário, ver Aquino & Iglesias, 2005.

planos de gestão delineados, fazendo com que estes sejam a base para a definição e implementação de projetos e ações por meio de parcerias do governo com as respectivas organizações indígenas (id. *ibid.*: 39).

Apoio deve ser garantido também às ações de etnozzoneamento e etnomapeamento, tanto em sua realização como a na sistematização de seus resultados. Parte destes, na forma de "planos de gestão ambiental e territorial", deve servir enquanto subsídio às políticas que o governo continue, ou vier, a implementar nas respectivas terras indígenas, em iniciativas protagonizadas pelos AAFIs, as comunidades e as organizações locais (id. *ibid.*: 54)

Ao analisar os instrumentos de planejamento realizados em terras indígenas do Acre, onde estão inseridos o etnozzoneamento e o etnomapeamento, Correia (2007)⁴⁰ afirma que, assim como os demais mapeamentos participativos, esses instrumentos de planejamento fornecem subsídios – principalmente cartográficos, mas também descritivos – para as ações voltadas à gestão territorial em TIs. O autor afirma que o etnozzoneamento, além de ter proporcionado um diagnóstico também permitiu a elaboração de um prognóstico e de recomendações de políticas públicas relacionadas com as TIs e seus habitantes. No entanto, apesar dos etnomapas conterem muitas informações a respeito da distribuição e uso dos recursos naturais, existem informações que não são passíveis de serem registradas nos mapas, como por exemplo algumas informações associadas aos valores sociais e ao conhecimento tradicional e mitológico dos povos indígenas.

Segundo o autor, o etnozzoneamento, do ponto de vista terminológico, sugere que por seu intermédio seriam criadas zonas nos mapas, sejam elas de uso, de proteção, de caça, de pesca, de extrativismo, ou outras. Entretanto, na prática, a criação de zonas não ocorreu; apenas foram mapeadas algumas informações consideradas relevantes pelos povos indígenas e pelos formuladores.

O autor aponta que, uma vez que o etnozzoneamento não é uma demanda que partiu propriamente dos indígenas e que os mesmos tomam parte no processo, mas não são os seus idealizadores, pode-se afirmar que, apesar de estar internalizado na atuação cotidiana dos povos indígenas, o etnozzoneamento é um instrumento “híbrido” que contém elementos da sociedade ocidental e elementos das sociedades indígenas.

A ausência de uma agência étnica, no entanto, não deslegitima os instrumentos de planejamento, mas deixa claro que eles são muito mais produtos da nossa sociedade, que em um dado momento, são introduzidos entre os povos indígenas, passando a fazer parte da sociedade deles também (Correia, 2007: 399).

⁴⁰ Para mais informações sobre a análise ver Correia (2007).

Correia afirma ainda que, a partir do momento em que métodos, técnicas e tecnologias ocidentais são utilizados para a produção dos mapas, torna-se problemático concebê-los como indígenas. O autor sugere que caso os mapas passassem a ser digitalizados pelos próprios indígenas, estaria sendo dado mais um passo em direção à agência indígena e, conseqüentemente ao processo de autonomia deles em relação aos conhecimentos cartográficos.

Vale ressaltar que a apropriação política do processo de produção e uso dos mapas, por parte dos indígenas, ainda é incipiente. Em parte, isto se deve ao fato dos povos indígenas não estarem envolvidos em todas as etapas dos mapeamentos participativos. Desse modo, eles estão parcialmente excluídos do contexto político associado à produção e ao uso dos mapas. *“Ainda há uma dependência por parte dos povos indígenas das instituições que participam do processo, pois estas têm mais condições de acessar e produzir novos mapas a partir da base de dados digitais”* (Correia, 2007: 403). No entanto, isso não significa que os povos indígenas não estejam fazendo uso político crescente dos mapas. Mesmo com as limitações apresentadas, os mapeamentos participativos estão contribuindo para uma ampliação do diálogo entre representantes indígenas e representantes de instituições diversas, subsidiando discussões e ações voltadas para a gestão territorial em TIs. Por meio dos mapas e das informações a eles associadas, representantes indígenas e de instituições governamentais e não-governamentais estão aprofundando seus conhecimentos sobre os territórios indígenas e seus usos (id.ibid.: 403-404).

Frente às críticas acima destacadas e ao uso histórico dos mapas em processos de dominação social e territorial, Correia (2007) questiona se os mapeamentos indígenas contribuem para romper com ideologias de dominação, ou se apenas as reforçam, transformando o conhecimento dos povos indígenas sobre seus territórios em mapas convencionais, fundados nos moldes da cartografia ocidental, e em informações descritivas, próprias do conhecimento científico.

No caso dos mapeamentos realizados no Acre, os mapas e as informações correlatas procuram romper com as formas tradicionais de dominação sobre os povos indígenas, mas acabam delineando novas formas de dominação, calcadas na idéia de desenvolvimento sustentável (Correia, 2007 :61).

é possível refletir sobre os mapas produzidos pelo e para os instrumentos de planejamento em termos de sua influência política na sociedade e da influência desta sobre eles. No caso dos mapeamentos realizados no Estado do Acre, enquanto formas de conhecimento e poder, os mapas gerados a partir do etnozoneamento da TI Mamoadate influenciam as políticas públicas do governo estadual e são por ela influenciados. Os mapas elaborados durante o etnomapeamento da TI Kampa do Rio Amônia,

por sua vez, têm exercido influências sobre a vigilância e fiscalização da terra frente às invasões de madeireiros peruanos ao território Ashaninka, que possuem rebatimentos nas informações contidas nos mapas. O diagnóstico etnoambiental da TI Nawa insere-se em um contexto de produção de mapas que gera influências na definição dos limites da terra indígena e na regularização fundiária do PNSD, sendo o conteúdo dos mapas influenciado por este contexto (Correia, 2007: 64-65).

Segundo o autor, como os mapas falam de poder, política e comunicação, ao analisá-los, é possível identificar as lacunas existentes ou não na comunicação entre lideranças indígenas e representantes de instituições do governo estadual.

Também é possível compreender a imposição de uma ideologia de dominação – a do desenvolvimento sustentável -, que relega a um segundo plano os croquis produzidos pelos povos indígenas e proporciona um controle do Estado sobre o território, a população e os recursos (Correia, 2007: 67).

O autor discorre sobre o fato dos processos de produção e uso dos mapas estarem vinculados à “ideologia dominante do desenvolvimento sustentável”, fortemente presente no discurso do Governo da Floresta, no Estado do Acre. *“Trata-se de uma forma de dominação dos povos indígenas bastante sutil, fundada na interação entre os discursos e as ações desenvolvimentistas e ambientalistas”* (Correia, 2007:72). Os mapas das TIs permitem ao Estado manter sob vigilância um certo número de indivíduos, um território e um conjunto de recursos. Ao subsidiar a elaboração de planos de gestão territorial, os mapas, em muitos casos, também propiciam a imposição de uma disciplina aos indivíduos, no sentido em que estimulam mudanças comportamentais em relação ao uso dos recursos naturais (Correia, 2007).

De acordo com Correia (2007), a categoria gestão territorial, como se percebe por meio dos instrumentos de planejamento, procura articular e neutralizar interesses divergentes em torno do uso dos recursos naturais, que em geral têm originado conflitos de diversas ordens. O potencial do etnozoneamento para a resolução de conflitos é um dos resultados esperados pelo governo e pelos povos indígenas, mas para que isso ocorra, é preciso que ele cumpra com seus objetivos de instrumento capaz de subsidiar os povos indígenas e o governo na elaboração de políticas públicas.

Assim, sendo, no contexto de relações entre os povos indígenas e o governo do estado, os planos de gestão servem como uma resposta prática às demandas governamentais, que definem a presença dos planos de gestão como importante condição para os investimentos do Estado nas TIs, transformando-se assim, no documento formal que permite o acesso aos recursos e apoios técnicos e financeiros do governo estadual (Maciel, 2010).

CAPÍTULO 3. O ETNOZONEAMENTO NA TERRA INDÍGENA CAMPINAS/KATUKINA

No presente capítulo será apresentada a Terra Indígena Campinas/Katukina e os seus habitantes, os índios da etnia Katukina, que se autodenominam de *Noke Koi* (gente verdadeira). Também será abordada uma contextualização histórica e geográfica desse povo e da ocupação do território que atualmente habitam, visando o entendimento da relação entre o etnozoneamento e esta população.

Em seguida, serão apresentadas e descritas as etapas de elaboração do etnozoneamento na TI Campinas/Katukina realizadas até o momento, que constam das oficinas de elaboração, correção e validação dos mapas temáticos, ocasião na qual também foram levantados os indicativos do plano de gestão; reunião de elaboração do plano de gestão com a participação de representantes de várias instituições governamentais; tradução do plano de gestão para a língua indígena.

Finalmente, o foco recai sobre a percepção indígena a respeito do etnozoneamento, sob a ótica dos Katukina, moradores da TI Campinas/Katukina. Esses dados foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas realizadas com moradores da TI em questão, em sua maioria lideranças, professores, AAFIs, AISs, AISANs, dentre outros.

3.1 A TERRA INDÍGENA CAMPINAS/KATUKINA

Atualmente, os Katukina do Acre vivem em duas terras indígenas. Uma delas é a TI do Rio Gregório, a primeira a ser demarcada no Acre, no município de Tarauacá, também habitada pelos Yawanawá, um povo da família lingüística Pano. A outra é a TI Campinas/Katukina, onde foi realizada a presente pesquisa.

A TI Campinas/Katukina, regionalmente conhecida como TI do rio Campinas ou TI Katukina do Campinas, localiza-se na bacia do rio Juruá e foi demarcada em 1984, com uma área de 32.624 hectares, sendo homologada apenas em agosto de 1993. A TI tem como limites leste, por linha seca, a RESEX do Riozinho Liberdade e o igarapé Vai-e-Vem, no sentido do município de Tarauacá. No sentido oeste, o igarapé Campinas, faz os limites e o chamado fundo da TI Campinas faz limite com os ramais do Projeto de Colonização Santa Luzia. Ao norte, os limites da TI são os igarapés Jaracatiá e Boi e, ao sul, o igarapé Três Vez. A TI situa-se no município de Cruzeiro do Sul, cuja sede municipal, é o núcleo urbano que lhe fica mais próximo, a apenas 60 quilômetros da terra indígena, servindo de referência para os Katukina, quando estes precisam ir à cidade. Os principais motivos que

os levam à cidade são o atendimento médico, compras, e o recebimento das aposentadorias, salários e outros benefícios sociais.

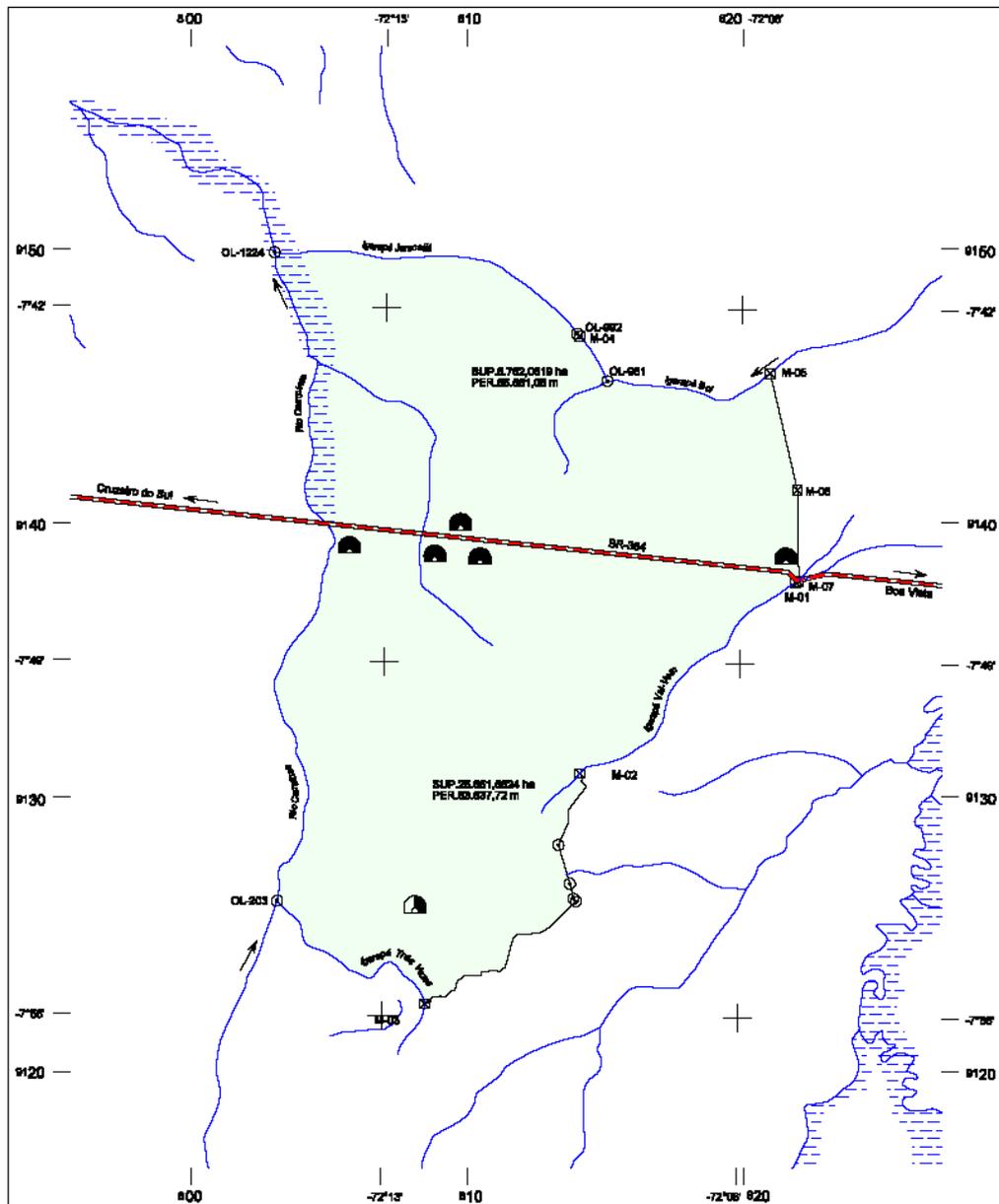


Figura 4 – Mapa da Terra Indígena Campinas/Katukina.
Fonte: FUNAI, 1991.

A TI Campinas/Katukina, localiza-se na zona de impacto direto da rodovia BR-364⁴¹, que corta a terra indígena por 18 quilômetros em toda sua extensão leste-oeste, ocasionando uma série de problemas socioambientais, tais como: escassez de recursos naturais estratégicos – como animais de caça, recursos pesqueiros e madeiras de lei; insegurança alimentar; perda de conhecimentos tradicionais; terras do entorno extremamente degradadas (a TI faz fronteira com o assentamento do INCRA – Projeto de Colonização Santa Luzia); invasão de seus territórios por caçadores, pescadores e madeireiros; trânsito de veículos e pessoas estranhas no interior da TI.

Atualmente, a população desta terra indígena é de aproximadamente 540 habitantes⁴² da etnia Katukina, distribuídos em cinco aldeias localizadas às margens da rodovia BR-364. As aldeias são: Campinas, Varinawa (antiga aldeia Martim), Samaúma, Masheya e Bananeira.

É importante ressaltar que, apesar do longo percurso, as visitas entre as aldeias dos rios Gregório e Campinas, sempre foram freqüentes. Inclusive, os Katukina têm o hábito de mudarem de uma TI para a outra, vivendo ora na TI Campinas/Katukina, ora na TI Rio Gregório. Segundo Lima (2001, 2002), essas mudanças dependem da avaliação que os Katukina fazem da situação social, econômica e política de cada uma das TIs em um determinado período. Segundo dados da Funai, em 1977 os Katukina totalizavam 177 pessoas: 100 na aldeia do rio Gregório e 77 na aldeia do rio Campinas. Em 1998, os Katukina contavam com uma população total de 318 pessoas: 98 na TI do rio Gregório e 220 na TI Campinas/Katukina. Segundo dados da FUNASA, em 2008 a população Katukina era de 585 pessoas: sendo 503 moradoras na TI Campinas/Katukina e 82 nas aldeias da TI Rio Gregório. Em 2009, na ocasião desta pesquisa de campo, havia na TI Campinas/Katukina 540 habitantes. Não foi possível averiguar a população da TI Rio Gregório, mas, apesar disso, diante dos dados apresentados, é possível afirmar que, nas quatro últimas décadas, os Katukina tiveram um crescimento populacional de mais de 300%.

Atualmente, a TI Campinas/Katukina concentra a maior parte da população Katukina no Estado do Acre. Entre os anos de 1994 e 1998, esta TI teve um acréscimo populacional da ordem de 70%, devido a um intenso fluxo migratório dos moradores do rio Gregório. O principal motivo desta migração foi o asfaltamento da rodovia BR-364, iniciado em 1995. A

⁴¹ A Rodovia BR-364 é uma importante rodovia diagonal do Brasil que se inicia em Limeira, no estado de São Paulo, passa por Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre. O traçado completo da rodovia BR-364 perfaz mais de três mil quilômetros. A BR-364 termina em Rodrigues Alves, no extremo oeste do estado do Acre, sendo assim uma rodovia de fundamental importância para o escoamento da produção de toda a região Norte e Centro Oeste do País. A sua porção norte é a conhecida 'saída para o Pacífico'.

⁴² Dado levantado em campo, junto aos moradores da TI, em agosto de 2009.

primeira e uma das principais justificativas dada pelos próprios Katukina para tão expressiva migração é a dificuldade de acesso à TI Rio Gregório, que provoca a carência de artigos industrializados, dos quais dependem hoje em dia. Uma outra razão, é a maior facilidade para acessarem os recursos da aposentadoria em Cruzeiro do Sul, obtendo o dinheiro para comprar as mercadorias de que necessitam (Lima, 2001).

3.2 OS KATUKINA

Segundo Lima (2001: 08), existe uma grande dificuldade em definir quem são os Katukina, orientando-se exclusivamente pela denominação do grupo. Isto ocorre, pois "Katukina" (ou Catuquina, Katokina, Katukena e Katukino) é um termo genérico, que chegou a ser atribuído a cinco grupos lingüisticamente distintos e geograficamente próximos. Atualmente, apenas membros de duas famílias lingüísticas são conhecidos por essa denominação: a família lingüística Katukina, cujos membros se autodenominam Tukuna e vivem na região do rio Jutaí, no estado do Amazonas; e alguns representantes da família lingüística Pano, que vivem no estado do Acre.

A presente pesquisa trata apenas dos Katukina da família lingüística Pano, que habitam a TI Campinas/Katukina e a TI Rio Gregório, no estado do Acre. Todos os Katukina do Acre falam a sua própria língua, Katukina (ou *Noke Vana*), para relacionarem-se entre si. O português é usado exclusivamente para interagir com os agentes externos e, apesar do longo período de contato, menos da metade da população Katukina é fluente em português.

Os membros deste grupo não reconhecem o nome Katukina como auto-denominação, mas o adotam, dizendo que foi uma denominação "dada pelo governo", tornando-se aceita e adotada por todos (Lima, 2001: 10). No entanto, nos últimos anos, os Katukina do Acre passaram a se autodenominar de *Noke Kuin*⁴³ (gente verdadeira), conforme afirma a antropóloga Edilene Coffaci de Lima, que vem estudando os Katukina do Acre desde a década de 1990. Vale ressaltar que durante as oficinas de etnozoneamento esta autodenominação também foi amplamente adotada pelos habitantes da TI Campinas/Katukina.

Nos últimos anos, a partir da atuação de jovens lideranças indígenas, está se consolidando o uso da denominação de *Noke Kuin*, que é livremente traduzida como "gente verdadeira". Internamente são ainda reconhecidas seis outras auto-denominações, que se referem aos seis clãs nos quais se dividem: Varinawa (povo do Sol), Kamanawa (povo da Onça), Satanawa (povo da Lontra), Waninawa (povo da Pupunha), Nainawa (povo do Céu) e

⁴³ Durante as oficinas de etnozoneamento, a grafia que adotaram para se autodenominar foi *Noke Koi* já que, segundo os Katukina, não existe a letra u em seu alfabeto.

Numanawa (povo da Juriti). É digno de nota que, com exceção de Nainawa, tais denominações são idênticas aos nomes de algumas das seções do povo Marúbo (Lima, 2009).

Os Katukina, assim como os demais grupos indígenas da região do alto Juruá, tiveram seus territórios invadidos quando se iniciou a exploração econômica da região, em meados de 1880, com a extração do caucho e da borracha nativa. Nos primeiros anos do contato com os brancos, os Katukina viveram um período de deslocamentos constantes, tentando escapar das correrias organizadas por caucheiros peruanos e seringalistas brasileiros. Fugindo das correrias, os Katukina dispersaram-se na região e tiveram sua população drasticamente reduzida. Sem condição de se manterem reunidos, passaram a se deslocar pela floresta, vivendo da caça, coleta e de assaltos aos roçados que encontravam pelo caminho, uma vez que estavam impossibilitados de fazer os seus.

Na primeira década deste século, cessaram as correrias, e sem outra alternativa, os Katukina acabaram por engajar-se na empresa seringalista, mas continuaram dispersos na região, pois tornou-se comum que cada família elementar se estabelecesse para trabalhar em um seringal diferente, o que resultou na ruptura de sua organização sociocultural. Embora tenham trabalhado na extração da borracha, essa não foi a exclusiva ocupação dos Katukina nos seringais. Com atividades diversificadas, foram também pescadores, caçadores, fornecedores de peles de animais e, pelo conhecimento que tinham da floresta, guias que orientavam as pessoas na mata. Todas estas atividades eram desempenhadas para o patrão, no mesmo sistema de aviamento que vigorava nos seringais da região (Lima, 2001: 11-13).

Entretanto, mesmo com a consolidação dos seringais, a constante mobilidade do período das correrias permaneceu entre os Katukina, embora em menor escala. Conforme Lima (2001), os Katukina enumeram duas razões pelas quais explicam a não fixação aos seringais: primeiro, afirmam que eram freqüentemente expulsos pelos patrões, o que lhes obrigava a saírem à procura de um outro seringal, cujo patrão pouco tempo depois agia da mesma maneira que o anterior; em segundo lugar, afirmam que, se não eram expulsos, eles próprios abandonavam os seringais, pois os patrões lhes pagavam pouco (quando pagavam) e lhes submetiam a castigos físicos. Desaldeados, os Katukina estabeleciam-se cada um com sua mulher, filhos solteiros e filhas em diferentes locais.

Devido aos sucessivos deslocamentos e migrações que empreenderam ao longo da história, os Katukina são tidos pelos regionais como um "povo que não pára quieto", essencialmente nômade. Há que se observar, entretanto, que esses deslocamentos tiveram impulso após o contato com os brancos. Durante as "correrias" a única alternativa que restou aos Katukina para saírem da mira dos rifles que lhes eram apontados foi se dispersarem.

Neste período passaram de caçadores-agricultores a caçadores-coletores, alterando a base econômica tradicional a fim de garantirem a sobrevivência física (ib.ibid.: 18).

Mesmo com tantos deslocamentos entre rios e seringais, os Katukina sempre tiveram como referência o rio Gregório, mais precisamente o seringal Sete Estrelas, para onde sempre retornavam após períodos de perambulação de duração variável. Na década de 1950, houve uma interrupção nos deslocamentos e a maior parte deles, se não a totalidade, estavam reunidos no seringal Sete Estrelas (ib.ibid.: 15).

Na década seguinte ocorreu a cisão do grupo devido a desentendimentos entre os Katukina, o chefe deles e o novo patrão do seringal para quem trabalhavam. Um outro motivo para a divisão foram os desentendimentos com os Yawanawá, grupo indígena vizinho da aldeia do rio Gregório. Em busca de mais um patrão e precavendo-se contra a eminência de conflitos com os Yawanawá, parte do grupo resolveu procurar outro lugar para morar. Acabaram estabelecendo-se por aproximadamente oito anos em um seringal próximo da foz do Riozinho da Liberdade, na fronteira dos estados do Acre e do Amazonas. O conflito é o que explica o fato de que hoje os Katukina estejam localizados em duas Terras Indígenas, situadas nos rios Campinas e Gregório. Entretanto, transcorridos quase quarenta anos desde a formação da aldeia do rio Campinas, os Katukina ali residentes não deixaram de manter contatos com aqueles moradores do rio Gregório e vice-versa (id.ibid.: 15).

Da década de 70 datam dois eventos que contribuíram de forma determinante na localização contemporânea das aldeias Katukina. O primeiro foi a abertura da BR-364, no trecho Rio Branco-Cruzeiro do Sul. O segundo foi a chegada da Missão Novas Tribos do Brasil – MNTB para atuar junto aos Katukina do rio Gregório. Com o início da obra da BR-364, parte do grupo que havia na década anterior se estabelecido próximo da foz do Riozinho da Liberdade e parte dos moradores do rio Gregório, deslocaram-se para trabalhar junto ao 7º BEC – Batalhão de Engenharia de Construção, no desmatamento para a construção da estrada. Após o término do desmatamento, os Katukina obtiveram autorização do 7º BEC para morar às margens da estrada, que eles julgavam um bom local devido à proximidade da cidade de Cruzeiro do Sul, onde, tinham a esperança, poderiam vender facilmente o que produzissem e obter os bens industrializados de que necessitassem. Aqueles que voltaram ou permaneceram na aldeia do rio Gregório viam nos missionários uma possibilidade de assistência médica e educacional regular (ib.ibid.: 15-16).

A aldeia katukina do rio Campinas formou-se em 1972, ano que coincide com a abertura da BR-364 no Acre. Porém, considerando-se a cisão do grupo no rio Gregório em meados de 1960, pode-se afirmar que seu processo de formação se iniciou há mais tempo.

Na verdade, a cisão do grupo constitui o núcleo daquilo que, tempos depois, veio a ser a TI Campinas/Katukina (ib. ibid: 16).

Até o início da década de 1980 a maior parte dos Katukina que permaneceu próxima ao rio Campinas não morava às margens da rodovia, mas no interior da mata, onde se localizavam as estradas de seringa em que trabalhavam. As margens da rodovia só eram freqüentadas quando tinham de ir à cidade para atendimento médico ou para negociar seus produtos com o patrão que os empregavam. Entretanto, com a queda crescente do preço da borracha, pouco a pouco, os Katukina começaram a transferir suas casas para as margens da rodovia, passando a dedicar-se mais intensivamente ao plantio agrícola.

Em 1984, dizem os Katukina, as casas de todos moradores eram construídas próximas umas às outras, no local onde o igarapé Olinda cruza a estrada. Entretanto, subitamente, três mortes ocorreram e as famílias começaram a se dispersar, construindo suas casas em locais diferentes (ib. ibid: 17-18).

A partir da metade da década de 1980, após tantos anos de perambulação e deslocamentos, os Katukina viram garantido o direito à posse do território onde habitavam e romperam os vínculos que os ligavam aos patrões seringalistas. Logo após a demarcação, os Katukina do Campinas criaram sua própria cooperativa, com o apoio da CPI-Acre e, posteriormente, com o apoio da Regional Vale do Juruá do Conselho Nacional de Seringueiros, através de um financiamento obtido junto ao BNDES para o Projeto de Implantação da Reserva Extrativista do Alto Juruá e Desenvolvimento Comunitário das Terras Indígenas Circunvizinhas. Porém, devido a uma conjunção de fatores (falta de transporte para comercializar os produtos, inexperiência em administração financeira e lógica de relações interpessoais diversa da lógica do mercado), desde a metade da década de 1990 a cooperativa não está mais em funcionamento (ib. ibid. 18-19).

Atualmente, a composição mais comum das aldeias katukina é do grupo doméstico formado por um casal mais velho, rodeado de seus filhos e filhas solteiras, filhos casados e netos. Unidos por laços de parentesco e casamento, os moradores de um mesmo grupo doméstico cooperam entre si no desempenho das atividades cotidianas. No entanto, uma mesma aldeia pode ser composta por diversos grupos domésticos. Na TI Campinas/Katukina as aldeias são compostas de 11 a 38 casas, que se distribuem ao longo da beira da estrada a uma distância variável de cinco a trinta minutos de caminhada uma da outra. No sentido Campinas – Vai e Vem, as aldeias são: Campinas (com 38 famílias), Varinawa (com 18 famílias), Samaúma (com 22 famílias), Masheya (com 11 famílias) e Bananeira (com 13 famílias).

Cada aldeia tem a sua própria organização interna e os moradores são liderados por um cacique (também denominado de liderança), que é eleito pela comunidade. No caso da TI Campinas/Katukina, os caciques também acumulam o cargo de fiscal, responsáveis por fiscalizar as obras referentes à BR-364 e as atividades de mitigação de tal empreendimento. Este cargo é remunerado pelo Governo estadual. Além dos caciques/fiscais, cada aldeia possui um AAFI, um AIS e um AISAN, também eleitos pela comunidade. Cada aldeia possui um número variável de professores. Todos esses agentes são funcionários públicos (AAFI e alguns professores, são funcionários do governo estadual. AISs, AISANs e outros professores, do governo federal). No entanto, não são funcionários concursados, com vínculo empregatício permanente, o que não lhes garante estabilidade profissional.

A regra de casamento entre os Katukina determina que um homem deve casar com uma mulher que ele chama de *pano*, uma categoria que inclui a filha do irmão da mãe e a filha da irmã do pai. Por sua vez, uma mulher deve casar-se com seu *txai*, uma categoria que inclui o filho do irmão da mãe e o filho da irmã do pai. A poligamia (poliginia) é admitida e, normalmente, as esposas de um mesmo homem são irmãs (Lima, 2001).

Uma das mais importantes divisões sociais entre os Katukina, que perpassa e engloba todas as ações do cotidiano, é aquela entre os gêneros. Desde muito cedo as crianças são socializadas de acordo com os papéis sexuais que lhes cabem. Enquanto as atividades masculinas são executadas fora da casa, grande parte das atividades femininas concentram-se em seus limites. A única exceção é a colheita de macaxeira e banana no roçado. As outras atividades, como preparar os alimentos, cuidar dos filhos e lavar roupas e utensílios domésticos, são restritas ao espaço da casa ou às suas imediações (ib. ibid: 36).

As duas principais atividades masculinas são a caça e o preparo do roçado. A primeira, sem dúvida, é a atividade mais apreciada por todos. Os garotos, por volta de 12-14 anos, começam a acompanhar seus pais na mata, para aprenderem os segredos que um bom caçador deve saber. Apesar da grande valorização da caça, é a agricultura que oferece a maior parte dos itens que compõem a dieta e é também a atividade que absorve maior tempo de trabalho de homens e mulheres. A macaxeira e a banana são os principais vegetais da dieta. Recentemente os Katukina passaram também a reservar uma grande área do roçado para o plantio de arroz e de milho, para comercialização (Lima, 2001: 32-36).

A escassez de caça na TI Campinas/Katukina tem se tornado cada vez mais notória. Durante as oficinas de etnozoneamento este tema foi bastante debatido e a maioria dos moradores da TI demonstrou grande preocupação com este fato, uma vez que a carne de caça deveria ser a principal fonte de proteína da população. Com o aumento da pressão

pela procura de alimentos, causado pelo acréscimo populacional da última década, somado às invasões de não índios para caça e pesca, tem-se observado uma drástica redução no estoque desses recursos no interior da TI. Na dieta alimentar dos Katukina, os peixes tornam-se cada vez mais importantes, entretanto, os cursos d'água localizados nesta TI são pouco piscosos e os recursos pesqueiros também têm se tornado escassos. A iniciativa governamental de construir açudes é bastante louvável, uma vez que poderá suprir os Katukina com alimentos que já começam a faltar.

A TI do rio Campinas é freqüentemente invadida por brancos da região, residentes no Projeto de Colonização Santa Luzia, que constroem pequenos tapiris nos limites da área indígena, onde permanecem temporariamente caçando. A maior parte das invasões, segundo os Katukina, é feita pelos ramais 7 e 2 da BR-364, tanto de dia quanto de noite. Estes ramais, muito profundos, permitem que os invasores entrem por áreas não habitadas da TI do rio Campinas (ib. ibid: 19).

A escassez de proteína animal na TI do rio Campinas tem resultado no abandono da tão apreciada atividade de caça, que vem sendo, cada vez mais, substituída pela compra de carne de boi, frango e peixes congelados nos mercados de Cruzeiro do Sul. Todos os meses, parte das aposentadorias e salários é gasta nas compras destes alimentos e de outros recém-incorporados à dieta alimentar, alterando significativamente os hábitos alimentares e rompendo o padrão tradicional da sociedade Katukina. No entanto, segundo Lima (1994), apesar do freqüente convívio com a cidade e com os brancos da região, os Katukina preservam muito de sua tradição cultural e de seus padrões de organização e conduta social, bastante diferenciados dos regionais.

Desde que as cooperativas deixaram de funcionar, ainda na década de 1990, os Katukina deixaram de ter qualquer garantia para comercializar seus produtos agrícolas e, assim, obter recursos financeiros para se abastecerem de artigos industrializados. Nos dias de hoje, dado o baixo preço dos produtos agrícolas que produzem e das dificuldades de transporte até os centros urbanos, os Katukina obtêm poucos recursos financeiros com sua produção agrícola. Uma ou outra família, de forma não sistemática, comercializa seus produtos. Assim sendo, as aposentadorias e os salários como funcionários públicos são hoje as principais fontes de renda dos Katukina. Para garantir a aquisição de produtos essenciais como roupas, querosene, sal, sabão, munição, redes e outros, os Katukina servem-se dos recursos obtidos pelo pagamento das aposentadorias como trabalhadores rurais e dos salários pagos pelo governo (id. ibid.: 37-38).

No ano de 1999 os Katukina fundaram e legalizaram a Associação Katukina do Campinas – AKAC. Até o momento, as principais atividades desenvolvidas pela associação

têm sido as negociações, com organizações governamentais e não-governamentais, envolvendo os assuntos relativos à pavimentação da BR-364 e outros projetos. Por meio da associação também acessam apoio técnico e recursos financeiros para gerir programas econômicos, educacionais, culturais, entre outros. Nos últimos anos, a AKAC teve aprovados alguns projetos, principalmente na área de produção. Até 2009, a sede da AKAC, construída pelo governo estadual como medida de compensação da BR-364, era no interior da TI, mais precisamente na aldeia Campinas. Em 2009, a empresa responsável pela reforma da pavimentação da rodovia no trecho que corta a TI, alugou uma casa em Cruzeiro do Sul para sediar a AKAC. O governo estadual forneceu os equipamentos necessários para estruturar a associação, como móveis, computadores, dentre outros.

A TI Campinas/Katukina, de todas as terras indígenas da região do Juruá, certamente é a mais afetada pelo asfaltamento da BR-364. A rodovia corta ao meio suas terras, por 18 km, em todo o sentido leste-oeste. Ao longo dos anos, os impactos gerados pela BR-364 se fizeram sentir entre os Katukina. Entre outros, observa-se a maciça transferência dos moradores da TI Rio Gregório para a TI Campinas/Katukina, mais próxima da cidade, tendo como consequência, uma maior frequência dos indígenas na cidade e o aumento do consumo de bebidas alcoólicas. Também são constantes as invasões de caçadores profissionais, pressionando sobremaneira os recursos naturais (principalmente os recursos faunísticos) disponíveis na TI. Desde 1995, com o início da pavimentação da rodovia, os Katukina já viveram uma série de problemas, desencadeados pela maior movimentação de pessoas estranhas em suas terras, tais como roubos, invasões de suas casas e até a tentativa de rapto de uma criança (Iglesias & Lima, 1998). Os conflitos com brancos vizinhos, têm se agravado, tendo um deles, inclusive, resultado no assassinato de um Katukina, no ano de 2005.

A fim de compensar os prejuízos socioambientais decorrentes da pavimentação da BR-364, os Katukina da TI Campinas/Katukina pleiteiam a ampliação de seu território. Como apontado anteriormente, durante muitos anos, os Katukina moraram e trabalharam no seringal Bom Futuro, localizado no Riozinho da Liberdade, o qual desejam agora incorporar à totalidade da TI. Este seringal é contíguo à TI, na fronteira leste, em território acreano. A presença dos Katukina na região é, de fato, antiga e há, inclusive, o registro da presença deles neste seringal na década de 1920 (Lima, 2001). Com a ampliação da TI, os Katukina objetivam não apenas reaver antigas terras, nas quais já habitaram, mas também compensar os prejuízos ambientais a que estão expostos. A ampliação da TI aumentará a área de caça, pesca e de coleta de recursos naturais, contribuindo para amenizar os problemas de alimentação acima descritos (Lima, 2001: 55). Outra justificativa para a

revisão dos limites é o aumento populacional katukina, assunto que preocupa bastante a comunidade, como ficou claro no depoimento do AIS Maurício Souza, durante a oficina de Etnozoneamento.

Eu acho que esse mapa aqui foi representado muito bem aonde a gente é, aonde a gente está. Está na cara de todo mundo que a nossa terra é muito reduzida. Por quê? Cada dia que se passa, cada mês que passa, cada ano que passa, vai nascendo uma criança. E aí, como vai ficar essa área? [...] e as nossas crianças e os nossos netos, aonde que vão caçar? [...] Porque essa área aqui é o nosso mercado, onde nós pegamos a caça, aonde nós pegamos a pesca, aonde nós pegamos o nosso remédio que é da natureza [...] Então vamos pensar no futuro [...] porque daqui a 15 anos já destruíram tudo. Então é por isso que nós fizemos um abaixo assinado pra FUNAI, pra fazer a ampliação da nossa terra e até agora não chegou resposta. [O povo Katukina] tem que se manifestar pra ver se a gente faz a ampliação da nossa terra até o Riozinho da Liberdade (Maurício Souza – Nií, AIS da Aldeia Campinas, Vice Presidente da AKAC, *In*: Pessoa & Tavares, 2008).

E, embora recomendado, pela consultora do Componente Indígena, durante a revisão do EIA/RIMA (Lima, 2001: 41), a TI Campinas/Katukina ainda não teve seu território aumentado à título de compensação.

Durante os trabalhos de campo para a presente pesquisa, a maioria dos entrevistados, moradores da TI, afirmaram que a presença da BR passando pela TI tem aspectos positivos e negativos, destacando negativamente os impactos ambientais e os riscos advindos do tráfego de veículos e, positivamente, a melhoria do transporte e acesso a bens e serviços, conforme os depoimentos abaixo.

O pior problema que a estrada traz para a gente é o tráfego de caminhão dia e noite. O barulho dos caminhões e das máquinas espanta as nossas caças para longe das aldeias. E também, pela estrada, vem muita gente de fora, que a gente não conhece [...] A estrada também causa muita doença para nós, a poeira, a água dos igarapés que fica toda empoçada aí na beira da estrada, e isso traz muitas doenças como a malária. Mas o ponto positivo da estrada foi a questão do transporte. Quando não tinha asfalto, a gente tinha muita dificuldade de transporte, muitas das vezes a gente levava os nossos pacientes de rede, caminhando dois dias até Cruzeiro do Sul [...] E hoje não, hoje vem carro da FUNASA, da saúde e isso ajuda bastante [...] Então, a estrada tem o lado ruim e o lado bom também (Edilson Rosa da Silva Katukina – Poá, AAFI da Aldeia Samaúma. 2009).

A BR tem o ponto positivo e o ponto negativo. O ponto positivo que a gente vê é que a BR trouxe para a gente o acesso para a cidade [...] porque a gente pode tirar a nossa produção daqui pela estrada. Também melhorou muito na questão da saúde, porque agora ficou mais fácil de levar os nossos doentes para a cidade, para ter atendimento médico. Outra coisa, é que chegou a energia elétrica aqui nas nossas aldeias. O ponto negativo que a BR trouxe para a gente foi muita epidemia de doença que antes não existia na terra indígena, a malária avança cada vez mais, a gripe nunca

mais foi embora aqui da terra indígena, hepatite também. E cada vez mais a BR vai trazer muitos problemas para a gente. A gente ainda não tem planejamento para se proteger dos impactos da BR (Rodrigo Pequeno de Souza, AIS da Aldeia Campinas. 2009).

Hoje nós temos alguns problemas relacionados à BR, mas a BR-364 tem ajudado bastante também o povo Noke Koi. Na legislação indigenista, é contra a BR passar no meio da terra indígena, mas como já passou, hoje o povo Noke Koi tem feito atividades de controle social do trecho de 18 quilômetros que pertence à terra indígena. Com esse controle social a gente demonstrou para o governo também a importância desse projeto (Fernando Rosa Katukina, cacique geral da Terra Indígena Campinas/Katukina).

A presença da rodovia atravessando a TI, se tornou um fator de negociação entre os Katukina da TI Campinas e o governo estadual. Uma das estratégias desenvolvidas pelos Katukina para terem suas demandas atendidas, é o fechamento da estrada, proibindo o tráfego de veículos no interior da TI. Sempre que precisam pressionar o governo de forma mais incisiva, adotam esta estratégia. Entretanto, os Katukina têm a consciência de que ainda não possuem um planejamento adequado para lidar com os impactos provenientes da rodovia.

A pavimentação da rodovia BR-364, no trecho Manoel Urbano e Rodrigues Alves, não obstante os seus enormes benefícios potenciais para a sociedade acreana, poderá contribuir para o surgimento e agravamento de vários problemas sócio-ambientais em sua área de abrangência, especialmente se não forem adotadas medidas efetivas para evitar conflitos fundiários, exploração madeireira não-sustentável, práticas agropecuárias que resultam na degradação do solo, poluição de recursos hídricos, caça e pesca predatórias, pressões sobre áreas indígenas etc (Milikan, in: ACRE. ZEE, 2000: 285).

É certo que se não houver, por parte dos governos federal e estadual, o planejamento das ações na área indígena visando solucionar estes vários conflitos, os problemas irão se agravar cada vez mais. Inclusive, em setembro de 2010 ocorreu um acidente automobilístico na TI Campinas/Katukina, ocasionando a morte por atropelamento do AIS Rodrigo Pequeno de Souza, importante informante desta pesquisa.

3.3 A ELABORAÇÃO DO ETNOZONEAMENTO NA TERRA INDÍGENA CAMPINAS/KATUKINA

O Etnozoneamento em Terras Indígenas, conforme esclarecido no Capítulo 2 desta dissertação, faz parte do componente indígena do Plano de Ações Mitigadoras dos impactos gerados pela construção e pavimentação das rodovias BR-364 e BR-317, sendo esta ação originada das demandas levantadas nas audiências públicas para a realização das obras de pavimentação das BRs, além de ser um dos indicativos do Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre (ZEE/AC – Fase I).

Em 2003, como parte integrante do Plano de Mitigação de Impactos das estradas federais BR's 364 e 317, proposto pelo Governo do Estado do Acre, com recursos do BNDES, foi realizado o Levantamento Participativo de Recursos Naturais da Terra Indígena Katukina do Campinas. O objetivo deste estudo foi “*observar e descrever as formas, conceitos e práticas ditos tradicionais, de utilização dos recursos florestais, entre os moradores, na TI Katukina do Campinas*” (Martini, 2003). Com base neste retrato sócioecológico, os moradores da TI e a consultora responsável pelo trabalho, apontam recomendações e indicativos para ações e políticas públicas, com vistas à autonomia política, econômica e administrativa do povo Katukina.

Através deste estudo, procura-se aproximar as políticas públicas do estado à realidade indígena no estado, para que as ações programadas, possam trazer melhorias concretas. Deve, portanto, haver um compromisso formal e moral do Governo do Estado para com as informações tornadas públicas através deste relatório, base de um patrimônio intelectual e social indígenas (Martini, 2003).

Como ação complementar ao levantamento supra-citado, buscando espacializar as informações em mapas georreferenciados, o governo estadual iniciou, em 2007, o etnozoneamento na TI Campinas/Katukina. Para o etnozoneamento desta TI, foi aplicada a mesma metodologia descrita no Capítulo 2 desta dissertação, com algumas particularidades provenientes da adequação da metodologia à realidade local. Assim como nos etnozoneamentos realizados anteriormente em outras terras indígenas do estado do Acre, as atividades relacionadas ao etnozoneamento da TI Campinas/Katukina podem ser divididas em, pelo menos, dez etapas⁴⁴.

Como atividade preparatória e preliminar às oficinas, em um primeiro momento, representantes da SEMA e de outros órgãos do governo estadual⁴⁵, estiveram na TI Campinas/Katukina para sensibilizar e obter o aval de seus moradores para a realização do etnozoneamento. A partir de um acordo com a comunidade, planejaram, então, a execução de duas oficinas. Assim sendo, o levantamento de campo para o etnozoneamento na TI Campinas/Katukina deu-se através de duas oficinas complementares⁴⁶, realizadas entre os

⁴⁴ Vide Capítulo 2, p. 98.

⁴⁵ Para a sensibilização da comunidade da TI Campinas/Katukina, estiveram presentes a então Coordenadora do ZEE/AC - Magaly Medeiros; o Assessor Indígena do Governo do Estado - Francisco Pinhanta e; o Sertanista da FUNAI - Antonio Batista Macedo.

⁴⁶ Para a realização das oficinas, foi designada a seguinte equipe técnica: Roberto Tavares (Engenheiro Florestal, técnico da SEMA e coordenador da equipe), Marina Pessoa (Engenheira Florestal, consultora da SEMA), Antonio Batista Macedo (Sertanista da FUNAI), Marcelo Jardim (Estudante de Ciências Sociais e consultor da SEMA, responsável pelo registro audiovisual da oficina). Também acompanharam as atividades: Izanete (Engenheira Agrônoma, técnica da SEAP), Joicimar Fernandes da Cruz (Técnico em Agropecuária, funcionário do Departamento de Estradas e Rodagens do Acre – DERACRE), Edilson Manchineri (Representante da Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá – OPIRJ), Edevaldo Gomes da Silva (Professor da aldeia Campinas – Escola Katukina II, funcionário da Secretaria Estadual de Educação – SEE). Os

meses de junho e julho de 2007, no centro cultural Katukina *Txiriti Shovo*, localizado na Aldeia Campinas. A I Oficina teve duração de dez dias e contou com a participação de aproximadamente 70 Katukina. A II Oficina, ocorreu em sete dias, com a participação de aproximadamente 45 Katukina. Em sua maioria, os participantes das duas oficinas foram os mesmos, o que possibilitou uma continuidade na discussão e colaborou com o bom andamento dos trabalhos. Ambas as oficinas tiveram a participação de representantes das cinco aldeias da TI, dentre eles: lideranças, professores, agentes agroflorestais indígenas – AAFIs, agentes indígenas de saúde – AISs, agentes indígenas de saneamento – AISANs, idosos, pajés, estudantes, artesãos e representantes das mulheres.

Vale frisar que, por iniciativa dos próprios Katukina, em diversos momentos das oficinas, os professores da TI levaram seus alunos para acompanhar as atividades de etnozoneamento, como forma de inseri-los no processo. Segundo o depoimento de um professor, a participação dos alunos possibilitou uma maior compreensão nas aulas relacionadas às questões de gestão territorial, uma vez que as oficinas de etnozoneamento são momentos de ampla participação comunitária onde, através de instrumentos educativos como elaboração de mapas temáticos, levantamentos dos recursos naturais e discussões coletivas, procura-se incentivar as comunidades indígenas sobre reflexões e práticas para a gestão territorial das TIs.

Nas duas oficinas, todos os dias, antes do início dos trabalhos, houve apresentações culturais por meio de manifestações coletivas de músicas e danças, o que demonstra que as oficinas também são consideradas como um momento de se reforçar a cultura Katukina.

Após a apresentação dos objetivos do Etnozoneamento, a primeira atividade realizada na I Oficina foi a apresentação do mapa e da carta imagem da TI Campinas/Katukina para toda a comunidade, visando a familiarização dos participantes com estes instrumentos de trabalho, visto que grande parte dos moradores da TI nunca haviam trabalhado com mapas anteriormente. Durante esta atividade, apesar de um estranhamento inicial, identificaram suas aldeias e elementos da paisagem como igarapés, igapós e as formações florestais. A presença de dois AAFIs Katukina que participaram de oficinas de etnozoneamento e etnomapeamento em outras TIs, auxiliou no processo de compreensão dos mapas.

Um fato que vale apontar e que ocorre em diversas comunidades indígenas do Acre, é que os indígenas, ao verem os mapas de suas terras, acham que os mapas estão de “ponta cabeça”, ou seja, que o que está representado para o norte, deveria, na verdade, estar para

trabalhos de geoprocessamento dos mapas foram realizados pela consultora da SEMA, Valéria de Fátima Pereira (Técnica em geoprocessamento).

baixo. Isso acontece, pelo fato das cabeceiras dos rios estarem representadas no mapa, na posição contrária da que eles enxergam na realidade. Durante a apresentação dos mapas, os Katukina só entenderam a localização representada, quando viraram os mapas de cabeça para baixo. Por este motivo, os participantes da oficina solicitaram que os mapas de sua TI, fossem representados com o norte para baixo e o sul para cima. Esta solicitação foi acatada pela equipe técnica, como forma de legitimar os mapas enquanto uma ferramenta a ser utilizada pela comunidade na gestão de seu território. Esta modificação nos mapas, só ocorreu no caso da TI Campinas/Katukina e os mapas finais gerados durante o etnozoneamento foram representados com o norte e o sul representados na posição inversa.

Durante a I Oficina foram elaborados 8 (oito) mapas temáticos, a saber: recursos hídricos, pesca, caçadas, histórico, ocupação humana, vegetação, áreas de uso e invasões. Como fruto de uma demanda da comunidade, além destes mapas, os participantes ainda discutiram e apontaram uma proposta de revisão dos limites da TI Campinas/Katukina, registrada também em mapa. Os mapas temáticos foram confeccionados sobre bases cartográficas previamente elaboradas, sendo utilizada uma carta base para cada mapa temático.

Ao iniciar os trabalhos de mapeamento participativo, a elaboração dos mapas temáticos obedeceu a formação de grupos por aldeia, ou seja, os representantes de cada aldeia inseriram nos mapas as informações referentes às áreas próximas de suas moradias, sobre as quais, supostamente, possuem maior domínio, possibilitando, assim, um maior nível de detalhamento dos recursos mapeados. Quando os representantes de uma aldeia terminavam de colocar as informações em um determinado mapa temático, passavam a fazer a mesma atividade em outro mapa. Sendo assim, após a introdução das informações em um mapa, os seus representantes mudavam de mapa, e assim sucessivamente. Esta metodologia permitiu que os representantes de todas as aldeias inserissem informações em todos os mapas, de forma que estas informações se complementassem, abrangendo toda a área da TI. Todas as informações contidas nos mapas foram registradas na língua portuguesa e na língua katukina, como forma de ampliar o acesso às informações para todos os moradores da TI.

Após a elaboração de cada mapa, ocorreram discussões sobre as temáticas mapeadas, onde os representantes de cada aldeia apresentavam as informações registradas e, por fim, realizava-se um debate aberto sobre os recursos envolvidos na produção do mapa, onde os demais participantes podiam complementar as informações. Em

todos os momentos da oficina foram incentivadas e privilegiadas as discussões internas na língua materna, como forma de legitimar a participação e proporcionar uma maior autonomia no processo pelos próprios indígenas. Para que a equipe técnica tivesse acesso às informações, as discussões, ao final, eram traduzidas para o português por um representante Katukina bilíngüe. Estas discussões, sempre muito ricas, foram gravadas e esses materiais foram transcritos e farão parte do acervo do projeto, podendo subsidiar a elaboração de futuros projetos e materiais didáticos destas comunidades.

Concomitantemente ao processo de produção de mapas, os participantes dedicaram-se também a atividades complementares, como os levantamentos bilíngües dos recursos naturais, produção de desenhos e ilustrações para compor as legendas dos mapas finais, discussão e elaboração da versão dos títulos dos mapas em língua katukina.

Após o término da I Oficina, os dados levantados em cada mapa temático foram digitalizados e disponibilizados para a realização da II Oficina. Dentro do processo do Etnozoneamento em Terras Indígenas, a realização da II Oficina tem o objetivo de aperfeiçoar e complementar os produtos elaborados na I Oficina. Para tanto, os mapas digitalizados são impressos e submetidos à apreciação e avaliação dos representantes das comunidades, para serem ajustados e corrigidos. Assim como na I Oficina, os participantes foram divididos em grupos compostos por integrantes de cada aldeia, que se revezavam na tarefa de correção e complementação dos mapas. Os assessores e consultores presentes atuaram apenas como facilitadores, orientando os trabalhos, cabendo aos participantes indígenas o registro e as correções das informações.

No final da II Oficina ocorreu o debate e a elaboração dos indicativos do Plano de Gestão da Terra Indígena Campinas/Katukina, que se trata de uma atividade complementar à elaboração dos mapas temáticos e traz, na sua elaboração e redação, acordos internos visando a melhoria da qualidade de vida dos moradores da TI, assim como, indicadores das demandas enfrentadas pela comunidade. O objetivo do Plano de Gestão é sistematizar e socializar os acordos socioambientais existentes na TI e, ao mesmo tempo, registrar novos procedimentos, internos e externos às comunidades, que possam aperfeiçoar a gestão do território e dos recursos naturais.

No último dia de cada oficina, os participantes elaboraram textos de avaliação das atividades realizadas. De forma geral, o processo foi muito bem recebido pelos participantes, que interpretaram os trabalhos de etnozoneamento como uma nova forma de aprendizado, do qual nunca haviam participado anteriormente. Muitos dos textos elaborados

pelos Katukina solicitaram a realização de outras oficinas, como forma de dar continuidade ao trabalho.

Eu participei deste curso durante 10 dias na Aldeia Campinas [...] Eu, como Agente de Saúde, achei muito importante esse curso. Eu quero que vocês, técnicos, façam acontecer mais oficinas aqui na Aldeia Campinas [...] Nós Katukina nunca participamos desse tipo de curso, esta é a primeira vez que nós participamos dessa oficina (Mauricio Rodrigues – Pero, AIS da Aldeia Samaúma).

No dia 07 de junho de 2007, na Aldeia Campinas, no Centro Cultural Txiriti Shovo, foi a abertura da Oficina. Logo após da abertura, colocando normas de convivência e depois os participantes da oficina apresentaram música Katukina para iniciar o trabalho. Às 10:30 iniciamos grupo de trabalho de cada aldeia fazendo o mapa da água e o mapa da ocupação. Antes de começar mapa da água e mapa da ocupação, apresentaram que as atividades serão feitas pelos grupos de cada aldeia. Durante esses 10 dias trabalhamos com 8 mapas diferentes da nossa terra [...] Tudo isso mostra claramente a nossa terra para o povo Katukina. Primeira vez que eu, como Agente Agroflorestal, participei de uma oficina de Etnozoneamento. Eu foi muito agradecido pela minha aprendizagem de conhecer Etnozoneamento e eu espero que aconteça mais oficinas pelo Estado para que nós possamos trabalhar com a nossa comunidade e com nossos alunos, principalmente lideranças, professores, AISs, AISANs, pajés, AAFIs, etc. Cada um de nós que participamos da oficina vamos trabalhar junto com nossos parentes. Eu agradeço muito pela equipe da oficina – Roberto (Tupi), Marina, Marcelo, Izanete, Macedo. Tudo pra mim foi muito bom pelo meu trabalho de oficina de mapeamento da terra indígena Katukina. Boa sorte. (Petrônio Rosa da Silva – Toi, AAFI da Aldeia Campinas).

O AAFI Marcelino Rosa explica em seu texto a proveniência dos recursos para a realização do etnozoneamento na TI Campinas/Katukina e aponta que esta é uma atividade do governo estadual realizada para fortalecer o povo Katukina.

A primeira Oficina de Etnozoneamento foi realizada na terra indígena Campinas, na Aldeia Campinas, [...]. Nós Katukina da TI Campinas recebemos pequenos recursos do PGAI (Projeto de Gestão Ambiental Integrada) e quem executou o recurso foi a SEMA (Secretaria Estadual de Meio Ambiente) para fortalecer o povo Katukina. Durante a oficina, o próprio povo Katukina, eles mesmos estudando no seu território que foi demarcado, identificando todos os recursos naturais que nós usamos da terra indígena. Identificamos cada espécie de seres vivos como caça, pesca, etc. Marcamos todos os habitat, vários tipos de recurso como vegetação, água, caça, pesca, invasão de caminho, etc.

Eu como Agente Agroflorestal achei muito importante esta primeira oficina de Etnozoneamento para nós povo Katukina estudar o nosso território que foi demarcado e também todos os membros da comunidade participaram da oficina durante 10 dias e também a maioria dos velhos antigos participaram contando o histórico do povo Katukina que surgiu da terra. Foi muito importante para quem estava presente até o final, são AIS, AISAN, AAFI, professores, caciques, fiscais, pajés, etc. Eu, como AAFI pretendo mais cursos e mais tempo de oficina (Marcelino Rosa – Metsa, AAFI da Aldeia Varinawa).

Em alguns textos elaborados, o mapeamento também foi apontado como uma forma de conhecer melhor e avaliar a situação atual da TI.

Esta oficina foi muito importante até o final, porque fizemos os mapas da terra indígena e o mapa das águas. Contamos que na oficina, durante 10 dias, avaliamos parte desta nossa região. Eu gostei que nessa oficina do Etnozoneamento, primeiro discutimos mapas temáticos – mapa da água – hidrográfico, mapa de ocupação, mapa de pesca, mapa de extrativismo, mapa de ameaças e invasões, mapa histórico, mapa de vegetação – tipos de mata, mapa de caçadas. Discutimos sobre tipos de mapa. Esse curso é muito importante para mim, aprendi mais muitas coisas durante 10 dias de oficina, aconteceu muita coisa com a equipe do mapeamento – Tupi, Marina, Macedo, Marcelo. Minha avaliação é só isso, mesmo importante (Edson dos Santos – Metxo, AAFI da Aldeia Masheya).

Eu, como professor da Aldeia Bananeira, na minha avaliação essa oficina foi muito importante para nós povo Noke koï porque com essa oficina aprendemos muitas coisas, porque durante os 10 dias desta oficina discutimos sobre mapa das águas, mapa da vegetação, mapa da ocupação, mapa histórico, mapa das caçadas, mapa de pesca e mapa de uso, por isso essa oficina foi muito importante para nós povo Noke koï (Nonato Tragino da Silva – Kamãrati, Professor da Aldeia Bananeira).

Com a versão final dos mapas elaboradas, a SEMA contratou a empresa Cooperativa de Serviços da Amazônia – COOPSAM, para realizar a validação dos produtos da primeira fase do Etnozoneamento da TI Campinas/Katukina. Tal validação ocorreu nos dias 8 e 9 de julho de 2008, na aldeia Campinas, ocasião na qual a empresa entregou, para cada uma das cinco aldeias da TI, um “kit” contendo os oito mapas temáticos impressos no formato banner, relatórios impressos (Etnolevantamentos, Relatório de Atividades do Etnozoneamento e, Transcrição de entrevistas e depoimentos realizados durante as oficinas) e CD contendo estes produtos no formato digital. No relatório elaborado pela empresa COOPSAM, a atividade de validação é descrita da seguinte forma:

Durante o encontro foi solicitado aos participantes que observassem os mapas e verificassem se os mesmos ofereciam problemas para que, posteriormente, fossem devidamente ajustados.

O olhar sobre os mapas temáticos foi feito por aldeia, o que facilitou ainda mais o detalhamento do trabalho. Os participantes discutiram os seus problemas e possíveis alternativas à partir do material que torna-se um elemento indispensável para o Plano de Gestão da Terra.

Os representantes da aldeia Campinas na reunião não teceram nenhuma crítica ao conjunto de mapas. Entretanto, os mesmos serviram de ferramenta para eles pensarem os problemas e alternativas da aldeia dentro das seguintes áreas: educação, saúde, transporte, comunicação, produção, vigilância e fiscalização, fundiário e cultura (COOPSAM, 2008: 06).

Conforme o relatório, os Katukina consideraram como legítimos os mapas que elaboraram, porém, detectou-se a necessidade de se fazer pequenos ajustes. As principais

falhas apontadas pelos Katukina foram encontradas no mapa das caçadas, no mapa de pesca e no mapa de vegetação. Segundo os Katukina, os mapas de caça e pesca não refletem a realidade da TI. Pelo fato de conterem muitos ícones, dão a impressão de abundância de espécies, enquanto a realidade da TI apresenta grave escassez de recursos faunísticos e pesqueiros. Em relação ao mapa de vegetação, apontaram que é necessário destacar o aumento do desmatamento na margem das aldeias. No relatório, então, sugere-se que, após os ajustes, os mapas devem ser devolvidos para os moradores, considerando-os atualizados mediante as informações fornecidas. Também é sugerido que *“haja a consolidação do documento das duas oficinas realizadas na TI e que haja uma versão didática bilíngüe que seja repassada para os moradores das aldeias para que se apropriem mais do material”* (COOPSAM, 2008: 11).

Desta forma fica claro que, o fato do etnozoneamento ser um processo dinâmico, que está sujeito a alterações, conforme os usos que os indígenas fazem de seu território, faz com que seja necessária uma constante revisão e atualização das informações mapeadas, ou seja, de tempos em tempos, os produtos gerados devem ser avaliados e atualizados.

O esforço para sistematizar as informações do território foi imenso. A apropriação sobre as informações carece de crítica para o seu uso. Este processo é dinâmico. Possivelmente, outras informações podem surgir após o encontro de validação. Cabe a Gerência de Etnozoneamento da SEMA, juntamente com os representantes indígenas indicar o período necessário para a revisão dos mapas (id.ibid.: 11).

Logo após a validação dos produtos da I Fase do Etnozoneamento, ocorreu a oficina para a elaboração do Plano de Gestão Territorial, entre os dias 9 e 12 de junho de 2008, também na aldeia Campinas. Estiveram presentes representantes de diversas instituições estaduais, como a SEMA (representada pela Divisão de Etnozoneamento), AEPI, SEE (representada pela Gerência de Educação Indígena), SEAPROF (representada pela Gerência de Extensão Indígena), DERACRE, Secretaria de Assistência Social, Fundação Elias Mansour. Também estiveram presentes algumas instituições federais, como FUNAI, FUNASA, IBAMA e Polícia Federal.

O Plano de Gestão Territorial foi elaborado com base nos indicativos levantados durante as oficinas da primeira fase do etnozoneamento, a partir dos quais, os representantes do povo Katukina, em sua maioria, os mesmos que participaram do processo de mapeamento, discutiram e determinaram ações de gestão territorial. Nesta ocasião, também foram levantadas as demandas do povo Katukina e elaborou-se uma matriz de planejamento de atividades, determinando as prioridades da comunidade, os responsáveis pela execução das atividades e os potenciais parceiros.

Conforme o mesmo relatório da COOPSAM, quando se refere ao Plano de Gestão, relata que os moradores da TI identificaram como as principais demandas referentes a educação: a implantação do Projeto Político-Pedagógico da TI e a implantação do ensino médio na TI para atender estudantes locais. O ponto central da saúde refere-se a implantação do Pólo Base na Terra Indígena Campinas/Katukina e o fornecimento de insumos como medicamentos e materiais necessários para o atendimento de saúde no interior da TI. Apontaram outras questões tais como: a) revisão de limites da Terra Indígena e posicionamento da FUNAI sobre o assunto; b) implantação de telefones públicos nas aldeias; c) transporte; d) potencialização de Sistemas Agroflorestais, especialmente em áreas degradadas; e) povoamento de lagos visando a segurança alimentar dos Katukina; f) construção de mais açudes; g) continuação de projeto que vise a criação de pequenos animais e controle de fauna; g) controle de desmatamento no interior da TI ; h) proximidade e orientação, se for o caso, de técnico de produção com os Agentes Agroflorestais das aldeias; i) projeto de valorização da cultura Katukina e j) fiscalização (COOPSAM, 2008).

Diante das demandas expostas, pode-se observar que a elaboração do Plano de Gestão, com a presença de representantes governamentais, acabou desviando o foco da gestão territorial, propriamente dita, que vinha sendo construída ao longo das outras etapas do etnozoneamento. Ao invés de discutir ações de gestão territorial, visando a construção de uma ferramenta de empoderamento da comunidade para a gestão de seu território em bases mais sustentáveis, as atividades realizadas durante a elaboração do Plano de Gestão conduziram os Katukina para a apresentação de uma lista de demandas de construção de estruturas físicas e implantação de projetos variados no interior da TI. No entanto, apesar deste desvio, pode-se concluir que a elaboração do Plano de Gestão foi uma oportunidade da comunidade indígena dialogar com o governo e apresentar as suas necessidades, pactuando com os órgãos governamentais, o atendimento dessas demandas.

No início de 2009, o Plano de Gestão da TI Campinas/Katukina foi traduzido para a língua Katukina por um professor da aldeia Samaúma, funcionário da SEE. Em setembro do mesmo ano, ocorreu uma reunião em Cruzeiro do Sul, para a validação da tradução, com a presença de representantes e lideranças da TI, onde o técnico da SEMA, Roberto Tavares, apresentou o PGTI traduzido. Nesta ocasião, os Katukina identificaram diversos erros e falhas na tradução. Por este motivo, ocorreu uma reunião na TI, para a adequação da tradução. Durante a atividade, da qual participaram oito pessoas (1 professor, 3 AAFIs, 2 AIS e 2 caciques), praticamente toda a tradução foi modificada e reelaborada, pois, segundo os participantes, “as palavras não combinavam com o que queriam dizer na versão do PGTI em português” e, “de todas as frases do plano, não tinha nenhuma completa”. A nova versão

da tradução do Plano de Gestão, então, foi realizada em três dias. Durante a atividade, os participantes discutiram bastante, tirando dúvidas entre si e com o técnico da SEMA que acompanhou a atividade. Desta forma, fica evidente a importância da validação dos produtos na comunidade, considerando-se que, as possibilidades de erros ou vieses aumentam consideravelmente quando somente um representante comunitário se responsabiliza pelo desenvolvimento de uma atividade e/ou produto. Já uma participação mais ampla e representativa, diminui essas possibilidades.

Entre os anos de 2009 e 2010, algumas das demandas apontadas no Plano de Gestão foram implementadas pelo Governo Estadual na TI Campinas/Katukina, como a construção de uma escola estadual de ensino médio; a implantação do Pólo Base para atendimento de saúde no interior da TI; a construção de açudes nas aldeias; a elaboração de um projeto para a criação de animais silvestres e; a elaboração do PGTI ProAcre, que viabilizará a descentralização de recursos para a implementação de projetos na área de produção.

Na presente pesquisa, não cabe descrever e analisar cada um dos mapas temáticos⁴⁷ e nem o conteúdo do plano de gestão da TI. O objetivo aqui é apresentar a percepção dos habitantes da TI Campinas/Katukina em relação ao etnozoneamento realizado em sua TI, enquanto ferramenta de gestão territorial. Somando-se a isto, existe o fato de que nas discussões e negociações entre Governo e comunidade indígena, ainda não se chegou a uma conclusão a respeito da propriedade dos produtos gerados no processo do etnozoneamento, ou seja, a quem, de fato, pertencem – se ao Governo, à comunidade indígena, ou a ambos. Também não foram discutidas e formalizadas as formas de divulgação desses produtos. Por estes motivos, optou-se por não divulgar nem os mapas temáticos e nem o plano de gestão da TI ao longo da dissertação.

Em relação aos dados apresentados, como dito anteriormente, foram levantados em pesquisa de campo, em setembro de 2009, durante a reunião de tradução do Plano de Gestão da TI, ou seja, dois anos após a elaboração dos mapas temáticos e um ano após a elaboração do Plano de Gestão.

⁴⁷ Para maiores detalhes sobre a metodologia específica utilizada na elaboração de cada mapa e os resultados alcançados, ver Pessoa & Tavares (2008).

3.4 O ETNOZONEAMENTO SOB A ÓTICA DOS KATUKINA DA TERRA INDÍGENA CAMPINAS/KATUKINA

Para apresentar a percepção dos Katukina habitantes da TI Campinas/Katukina, em relação ao etnozoneamento, serão utilizados os depoimentos de alguns representantes da comunidade⁴⁸. É importante ressaltar que foram priorizadas, durante as entrevistas, pessoas que participaram de, pelo menos, uma das etapas do etnozoneamento. Desta forma, os dados apresentados não representam a opinião de todos os moradores da TI, e sim, a percepção de alguns deles sobre a referida ferramenta.

3.4.1 Definindo o Etnozoneamento

Ao tratar da terminologia etnozoneamento, a presente pesquisa aponta um certo desconhecimento em relação ao termo por parte dos Katukina da TI Campinas/Katukina.

Etno quer dizer etnia, quer dizer povo. Como é que é? Etnozoneamento? Agora estou com uma dúvida, o que que é zona? É identificar no mapa aonde é que estão os recursos? Aqui tem um barreiro, tem que identificar, né? Igarapé tal, tal lugar tem um tipo de vegetação. Ah, tá, entendi agora (Edilson Rosa da Silva Katukina – Poá, AAFI da Aldeia Samaúma).

Etnozoneamento. Primeiro etno é etnia, que a gente está mapeando tudo o que tem dentro da terra indígena (Marcelino Rosa Katukina – Metsa, AAFI da Aldeia Varinawa).

Olha, no meu entendimento etno é um povo, né? Zoneamento é quando a gente vai trabalhar em cima de alguma coisa. Etnozoneamento é quando aquele povo vai trabalhar em cima de alguma coisa. Pelo que eu entendo, é isso (Petrônio Rosa da Silva – Toi, AAFI da Aldeia Campinas, Secretário da AKAC).

Apesar de terem participado de todo o processo de elaboração dos mapas e do plano de gestão, os entrevistados, quando questionados sobre o significado da palavra etnozoneamento, demonstraram não saber exatamente o que ela significa. Isto se explica pelo fato da escolha do nome etnozoneamento, ter sido feita pelo Governo do Acre, sem consulta prévia aos povos indígenas. O termo zoneamento foi adotado considerando-se que o Etnozoneamento está inserido no Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado, e que, portanto, deve fazer-lhe referência. No entanto, apesar da nomenclatura

⁴⁸ Para apresentar os depoimentos dos Katukina, buscou-se transcrever, na íntegra, as suas falas, respeitando-se a forma com que se expressam, em seu “português regional” que, na maioria dos casos, não segue as “normas cultas” da língua portuguesa.

conter o termo zoneamento, a metodologia de etnozoneamento utilizada nas TIs do Acre, não prioriza a definição de “zonas de uso” para as TIs. Desta forma, o etnozoneamento acaba sendo mais uma ferramenta de mapeamento, do que de zoneamento do território, demonstrando assim, a inadequação do termo utilizado para denomina-lo. Um outro fato que contribuiu para a escolha do termo, foi que o projeto de Etnomapeamento em Terras Indígenas já vinha sendo realizado pela CPI-AC e, para diferenciar o seu projeto do da ONG, o governo estadual adotou um termo distinto.

Tanto o etnozoneamento, quanto o etnomapeamento, realizados em TIs do Acre, são frutos de um momento político, em que foram direcionados recursos para a realização de trabalhos voltados para a gestão territorial em TIs. Assim sendo, conclui-se que o etnozoneamento não é uma demanda que partiu propriamente dos indígenas. Foi um projeto concebido e proposto pelo governo estadual, em que os Katukina foram apenas convidados a participar. No entanto, não participaram da concepção da ferramenta desde o início, não tendo sido consultados sobre a escolha do nome mais adequado para representá-la, assim como também não participaram da elaboração da metodologia utilizada para a realização dos mapeamentos participativos. É comum observar que, frequentemente, os indígenas participam de projetos propostos por agentes externos, a respeito dos quais, muitas vezes, não possuem informações precisas sobre os objetivos e os benefícios ou malefícios que os mesmos podem trazer para suas comunidades. Em muitos casos, estes projetos não representam as expectativas e as prioridades dos povos indígenas envolvidos. Desta forma, percebe-se que, o discurso de incentivo ao protagonismo indígena, proposto pelos governos estadual e federal, priorizando a participação comunitária e a gestão compartilhada nas políticas públicas que envolvam as populações indígenas, ainda necessita ser efetivado na forma de ações concretas, onde os indígenas passem a ter, de fato, autonomia para participar e decidir a respeito das formas mais adequadas de desenvolvimento dos projetos que, de alguma forma, lhes beneficiam.

No entanto, em relação ao “Etnozoneamento em Terras Indígenas” do Acre, mesmo sem entender o significado exato do termo e sem ter participado de sua concepção desde o princípio, os representantes do povo Katukina, em seus depoimentos, o descrevem como uma ferramenta inédita, elaborada pelo próprio povo Katukina, com potencial para ajudá-los de diversas formas, e que já está gerando alguns resultados positivos na TI Campinas/Katukina.

Esse trabalho do etnozoneamento, que nós fizemos juntos, com a participação da comunidade, das lideranças, eu achei muito legal, porque a gente nunca tinha feito um trabalho desses. Hoje a gente vê que está dando certo com a comunidade, com as pessoas que estão mais cientes do nosso

trabalho (Petrônio Rosa da Silva – Toi, AAFI da Aldeia Campinas, Secretário da AKAC).

Nesse trabalho do etnozoneamento a gente trabalhou bastante e descobriu muitas coisas durante as oficinas, construindo os mapas, juntos com todas as lideranças, professores, agentes de saúde, AAFIs, algumas mulheres e os mais velhos (Marcelino Rosa Katukina – Metsa, AAFI da Aldeia Varinawa).

O Etnozoneamento está ajudando muito, porque é mais um documento para nós, feito por nós, isso ajuda bastante. Hoje, graças a Deus, está dando resultado no nosso trabalho (Edilson Rosa da Silva Katukina – Poá, AAFI da Aldeia Samaúma).

O etnozoneamento, também é tido como um documento que ajuda os Katukina a resolverem seus problemas, facilitando o acesso e o diálogo junto aos órgãos competentes. Mas, para que isso aconteça, a comunidade também tem que fazer a parte que lhe cabe, cumprindo com o que foi definido por seus próprios representantes.

Etnozoneamento é tudo isso que a gente está relatando, o que nós construímos com esse trabalho para resolver nossos problemas e colocar na prática. É um documento fundamental que está facilitando a gente a ter acesso para resolver as nossas necessidades junto aos órgãos competentes. O etnozoneamento é um plano muito importante para a gente, que nós agora só temos que cumprir (Rodrigo Pequeno de Souza, AIS da Aldeia Campinas).

Nota-se, então, que, apesar de um certo desconhecimento a respeito do termo, existe a compreensão, por parte dos entrevistados, sobre os potenciais benefícios que podem ser gerados pelo etnozoneamento. No entanto, se o governo estadual tivesse inserido os indígenas no processo de concepção da ferramenta, provavelmente haveria uma maior compreensão, por parte da comunidade indígena, sobre os objetivos, possíveis usos e benefícios que o etnozoneamento pode oferecer.

3.4.2 O acesso e o uso dos produtos gerados pelo Etnozoneamento

A versão final dos produtos gerados na primeira fase do etnozoneamento foi devolvida para a comunidade em junho de 2008, exatamente um ano após a realização da I Oficina. Cada uma das cinco aldeias recebeu um “kit” contendo oito mapas temáticos, dois relatórios e um CD com todas as informações em formato digital. Apesar do “kit” ser composto por uma série de produtos, os entrevistados citam, principalmente, os mapas, em suas falas, nas quais não houve menção aos demais produtos, como os relatórios e o CD. Isto pode ocorrer pelo fato dos mapas serem uma ferramenta visual, mais acessível que os relatórios,

os quais, para se ter acesso, é necessário o domínio da linguagem escrita, enquanto os CDs necessitam de um aparelho apropriado para reproduzi-los. O fato dos indígenas terem participado diretamente da produção dos mapas, e dos outros produtos não, também pode contribuir para que se identifiquem mais com os primeiros em detrimento dos outros. Além dos mapas, o Plano de Gestão também foi citado nos depoimentos indígenas, apesar de ainda não ter sido publicado.

Apesar de nem todos os moradores da TI terem participado da elaboração do etnozoneamento, as informações e os produtos gerados durante o processo foram socializados, por meio de reuniões, que ocorreram em todas as aldeias, logo após a entrega dos produtos realizada pelo governo. Estas reuniões foram relatadas pelos entrevistados de todas as aldeias e, em alguns casos, ocorreu mais de uma reunião por aldeia.

Na minha aldeia, [...], a gente reuniu com a comunidade, explicando a produção do mapa, o que é o etnomapeamento, o etnozoneamento, então teve várias reuniões para a comunidade ficar sabendo qual é a importância do mapa, porque não foi todo mundo que participou das oficinas (Edilson Rosa da Silva Katukina – Poá, AAFI da Aldeia Samaúma).

Quando a gente recebeu os mapas, levamos para a aldeia e fizemos reunião com toda a comunidade para apresentar os mapas, falando sobre a nossa terra indígena. As mulheres e as crianças não sabem o tamanho da nossa terra indígena, quantos igarapés tem, quantas colocações tem. A gente explicou tudo que a gente colocou dentro do mapa [...] Agora, para qualquer pessoa da aldeia Varinawa que você perguntar, ela vai explicando, onde estão os igarapés e tudo (Marcelino Rosa – Metsa, AAFI da Aldeia Varinawa).

Nós da aldeia Campinas, quando recebemos os mapas, a gente sentou com a comunidade para mostrar o que a gente tinha produzido e todo mundo foi de acordo com o trabalho (Levi Pequeno de Souza, professor e coordenador pedagógico da TI Campinas/Katukina).

Depois que os mapas ficaram prontos, nós fizemos reunião com a comunidade para explicar sobre os mapas. Nós fizemos oito mapas diferentes e apresentamos tudinho prá eles. Eu não sei se até hoje eles lembram, mas foi tudo repassado (Petrônio Rosa da Silva – Toi, AAFI da Aldeia Campinas, Secretário da AKAC).

Em relação ao uso dos produtos do etnozoneamento em reuniões internas da comunidade, o AAFI Edilson afirma que o ato de se reunir é um costume antigo dos Katukina. Na TI Campinas/Katukina, existem as reuniões de cada aldeia, mas também existem as reuniões onde todas as aldeias da TI participam. Nessas reuniões são tratados

diversos assuntos e, em algumas ocasiões, são discutidos temas como a gestão territorial e ambiental. Segundo Edilson, já ocorreram por volta de três reuniões gerais, em que os mapas foram apresentados e explicados a todos os moradores da TI.

Desde muito tempo atrás a gente tem o costume de se reunir, é uma prática nossa desde os tempos antigos, que os nossos velhos se reuniam [...]. E hoje a gente não espera que o pessoal do governo venha reunir pela gente, não. Cada aldeia faz as suas reuniões [...]. Às vezes a gente se reúne todo mundo num local só, faz as nossas festas tradicionais, os representantes de todas as aldeias se juntam para discutir gestão ambiental, territorial, uso dos recursos, tudo que trata sobre o nosso território. Já fizemos umas três reuniões no kupixawa onde foram usados esses mapas, para explicar para todos como são esses mapas (Edilson Rosa da Silva Katukina – Poá, AAFI da Aldeia Samaúma).

Entretanto, segundo alguns entrevistados, apesar de terem sido apresentados, os mapas raramente estão sendo utilizados nas reuniões em que são decididos assuntos internos da comunidade.

Acho que ainda ninguém usou esses mapas ainda, aliás a única vez que eu vi usando, foi no início de junho, que nós tivemos uma reunião para preparar um documento solicitando a ampliação da nossa terra e usamos esse mapa para saber os limites da terra (Maurício Silva Souza – Ni'í, Agente de saúde da Aldeia Campinas)

Segundo o cacique Claudêncio, os mapas estão guardados e ainda não foram utilizados na aldeia Masheya. Para ele, os mapas devem ser apresentados com frequência à comunidade, para que, aos poucos, sejam compreendidos por todos.

Por que esse mapa é bom para usar, mas está guardado. Mostrando os nossos mapas, o pessoal vai entendendo as coisas aos poucos [...] O professor, o agente de saúde, podem usar o mapa, que é coisa boa. Quando os mapas chegaram na comunidade, mostraram para todo mundo e depois guardaram. Desde que chegaram os mapas, mudou pouca coisa (Claudêncio, cacique e fiscal da Aldeia Masheya).

Petrônio, AAFI da aldeia Campinas, afirma que, apesar dos mapas terem sido apresentados aos moradores de sua aldeia, até hoje, não viu ninguém utilizando-os. Segundo ele, há um certo desinteresse da comunidade em apropriar-se dos mapas e utilizá-los.

No meu caso, qualquer dúvida que eu tenho, eu vou lá no mapa para saber onde é que ficam as coisas. Mas eu nunca vi outras pessoas da comunidade usando. Por exemplo, os nossos alunos, muitas vezes não sabem onde ficam as coisas e não consultam no mapa. Muitas vezes a gente elabora uma cartilha e quando chega aqui na aldeia ninguém lê, ninguém usa. E os mapas é a mesma coisa, a gente tem, mas não usa. O repasse de informações sobre os mapas deveria ser feito através das aulas e através de oficinas onde a gente mostre os mapas e explique o que a gente sabe. Mas o pessoal também tem que vir procurar, querer saber,

porque o que eu sei, eu repasso para eles. Mas eles não procuram (Petrônio Rosa da Silva – Toi, AAFI da Aldeia Campinas, Secretário da AKAC).

Para que o etnozoneamento passe a fazer parte do cotidiano dos indígenas, é de fundamental importância que os produtos gerados por ele sejam apropriados pelos diversos membros da comunidade. No entanto, apesar de tais produtos terem sido apresentados em reuniões comunitárias, os mesmos ainda não foram apropriados e não estão sendo utilizados pela maioria dos moradores da TI. Isto pode estar ocorrendo, pelo fato do etnozoneamento ser uma ferramenta recente na TI Campinas/Katukina, e, portanto, boa parte da população ainda não teve tempo, ou interesse suficientes, de compreender os usos que podem ser dados aos produtos gerados. Além disto, existe o fato, anteriormente citado, de que o etnozoneamento não é uma demanda que partiu dos próprios Katukina. Assim sendo, existem pessoas na TI que não fazem idéia do que sejam estes produtos e nem quais seriam as suas possíveis formas de utilização. Por outro lado, também existem pessoas que já desenvolveram um discurso bastante elaborado para a sua utilização. Essas pessoas são, na maioria dos casos, os representantes das comunidades que participaram de alguma etapa do etnozoneamento. E, portanto, são elas que possuem a responsabilidade de repassar o conhecimento adquirido para os demais.

Observa-se, que, há uma grande diferença da apropriação dos produtos entre as diferentes aldeias, assim como, dentro de uma mesma aldeia, há diversos níveis de apropriação por parte de seus moradores. No entanto, mesmo que os produtos do etnozoneamento não sejam utilizados diretamente por todos os habitantes da TI, pode-se considerar que o seu processo de construção, no qual reuniu-se uma parcela significativa de lideranças Katukina para discutir e se debruçar sobre a questão da gestão ambiental e territorial, já é um resultado em si mesmo, pois, ao longo do processo, os participantes produziram e absorveram uma grande quantidade de informações, que poderão ser utilizadas e repassadas aos demais, conforme as necessidades e conveniência.

Diante dos dados apresentados, conclui-se que, a utilização dos produtos gerados pelo etnozoneamento ainda é bastante incipiente na TI Campinas/Katukina e se dá, principalmente, pelas lideranças e representantes da comunidade que participaram da elaboração da ferramenta. Porém, é possível que, aos poucos, o uso dos produtos vá sendo apropriado pelos outros membros da comunidade, mas, para que isto ocorra, é necessário que as lideranças incentivem os demais moradores da TI a usarem os mapas e o Plano de Gestão, até que esta atividade esteja incorporada nas atividades cotidianas da TI. Sendo assim, é necessário que os representantes da comunidade que participaram de sua

elaboração estejam constantemente apresentando e explicando os produtos aos moradores de suas aldeias. Também é recomendável que, nas atividades desenvolvidas pelos diferentes órgãos governamentais na TI, os produtos gerados pelo etnozoneamento sejam utilizados como base das discussões, incentivando a comunidade a utilizá-los.

3.4.3 Os “guardiões” dos produtos

De forma geral, as lideranças de cada aldeia determinaram que o “kit” do etnozoneamento fosse entregue aos professores ou aos AAFIs das respectivas comunidades. Os “kits” das aldeias Masheya e Bananeira estão com os professores. Na aldeia Samaúma, está com o AAFI Edilson, que os guarda em sua casa.

Os mapas foram entregues para o professor, aí o professor foi embora para o Gregório e agora os mapas estão comigo, tudo lá em casa (Edilson Rosa da Silva Katukina – Poá, AAFI da Aldeia Samaúma).

O “kit” da aldeia Varinawa está com o AAFI Marcelino, pelo fato dele ser considerado o morador com maior conhecimento sobre as questões de gestão ambiental em sua comunidade.

Como eu estou mais avançado nesse trabalho, mais entendendo como é que são os mapas, os caciques acharam que devia ficar comigo, na minha responsabilidade, para eu cuidar desses mapas. Os mapas estão guardados na minha casa, guardados não, a gente está usando, eu pedi uns 20 minutos para o professor para dar uma palestra sobre os mapas e ensinar os alunos (Marcelino Rosa – Metsa, AAFI da Aldeia Varinawa).

No caso da aldeia Campinas, o “kit” foi entregue ao cacique local, que o cedeu para a escola estadual Tamã Kayã (recém construída na TI, como fruto das demandas apontadas no Plano de Gestão), a fim de proporcionar e incentivar a sua utilização pelos professores e alunos. Apesar de reconhecer a importância de se ter os produtos do etnozoneamento na escola central da TI, o coordenador pedagógico da TI acredita que esta foi uma perda para a comunidade da aldeia Campinas.

Infelizmente os mapas da aldeia Campinas estão todos na Escola Estadual Indígena Tamã Kayã. Agora, nas outras aldeias, eles estão com os mapas deles (Levi Pequeno de Souza, professor e coordenador pedagógico da TI Campinas/Katukina).

Percebe-se, então, que as pessoas escolhidas para “guardar” os produtos do etnozoneamento, são aquelas que participaram de seu processo de elaboração e, por isso, possuem um maior conhecimento sobre os mesmos, possuindo, também, o potencial de difundi-los para o restante da comunidade. O fato destes produtos estarem de posse dos professores e AAFIs, demonstra uma expectativa das lideranças de que sejam utilizados

como ferramenta pedagógica nos processos educacionais voltados para a gestão ambiental e territorial da TI Campinas/Katukina.

3.4.4 A representação da realidade por meio dos mapas

Em relação aos produtos gerados na primeira fase do etnozoneamento, os entrevistados, de maneira geral, se mostraram satisfeitos com os resultados apresentados e acreditam que os mapas temáticos representam a realidade da TI Campinas/Katukina, ajudando os seus moradores a localizar e identificar os recursos e as ameaças presentes no território.

[...], então tudo isso foi feito aqui, foi para Rio Branco, eles organizaram, conseguiram juntar o que nós tínhamos feito e veio de volta [...]. Tudo o que nós construímos sobre os mapas aqui no kupixawa, acho que todo mundo acertou, porque está tudo correto nos mapas. Todas as identificações que nós fizemos, onde tem mais caça, onde tem mais peixe, onde tem mais floresta, tudo isso que nós colocamos nos mapas, foi bem representado (Petrônio Rosa da Silva – Toi, AAFI da Aldeia Campinas, Secretário da AKAC).

Ficou muito bom esses mapas aí, os mapas estão identificando tudo mesmo o que tem na terra indígena [...]. Esse mapa não é rascunho não, é original mesmo que saiu o nosso mapa. [...] Os mapas ajudam porque eles mostram aonde tem mais recursos, por exemplo os recursos vegetais, onde tem mais buriti, onde tem mais patoá. A gente vê no mapa, vai lá, pega a semente. Caça também. Agora a gente está trabalhando o monitoramento de caça, sabe onde estão as picadas, igarapé também. O mapa tem me ajudado muito no meu trabalho. Esses mapas é para o futuro também, os nossos velhos registraram todo o conhecimento nesses mapas e os alunos que estão chegando vão poder usar esses mapas. Os mapas são uma ferramenta que nós construímos, agora tem que usar, fazer os documentos para o Governo com base nos mapas (Marcelino Rosa – Metsa, AAFI da Aldeia Varinawa).

O fato dos mapas terem sido elaborados pelos representantes da própria comunidade, e os registros feitos nas línguas katukina e portuguesa, contribuem para que a realidade da TI seja representada de forma compreensível para os Katukina.

O mapa foi um instrumento muito importante que veio para a gente e está servindo para a gente estar se situando, para localizar os nossos recursos (Rodrigo Pequeno de Souza, AIS da Aldeia Campinas).

O mapa do etno tem ajudado bastante o nosso trabalho, a gente sabe onde entram os caçadores, a gente sabe onde tem mais madeira, a gente sabe onde tem as bacias hidrográficas que fazem afluentes com a nossa terra, então tudo isso a gente identifica nos mapas (Edilson Rosa da Silva Katukina – Poá, AAFI da Aldeia Samaúma).

Os mapas também possibilitaram o registro de informações que eram apenas do conhecimento das pessoas mais velhas, e que foram socializadas com os outros moradores da TI, que agora podem localizar estes recursos por meio dos mapas.

Foi muito importante a participação dos mais velhos, porque os mais novos não sabiam os igarapés, as colocações, os caminhos [...] Nesses mapas a gente também descobriu vários problemas – onde estão os caçadores, onde estão tirando madeira, onde tem mais recursos, onde tem mais caça, onde tem menos caça – e conseguimos as soluções para melhorar esses problemas (Marcelino Rosa Katukina – Metsa, AAFI da Aldeia Varinawa).

O AAFI Edilson faz uma relação dos mapas oficiais existentes, e se mostra bastante satisfeito pelo fato de que agora existem também os mapas de sua TI, onde está identificado “tudo o que pertence ao território”. Segundo ele, os mapas da TI também ajudam na comunicação dos Katukina com agentes externos, possibilitando a visualização do território.

Existem vários mapas, mapa do mundo, mapa do Brasil, mapa dos estados e agora o mapa da terra indígena, mapa da aldeia [...] Os mapas que a gente fez ficaram muito bons, porque a gente identificou tudo que pertence ao nosso território, os recursos naturais, os barreiros, igarapés, a entrada dos caçadores, a gente identificou tudo. Qualquer um visitante que chega, e pergunta aonde que está a invasão, a gente já mostra no mapa: tá aqui. Quando a gente não tinha esses mapas, a informação era só na cabeça, às vezes a gente falava e as pessoas não entendiam aonde era [...] Agora quando a gente mostra os mapas, as pessoas entendem na hora (Edilson Rosa da Silva Katukina – Poá, AAFI da Aldeia Samaúma).

Assim sendo, os mapas elaborados durante o etnozoneamento podem ser considerados eficientes ferramentas de diagnóstico e planejamento, que representam a realidade da TI, possibilitando o monitoramento dos recursos ao longo do tempo. Também auxiliam e empoderam o povo Katukina na tomada de decisões relativas à gestão de seu território e no diálogo com os atores e/ou instituições com os quais se relacionam.

3.4.5 O Etnozoneamento enquanto ferramenta pedagógica

Os produtos do etnozoneamento já estão sendo utilizados nas escolas e são vistos pelos Katukina como uma ferramenta com potencial para ser utilizada na educação escolar, como forma de repassar para os alunos as informações que foram registradas ao longo de sua elaboração. Segundo Levi de Souza, professor e coordenador pedagógico da aldeia Campinas, os mapas estão sendo utilizados pelos professores nas escolas das aldeias e também na escola estadual Tamã Kayã.

O Etnozoneamento está funcionando da seguinte forma na aldeia Campinas: primeiramente lá na escola os alunos estão trabalhando com os mapas, os professores estão dando aula, a gente está acompanhando. E também, felizmente, muitos alunos acompanharam quando a gente fez a

produção dos mapas, da gestão territorial e agora eles estão sabendo quais são as áreas de uso, as áreas que são reservadas [...], que ninguém pode estar mexendo por hora. Nas escolas, o professor trabalha com a gestão territorial. Os alunos de quinta a oitava série são lideranças já, agente agroflorestal, fiscal, agente de saúde, AISAN, então eles também já têm o entendimento deles, eles participaram do etnozoneamento (Levi Pequeno de Souza, professor e coordenador pedagógico da TI Campinas/Katukina).

O AIS Rodrigo também afirmou que os mapas já estão sendo utilizados na escola da aldeia Campinas.

Aqui no Campinas os professores usam bastante os mapas, estão sempre incentivando os alunos, explicando sobre o mapa da nossa terra indígena. Antes de ter esses mapas, os mais jovens não sabiam quantos hectares tinha a nossa terra, não sabiam onde ficava a divisão da nossa terra, quantos igarapés tem e, agora, os professores começaram a trabalhar com os nossos mapas, para explicar ponto por ponto para os alunos [...] Hoje a maioria dos jovens aqui da terra indígena são estudantes, só os velhos mesmo ficam em casa, e a gente está batendo forte nessa questão da preservação nas escolas. E hoje a gente vê que nós estamos cuidando mesmo, nossos jovens estão entendendo a nossa realidade (Rodrigo Pequeno de Souza, AIS da Aldeia Campinas).

Outro fato relacionado ao uso dos mapas, relatado pelos entrevistados, foi que, em setembro de 2009, a UFAC promoveu uma atividade na TI, de acompanhamento dos discentes Katukina que estão participando do curso superior indígena, no Campus da UFAC em Cruzeiro do Sul. Segundo alguns entrevistados que acompanharam o curso, direta ou indiretamente, a professora responsável pela atividade solicitou aos seus alunos que lhe apresentassem os mapas, que foram utilizados em diversas atividades por ela propostas.

Desta forma, nota-se que os mapas estão sendo utilizados pelos professores para abordar, junto a seus alunos, a questão da preservação ambiental, inserida no contexto da gestão territorial. Os mapas e o plano de gestão estão sendo utilizados, principalmente, nas atividades e disciplinas relacionadas à questão ambiental, como por exemplo, as aulas de geografia.

Quando eu dou aula de geografia, eu dou aula trabalhando com os mapas [...] Eu ensino meus alunos através desses mapas, que mostram os limites, mostram aonde tem mais entrada de invasores, onde tem mais animais, onde estão os igarapés, os nomes dos igarapés na língua [...] Esse plano que nós fizemos também é muito importante. O cacique fez um plano para os professores trabalharem com os agentes agroflorestais, para ensinar os alunos essas questões dos recursos e do meio ambiente (Nivaldo Rodrigues da Silva Katukina – Maenawa, professor da aldeia Campinas).

Segundo o AAFI Edilson, da aldeia Samaúma, mesmo que os mapas ainda não sejam utilizados com muita frequência, têm o potencial de serem utilizados como ferramenta

educativa nas aulas de gestão ambiental, como forma de identificar e localizar os recursos naturais e as invasões à TI.

Já usei os mapas na escola, [...] pode usar para dar aula de gestão ambiental, falando sobre os recursos. Tem dias que levo os mapas, mostro para as crianças, esse igarapé fica em tal canto, qual a distância, aqui é onde estão entrando os caçadores. [...] eu falo na língua, explico direitinho e as crianças entendem (Edilson Rosa da Silva Katukina – Poá, AAFI da Aldeia Samaúma).

Na aldeia Varinawa, os mapas também estão sendo utilizados na escola, tanto pelo AAFI, quanto pelo professor.

A gente leva esses mapas para a escola, para ensinar os alunos, eu explico para os alunos onde estão os igarapés, os caminhos, colocações. Meu irmão é professor, ele pega os mapas, leva para a escola, explica para os alunos dele e depois me devolve (Marcelino Rosa – Metsa, AAFI da Aldeia Varinawa).

Por meio do Mapa Histórico, o conhecimento dos mais velhos também pode ser repassado para os alunos que, em alguns casos, ainda não conhecem as histórias que foram contadas por eles durante as oficinas e reproduzidas em forma de mapas e desenhos. Assim, os mapas colaboram no diálogo entre gerações.

Os mapas foram produzidos mostrando onde os nossos antepassados moravam, onde tinham os acampamentos, as colocações, os pontos de caçadas, que a gente, os jovens, não conhecia. A gente fez aquilo baseado nas histórias dos mais velhos, que conheciam, e a gente reproduziu. E agora a gente está conhecendo pelos mapas que a gente está estudando, vendo da onde eles saíram, onde eles ficavam, de onde eles vieram para a margem da BR 364. Isso a gente está passando para os alunos e pode ajudar bastante aos alunos a ter um conhecimento que eles não sabiam e que está no mapa, na qualidade que os antigos passaram (Levi Pequeno de Souza, professor e coordenador pedagógico da TI Campinas/Katukina).

Nilo, cacique da aldeia Varinawa acredita que a tradução dos produtos do etnozoneamento para a língua indígena facilita o ensino, possibilitando uma melhor aprendizagem por parte dos alunos.

Pedi para os professores da aldeia Varinawa trabalharem com os mapas na escola, explicar na nossa língua para os alunos, porque dentro da nossa terra tem muita coisa boa para eles aprenderem. O plano de gestão também é muito importante que seja ensinado para os alunos. Eles precisam ter esse conhecimento desde pequenos. Quem não sabe, tem que saber, tem que aprender sobre gestão. Agora o plano está sendo traduzido para a língua *Noke Koi* e vai ficar mais fácil de ensinar na escola (Nilo, cacique e fiscal da Aldeia Varinawa).

O professor Nivaldo, também acredita que a tradução dos materiais para a língua indígena é fundamental para a aprendizagem dos alunos.

Cada vez mais nós fortalecemos o nosso idioma e a nossa cultura. É importante que meus alunos entendam a língua materna [...] Por isso eu faço correção dos documentos que foram produzidos e faço a tradução na língua indígena, porque isso é muito importante para melhorar o entendimento dos alunos (Nivaldo Rodrigues da Silva Katukina – Maenawa, professor da aldeia Campinas)

Baseando-se nos depoimentos acima, pode-se afirmar que os mapas temáticos e o plano de gestão, são potenciais ferramentas pedagógicas para abordar a questão da gestão territorial em suas múltiplas esferas. Mesmo que ainda não sejam utilizados com muita frequência na escola e/ou em outras instâncias, os produtos do etnozoneamento são tidos como uma ferramenta que detêm importantes informações, podendo ser um valioso auxiliar no processo educacional, tornando-se um importante instrumento de defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico, cultural e intelectual do povo Katukina. Não obstante, o processo de elaboração do etnozoneamento e a participação nas oficinas são vistos pelos Katukina como uma oportunidade de adquirir e aprofundar conhecimentos. Mesmo que as pessoas não entendam bem o assunto ou não tenham pleno domínio da língua portuguesa, na ocasião das oficinas, têm a possibilidade de aprender, participar e tirar dúvidas com os participantes que possuem maior conhecimento. Durante a confecção dos mapas, os Katukina tiveram a oportunidade de aprender e reafirmar seu conhecimento sobre o seu território e a distribuição dos recursos naturais, assim como, sobre as histórias, mitos e práticas de sua cultura tradicional.

3.4.6 Os Agentes Agroflorestais Indígenas e a gestão territorial

As discussões sobre gestão ambiental e territorial entre os Katukina do Campinas não são uma prática recente, uma vez que começaram a ser inseridas no cotidiano da comunidade, no ano 1999, com a participação de representantes da TI nos cursos de formação de agentes agroflorestais indígenas, oferecidos pela CPI-AC.

Edilson, que vem recebendo formação pela CPI-AC desde 2002 e participou de oficinas de etnomapeamento em outras TI, como a TI Poyanawa e a TI Rio Gregório, afirma que o trabalho de AAFI é muito importante, no sentido de ajudar a comunidade a pensar em novas formas de manejo, visando a sustentabilidade dos recursos florestais para as futuras gerações. Segundo ele, o aprendizado de novas técnicas, adquirido durante os cursos de formação, está sendo aplicado há mais de dez anos na TI e tem colaborado para a preservação dos recursos.

E agora, desde o primeiro curso que eu participei até hoje, a comunidade está consciente, e não coloca mais roçado na beira do igarapé, nem nas cabeceiras de igarapé [...] porque a nossa maior riqueza, a gente mesmo

estava destruindo. Medicinas tradicionais, palheiras, frutas, madeira, a gente derrubava e acabava por ali mesmo, e agora não, agora mudou mesmo, já faz uns oito anos que a gente nunca mais colocamos roçado em mata virgem, porque já temos uma área grande de capoeira e todos os anos a gente coloca roçado só na capoeira.

E o trabalho do agente [agroflorestal] hoje, também não é só plantar, é trabalhar na fiscalização e vigilância do nosso território. Orientar a comunidade sobre o manejo e orientar também o pessoal do entorno, que são os vizinhos, os caçadores. Eu também trabalho o controle de lixo dentro da minha comunidade. Fazer reunião, articular o trabalho junto com a comunidade, esse é o trabalho que eu faço junto com os professores, os agentes de saúde, os fiscais e a comunidade em geral. Também trabalho com os alunos, repassando o meu aprendizado para eles, e isso é muito importante. Hoje os AAFIs e os professores são os mensageiros, a gente leva a mensagem para fora e traz a informação de fora para dentro da comunidade (Edilson Rosa da Silva Katukina – Poá, AAFI da Aldeia Samaúma).

Assim como Edilson, o AAFI Petrônio afirma que o seu trabalho vai muito além do plantio de árvores, e que cabe aos AAFIs, realizarem a educação ambiental junto à comunidade.

O nosso trabalho de agente agroflorestal indígena não é só plantar as frutíferas, a gente trabalha também na organização, na política. Eu trabalho no monitoramento ambiental, piscicultura, avicultura das galinhas caipiras, ajudo também nas avaliações da comunidade, pesca comunitária, caçada comunitária, educação ambiental na escola, tudo isso a gente vem participando junto com a nossa comunidade. No caso dos agentes agroflorestais, o principal é trabalhar a questão do meio ambiente. Eu sempre oriento a comunidade para conscientizar, explicar as leis e a comunidade vai entendendo.

A questão dos recursos naturais, nos primeiros anos, a gente não tinha esses conhecimentos, a gente desmatava na beira da BR, fazia roçado na beira dos igarapés, colocava muito tingui nos igarapés, nos igarapés, quando ia para as caçadas matava a mãe e trazia o filhote. Hoje não, através dessas reuniões, oficinas e cursos, que a gente participa, melhorou bastante, porque a maioria dos homens participam dessas reuniões e foram aprendendo (Petrônio Rosa da Silva – Toi, AAFI da Aldeia Campinas, Secretário da AKAC).

O papel dos AAFIs não é meramente técnico, é também um papel político e educativo, que objetiva o repasse para a comunidade, dos aprendizados adquiridos no exterior da TI. Sendo assim, a presença dos AAFIs já vem contribuindo, há mais de dez anos, para as discussões sobre gestão ambiental e territorial na TI Campinas/Katukina. Segundo os AAFIs entrevistados, antes de iniciarem sua formação e trazerem novos conceitos de gestão para compartilhar com os demais moradores da TI, os Katukina tinham práticas de manejo que não eram compatíveis com a sustentabilidade ambiental do território. O etnozoneamento, por sua vez, possibilitou que estas discussões fossem fortalecidas durante o seu processo de elaboração e, atualmente, estas práticas estão sendo revistas e repensadas pela comunidade da TI. Fica assim evidente que, a formação e capacitação de recursos

humanos indígenas para que assumam o controle dos seus territórios e de seus próprios projetos de desenvolvimento, são elementos fundamentais para a construção de mecanismos eficientes de gestão territorial das TIs. Seria interessante que o governo estadual investisse na capacitação de mais membros da comunidade para realizar a gestão territorial, proporcionando, com isso, uma maior autonomia comunitária nas ações relacionadas à sustentabilidade ambiental de seu território.

3.4.7 A busca pela Sustentabilidade

Atualmente, por motivos já descritos ao longo da dissertação, a população Katukina encontra-se “encapsulada” em um território limitado, bastante menor que os territórios por eles ocupados e utilizados originalmente. Observa-se, então, que o manejo ambiental, outrora intrínseco à cultura e ao modo de vida Katukina, vem sendo abalado por uma série de pressões, tanto internas, quanto externas à TI. Diante desta situação, práticas de manejo ditas tradicionais, utilizadas num passado onde não haviam limites territoriais definidos, passaram a degradar os recursos naturais de seu agora reduzido território.

Quando a gente não tinha a terra demarcada, a gente mudava, morava num rio, ia para outro rio, aqui e acolá, a gente não tinha lugar certo [...] como aqui já foi demarcado, não tem mais como a gente sair daqui para outro lugar. Então nós temos que cuidar desse lugar [...] Hoje, o pensar do povo Katukina, é pensar mais no futuro, não pensar só no presente. Acho que, no futuro, os Katukina vão enfrentar algumas dificuldades, porque hoje a nossa terra é cercada, a bem dizer, pelo assentamento do INCRA, de um lado é a Reserva Extrativista do Rio Liberdade e, embora a gente não esteja caçando, o pessoal do entorno está chegando cada vez mais. E também, o maior problema que a gente enfrenta é que a estrada passa dentro da nossa terra indígena [...]. É um problema que já estamos enfrentando e que vai continuar, nossos filhos vão sofrer mais ainda, porque a estrada é permanente e o povo Katukina é permanente. Então, a gente tem que saber planejar como vamos se virar diante desta situação. E o plano de gestão está ajudando a gente a colocar essas idéias em ordem (Edilson Rosa da Silva Katukina – Poá, AAFI da Aldeia Samaúma).

A nossa terra é pequena, se a gente não cuidar, ninguém vai cuidar prá nós não [...] A gente incentiva os alunos, os pequenos também, a cuidar da nossa terra, que se a gente não se preocupar hoje, daqui a uns cinco, dez anos, eles não vão conhecer o que a gente está conhecendo hoje. Que nem nós jovens, a gente não conhece mais as coisas que teve os antepassados, que os antigos conheciam, que tem várias caças que foram extintos, vários peixes extintos, tem ave que até hoje a gente não chegou a conhecer, que foi extinto já. Então, a gente está trabalhando todos na gestão territorial, que a gente cuida das coisas, pra que eles cheguem um dia a conhecer também (Levi Pequeno de Souza, professor e coordenador pedagógico da TI Campinas/Katukina).

No futuro, a nossa maior preocupação, do cacique, dos professores, dos agentes agroflorestais, da comunidade, é que, se a gente só destruir o que nós temos aqui, e não pensar para o futuro, os nossos filhos não vão ver mais as coisas como era antes. O nosso maior objetivo, o nosso maior sonho é trabalhar, preservar e manejar os nossos recursos naturais para que as nossas crianças, os nossos jovens, os nossos alunos, nossos filhos, possam ver a floresta como ela é. Essa é a grande intenção do nosso trabalho. Se a gente continuar só destruindo, nossos filhos não vão saber o que é um jabuti, o que é veado [...] Para [essas espécies] não ficar extintas, tem que trabalhar mesmo para ter no futuro. Se a gente trabalhar em cima disso, eu acredito que a terra agüenta para o futuro e a caça vai aumentar (Petrônio Rosa da Silva – Toi, AAFI da Aldeia Campinas, Secretário da AKAC).

A discussão sobre sustentabilidade ambiental, visando a manutenção dos recursos, para as futuras gerações, vem sendo cada vez mais presente entre as demandas do povo Katukina. O fato da TI ter um limite determinado, com pequenas chances de ser ampliada, tem se tornado motivo de preocupação, uma vez que a população está crescendo exponencialmente e a escassez dos recursos naturais tem se tornado evidente na TI. Neste contexto, já está claro para os Katukina do Campinas a necessidade do “cuidado” com a terra, de modo que continuem tendo qualidade de vida no interior de seu território. Tanto os mapas temáticos, quanto o plano de gestão da TI, estão colaborando neste processo, uma vez que, propiciaram a discussão a respeito do tema e, a elaboração de acordos para o uso do território, visando a sua sustentabilidade.

3.4.8 As mudanças de comportamento em relação ao uso dos recursos naturais

Com a realização do etnozoneamento, já começaram a ser observadas mudanças significativas nas ações dos moradores da TI em relação ao uso dos recursos naturais. Percebe-se que as formas tradicionais de manejo dos Katukina estão sendo modificadas ao longo do tempo, objetivando uma maior sustentabilidade destes recursos.

Mudou bastante coisa depois que o etnozoneamento começou a ser feito na terra indígena. Coisas que vinham acontecendo há alguns anos atrás, hoje mudou muito. É como eu falei, mudou desde caçada, de pesca, o uso de madeira, palheira, isso tudo mudou bastante, através do etnozoneamento, fez uma diferença muito grande (Edilson Rosa da Silva Katukina – Poá, AAFI da Aldeia Samaúma).

Desde que começou o etnozoneamento, já mudou muito, a gente discutiu muito com cada aldeia, que nós mesmos estamos destruindo a nossa floresta, as caças, os peixes, pescando com tinguí, caçando com cachorro. Agora mudou, os peixes tão aumentando, as caças estão chegando mais perto da aldeia (Marcelino Rosa – Metsa, AAFI da Aldeia Varinawa).

Nas oficinas de etnozoneamento, um dos temas mais recorrentes, foi o decréscimo da disponibilidade dos recursos faunísticos no interior da TI, ocasionado pelo grande crescimento da população Katukina nos últimos anos, o que, conseqüentemente, aumenta a demanda sobre esses recursos. Outros fatores que contribuem para a sua diminuição, são as freqüentes invasões de caçadores e pescadores não-índios, e o tráfego de veículos na estrada, espantando as caças para longe das aldeias localizadas nas margens da rodovia. Por este motivo, os moradores de algumas aldeias fizeram um acordo interno para diminuir a pressão sobre a caça e a pesca e, em alguns casos, até pararam de pescar e/ou caçar.

E infelizmente, a gente não caça e nem pesca mais, a gente está tirando do mercado direto. Na aldeia Campinas não estamos mais caçando, em lugar nenhum, nas outras aldeias eles ainda estão caçando [...] Depois que começou o Etnozoneamento eu notei uma diferença muito grande [...], as caças estão aumentando mais e estão chegando mais próximas das aldeias. Os peixes também está aumentando [...] E a gente vê que está tendo resultado (Levi Pequeno de Souza, professor e coordenador pedagógico da TI Campinas/Katukina).

Primeiro nós caçávamos bastante aqui ao nosso redor mas, depois que começamos a mexer com esse negócio de plano, nós paramos de caçar, de pescar. Nós estamos vivendo mesmo das frutas, dos legumes e dos alimentos do mercado, agora. Depois que fizeram as oficinas, a gente está preservando mais a nossa terra, remanejando [...] Nós fizemos um acordo com a comunidade para ficar três anos sem mexer naquele igarapé, manejando. Não pode pescar, não pode colocar oaca. Nós paramos de caçar na nossa terra indígena [...] Aqui na aldeia Campinas é difícil do pessoal caçar, porque os caciques não deixam mais a gente caçar de cachorro, não deixam mais nem com a espingarda. Aí os animais já estão vindo perto (Nivaldo Rodrigues da Silva Katukina – Maenawa, professor da aldeia Campinas).

Todo dia a gente caçava e matava os animais da nossa floresta e cada vez mais ia acabando com esses animais e, por essa razão, a gente cobrou do Estado a construção de açude em cada aldeia. O açude ajudou bastante a comunidade. Quando não tinha açude o costume da gente era pescar nos rios, lagos e igarapés. Agora a gente pesca no açude, um pessoal também compra no mercado, e a caça começou a voltar. Estamos com um ano que a gente não caça na nossa aldeia, para ver se a caça aumenta mais um pouco. Hoje a gente entra na mata uns 15 minutos e vê umas trilhas de porquinho, de veado, onde a gente não via, porque caçava muito com cachorro. É como diz o nawá: cachorro bom acaba com a caça e cachorro ruim espanta a caça (Edilson Rosa da Silva Katukina – Poá, AAFI da Aldeia Samaúma).

É importante ressaltar que não há consenso entre os habitantes da TI, a respeito da percepção de insustentabilidade de algumas das práticas por eles adotadas. Apesar das discussões sobre gestão ambiental já estarem em pauta há alguns anos, não são todos que

concordam em adotar as novas práticas de manejo propostas e, muitos o fazem, apenas por uma imposição das lideranças. Mesmo percebendo que a adoção destas práticas está contribuindo para o aumento dos recursos faunísticos, diversos membros da comunidade apresentam um certo descontentamento relacionado ao fato das lideranças proibirem-nos de caçar e pescar em determinadas áreas da TI. Um fato preocupante relacionado a esta situação, é que estas novas práticas acarretam em alterações nos hábitos tradicionais Katukina, como por exemplo, a pesca com tingui, que consiste num importante momento de interação comunitária, extremamente apreciado por todos, assim como as caçadas, que sempre foram de relevante importância para o povo Katukina. O fato de estarem deixando de praticá-las, com o tempo, pode resultar em significativa perda cultural.

A gente tem a consciência de que não pode mais caçar muito com cachorro [...] A gente pegava filhotes de animais, trazia para casa, às vezes morria, e hoje a gente não faz mais isso. Quando a gente vê animais com filhote a gente não mata, deixa lá para se criar, ou mata só a mãe e deixa o filhote ir embora (Rodrigo Pequeno de Souza, AIS da Aldeia Campinas).

Eu não caço mais, mas tem umas pessoas que ainda caçam de vez em quando e eles dizem que está chegando caça próximo da aldeia, queixada, porquinho. Então eu acho que está chegando mesmo, porque se faz mais de um ano que a gente não caça mais, deve estar chegando mais perto. E se as pessoas falam, a gente acredita nas pessoas (Petrônio Rosa da Silva – Toi, AAFI da Aldeia Campinas, Secretário da AKAC).

Outra coisa que melhorou bastante na minha aldeia é o uso do tingui, que é um veneno para matar peixe. Eu não vou dizer que acabou, eu vou dizer que a gente maneirou, porque é muito difícil de acabar [...] A gente colocava esse veneno nos igarapés, as vezes 10, 15 sacos no igarapé e acabava com todos os peixes [...] E hoje, desde aquele trabalho que a gente fez aqui durante o Etnozoneamento, a gente não colocou mais veneno no nosso igarapé. E hoje você chega nos poços, é “frevilhado” de piaba [...] (Edilson Rosa da Silva Katukina – Poá, AAFI da Aldeia Samaúma).

Nós estamos remanejando para as caças chegarem mais perto. A gente está notando que as caças estão chegando mais perto. Hoje tem caça onde antes não tinha. Quando alguém sai para dar uma volta na mata, vê rastro de porco, de veado. Mesmo os peixes estão aumentando, a gente não pesca mais de tingui, paramos de plantar tingui. Então para mim, a gente está contribuindo já. Dentro desse zoneamento nós já fizemos muita coisa, nós estamos ajudando, a gente está preservando. O roçado ninguém coloca mais na beira da estrada e nem na beira do igarapé. Agora os roçados são todos na terra firme (Maurício Souza – Nií, AIS da Aldeia Campinas).

A preocupação com o manejo sustentável dos recursos vegetais também fica evidente no depoimento de Edilson.

De primeiro derrubavam muita árvore frutífera nativa para tirar fruta [...] E agora com esse trabalho nosso, a gente não derruba mais as frutíferas, tem que dar um jeito de subir, trepar, para tirar as frutas, porque se a gente derrubar, se acaba [...] Aqui na nossa terra indígena não tem quase palheira, o que tinha mais próximo da nossa aldeia, nossos velhos já acabaram, porque não tinham esse conhecimento de como manejar. Hoje para tirar uma palha, a gente ainda derruba algumas, mas só as mais altas, que a gente não consegue fazer o manejo. Aquelas mais baixas a gente faz uma escada, dá um jeito de subir e fazer o manejo (Edilson Rosa da Silva Katukina – Poá, AAFI da Aldeia Samaúma).

A percepção de que o território que habitam atualmente é finito, tem feito com que os moradores da TI Campinas/Katukina se articulem, adotando novas práticas de manejo, que visam a manutenção dos recursos, para as presentes e futuras gerações. De forma geral, é notada uma grande diferença em relação ao uso e manejo dos recursos naturais na TI, desde que se iniciou o etnozoneamento. Assim sendo, pode-se afirmar que, o uso desse etnoinstrumento pode ser caracterizado como um processo técnico-político que fornece aportes metodológicos e sociais para contribuir na gestão territorial das terras indígenas.

Durante o processo do etnozoneamento, as lideranças com maior conhecimento sobre as questões ambientais, tiveram a oportunidade de repassar seus conhecimentos para os demais e, assim, houve um aprofundamento na discussão sobre as práticas de manejo consideradas prejudiciais e/ou insustentáveis. Muitas dessas práticas estão sendo repensadas pelos Katukina do Campinas, e já estão sendo modificadas com o intuito de se alcançar uma maior sustentabilidade dos recursos, com vistas à sobrevivência da população indígena na TI. Exemplos disso são a redução e o controle sobre as atividades de caça e pesca e, a definição de áreas de refúgio de caça e pesca instituídas na TI com o objetivo de recuperar e aumentar a população faunística do território. Estes fatos confirmam a afirmação de Correia (2007) que, dentre os propósitos dos instrumentos de planejamento, estão modificar o comportamento dos povos indígenas com base nas noções de preservação e conservação ambiental e, proporcionar o manejo sustentável dos recursos naturais pelos povos indígenas em suas terras.

3.4.9 Alternativas para a produção alimentar

Para garantir a sustentabilidade dos recursos naturais de seu território, os Katukina também vêm adotando práticas como a criação de animais domésticos e silvestres, a construção de açudes para a criação de peixes e, a implantação de uma cooperativa que comercializa produtos alimentares na TI, visando, com isso, minimizar a pressão sobre os recursos florestais.

O uso dos recursos melhorou bastante depois que nós fizemos o mapa e o plano de gestão, construção de açude, compra de alevino, compra de pinto, essas coisas ajudaram muito. A gente está com uma cooperativa na aldeia e está oferecendo carne para a comunidade. Depois que a gente fez essa cooperativa, a gente parou de caçar, de pescar e as caças estão chegando mais para perto. A maioria das famílias está fazendo criação de animais domésticos (Levi Pequeno de Souza, professor e coordenador pedagógico da TI Campinas/Katukina).

Nós paramos com a caçada e, para ter um pouco mais de facilidade, nós criamos uma pequena cooperativa aqui na aldeia Campinas, com os produtos básicos, frango, peixe, carne [...]. Essa cooperativa que temos agora, a gente fez com o nosso próprio recurso, mas vimos que é uma prioridade fundamental para a comunidade e pedimos apoio do estado para ele construir uma sede aqui dentro para a gente, e abastecer com mercadoria. Depois que abastecer, a gente mesmo vai cuidar. E essa nova cooperativa seria para a terra indígena toda (Rodrigo Pequeno de Souza, AIS da Aldeia Campinas).

Também no âmbito da sustentabilidade alimentar, os Katukina acreditam que o governo deve apoiar a população indígena na produção e criação de animais domésticos e silvestres.

Nós estamos pensando no futuro de fazer cobrança do Governo para ajudar a gente nas criações de galinha, de peixe, de animais silvestres, para que, no futuro, a gente tenha o que comer. A criação de capivara, essa é para o futuro, a gente tem que pensar no futuro. O Governo está apoiando a gente na segurança alimentar, então nós temos que falar que os Katukina estão impactados pela BR, por causa da BR nós não temos caça, não temos peixe, então o Governo tem que ajudar a gente com a criação de animais. Tem que responder o nosso pedido (Marcelino Rosa Katukina – Metsa, AAFI da Aldeia Varinawa).

Há alguns anos, como resultado das medidas mitigadoras dos impactos gerados pela BR-364, o Governo Estadual construiu açudes em todas as aldeias da TI. No início, a produção de peixes era apenas para o consumo interno da comunidade, mas, com o sucesso alcançado na produção, os moradores da TI já estão comercializando o pescado produzido. A partir desta experiência bem sucedida, estão se articulando para a construção de mais açudes e para a compra de alevinos, com o objetivo de dar continuidade à produção.

Precisamos de mais açude, porque se o Governo fizesse mais açudes, [...] daqui a uns dois anos, nós não vamos precisar pescar nos lagos e igarapés e nem ir no mercado, nós vamos usar o que é nosso, o que nós criamos e podemos usar. Esse plano vai ajudar muito o povo Noke Koi, eu acho que daqui mais dois anos nós vamos estar muito melhor. Os lagos vão estar povoados, vai ter mais criações de avicultura, de animais [...] Porque o que nós mais precisamos melhorar bastante é a alimentação para o nosso povo, porque está pouquíssima a nossa alimentação aqui. (Nivaldo Rodrigues da Silva Katukina – Maenawa, professor da aldeia Campinas).

O peixe sempre foi para o consumo interno da comunidade e nunca tivemos o pensamento de vender esses peixes fora da terra indígena. Ano passado nós vendemos 300 tambaqui e com o dinheiro compramos mais alevinos. Conseguimos R\$ 10.000 com o Governo do Estado para comprar mais alevinos. Fizemos um projeto para o VIGISUS, e com o dinheiro construímos outro açude aqui na aldeia e colocamos 20.000 alevinos (Petrônio Rosa da Silva – Toi, AAFI da Aldeia Campinas, Secretário da AKAC).

Diante da escassez dos recursos naturais, a busca por alternativas para garantir a segurança alimentar na TI tem se mostrado cada vez mais necessária, sendo apontada constantemente nas discussões internas da comunidade. Durante a elaboração do Plano de Gestão Territorial, essas alternativas foram registradas e apresentadas como demandas para o governo estadual, que deverá levá-las em consideração na elaboração dos projetos produtivos que beneficiarão a comunidade Katukina. Algumas dessas iniciativas já foram implementadas na TI com o apoio do governo, no âmbito do plano de mitigação dos impactos gerados pela BR-364 e até mesmo como fruto do etnozoneamento. No entanto, por falta de acompanhamento e assistência técnica, os Katukina enfrentam muitas dificuldades para dar continuidade a esses projetos. Desta forma, para que os projetos de produção tenham êxito, é fundamental que atividades de assistência técnica qualificada sejam contempladas como parte integrante destes projetos.

Também é importante lembrar que, a adoção dessas novas práticas em substituição às práticas tradicionais de obtenção de alimento, pode acarretar em graves perdas culturais para os Katukina. Mas, diante da situação em que se encontram atualmente, a criação de animais em cativeiro pode ser uma das únicas alternativas viáveis, considerada mais sustentável que a compra de alimentos no exterior da TI.

3.4.10 Os invasores

Os Katukina afirmam que a proteção territorial e a manutenção dos recursos naturais não dependem apenas dos habitantes da TI. As constantes invasões ao seu território e a ausência de ações dos órgãos governamentais para coibir essas ameaças, têm prejudicado bastante a sustentabilidade dos recursos na TI. O Mapa de Invasões, gerado durante o etnozoneamento, tem registrado os pontos mais vulneráveis da TI, com maior incidência de invasões e, portanto, esse mapa pode auxiliar no processo de fiscalização.

Cada família do entorno tem a sua propriedade, depois que eles destruíram e desmataram tudo que era deles, eles querem entrar na nossa terra indígena. Isso não é legal. [...] Dentro do plano de gestão, nós deixamos área de refúgio de caça, onde hoje está tendo grandes invasões. Nossa parte nós estamos fazendo e os não-índios estão entrando para caçar e, cada vez mais, tirando os nossos recursos. Isso deixa a gente preocupado,

porque a gente faz um trabalho importante para nós e aí a pessoa vem de fora e tira os nossos recursos [...]. Cada um que mora aqui dentro, tem o direito de proteger a nossa terra, nós estamos preservando o que é nosso, para ter no futuro. O maior problema que a gente enfrenta hoje é essa questão da invasão (Petrônio Rosa da Silva – Toi, AAFI da Aldeia Campinas, Secretário da AKAC).

Nós estamos trazendo carne da cidade para preservar a nossa caça e ver se aumenta. A nossa floresta agora está em paz e livre, nós temos essa consciência de preservar, mas os brancos não tem. Ainda não temos como resolver o problema com o pessoal do entorno, porque enquanto nós estamos preservando, eles vem por trás tirando. Não sei que órgão competente pode ajudar a gente a minimizar isso. Já falamos com IBAMA, Polícia Federal, mas eles nem apareceram por aqui. Um dos pontos que a gente está enfraquecido é essa questão das invasões (Rodrigo Pequeno de Souza, AIS da Aldeia Campinas).

É evidente que os Katukina têm juntado esforços no sentido de proteger o seu território das invasões, mas têm encontrado grandes dificuldades na execução desta atividade, devido a inoperância dos órgãos responsáveis pela fiscalização e proteção das TIs. Em muitos casos, os moradores da TI chegam a receber ameaças de morte dos não-índios que habitam o entorno da TI. Em 2005, houve um grave conflito entre os Katukina e os moradores do entorno, no qual um Katukina foi assassinado. Assim sendo, a fim de se resguardar a integridade física dos indígenas, as ações de fiscalização empreendidas pelos moradores da TI, necessitam ser realizadas em parceria com os órgãos responsáveis pela proteção das TIs, como a FUNAI, o IBAMA, o IMAC e a Polícia Federal.

Em algumas aldeias já tem o trabalho de fiscalização, mas o que falta é o acompanhamento dos órgãos, no caso do IBAMA, do IMAC, da Polícia Federal, porque já tem algumas pessoas capacitadas pelo IBAMA, mas tem muito problema de invasão, de nawá entrando aqui bêbado. Já teve caso até de morte por causa disso aqui na terra indígena (Edilson Rosa da Silva Katukina – Poá, AAFI da Aldeia Samaúma).

A gente sempre ia fiscalizar a nossa terra indígena, mas nós recebemos muitas ameaças por causa do nosso trabalho de fiscalização. Fizemos reunião com o pessoal do ramal 2 do assentamento e eles prometeram que não iam caçar mais aqui dentro, fizemos acordo com eles e depois de três meses eles continuaram caçando. Os órgãos responsáveis pelo meio ambiente e o governo do Acre tem que se preocupar mais com isso, fazer parceria, porque a nossa parte a gente está fazendo, agora falta eles fazerem a parte deles para evitar a invasão da nossa terra [...] Procuramos as pessoas responsáveis do meio ambiente, como o IMAC, IBAMA e demais pessoas que nunca tomaram providência [...] É muito difícil da gente trabalhar para combater a invasão na nossa terra. Para combater, essas instituições têm que ser parceiras da AKAC e da comunidade. Se eles não explicarem a lei para a comunidade do entorno, eles são analfabetos e não conhecem a legislação ambiental, então eles sempre vão entrando. Se eles conhecessem a lei, eles não entrariam na terra indígena, porque a lei diz

que é proibido entrar pessoa estranha na terra indígena (Petrônio Rosa da Silva – Toi, AAFI da Aldeia Campinas, Secretário da AKAC).

Além das atividades de fiscalização, também deve ser realizado um trabalho de conscientização com os moradores do entorno, que são os principais invasores da TI e não possuem nenhuma noção de legislação ambiental. Desta forma, é recomendável que as ações empreendidas pelo governo do estado na TI Campinas/Katukina sejam integradas a outras ações, que devem ser desenvolvidas fora das terras indígenas, pois, de nada valerá a implementação de um plano de gestão territorial entre os Katukina, se não forem desenvolvidas ações de educação ambiental entre os moradores do entorno, que continuamente invadem esta TI praticando a caça e a pesca predatórias, e a retirada ilegal de madeira. Além disso, também no sentido de minimizar as invasões à TI, devem ser previstas pelo governo estadual, atividades produtivas, de produção de alimentos e geração de renda, que auxiliem na sustentabilidade dos territórios e populações do entorno.

3.4.11 O Plano de Gestão

O fato de o plano de gestão ter sido colocado no papel possibilitou uma melhor compreensão das necessidades do povo Katukina do Campinas, tanto internamente (por parte dos próprios Katukina), quanto externamente (por parte do governo e demais parceiros), fazendo com que os acordos internos e externos sejam cumpridos com maior rapidez e agilidade. Um exemplo de que as demandas do povo indígena foram identificadas internamente, pode ser observado nos depoimentos de Fernando e Edilson.

Esse estudo serviu também para a gente valorizar o nosso território, que é o plano de gestão. Isso para mim foi um salto muito grande dentro da nossa organização interna. Esse plano de gestão não vai servir só para nós. Hoje está servindo para a minha geração, mas amanhã outra geração virá e vai seguir o mesmo plano de uso. Então esse trabalho para nós, através de outros projetos de vida, do etnozonoamento, da própria organização interna da comunidade, está trazendo muita força para o povo Noke Koi. Então agora o que resta é a gente fazer o controle social e também cuidar com o maior respeito dos rios, da floresta, medicina, caça, pesca, tudo nós vamos cuidar. É prá isso que existe esse plano de uso (Fernando Rosa Katukina, cacique geral da Terra Indígena Campinas/Katukina).

Para o futuro, a intenção da gente é ter mais açudes, com mais criação de peixe em cada aldeia, mais criatórios de animais silvestres, que já estão no plano de gestão, como criação de capivara, criação de quelônios e outros animais. Também queremos recuperar as áreas de capoeira que foram destruídas pelos nossos velhos pais e pela gente mesmo, quando ainda não tinha conhecimento. Transformar essas áreas em floresta, do jeito que a natureza deixou para a gente. (Edilson Rosa da Silva Katukina – Poá, AAFI da Aldeia Samaúma).

O Plano de Gestão também auxilia a comunidade a identificar as ações que já foram realizadas e as que ainda precisam ser realizadas na TI.

A coisa importante que esse plano de gestão trouxe para a gente é saber o que já foi feito, o que não foi feito. Ainda falta muita coisa para fazer aqui nessa terra indígena e eu espero que as coisas que não estão feitas comecem a avançar para o povo Noke Koi (Nivaldo Rodrigues da Silva Katukina – Maenawa, professor da aldeia Campinas).

O etnozoneamento também é visto pelo AIS Rodrigo como uma forma de dar credibilidade ao trabalho do agente de saúde perante a comunidade. O Plano de Gestão está sendo utilizado por ele para orientar a comunidade na gestão dos recursos naturais e isto está trazendo um resultado positivo na manutenção e preservação desses recursos.

Com esse etnozoneamento que a gente fez na nossa terra indígena a gente está com um avanço muito grande, porque antes o pessoal não acreditava no agente, achavam que a gente estava fazendo as coisas individualmente. Na realidade o pessoal está vendo que estamos tendo um produto muito positivo, as caças estão voltando para perto das nossas aldeias, o pessoal está usando menos tingui, os yara [não-índios] estão invadindo menos a nossa terra indígena. Também estamos colocando o plano de gestão em prática e nós estamos orientando a comunidade em cima do plano de gestão, para preservar os recursos naturais, recolher o lixo. Pelo que eu tenho visto, esse trabalho tem sido muito bom, muito ótimo (Rodrigo Pequeno de Souza, AIS da Aldeia Campinas).

E, o fato do Plano de Gestão ter sido traduzido para a língua Katukina facilitará a sua compreensão por parte dos moradores que não possuem pleno domínio sobre a língua portuguesa.

Essa tradução eu acho importante, porque todo esse projeto foi feito na língua portuguesa, e se fosse só na língua portuguesa eu acho que não é correto, porque nós temos dificuldade de entender a língua portuguesa, mas agora está passando para a nossa língua Noke Koi e, aonde ficaram dúvidas, aonde a gente fez projeto para pedir as coisas para o Governo, estamos traduzindo para a nossa língua e pedindo para o Estado aquilo que não foi feito aqui na terra indígena (Nivaldo Rodrigues da Silva Katukina – Maenawa, professor da aldeia Campinas).

No âmbito das necessidades que devem ser negociadas externamente, exemplos de que o Plano de Gestão pode auxiliar o povo Katukina a negociar suas demandas com o governo, se encontram nos depoimentos de Marcelino e Rodrigo.

Nesse plano de gestão nós temos muita informação de onde estão os nossos recursos e nós já temos essa informação para fazer o documento para o governo, colocando o que nós precisamos. Ta tudo ok, tudo o que nós falamos está lá no documento, foi tudo registrado mesmo (Marcelino Rosa Katukina – Metsa, AAFI da Aldeia Varinawa).

A gente vê algumas atividades já acontecendo do nosso plano de gestão. Nós lideranças, caciques, a gente ficou muito feliz de por o nosso plano de gestão no papel, ponto por ponto e pensar nas atividades que a gente deve priorizar, o que é mais importante para a comunidade. Em alguns pontos a gente já avançou bastante, por exemplo, o Pólo Base, que estava previsto no plano de gestão e já está sendo construído [...].O nosso colégio também foi previsto no plano de gestão e já foi construído, o ensino médio também já está acontecendo. O poço artesiano também estava no plano de gestão e já foi construído na aldeia Campinas e vão ser construídos um poço artesiano em cada aldeia no ano que vem. Assim a gente vê que o plano de gestão está funcionando, tanto do lado não indígena, por parte do Governo, como também nós indígenas estamos botando na prática a preservação da nossa biodiversidade (Rodrigo Pequeno de Souza, AIS da Aldeia Campinas).

O Plano de Gestão está possibilitando uma transformação na relação entre a comunidade e o governo. Antes do documento ser elaborado, a comunidade recebia ações e programas já pré-concebidos pelo governo, entretanto, com a posse do plano de gestão, a comunidade passa a caminhar rumo à sua autonomia, colocando para o governo as suas próprias demandas. Porém, é importante lembrar que as demandas da comunidade são dinâmicas e tendem a se modificar com o passar do tempo. Por este motivo, existe a necessidade de uma constante atualização e complementação do plano de gestão.

A gente recebia as coisas já prontas, sem conhecer a nossa realidade, sem saber as nossas necessidades, sem saber o que nós estávamos pretendendo para a nossa comunidade. As coisas chegavam e a gente recebia. Agora não, como nós somos estudantes, nós sabemos que quem está sentindo somos nós, quem são impactados somos nós, então nós temos que ter o nosso documento que é o plano de gestão, onde nós estamos colocando no papel o que nós queremos que venha de lá para cá. E conforme as necessidades forem surgindo, a gente vai complementando o nosso plano e fortalecendo. Isso que eu espero para o futuro. Minha expectativa é que a gente vá buscar o que nós queremos, porque já temos os mapas, temos esse plano que nós construímos e estamos com a faca e o queijo na mesa [...] e esse plano de gestão pode ajudar a gente a não perder a nossa identidade. A nossa cultura está no nosso plano de gestão, está tudo registrado no papel, está sendo vista pelo governo do estado e eu acredito que agora nós vamos ter uma melhoria na área de educação, de saúde, de desenvolvimento da nossa terra indígena e o plano pode ajudar a gente a fortalecer cada vez mais a nossa cultura. A gente vai ter que cumprir agora o que está no papel, botar na prática e conseguir o que nós queremos. O plano de gestão é uma ferramenta muito importante que a gente construiu. No futuro a gente espera que esses jovens, esses estudantes, fortaleçam o plano de gestão, porque a população está crescendo e os impactos estão aumentando (Rodrigo Pequeno de Souza, AIS da Aldeia Campinas).

Assim sendo, o Plano de Gestão traz benefícios tanto internos, quanto externos, para a comunidade indígena da TI Campinas/Katukina. Dentre os benefícios internos, pode-se considerar um maior entendimento de noções de preservação do meio ambiente e o consenso comunitário na forma de utilizar os recursos naturais. O processo de elaboração do Plano de Gestão, também propicia que a comunidade sistematize suas demandas na

forma de documento e identifique as prioridades que devem ser negociadas com o governo. Em relação aos benefícios externos, identificou-se a facilitação no diálogo direto com o governo e a possibilidade de apresentar aos órgãos governamentais as principais demandas dos habitantes da TI. Desta forma, o Plano de Gestão, elaborado com a participação comunitária, possui o potencial de fortalecer a identidade e a autonomia indígenas, e estimular o diálogo entre lideranças indígenas e representantes de instituições governamentais e não-governamentais, se tornando uma importante ferramenta de diagnóstico, planejamento e diálogo político.

3.4.12 Colocando em prática os acordos internos para o uso do território

Apesar de acreditarem que o cumprimento dos acordos estabelecidos no Plano de Gestão não seja uma tarefa fácil, os moradores da TI Campinas/Katukina demonstraram uma expectativa positiva de que o plano será respeitado, uma vez que foi elaborado por eles mesmos e contou com ampla participação comunitária.

Nós vamos cumprir com o plano e acho que todo mundo vai respeitar, porque as reuniões que nós tivemos ali no kupixawa, foi todo mundo que discutiu, tinha gente de todas as aldeias, até as crianças chegaram a participar. Agora nós estamos fazendo a avaliação e a correção da tradução, passando o plano para a nossa língua e assim vai ficar mais fácil para todos entenderem (Maurício Silva Souza – Ni'í, Agente de saúde da Aldeia Campinas).

Era muito difícil do pessoal respeitar o plano, mas agora eles estão entendendo o que é plano, como na pesca, o uso do tingui já vem há muito tempo, faz parte da nossa cultura e é muito difícil do pessoal deixar de usar, mas agora já diminuiu bastante. O pessoal entendeu, se não tivessem entendido a coisa não estava acontecendo. Como eles entenderam, a coisa hoje está acontecendo, diferente de como acontecia há anos atrás (Edilson Rosa da Silva Katukina – Poá, AAFI da Aldeia Samaúma).

A comunidade está respeitando os acordos. Através do plano de gestão que nós fizemos, a comunidade vai entendendo e muitas partes do plano já estão sendo feitas, a comunidade está cumprindo, então eu acho que o plano de gestão está dando certo, está sendo cumprido pela comunidade. Isso foi acordado com todas as lideranças da comunidade para deixar a nossa terra descansar, porque os recursos estavam sendo muito explorados. Se a gente respeitar nosso plano de gestão, a gente está pensando no futuro (Petrônio Rosa da Silva – Toi, AAFI da Aldeia Campinas, Secretário da AKAC).

É possível que a comunidade respeite os acordos do plano de gestão. Foi muito importante a gente ter colocado esse plano de gestão no papel,

depois que colocou no papel, devagarinho a gente vai conquistando, botando em prática as ações. Agora não adianta ficar só no papel também. Cinquenta por cento ou mais está na nossa responsabilidade, do povo Noke Koi. [...] Dentro da comunidade, a gente está com um consenso agora, entendendo que nós podemos preservar [...]. A comunidade hoje está ajudando bastante a gente. Os mapas abriram uma visão para a gente, mostrando ponto por ponto da nossa terra indígena. [...] Antes, a gente falava de preservação nas reuniões e o pessoal não entendia aquilo, achavam que era coisa que a gente estava inventando, eles queriam continuar a destruir, fazer do jeito deles. Mas depois que vocês vieram aqui no kupixawa, fizeram as oficinas, explicaram e nós juntos construímos os mapas e o plano de gestão, [...] aí depois daquilo a gente se reuniu, a gente explicou de novo para toda a comunidade, explicou na língua [indígena], e ainda tinha gente que dizia que o plano estava só no papel e que não ia valer, mas nós explicamos que precisamos preservar, cuidar da nossa floresta (Rodrigo Pequeno de Souza, AIS da Aldeia Campinas).

Diante do exposto, cabe às lideranças, de forma geral, a responsabilidade de repassar aos demais membros da comunidade o que foi definido no plano e fazer com que entendam, aos poucos, os benefícios de se colocar os acordos estabelecidos em prática. Além disso, somente com a prática e com a observação de resultados concretos, é que a população poderá avaliar se é vantajoso ou não a adoção e aplicação de tais acordos. Desta forma, é necessário um certo tempo de observação e percepção dos resultados por parte da comunidade.

Nas outras aldeias ainda tem muita gente em dúvida, muitas pessoas não participaram da elaboração do plano de gestão. Alguns participaram, mas não estão colocando em prática, até os nossos próprios fiscais, que são funcionários do governo, não sabem o que é o plano de gestão ainda, não estão trabalhando isso na prática, mas é no decorrer do dia a dia que a gente vai poder conquistar, junto com o cacique, com as lideranças deles. Porque ainda tem gente que caça com cachorro, coloca tinguí no igarapé, derruba algumas árvores e isso preocupa bastante a gente. Mas como a maioria é estudante, uma hora eles vão entender (Rodrigo Pequeno de Souza, AIS da Aldeia Campinas).

Não é fácil os acordos que foram feitos durante etnozoneamento serem respeitados, mas é uma batalha muito grande com as lideranças. Até hoje tem gente que não chegaram a ter esses conhecimentos [...] Tem liderança que não chegaram a ter esse conhecimento para a palavra do próprio povo. A própria liderança deve estar orientando a comunidade para que utilize os mapas (Levi Pequeno de Souza, professor e coordenador pedagógico da TI Campinas/Katukina).

O pensamento de que a terra indígena é um bem coletivo, fica explícito na fala dos Katukina que, na maioria das vezes, se referem à terra indígena e aos seus recursos naturais usando pronome “nosso”, para denominar seu território e os recursos nele contidos (como nossa terra, nossos igarapés, nossa floresta, nossos peixes, nossas caças). Já que a terra indígena e seus recursos pertencem a todos os moradores, entende-se que todos devem estar de acordo com a forma de “cuidar” e gerir este território. Por este motivo, a

gestão territorial também deve ser realizada de forma coletiva e o Plano de Gestão da TI pode auxiliar nesse processo participativo.

Se o plano foi feito por nós, ele tem que ser respeitado. É uma lei que foi criada por nós, não é lei, mas é tipo uma lei que foi criada por nós, com toda a participação das lideranças, agentes agroflorestais, professores, o pessoal mais velho, então tem que ser respeitado, mas tem que ser de acordo com toda a comunidade da terra indígena, porque não adianta acontecer na minha aldeia e nas outras aldeias não acontecer, isso não é certo. Então a gente tem que se reunir mais ainda, junto com toda a comunidade, fazer mais reuniões [...] porque o plano é feito por terra indígena e não por aldeia, então tem que ser de acordo com todo mundo, de modo geral da terra indígena (Edilson Rosa da Silva Katukina – Poá, AAFI da Aldeia Samaúma).

Para o etnozoneamento dar certo, para melhorar mais, a equipe do etnozoneamento tem que relembrar o plano, ver se o pessoal está fazendo o que foi acordado, tem que avaliar o trabalho que vem sendo feito. E também tem que fazer outras oficinas na terra indígena para o pessoal acreditar, para as mulheres e os alunos participarem, eles tem que participar para aprender também e seguirem junto com a gente (Petrônio Rosa da Silva – Toi, AAFI da Aldeia Campinas, Secretário da AKAC).

Portanto, o que eu vejo que esse projeto de vida, construído e pensado por mim juntamente com algumas pessoas do Estado, a gente tem honrado esse trabalho. Todo o nosso compromisso hoje com a comunidade, com os nossos parceiros, a gente tem trabalhado assim, como pessoas que moram numa casa só. Tem problemas enfrentados de mim para o Governo, e tem momentos que a gente não agüenta e tem que jogar esses problemas para fora, para alguma coisa acontecer dentro deste programa (Fernando Rosa Katukina, cacique geral da Terra Indígena Campinas/Katukina).

De forma geral, os entrevistados acreditam que, apesar das dificuldades, os acordos feitos pela comunidade durante a elaboração do Plano de Gestão, já estão sendo cumpridos, tanto por parte da comunidade, quanto por parte do governo estadual. Os moradores da TI, gradualmente, estão colocando em prática as novas estratégias de gestão ambiental e territorial elaboradas por suas lideranças e registradas no Plano de Gestão. Neste processo, existem aldeias que estão mais avançadas, como é o caso da Aldeia Campinas, a maior aldeia da TI, onde foram realizadas as oficinas e, por isso, contou com o maior número de participantes no processo do etnozoneamento.

Além disso, o etnozoneamento é uma ferramenta recente entre os povos indígenas do Acre, que, em seu processo de elaboração desencadeia reflexões sobre mudanças significativas nos hábitos destas populações e, para que seja de fato implementado, é necessário um certo tempo, variável para cada situação, para que as populações entendam e se apropriem dos produtos gerados. Entretanto, é necessário que haja uma maior

presença das instituições governamentais incentivando a aplicação das ações previstas no Plano de Gestão e dando continuidade às atividades iniciadas pelo etnozoneamento, pois o etnozoneamento não é um fim em si mesmo, é apenas parte de um processo, que, inicia e/ou dinamiza a reflexão sobre a adequação nas formas de gestão ambiental e territorial, mas deve ser previsto, por parte do governo, a continuidade das ações junto ao povo indígena.

3.4.13 O Etnozoneamento e o diálogo com o Governo

Ao longo dos anos, os Katukina da TI Campinas/Katukina vêm desenvolvendo e aprimorando o seu diálogo com o governo estadual. Este diálogo começou a se estreitar há cerca de dez anos, durante as audiências públicas do processo de revisão do componente indígena do plano de mitigação da pavimentação da BR-364. A princípio, a relação entre os Katukina e o governo, se deu por meio de embates e cobranças, por parte dos Katukina e, muita permissividade e falta de critérios, por parte do governo, que tinha por meta e obrigação seguir com o asfaltamento da rodovia, considerada um importante eixo de desenvolvimento para o Estado do Acre.

Como dito anteriormente, os produtos do etnozoneamento e seus possíveis usos, ainda estão sendo apropriados pelo povo Katukina, no entanto, a possibilidade de utilizá-los nas reuniões com o governo e/ou outras instituições, já é uma perspectiva vislumbrada pelos moradores da TI Campinas pois, segundo eles, tanto os mapas temáticos, quanto o Plano de Gestão, ajudam a comunidade na identificação de suas demandas, se tornando ferramentas eficientes para apresentá-las com mais facilidade aos representantes das instituições governamentais, auxiliando-os no diálogo com o governo.

Os mapas podem ajudar nas conversas com o governo, por que em cima do mapa, olhando no mapa, que a gente vai pedir o apoio do Governo. A gente reúne aqui a comunidade geral, vê o que estamos precisando e depois já coloca a proposta do que nós queremos, o que precisa melhorar dentro da terra indígena. [...] Isso já está acontecendo aqui, [...] o mapa reforçou muito o nosso trabalho, agora sabemos o que falta melhorar, o que já melhorou, principalmente no caso de educação, gestão ambiental, saúde, a gente já está trabalhando em cima disso. Inclusive, vai ter um encontro em Tarauacá, com o pessoal do IBAMA, do IMAC e eles pediram para cada AAFI levar dois mapas, o mapa das aldeias, envolvendo todo o nosso trabalho e o mapa das invasões, que eles querem ver aonde a gente está sendo atacado pelos vizinhos. E eu vou levar esses mapas para apresentar para eles (Edilson Rosa da Silva Katukina – Poá, AAFI da Aldeia Samaúma).

Eu vou começar a usar os nossos mapas agora, no meu relatório de fiscalização, que é entregue para o DERACRE. O mapa é uma lei que marca a nossa terra indígena, que foi elaborado pelos Noke Koi e então eu estou colocando isso no meu relatório, que vou entregar para os representantes do Governo. Dentro do mapa, mostra todos os igarapés que atravessam a estrada. No meu trabalho de fiscal, eu fiscalizo para ver se os trabalhadores da estrada não estão tampando nenhum igarapé. Não queremos nenhum igarapé parado. O Governo está cumprindo o que nós pedimos no nosso plano (Nilo, cacique e fiscal da Aldeia Varinawa).

Neste novo processo de diálogo e construção de parcerias entre a comunidade e o governo estadual, também ficou claro que os Katukina estão cientes que devem fazer a parte que lhes cabe em relação ao plano de gestão e estão aprendendo que o governo tem um tempo específico para obter recursos e executar as ações planejadas.

Dentro do plano, no meu entendimento, tem as partes da comunidade e tem as partes do Governo. O trabalho está sendo feito na comunidade e isso é muito importante, a gente vai estar sempre trabalhando, sempre buscando parcerias com o Estado, com o município e é isso que a gente quer, parceiros para tirar as nossas dúvidas, para apoiar a gente na medida do que a comunidade necessita. No caso da nossa comunidade, a gente está fazendo, agora o Governo tem que fazer a sua parte também dentro desse plano de gestão [...]. Tem ações que já estão sendo feitas pelo Estado. Tem ações que ainda não foram feitas, mas a gente vai esperar, porque hoje a gente sabe que para conseguir recurso para qualquer projeto, tem que esperar o momento certo para acontecer. A gente sabe que não é pedir hoje e receber amanhã, tem que esperar. E a gente sabe que o Governo vai ajudar a gente (Petrônio Rosa da Silva – Toi, AAFI da Aldeia Campinas, Secretário da AKAC).

Cada vez mais, a gente está fortalecendo. Eu me lembro que no primeiro mandato do Jorge Viana [...], a gente não tinha essa noção de discutir como plano de gestão. Depois que a gente vai entendendo, vai participando de reunião, o que a gente entendia é que a gente estava perdido. Hoje não, hoje a gente já está discutindo plano de gestão, o futuro para as nossas crianças. Foi feito esse plano de gestão e, dentro desse plano, as coisas já estão acontecendo. Graças a Deus as coisas já estão andando, devagar, mais muita coisa já aconteceu (Maurício Silva Souza – Ni'í, Agente de saúde da Aldeia Campinas).

No entanto, o AIS Maurício, vice-presidente da AKAC, atenta para o fato de que, antes de apresentar propostas para o governo, a comunidade deve estar articulada para saber o que quer e, para que isso ocorra, é necessário que haja discussão na base. Segundo ele, caso os Katukina não apresentem suas demandas de forma clara e consistente, o governo não terá condições de saber quais são as reais necessidades da população. Além disso, o diálogo com o governo deve ser constante, para que as demandas sejam atendidas com sucesso. O auxílio dos técnico dos órgãos governamentais também pode ajudar no diálogo, fazendo com que o processo se agilize.

Para mim, esse trabalho do etnozzoneamento é importante. O que seria bom para nós, é que o povo Noke Koi batalhasse mais para chegar mais perto do Governo e fazer as coisas acontecerem. Se a gente não chegar perto, o Governo vai achar que nós estamos bem. Então, nós temos que juntar o nosso povo, junto com a AKAC, e juntar mais vocês, os técnicos, para chegar no gabinete do governador e colocar as nossas necessidades. Se a gente não expressar, as coisas não vão acontecer. Tem que cutucar com vara pequena, para as coisas acontecerem, não podemos parar. Agora só fazer e deixar, não acontece nada. [...] Somos nós que temos que saber o que queremos. Para a gente acompanhar o plano de gestão, temos que discutir na base o que a comunidade quer, o que a comunidade precisa. Reivindicação só pode sair da base, de dentro da aldeia, tem que discutir em cada aldeia e tirar a decisão. Se a gente não fizer isso, o Governo não tem como saber o que a gente está precisando. Levando essas reivindicações, que foram definidas na comunidade, para o Governo, aí sim, aí já foi definido, já foi discutido e aí a comunidade não pode reclamar (Maurício Silva Souza – Ni'í, Agente de saúde da Aldeia Campinas).

Para os agentes de saúde Maurício e Rodrigo, o etnozzoneamento está colaborando para uma maior agilidade e rapidez na forma com que as ações do Governo chegam até a TI e, depois que o etnozzoneamento começou a ser realizado na TI Campinas/Katukina, houve um maior comprometimento do governo com a comunidade. O fato de o diálogo com o assessor governamental dos povos indígenas ter se estreitado com o povo Katukina, também é um avanço para que as demandas sejam atendidas com maior qualificação, de acordo com as reais necessidades da comunidade, o que torna o etnozzoneamento uma ferramenta também de cunho político que contribui no processo de gestão territorial .

As atividades do Governo estão acontecendo. Estão andando lento, mas estão andando. A partir do ano passado, dentro da minha avaliação, foi bem mais avançado. Esse ano as coisas também estão andando bem. [...] Porque há uns dois anos atrás, era tudo muito mais lento, o Governo só falava que ia fazer e não acontecia nada. Agora, quando a gente pede alguma coisa para o Governo, e eles falam que vão fazer, eles estão fazendo correto. [...] Não sei se o Governo já está enxergando mais de perto o povo Noke Koi, a gente está diretamente com o assessor indígena, que é o secretário Francisco Pianko, que está direto com a gente aqui. Na hora que a gente chama, ele não falha, ele está presente com a gente para discutir quais são os problemas, quais são as atividades que a gente pode iniciar, quando que pode iniciar, se é longo prazo, se é curto prazo. O plano de gestão ajudou muito, depois que nós fizemos esse plano as coisas aceleraram bastante (Maurício Silva Souza – Ni'í, Agente de saúde da Aldeia Campinas).

O que mais modificou depois do etnozzoneamento, depois da gente ter construído esse plano de gestão, é em relação aos programas do governo, que têm avançado bastante, porque viram a nossa realidade, que somos um povo bastante falante na língua, estamos preservando a nossa biodiversidade. Os programas do governo estão chegando mais para a gente, as nossas estruturas estão avançando [...] Inclusive, agora no encontro que teve nos Poyanawa, o [AAFI] Marcelino entregou o plano de gestão para o governador, entregou a apostila para ele. E o Francisco [Pianko], como assessor indígena, está trabalhando em cima daquele plano

de gestão, está sempre trabalhando em cima das nossas prioridades (Rodrigo Pequeno de Souza, AIS da Aldeia Campinas).

No discurso de Fernando Rosa Katukina, liderança geral da TI (que foi chefe de posto da FUNAI em Cruzeiro do Sul por muitos anos, e atualmente é membro da coordenação da AKAC), fica claro que o etnozoneamento é uma ferramenta para o povo Katukina buscar parcerias, tanto com o governo, quanto com outras instituições. Fernando enxerga que hoje, o governo é parceiro do povo Katukina e que estão aprendendo cada vez mais a trabalhar juntos, no sentido do desenvolvimento e da autonomia do povo indígena.

Eu respeito esse trabalho de etnozoneamento que está sendo feito pelo Estado. Para nós, povo Noke Koi, através deste estudo de etnozoneamento, deu um grande avanço no nosso trabalho, buscou mais parcerias, abriu as portas dos órgãos do Governo, através deste estudo, no qual a gente trabalha hoje algumas partes diretamente com o Governo e outras partes indiretamente, nós também trabalhamos com ONGs e outros parceiros. Esse é um trabalho muito valioso, muito importante a gente ter feito esse plano de vida do povo Noke Koi. E o Governo está olhando nosso plano, e já está nos ajudando e apoiando em algumas demandas da comunidade. Hoje o Governo é nosso parceiro, que hoje nos ajuda bastante em diversos projetos da comunidade, por exemplo, o projeto de segurança alimentar, de piscicultura, de avicultura. Também houve um projeto de construir o colégio [...] A continuação desse projeto vai trazer benefícios para a comunidade, o ensino para a comunidade, valorizando a comunidade e sucessivamente esse etnozoneamento demonstrou para a gente os caminhos para a gente ir atrás, e a gente abraçou um desses caminhos, que é a parceria com o Governo, parceria com a prefeitura do nosso município de Cruzeiro do Sul. Durante onze anos atrás, nós não tínhamos essa parceria com o Governo, nem com a prefeitura, nós não tínhamos nada de parceiros. Esse trabalho começou no governo do Jorge Viana, e o Binho Marques continuou abrindo espaço e mais parceria para a gente [...]. Então nós estamos recebendo o programa do governo e estamos revisando esse trabalho, fazendo a tradução, e eu espero que a gente dê continuidade, tanto os parceiros como a comunidade Noke Koi com o Governo e o Governo com a comunidade Noke Koi. Nós estamos dispostos a fazer a nossa parte (Fernando Rosa Katukina, cacique geral da Terra Indígena Campinas/Katukina).

Fernando aponta que a relação do governo estadual com o povo Katukina começou a melhorar na gestão do governador Jorge Viana e teve continuidade na gestão do atual governador, Binho Marques. Mas, apesar da melhoria, houve dificuldades nessa relação, que ainda precisam ser trabalhadas. Fernando acredita que este é um processo de aprendizado das duas partes – governo e comunidade – pois, até então, o Governo do Estado do Acre nunca havia se disposto a trabalhar com os povos indígenas e, sendo assim, os povos indígenas nunca haviam trabalhado em parceria com o governo. Neste sentido, o etnozoneamento é visto como um novo momento de diálogo entre o governo estadual e o povo Katukina.

Em relação aos projetos do Governo, algumas coisas foram boas e outras coisas deram errado, mas isso também a gente avalia que é um processo

de aprendizagem. Primeiro, o Governo nunca trabalhou com a população indígena, ele tentou fazer coisa boa, mas quem faz trabalho, erra, para depois acertar. Agora o Governo está tentando melhorar na execução de qualquer programa, estamos tentando entender para fazer coisa melhor daqui pra frente. Eu sou uma das pessoas que foi escolhida para transmitir para o Governo as demandas do povo Katukina. E o Governo transmite para mim as suas necessidades, e eu repasso para o meu povo. O etno também vai dar muito apoio para a gente, e a gente vai dar continuidade para este trabalho, que está sendo um novo momento na conversa do nosso povo com o Governo, para procurar melhorar daqui para frente. O que eu, como representante geral do povo Katukina, espero de resultado desse programa, é que a comunidade receba benefícios, para que a comunidade possa sentir que o projeto está dando bons resultados (Fernando Rosa Katukina, cacique geral da Terra Indígena Campinas/Katukina).

O objetivo do Governo do Estado do Acre, de estreitar o diálogo com os povos indígenas por meio do “Etnozoneamento em Terras Indígenas”, está sendo alcançado. Apesar deste diálogo ainda necessitar de ajustes, ele já está ocorrendo e possibilitando que as populações indígenas apresentem suas demandas às instituições governamentais com mais facilidade. Os produtos gerados no processo de etnozoneamento possibilitam que a comunidade apresente ao governo as formas de atuação que melhor atendem às suas necessidades, o que torna o etnozoneamento uma ferramenta de diálogo político, que auxilia a comunidade indígena em suas negociações com o governo. Os mapas e o plano de gestão já estão sendo utilizados para qualificar este diálogo, de forma que o governo estadual entenda, com maior clareza, quais são as reais demandas da população indígena, contribuindo para o seu desenvolvimento em bases mais sustentáveis.

Aqui vale ressaltar que, por parte da comunidade, esse diálogo se dá por meio de suas lideranças, o que pode levar a um certo viés ou desvio de interesses. Caso os representantes comunitários responsáveis por expressar os interesses do restante da comunidade, não o façam de forma adequada, levando em consideração as demandas da maioria, podem ocorrer graves falhas no diálogo. Entretanto, no caso do etnozoneamento, a ampla participação comunitária em seu processo de elaboração, minimiza a possibilidade de que os interesses comunitários sejam mal representados.

Desta maneira, conclui-se que o “Etnozoneamento em Terras Indígenas” cumpre com o seu objetivo de orientar as ações do governo estadual em relação aos povos indígenas, propiciando condições para que as comunidades realizem seus planos de gestão e manejo de recursos, a partir do mapeamento de seus territórios. No entanto, o etnozoneamento não é um fim em si mesmo. É necessário que o diálogo por ele iniciado, ou estreitado, tenha continuidade, pois os mapas e o plano de gestão, por si só, não resolvem os problemas da comunidade. Portanto, é necessário que haja articulação política, tanto interna, da

comunidade, quanto externa, assim como é necessário haver comprometimento por parte do governo estadual, para que as ações previstas sejam implementadas de forma adequada, atendendo ao que foi proposto e acordado durante o processo. Teoricamente, a participação das instituições governamentais na elaboração do Plano de Gestão da TI Campinas/Katukina e os acordos feitos entre elas e a comunidade, legitima o processo, entretanto, é necessário comprometimento e interesse político para que estas ações saiam do papel e se tornem realidade.

3.4.14 Os frutos gerados pelo Etnozoneamento

Como dito anteriormente, a elaboração do Plano de Gestão, com a presença de representantes governamentais, acabou desviando o foco da gestão territorial propriamente dita, que vinha sendo construída ao longo das outras etapas do etnozoneamento. Ao invés de discutir ações de gestão territorial, visando a construção de uma ferramenta de empoderamento da comunidade para a gestão de seu território em bases mais sustentáveis, as atividades realizadas durante a elaboração do Plano de Gestão conduziram os Katukina para a apresentação de uma lista de demandas de construção e implantação de projetos e estruturas físicas no interior da TI. Apesar deste desvio, conclui-se que a elaboração do Plano de Gestão foi uma oportunidade da comunidade indígena dialogar com o governo e apresentar as suas necessidades, pactuando com os órgãos governamentais o atendimento dessas demandas. E, nesse sentido, o fato da comunidade se reunir para discutir quais são as suas demandas e quais as formas de se mobilizar para lidar com estas demandas, já é bastante frutífero.

O plano de gestão está sendo um documento muito fundamental que a gente construiu, até o governador já está com ele em mãos. Os mapas ficaram tudo certinho, as informações foram sistematizadas em cima da nossa realidade. É como a gente plantar uma semente que agora nasceu e está dando frutos. O pessoal do governo está respeitando o nosso plano, agora é só cobrar deles para fazer as ações saírem do papel e acontecerem (Rodrigo Pequeno de Souza, AIS da Aldeia Campinas).

Acredito que o etnozoneamento está bastante avançado. Todas as atividades que nós projetamos, fizemos os mapas, os planos de gestão, estão começando a acontecer. E, as ações que não estavam acontecendo, agora estão acontecendo bastante (Maurício Silva Souza – Ni'í, Agente de saúde da Aldeia Campinas).

Muitas lideranças Katukina vêm o sucesso do etnozoneamento na realização, por parte do governo, das atividades previstas no Plano de Gestão. Muitas destas atividades são a construção de estruturas no interior da TI. A partir das demandas apontadas no Plano

de Gestão, o governo estadual construiu uma escola estadual e um Pólo Base no interior da TI.

Nosso colégio Tamã Kayã já está funcionando o ensino médio, então, prá nós, isso é um grande avanço. Os açudes, que nós brigamos muito para todas as aldeias terem seus açudes para a criação de peixe e agora tem. Em todas as aldeias já foram colocados alevinos nos açudes, todas as aldeias estão com criação de pinto, de frango. Outra conquista que nós tivemos foi a criação do posto de saúde aqui na aldeia. Quase que nós já fechamos o distrito de Cruzeiro [do Sul], mas já conseguimos recurso para fazer o posto de saúde aqui na aldeia e já está sendo construído, a obra já está finalizando (Maurício Silva Souza – Ni'í, Agente de saúde da Aldeia Campinas).

Gostaria de falar da educação escolar indígena, que hoje está funcionando legal, sendo acompanhada pelo núcleo de educação indígena da SEE. Nós recebemos essa grande escola do Governo do Estado, agora nós temos ensino médio. A educação está avançando, está funcionando bem, o professor está em sala de aula, os alunos estão estudando, nós conseguimos transporte escolar. Também tem a sede da AKAC na cidade de Cruzeiro do Sul. A bem dizer, hoje nós estamos assim, mais organizados (Petrônio Rosa da Silva – Toi, AAFI da Aldeia Campinas, Secretário da AKAC).

O pólo base Katukina, que está sendo construído através da parceria entre a AKAC, a FUNASA, o Estado. Então, nós, lideranças, sentamos e pensamos que precisávamos trazer esse pólo base para a terra indígena, para melhorar a questão da saúde do povo Noke Koi. [...] Tivemos uma grande reunião com o coordenador atual da FUNASA. Fizemos um documento e enviamos para Brasília, para Rio Branco, e solicitamos esse projeto. A equipe da FUNASA vai ficar permanentemente na terra indígena. Isso vai ser muito bom para nosso povo, principalmente para as mulheres, as crianças e os velhos, que não vão precisar ir prá cidade toda a vez que tiver algum problema de saúde (Rodrigo Pequeno de Souza, AIS da Aldeia Campinas).

Através desse estudo também está sendo construído o Pólo Base aqui na nossa terra indígena. Essa é a primeira vez na história do Vale do Juruá que está sendo construído um Pólo Base na aldeia. Também melhorou a questão do transporte escolar. Estamos melhorando também a questão da moradia. Então nós estamos avançando em bastante coisa, nós estamos avançado no sentido do desenvolvimento do povo Noke Koi (Fernando Rosa Katukina, cacique geral da Terra Indígena Campinas/Katukina).

Uma outra ação que o governo executou como fruto do etnozoneamento, foi a construção de novos açudes em todas as aldeias da TI. Segundo o AAFI Edilson, os açudes estão trazendo muitos benefícios para o povo Katukina, uma vez que aumenta a disponibilidade de proteína animal, possibilitando que os moradores da TI reduzam a pressão sobre os recursos de caça e pesca.

Piscicultura, hoje já tem mais açudes por causa dos mapas, a gente explicou através dos mapas que não temos igarapés grandes, nem rios para a gente pescar aqui na terra indígena. Olhando pelo mapa eles entenderam que a gente precisava de mais açudes. Então o mapa ajuda nessa parte. O Governo construiu mais um açude e dois tanques esse ano na aldeia Samaúma (Edilson Rosa da Silva Katukina – Poá, AAFI da Aldeia Samaúma).

O fato do PGTI ProAcre possibilitar a implementação de algumas demandas comunitárias, poderá contribuir para que o povo Katukina aprenda a identificar quais são as suas principais necessidades, além de aprenderem a lidar com a implementação e gerenciamento de projetos. No entanto, é necessário que o governo estadual se comprometa com a implementação e acompanhamento das atividades previstas no PGTI e pactuadas com a comunidade. O que irá efetivar esses planos é, em primeiro lugar, uma continuidade das ações governamentais e, em segundo lugar, a mobilização comunitária para levar esses projetos adiante, em busca de sua autonomia.

Também, é importante que o governo esteja atento para o fato de que nem os mapas e nem o Plano de Gestão representam situações estanques, pois, tanto as demandas do povo indígena, quanto, a utilização e distribuição dos recursos naturais, estão constantemente sujeitas a alterações. Assim sendo, a realidade da TI é dinâmica e, por este motivo, os produtos do etnozонеamento devem ser constantemente avaliados e atualizados. Neste contexto, o papel do estado deve ser o de apoiar, com políticas públicas adequadas, os interesses e reivindicações dos moradores da TI. Além disso, o estado deve avaliar, de forma permanente e criteriosa, suas próprias ações. Qualquer tipo de programa, projeto ou ação que venha a ser estabelecido com as sociedades indígenas, deve contar com um acompanhamento técnico continuado e rigorosa avaliação dos impactos resultantes das ações e políticas públicas implementadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos indígenas, tradicionalmente, têm convivido em equilíbrio com o meio ambiente que lhe garante não só sustento físico das gerações presentes e futuras, como também inspiração e sustentação para suas culturas e cosmologias. Contudo, esta contribuição efetiva dos povos indígenas na conservação da biodiversidade, por meio do manejo tradicional e comunitário dos recursos naturais, não tem sido suficiente, nem eficiente, na medida necessária para fazer frente às fortes pressões sobre as TIs, já que o contato com a sociedade envolvente remete a uma história contínua de conflitos e coloca os grupos indígenas diante de lógicas espaciais diferentes das suas próprias. Desta maneira, em se tratando de populações que, atualmente, vivem e se reproduzem dentro de TIs formalmente delimitadas pelo Estado, a criação de políticas públicas de ordenamento e gestão territorial que envolvam os territórios e os povos indígenas, são de fundamental importância para garantir os direitos socioambientais dessas populações, assim como a preservação dos recursos ambientais dos quais elas dependem para sobreviver.

O “Etnozoneamento em Terras Indígenas”, inserido no Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, é uma ferramenta de diagnóstico, zoneamento e planejamento participativos, que tem como objetivo orientar as ações do governo estadual em relação aos povos indígenas, propiciando condições para que as comunidades realizem seus planos de gestão e manejo de recursos, a partir do mapeamento e zoneamento de seus territórios. Desta maneira, o etnozoneamento passa a ser um instrumento político e técnico de planejamento e ordenamento territorial, usado no processo de diálogo e negociação entre as comunidades indígenas e o governo estadual, se tornando, assim, um instrumento de construção de parcerias, que vem de encontro aos objetivos e diretrizes do Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico que, por sua vez, visa subsidiar estratégias e ações para a elaboração e execução de planos regionais de ocupação dos espaços e redirecionamento de atividades para o desenvolvimento sustentável.

Por meio do estudo de caso realizado na TI Campinas/Katukina, pode-se afirmar que o etnozoneamento é uma ferramenta de gestão territorial que contribui para a gestão das terras indígenas no Estado do Acre. No entanto, é importante considerar que cada TI possui uma realidade específica e o caso da TI pesquisada é bastante diverso da maioria das TIs acreanas. Sendo assim, a percepção dos Katukina do Campinas pode apontar elementos que contribuem para a análise do etnozoneamento, porém, não deve ser generalizada, ou tomada como sendo a percepção de todos os povos indígenas do estado.

O estudo de caso possibilitou a observação de que o uso dos produtos gerados pelo etnozoneamento ainda é incipiente na TI Campinas/Katukina e se dá, principalmente, pelas lideranças e representantes da comunidade que participaram de sua elaboração, apesar de já estar sendo bastante utilizado nas escolas, com o incentivo dos professores e AAFIs. No entanto, se o governo estadual tivesse inserido os indígenas no processo de concepção da ferramenta, provavelmente haveria uma maior compreensão, por parte da comunidade indígena, sobre os objetivos, possíveis usos e benefícios que o etnozoneamento pode oferecer.

Os mapas e o plano de gestão elaborados durante o etnozoneamento podem ser considerados eficientes ferramentas de diagnóstico e planejamento, que representam a realidade da TI e estão auxiliando o povo Katukina na tomada de decisões relativas à gestão de seu território e no diálogo com os atores e/ou instituições com os quais se relacionam. Também pode-se afirmar que os produtos gerados pelo etnozoneamento são potenciais ferramentas pedagógicas, que podem ser utilizadas para abordar a questão da gestão territorial em suas múltiplas esferas, podendo auxiliar no processo educacional, como um importante instrumento de defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico, cultural e intelectual dos povos indígenas. Durante a confecção dos mapas, os Katukina tiveram a oportunidade de aumentar e reafirmar seu conhecimento sobre o seu território e a distribuição dos recursos naturais, assim como, sobre as histórias, mitos e práticas de sua cultura tradicional. Desta forma, o etnozoneamento se torna uma ferramenta de diálogo político e de valorização dos conhecimentos tradicionais.

O fato de o plano de gestão ter sido colocado no papel possibilitou uma melhor compreensão das necessidades do povo Katukina do Campinas, tanto internamente (por parte dos próprios Katukina), quanto externamente (por parte do governo e demais parceiros), fazendo com que os acordos internos e externos sejam cumpridos com maior rapidez e agilidade. Os Katukina do Campinas têm percebido a necessidade do “cuidado” com a TI, para que continuem tendo qualidade de vida no interior de seu território e, tanto os mapas, quanto o plano de gestão, estão colaborando neste processo. Com a realização do etnozoneamento, já começaram a ser observadas mudanças significativas nas ações dos moradores da TI em relação ao uso dos recursos naturais. Nota-se que as formas tradicionais de manejo Katukina estão sendo modificadas ao longo do tempo, objetivando uma maior sustentabilidade destes recursos.

O etnozoneamento também está possibilitando uma transformação na relação entre a comunidade e o Governo do Estado do Acre. Antes do documento ser elaborado, a

comunidade recebia ações e programas já pré-concebidos pelo governo, entretanto, com a posse do plano de gestão, a comunidade passa a caminhar rumo à sua autonomia, colocando para o governo as suas próprias demandas. Porém, é importante lembrar que as demandas da comunidade são dinâmicas e tendem a se modificar com o passar do tempo. Por este motivo, existe a necessidade de uma constante atualização e complementação do plano de gestão. O diálogo iniciado, ou estreitado, por meio do etnozoneamento, demanda continuidade, sendo necessário o comprometimento por parte do governo estadual, para que as ações previstas sejam implementadas de forma adequada, atendendo ao que foi proposto e acordado durante o processo.

O fato do PGTI ProAcre possibilitar a implementação de algumas demandas comunitárias, poderá contribuir para que o povo Katukina aprenda a identificar quais são as suas principais necessidades, além de aprenderem a lidar com a implementação e gerenciamento de projetos. No entanto, é necessário que o governo estadual se comprometa com a implementação e acompanhamento das atividades previstas no PGTI e pactuadas com a comunidade. O que irá efetivar esses planos é, em primeiro lugar, uma continuidade das ações governamentais e, em segundo lugar, a mobilização comunitária para levar esses projetos adiante, em busca de sua autonomia. Neste contexto, cabe ao governo estadual apoiar, com políticas públicas adequadas, os interesses e reivindicações dos moradores da TI. Por este motivo, é importante que o “Etnozoneamento em Terras Indígenas” do Acre seja institucionalizado, sendo transformado em política pública, para que não fique sujeito a alterações relacionadas às mudanças de governo. Além disso, o estado deve avaliar, de forma permanente e criteriosa, suas próprias ações. Qualquer tipo de programa, projeto ou ação que venha a ser estabelecido com as sociedades indígenas, deve contar com um acompanhamento técnico continuado e com rigorosa avaliação dos impactos resultantes das ações e políticas públicas implementadas.

O etnozoneamento é uma ferramenta recente entre os povos indígenas do Acre, que, em seu processo de elaboração desencadeia reflexões sobre mudanças significativas nos hábitos destas populações e, para que seja de fato implementado, é necessário um certo tempo, variável para cada situação, para que as populações entendam e se apropriem dos produtos gerados. Neste sentido, o protagonismo indígena, assim como a formação e capacitação de recursos humanos indígenas para que assumam o controle dos seus territórios e de seus próprios projetos de desenvolvimento, são importantes elementos para a construção de mecanismos eficientes de gestão territorial das TIs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE. SEMA. **Políticas Indigenistas no Estado do Acre.** Documento entregue na reunião da PNGATI. Brasília, abril de 2009. mimeo.

ACRE. ZEE. Programa Estadual de Zoneamento ecológico-econômico do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico Econômico:** indicativos para a gestão territorial do Acre – Documento Final – I Fase. Rio Branco: SECTMA: 2000.

ACRE. ZEE. **Guia para o uso da terra acreana com sabedoria:** Zoneamento Ecológico Econômico do Acre. [Coordenação: Marcos Sorrentino]. WWF – Brasil .Brasília, 2001. 68p.

ACRE. ZEE. **Etnozoneamento em Terras Indígenas.** Governo do Estado do Acre. Programa de Etnozoneamento em Terras Indígenas – fase II. Diretrizes Básicas. Rio Branco. Versão preliminar, 2004. mimeo.

ACRE. ZEE. **Zoneamento Ecológico-Econômico. Fase II – Escala 1:250.000. Documento síntese.** Governo do Estado do Acre. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico-Sustentável. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre. Rio Branco, Acre, 2006.

ACSERALD, Henri. Mapeamentos, identidades e territórios. *In:* ACSERALD, Henri (Org.). **Cartografia Social e dinâmicas territoriais:** marcos para o debate. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010. 09-38 p.

ACT Brasil. **Metodologia de mapeamento cultural colaborativo.** Série Mapeamento, Manejo e proteção, n.1. Brasília: ACT Brasil, 2008. 76 p. il.

AKARIB – AMAAI-AC – CPI/AC. **Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kaxinawá e Ashaninka do Rio Breu.** Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre, 2007. 69 p.

ANTUNES, P.B. **Direito Ambiental.** Rio de Janeiro: Lumen Júris. 7ª. edição, 2006.

APIWTXA – AMAAI-AC – CPI/AC. **Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.** Rio Branco: Comissão Pró-Índio do Acre, 2007. 82 p.

ATAIDE, Marcos Sebastião; MARTINS, Ayrton Luis Urizzi. **A etn-cartografia como ferramenta de gestão.** 2005. mimeo.

AQUINO, Terri Valle de; IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre:** Terras e Populações Indígenas. Novembro de 1999. mimeo.

_____. **Terras e Populações Indígenas no Estado do Acre.** 2005. mimeo.

_____. **Uma agenda para o avanço dos processos de regularização das Terras Indígenas no Estado do Acre.** 2º Produto – Final. Documento entregue ao Governo do Estado do Acre. Rio Branco, Acre. Abril de 2006. mimeo.

BAVARESCO, Andréia A.. **Os pjê e a Cartografia:** Os mapeamentos participativos como ferramenta pedagógica no diálogo entre saberes ambientais. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, 2009. 130 p.: il.

BECKER, Berta. **A Geografia e o Resgate da Geopolítica**. Revista Brasileira de Geografia, 50 (n. esp.): 99-125.

_____. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.; CORRÊA, R.L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 1995.

_____. et alli. **Fronteira Amazônica: Questões sobre a gestão do território**. Brasília e Rio de Janeiro: UNB/UFRJ, 1990.

BERLONE, L.F; MELLO, N.A. Perspectivas do ordenamento territorial no Brasil: Dever constitucional ou apropriação política? *In*: ANTUNES, P.B. **Direito Ambiental**. Rio de Janeiro: Lumen Júris. 7ª. edição, 2006.

BRASIL. Decreto nº 1.141, de 5 de maio de 1994.

BRASIL. CNPI – **Informativo CNPI**, Edição Especial de 1 ano. Secretaria Executiva da CNPI. Brasília, 2008.

BRASIL. GTI-PNGATI. **Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas**: Documento de Apoio às Consultas Regionais aos Povos Indígenas. Brasil. Dezembro de 2009. mimeo.40 p.

BRASIL. PNPCT. Decreto nº 6040 de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Publicado no DOU de 08/02/2007.

COOPSAM. **Relatório da Oficina para validação do Etnozoneamento na Terra Indígena Katukina do Campinas**. Documento entregue à Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA. Rio Branco – AC, agosto de 2008. mimeo.

CORREIA, Cloude de Souza. **Etnozoneamento, etnomapeamento e diagnóstico etnoambiental**: Representações cartográficas e gestão territorial em terras indígenas no Estado do Acre. Tese de Doutorado apresentada no Departamento de Antropologia/ICS/UnB. Brasília. 2007.

CUNHA, Manoela Carneiro da. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 13, n. 36, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. de. Populações tradicionais e conservação ambiental. *In*: CAPOBIANCO, João Paulo R. et al. **Biodiversidade na Amazônia Brasileira**: Avaliação e identificação de ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade e Instituto Socioambiental, 2001.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. de. (Orgs.) **Enciclopédia da Floresta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec/Nupaub. CEC/USP. 3ª. edição, 2001.

_____. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. São Paulo: Editora Hucitec, 2000. 290 p.

DIEGUES, A.C; ARRUDA, R.S.V. (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: Edusp, 2001.

FRESCHI, Julieta Matos. **Autoria, interculturalidade e conhecimentos etnoecológicos: o caso dos agentes agroflorestais indígenas do Acre**. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2004. 169p.

FUNAI-MJ/MMA **Gestão Ambiental e/ou Territorial de/em Terras Indígenas** Subsídios para a construção da Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas conforme Portaria Interministerial nº 276/2008. Brasília, 2009. 26p.

FUNAI. PPTAL. **Levantamento Etnoecológico das Terras Indígenas do Complexo Bacia do Rio Juruá**: Kaxinawá da Praia do Carapanã, Kampa do Igarapé Primavera e Kulina do Igarapé do Pau. Brasília: MJ/FUNAI, 2008. 214 p.

GALLOIS, Dominique T. Sociedades indígenas e desenvolvimento: discursos e práticas para pensar a tolerância. *In*: Grupioni, Luis D.B.et al. (Orgs.). **Povos Indígenas e Tolerância: Construindo práticas de respeito e solidariedade**. São Paulo: Edusp/UNESCO, 2001.

_____. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? *In*: Ricardo, F. (Org.) **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 37-41.

GAVAZZI, Renato Antonio. Educação ambiental para professores indígenas na Amazônia. *In*: LITTLE, P.E. (org.). **Políticas Ambientais no Brasil: Análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF: IIEB, 2003. p.115-118.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: “do fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

IEPÉ. **Boletim dos Povos Indígenas e Meio Ambiente – Amapá e Norte do Pará**. Boletim número 3. Julho-Setembro de 2007.

IGLESIAS, Marcelo Piedrafita e AQUINO, Terri Vale de. **Uma agenda para o avanço dos processos de regularização das Terras Indígenas no Estado do Acre** (GT Fundiário). 2º produto – Final (mimeo). Produto Apresentado para o Governo do Estado do Acre – Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas e Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais. Rio Branco – Acre. Abril de 2006.52p.

IGLESIAS, Marcelo P. e Lima, Edilene C.. **Os Katukina, a BR e o Futuro**. *Jornal Página 20*, Rio Branco – Acre, 28 de maio de 1998 (Coluna Papo de Índio).

KAXINAWÁ, Joaquim Paulo Maná. et. al. **Índios no Acre: organização e história**. Rio Branco: OPIAC/CPI-Acre, 2002. 242 p. Ilust

KLEIN, Daniel; MARTINS, Elson; FEITOZA, Julia. Acre: uma história de lutas. *In*: **Revista Ação Ambiental**. Edição Especial. Ano 12, nº 42 – mai/jun 2009. Universidade de Viçosa. Viçosa/MG.

LAURIOLA, V. Parque Nacional? Kaané! Os índios dizem não à implementação do Parque Nacional do Monte Roraima. *In*: Ricardo, F. (Org.) **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p.422-431.

LEFF, Enrique. **Aventuras da Epistemologia Ambiental**: da articulação das ciências ao diálogo dos saberes. Coleção Idéias Sustentáveis. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

LEITE, Jurandyr Carvalho F. A identificação de terras indígenas. *In*: KASBURG, Carola e GRAMKOW, Márcia (Orgs.). **Demarcando Terras Indígenas**: experiências e desafios de um projeto de parceria. Brasília: FUNAI; PPTAL; GTZ, 1999.295 p.:il.

LIMA, André. **Zoneamento Ecológico-Econômico à luz dos direitos socioambientais**. Curitiba: Juruá, 2006. 288p.

LIMA, Edilene Coffaci de. **Katukina: história e organização social de um grupo pano do alto Juruá**. Dissertação de Mestrado, USP, 1994.

_____. Revisão do Componente Indígena do EIA-RIMA da BR-364. **Os Katukina das Terras Indígenas do Rio Campinas e do Rio Gregório**. Curitiba, março de 2001. Mimeo.

_____. Habitantes: Os Katukina. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. de. (Orgs.) **Enciclopédia da Floresta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Katukina Pano. Disponível em: **Povos Indígenas no Brasil**. <http://www.pib.socioambiental.org/PT/povo/katukina-pano>. Acesso em 10 de outubro de 2009.

LITTLE, Paul Elliot. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Série Antropológica, Universidade de Brasília, 2002. mimeo.

_____. **Gestão Territorial em Terras Indígenas**: definição de conceitos e propostas de diretrizes. Relatório final apresentado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA-AC), Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI-AC) e Agência da GTZ no Brasil. Rio Branco, 15 de dezembro de 2006. mimeo.

MACIEL, Ney José Brito. **Planos de Gestão de Terras Indígenas no Acre**: Diretrizes e roteiro metodológico. Produto único entregue à GTZ. Abril, 2010. mimeo.

MAGALHÃES, Edvard Dias (Org.) **Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatas**. 3. ed. – Brasília: FUNAI/CGDOC, 2005. 700p.

MARTINI, Andréa. **Levantamento Participativo de Recursos Naturais na TI Katukina do Campinas**. Rio Branco, 2003. mimeo.

_____. **Levantamento Participativo de Recursos Naturais na TI Cabeceira do Rio Acre**. Rio Branco, 2002. mimeo

MEDEIROS, Magaly *et.alli*. O Zoneamento Ecológico-Econômico e seus efeitos na política ambiental. *In*: **Revista Ação Ambiental**. Edição Especial. Ano 12, nº 42 – mai/jun 2009. Universidade de Viçosa. Viçosa/MG.

MERCADANTE, Maurício. **As novas regras do Código Florestal**: Repercussão sobre a Gestão dos Recursos Naturais na propriedade rural. 2001. Disponível em: <http://www.rlc.fao.org/prior/desrural/brasil/mercad.PDF>. Acesso em: 02 de março de 2009.

MILLER, Robert Pritchard. **Documento Orientador para a Preparação do Programa Nacional de Gestão Ambiental nas Terras Indígenas e do Projeto GEF Indígena**. Parte 1: Análise e Sistematização dos Documentos de Referência sobre Projetos e Políticas Públicas com Interface Direta e Indireta com Gestão e Conservação da Biodiversidade das

Terras Indígenas. Parte 2: Sumário e Estrutura do Programa Nacional e Diretrizes Estratégicas. Brasília, setembro de 2008. mimeo

MMA/PDA. **Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre.** Série Experiências PDA, nº 03. Agosto de 2002.

MORIN, Edgar. **Saberes Globais e Saberes Locais.** Coleção Idéias Sustentáveis. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2002.

MLYNARZ, Ricardo B. **Processos participativos em Comunidade Indígena:** um estudo de caso sobre a ação política dos Ingarikó face à conservação ambiental do Parque Nacional do Monte Roraima. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

NOLETO, Juliana Almeida. **A fábrica é dos mehin:** Desenvolvimento Sustentável e Povos Indígenas vistos a partir do caso da FrutaSã. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, 2009. 137 p.: il.

OCHOA, Maria Luiza Pinedo & TEIXEIRA, Gleyson de Araújo (Orgs.). **Aprendendo com a natureza e conservando nossos conhecimentos culturais.** Rio Branco, Acre: Organização dos Professores Indígenas do Acre/Comissão Pró-Índio do Acre, 2006. 128p.;il.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (Org.) **Indigenismo e territorialização:** Poderes, rotinas e saberes no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998. 310p.

_____. Redimensionando a questão indígena no Brasil: uma etnografia das terras indígenas. *In:* **Indigenismo e territorialização:** Poderes, rotinas e saberes no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998. 310p.

OLIVEIRA, João Pacheco de. & LIMA, Antônio Carlos de Souza. **Política indigenista e Políticas indígenas no Brasil:** um mapeamento prospectivo. Sugestões para fomento. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/Departamento de antropologia/PPGAS. Mimeo. 1999.

PANTOJA, Mariana. **Os Milton:** Cem anos de história nos seringais. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2004. 390 p. il.

PESSOA, Marina; TAVARES, Roberto. **Etnozoneamento da TI Campinas/Katukina.** Rio Branco, 2008. mimeo.

POSEY, Darrel A. Conseqüências ecológicas da presença do índio Kayapó na Amazônia: recursos antropológicos e direitos de recursos tradicionais. *In:* Cavalcanti, Clóvis (Org.) **Desenvolvimento e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. SP: Cortez, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

POSEY, Darrel A. Etnobiologia: teoria e prática. *In:* Ribeiro, Berta. **Suma Etnológica Brasileira:** Volume I – Etnobiologia. Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. Os povos tradicionais e a conservação da biodiversidade. *In:* Pavan, Crodowaldo (coord.). **Uma estratégia latino-americana para a Amazônia.** Brasília: MMA; SP; Memorial, 1996. págs. 149-157.

POSEY, D.A.; BALLÉE, W. (Eds.) Resource management in Amazonia: indigenous and folk strategies. **Advances in Economic Botany.** New York: New York Botanic Garden, n.7, 1989.

- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993 [1980].
- RÊGO. J.F. **Documento Base do Zoneamento Ecológico-Econômico Fase II**. Rio Branco: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais, 2004.
- RCA – Rede de Cooperação Alternativa Brasil. Seminário “Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas” – Documento final com recomendações ao Estado brasileiro. 2009.
- RICARDO, B. Povos Indígenas e “desenvolvimento sustentável”. *In*: Ricardo, F. (Org.) **Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004. p. 37-41.
- RICARDO F. & RICARDO, B. (Ed. Gerais). **Povos Indígenas no Brasil: 2001-2005**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006. 879 p.
- SANTILLI, Juliana. A proteção jurídica às Terras Indígenas e seus recursos naturais. *In*: KASBURG, Carola e GRAMKOW, Márcia (Orgs.). **Demarcando Terras Indígenas: experiências e desafios de um projeto de parceria**. Brasília: FUNAI; PPTAL; GTZ, 1999. Pág. 45-63. 295 p.:il.
- SANTILLI, Márcio. Natureza e situação da demarcação das Terras Indígenas no Brasil. *In*: KASBURG, Carola e GRAMKOW, Márcia (Orgs.). **Demarcando Terras Indígenas: experiências e desafios de um projeto de parceria**. Brasília: FUNAI; PPTAL; GTZ, 1999. Pág. 23-44. 295 p.:il.
- SOUZA, Conceição Marques *et alli*. Ordenamento Territorial Local e Etnozoneamento: Estratégias de Gestão Participativa na Amazônia Ocidental, Acre. *In*: **Revista Ação Ambiental**. Edição Especial. Ano 12, nº 42 – mai/jun 2009. Universidade de Viçosa. Viçosa/MG.
- SZTUTMAN, Márcio. **Etnomapeamento: uma técnica robusta, barata e de fácil implementação para a gestão etnoambiental em terras indígenas**. Mimeo. Outubro de 2006.
- THEODORO, Suzy Huff. (org.). *et al.* **Mediação de Conflitos Socioambientais**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2002.
- VERDUM, Ricardo. **A Gestão Ambiental e Territorial no Brasil Indígena**. Conceitos, Estratégias e Mecanismos de Apoio no Âmbito do MMA/SDS/DADS. Brasília, julho de 2006 (mimeo.). 55 p.
- VIVAN, Jorge L. Etnoecologia e manejo de recursos naturais: reflexões sobre a prática. *In*: Kubo, Rumi Regina et al. (Orgs.) **Atualidades em Etnobiologia e Etnoecologia. Volume 3**. Recife: Nupea/Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, 2006. 284 p.
- Sites Consultados
- ACRE. Governo do Estado do Acre. Homepage Institucional. Disponível em <http://www.acre.gov.br>. Acesso em 2010.
- ISA. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Homepage Institucional. Disponível em <<http://www.socioambiental.org>>. Acesso em 19 abril 2010.
- FUNAI. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Homepage Institucional. Disponível em <http://www.funai.gov.br>. Acesso em 19 abril 2010.

ANEXOS

ANEXO I

Roteiro de entrevista semi-estruturada aplicada aos indígenas

Nome do entrevistado/ idade: _____

Aldeia: _____

Função: _____

- 1) Quando o Etnozoneamento começou a ser feito nessa TI?
- 2) Você já participou de alguma etapa do Etnozoneamento?
- 3) Na sua opinião, o que é Etnozoneamento?
- 4) Quais foram os produtos gerados pelo Etnozoneamento?
- 5) Você já viu esses produtos? O que achou deles?
- 6) Aonde estão guardados os produtos do Etnozoneamento e quem cuida deles?
- 7) Você já usou ou viu alguém da comunidade usando estes produtos para alguma coisa? Para que?
- 8) Quem tem acesso a esses produtos?
- 9) Os produtos do Etnozoneamento são usados em reuniões internas da comunidade? Como? Como isso ajuda?
- 10) Os produtos do Etnozoneamento são usados na escola? Como? Como isso ajuda?
- 11) Os moradores da TI já usaram os mapas em alguma reunião com o Governo?
- 12) Como o Etnozoneamento pode ajudar os moradores da TI no diálogo com o Governo ou outras instituições?
- 13) Você acha que os mapas representam as coisas (a realidade) como elas são?
- 14) Os mapas podem ajudar a entender melhor como os recursos estão distribuídos na TI?
- 15) Como você acha que os mapas podem ajudar os moradores dessa TI?
- 16) O que você entende por Plano de Gestão?
- 17) Como foi feita a construção do plano de gestão na sua terra?
- 18) Você percebeu alguma mudança nas ações dos moradores da TI depois que o Etnozoneamento começou a ser feito?
- 19) Como os moradores da TI usavam os recursos naturais antes do Etnozoneamento? Existia algum acordo para o uso dos recursos?
- 20) Você notou alguma diferença em relação ao uso dos recursos naturais pelos moradores da TI, depois que começou o Etnozoneamento?
- 21) Você acha que é possível fazer acordos para o uso do território entre todos os moradores da TI ? Alguma ação já está sendo praticada?
- 22) Você acha que esses acordos vão ser respeitados? Por que?
- 23) Como o Plano de Gestão pode ajudar os moradores da TI?
- 24) O que você acha de bom do Etnozoneamento? O que poderia melhorar?
- 25) O que você acha de ruim do Etnozoneamento? O que poderia ser diferente?

ANEXO II

Lista dos entrevistados na TI Campinas/Katukina

	Entrevistado	Função	Aldeia
01	Fernando Rosa da Silva	Cacique	Campinas
02	Levi Pequeno de Souza	Professor e Coordenador Pedagógico	Campinas
03	Rodrigo Pequeno de Souza (26 anos)	AIS e microscopista	Campinas
04	Maurício Silva Souza	AIS	Campinas
05	Petrônio Rosa da Silva (26 anos)	AAFI	Campinas
06	Nivaldo Rodrigues da Silva Katukina	Professor de 2 ^a . a 4 ^a . série	Campinas
07	Marcelino Rosa Katukina (31 anos)	AAFI	Varinawa
08	Nilo Rosa Katukina	Liderança e Fiscal	Varinawa
09	Edilson Rosa da Silva (28 anos)	AAFI	Samaúma
10	Sherê	Professor	Samaúma
11	Claudêncio	Liderança e Fiscal	Masheya